

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	7
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	15
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	20
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	29
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	30
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	66
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	374
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	377

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	379

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	382
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	383
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	384

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	56.702.328
Preferenciais	0
Total	56.702.328

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	26/02/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/03/2013	Ordinária		0,26493
Reunião de Diretoria	14/05/2013	Dividendo	31/05/2013	Ordinária		0,09821
Reunião de Diretoria	28/05/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/06/2013	Ordinária		0,28198
Reunião de Diretoria	06/08/2013	Dividendo	30/08/2013	Ordinária		0,76712
Reunião de Diretoria	27/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2013	Ordinária		0,31327
Reunião de Diretoria	05/11/2013	Dividendo	29/11/2013	Ordinária		0,06653
Reunião de Diretoria	26/11/2013	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2013	Ordinária		0,30928
Reunião de Diretoria	11/02/2014	Dividendo	24/02/2014	Ordinária		0,13002
Reunião de Diretoria	19/02/2013	Dividendo	08/03/2013	Ordinária		0,25806

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.224.458.597	1.048.104.983	894.790.361
1.01	Ativo Circulante	650.448.226	584.517.607	518.716.710
1.01.01	Disponibilidades	10.520.371	11.189.103	9.227.217
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	229.610.974	218.807.767	160.955.700
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	183.159.259	181.524.760	132.234.087
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	46.451.715	37.283.007	28.721.613
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	43.308.435	38.257.904	38.595.673
1.01.03.01	Carteira Própria	22.124.613	21.520.600	21.749.007
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	16.794.521	15.598.409	16.208.777
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	15	16	16
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	3.836.104	830.017	84.496
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	553.182	308.862	553.377
1.01.04	Relações Interfinanceiras	93.985.807	82.619.938	93.272.906
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	24.538	14.211	27.327
1.01.04.02	Créd. Vin. Depósitos no Banco Central	90.682.209	79.509.305	90.736.391
1.01.04.03	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	163.644	156.002	123.644
1.01.04.04	Créd. Vin. Sistema Financeiro de Habitação	2.138.974	2.042.906	1.925.807
1.01.04.05	Repasse Interfinanceiros	611	508	12.881
1.01.04.06	Correspondentes	975.831	897.006	446.856
1.01.05	Relações Interdependências	670.056	467.615	335.167
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	670.056	467.615	335.167
1.01.06	Operações de Crédito	168.573.496	157.763.669	152.464.403
1.01.06.01	Setor Público	1.068.488	1.224.240	5.633.082
1.01.06.02	Setor Privado	174.628.935	164.543.109	154.626.514
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-7.124.335	-8.003.805	-7.795.193
1.01.06.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	408	125	0
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	534	11.811	18.942
1.01.07.01	Setor Público	534	11.811	18.942

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.01.08	Outros Créditos	102.942.276	74.259.209	62.322.583
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	136.228	107.456	76.698
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	17.025.091	15.381.834	17.169.064
1.01.08.03	Rendas a Receber	3.595.710	2.610.369	2.015.615
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	35.292	14.193	97.264
1.01.08.06	Diversos	83.189.969	56.977.892	43.831.069
1.01.08.08	Provisão para Outros Créditos	-1.040.014	-832.535	-867.127
1.01.09	Outros Valores e Bens	836.277	1.140.591	1.524.119
1.01.09.01	Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	301.871	333.183	289.523
1.01.09.02	Provisão para Desvalorizações	-143.042	-175.237	-170.279
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	677.448	982.645	1.404.875
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	539.248.425	427.030.105	341.139.942
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.493.088	23.501.030	16.617.249
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	203.306	368.839	0
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	35.289.782	23.132.191	16.617.249
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	84.560.570	63.219.786	66.446.845
1.02.02.01	Carteira Própria	34.640.059	33.602.337	24.302.592
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	48.148.592	26.597.913	38.598.302
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	0	51.443	47.406
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	1.336.596	2.712.130	3.353.143
1.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	435.323	255.963	145.402
1.02.03	Relações Interfinanceiras	155.154	125.681	52.584
1.02.03.01	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	3.666	23.282	550
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	151.488	102.399	52.034
1.02.05	Operações de Crédito	357.713.961	278.615.286	195.612.261
1.02.05.01	Setor Público	27.705.997	11.570.315	2.782.299
1.02.05.02	Setor Privado	343.151.130	277.297.948	201.715.407
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-13.350.370	-10.342.265	-8.885.445

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.05.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	207.204	89.288	0
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	0	477	11.039
1.02.06.01	Setor Público	0	477	11.039
1.02.07	Outros Créditos	60.902.689	60.336.270	59.787.490
1.02.07.01	Rendas a Receber	33.506	32.555	31.151
1.02.07.02	Créditos Específicos	1.390.451	1.263.075	1.146.328
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos	-403.591	-531.078	-626.848
1.02.07.04	Carteira de Câmbio	0	266	0
1.02.07.05	Negociação e Intermediação de Valores	865.007	247.298	0
1.02.07.06	Diversos	59.017.316	59.324.154	59.236.859
1.02.08	Outros Valores e Bens	422.963	1.231.575	2.612.474
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	422.963	1.231.575	2.612.474
1.03	Ativo Permanente	34.761.946	36.557.271	34.933.709
1.03.01	Investimentos	17.262.877	17.930.511	15.724.688
1.03.01.02	Participações em Controladas	17.142.007	17.869.421	15.672.378
1.03.01.02.01	No País	14.271.926	15.261.887	13.484.561
1.03.01.02.02	No Exterior	2.870.081	2.607.534	2.187.817
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	42.908	41.577	33.839
1.03.01.04	Outros Investimentos	126.667	68.764	67.717
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-48.705	-49.251	-49.246
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.271.209	5.760.635	5.062.238
1.03.02.01	Imóveis de Uso	5.350.039	3.996.388	4.232.214
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	8.015.866	8.666.137	7.437.965
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-7.094.696	-6.901.890	-6.607.941
1.03.04	Intangível	11.185.162	12.812.153	14.032.335
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	17.978.516	18.210.354	19.500.136
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-6.793.354	-5.398.201	-5.467.801
1.03.05	Diferido	42.698	53.972	114.448

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	1.668.051	1.649.247	2.003.489
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.625.353	-1.595.275	-1.889.041

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.224.458.597	1.048.104.983	894.790.361
2.01	Passivo Circulante	783.736.092	670.456.746	572.481.618
2.01.01	Depósitos	388.416.293	342.814.617	291.937.609
2.01.01.01	Depósitos à Vista	73.591.657	72.958.427	60.371.172
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	140.728.107	117.744.043	100.109.839
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	28.747.646	16.730.889	16.242.031
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	145.348.883	135.381.258	115.214.567
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	219.614.390	200.237.562	172.149.993
2.01.02.01	Carteira Própria	62.352.028	40.867.670	51.969.513
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	157.262.362	159.369.892	120.180.480
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	23.934.892	23.026.715	14.210.883
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Créd. e Sim.	16.323.035	14.573.365	10.082.293
2.01.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	7.611.857	8.453.350	4.128.590
2.01.04	Relações Interfinanceiras	34.862	24.456	24.275
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	500	339	24
2.01.04.02	Correspondentes	34.362	24.117	24.251
2.01.05	Relações Interdependências	4.807.165	5.160.084	3.757.975
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.800.328	5.157.790	3.755.254
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	6.837	2.294	2.721
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	16.047.009	13.784.386	8.368.049
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	16.047.009	13.784.386	8.368.049
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	31.456.475	16.710.092	16.089.557
2.01.07.02	BNDES	12.378.775	11.279.551	10.074.353
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal	4.219.810	895.482	338.253
2.01.07.04	Finame	4.954.768	3.882.007	3.233.785
2.01.07.05	Outras Instituições	9.903.122	653.052	2.443.166
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	24.079	804	13.114
2.01.09	Outras Obrigações	99.400.927	68.698.030	65.930.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	24.162.216	646.621	1.510.251
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	276.183	350.729	290.338
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	10.493.750	12.075.195	16.044.850
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.164.727	1.648.250	2.044.016
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	19.696.585	19.016.935	17.444.318
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	70.911	326.172	337.664
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.219.026	3.121.529	2.002.989
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	2.179.794	0	0
2.01.09.09	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	320.248	242.577	48.479
2.01.09.10	Diversas	35.817.487	31.270.022	26.207.258
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	370.444.561	316.070.620	262.696.069
2.02.01	Depósitos	95.218.952	117.886.156	136.867.133
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.068.108	2.240.244	1.897.876
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	93.150.844	115.645.912	134.969.257
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	10.165.886	9.277.362	8.052.259
2.02.02.01	Carteira Própria	2.625.005	1.735.163	2.276.226
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	7.540.881	7.542.199	5.776.033
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	86.054.840	35.066.493	7.928.806
2.02.03.01	Recursos de Letras Imob, Hip, de Crédito e Similares	67.242.063	21.894.575	352.199
2.02.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	18.812.777	13.171.918	7.576.607
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	19.545.465	18.769.719	15.117.096
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	19.545.465	18.769.719	15.117.096
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	53.351.742	44.241.940	31.732.731
2.02.07.01	Tesouro Nacional	473.365	633.638	1.643.963
2.02.07.02	BNDES	30.306.657	29.004.561	17.153.628
2.02.07.04	Finame	22.571.720	14.603.741	12.935.140
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	11.828.004	3.503.966	274.294
2.02.09	Outras Obrigações	94.279.672	87.324.984	62.723.750

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	330.036	1.522.373	330.224
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	10.925.595	12.827.792	12.281.341
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	4.776.577	6.129.169	7.106.402
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.089.127	1.150.106	1.139.599
2.02.09.05	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.442.396	1.967.079	1.999.266
2.02.09.06	Operações Especiais	2.131	2.126	2.117
2.02.09.07	Dívidas Subordinadas	26.660.104	37.184.155	27.189.053
2.02.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	12.070.441	14.819.786	2.799.522
2.02.09.09	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	27.019.552	0	0
2.02.09.10	Diversas	8.963.713	11.722.398	9.876.226
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	418.215	371.369	328.630
2.05	Patrimônio Líquido	69.859.729	61.206.248	59.284.044
2.05.01	Capital Social Realizado	54.000.000	48.400.000	33.122.569
2.05.01.01	De Domiciliados no País	43.852.577	39.467.977	27.984.894
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	10.147.423	8.932.023	5.137.675
2.05.02	Reservas de Capital	5.684	1	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	4.564	4.645	4.730
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	4.564	4.645	4.730
2.05.04	Reservas de Lucro	18.981.530	15.951.796	24.297.549
2.05.04.01	Legal	4.902.575	4.112.056	3.496.562
2.05.04.02	Estatutária	15.403.023	12.300.988	20.800.988
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-1.324.068	-461.248	-1
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-1.324.068	-461.248	-1
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-3.132.049	-3.150.194	1.859.196
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-3.132.049	-3.150.194	1.859.196

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	103.584.695	94.134.150	92.567.739
3.01.01	Operações de Crédito	67.640.226	62.371.214	57.562.827
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	12.252	19.961	21.996
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	30.752.196	26.142.978	28.598.042
3.01.04	Resultado de IFD	-1.062.480	-482.309	-515.152
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	326.017	4.242	0
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	4.701.936	5.799.435	6.900.026
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	1.214.548	278.629	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-78.760.188	-66.645.745	-67.311.102
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-52.657.236	-47.667.421	-49.545.443
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-12.392.115	-7.951.070	-6.963.995
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-11.754	-17.692	-17.058
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-582.944
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.685.919	-11.008.155	-10.201.662
3.02.06	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	-13.164	-1.407	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	24.824.507	27.488.405	25.256.637
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-13.153.699	-11.901.871	-7.984.497
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	15.788.652	15.243.580	13.725.297
3.04.02	Despesas de Pessoal	-16.436.920	-14.798.015	-13.610.639
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-14.588.451	-13.646.895	-11.760.357
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.287.749	-3.249.378	-3.214.770
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	6.554.609	7.132.340	9.297.131
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-6.372.339	-5.465.003	-5.441.889
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	5.188.499	2.881.500	3.020.730
3.05	Resultado Operacional	11.670.808	15.586.534	17.272.140
3.06	Resultado Não Operacional	9.947.914	1.237.541	176.187
3.06.01	Receitas	10.011.038	1.338.482	276.320
3.06.02	Despesas	-63.124	-100.941	-100.133

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	21.618.722	16.824.075	17.448.327
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-5.072.938	-4.949.641	-4.274.920
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-3.120.690	-3.075.969	-2.644.414
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-1.952.248	-1.873.672	-1.630.506
3.09	IR Diferido	1.292.994	2.015.123	637.084
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-2.028.407	-1.579.687	-1.563.161
3.10.01	Participações	-2.028.407	-1.579.687	-1.563.161
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	15.810.371	12.309.870	12.247.330
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	5,57866	4,30226	4,28018

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	15.810.371	12.309.870	12.247.330
4.02	Outros Resultados Abrangentes	18.145	-5.009.390	1.391.761
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	849.344	-8.152.731	2.258.145
4.02.02	Efeitos Tributários dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	-831.199	3.143.341	-866.384
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.828.516	7.300.480	13.639.091

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.514.509	929.324	17.716.284
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.618.722	16.824.075	17.448.327
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.689.050	-24.169.366	-5.492.801
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-7.654.986	-51.391.405	-52.386.541
6.01.02.02	TVM para Negociação e IFD	20.798.273	5.173.484	-3.282.238
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-767.392	622.627	-131.768
6.01.02.04	Operações de Crédito	-103.245.575	-99.373.647	-66.515.124
6.01.02.05	Operações de Arrendamento Mercantil	11.754	17.693	14.492
6.01.02.06	Outros Créditos Líquidos dos Impostos Diferidos	-25.965.322	-12.487.214	-7.551.267
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	1.170.939	2.920.525	-583.345
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-5.713.678	-2.892.868	-3.408.970
6.01.02.09	Depósitos	22.934.472	31.896.031	60.117.974
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	20.265.352	29.312.672	53.943.425
6.01.02.11	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.896.524	35.953.519	15.108.130
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	35.241.866	25.416.066	8.426.275
6.01.02.13	Outras Obrigações	-2.535.219	-606.674	-2.482.694
6.01.02.14	Resultados de Exercícios Futuros	46.846	42.739	46.394
6.01.02.15	Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	-11.172.904	11.227.086	-6.807.544
6.01.03	Outros	584.837	8.274.615	5.760.758
6.01.03.01	Provisão p/ Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	13.685.919	11.008.155	10.201.662
6.01.03.02	Depreciações e Amortizações	3.795.859	3.771.471	3.255.128
6.01.03.03	Result. na Avaliação do Valor Recuperável de Ativos	2.530	2.255	-3.274
6.01.03.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-5.188.499	-2.881.500	-3.020.730
6.01.03.05	Lucro/Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-33.001	-1.168.680	-11.354
6.01.03.06	Lucro na Alienação de Invest./Participação Societária	-9.821.827	-1.236	-104.653
6.01.03.07	Ganho/Perda de Capital	15.628	21.551	22.198
6.01.03.08	Resultado da Conversão de Moeda Estrangeira	545.532	260.993	267.786
6.01.03.09	Provisão p/ Desvalorização de Valores e Bens	-25.012	12.583	4.507

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.03.10	Amortização de Ágios em Investimentos	101.004	115.437	291.526
6.01.03.11	Provisão p/ Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.464.408	2.668.104	811.724
6.01.03.12	Atualização de Ativos e Passivos Atuariais	-1.300.992	-3.896.665	-3.773.425
6.01.03.13	Ef. das Mud. das Taxas de Câmbio em Caixa e Equiv.	-3.663.956	-1.637.853	-2.183.655
6.01.03.14	Outros Ajustes	7.244	0	3.318
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.154.524	-3.581.875	-11.769.307
6.02.01	TVM Disponíveis para Venda	-9.149.677	-3.882.222	-7.694.098
6.02.02	TVM Mantidos até o Vencimento	-17.398.291	3.377.406	2.489.726
6.02.03	Aquisição/Alienação de Imobilizado	-1.349.393	-1.605.080	-1.383.286
6.02.04	Aquisição/Alienação de Investimentos	12.312.960	-1.509.548	-861.647
6.02.05	Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	1.751.182	1.623.953	1.297.688
6.02.06	Aquisição de Intangíveis/Diferidos	-1.321.305	-1.586.384	-4.852.871
6.02.09	Caixa Líquido pago pela participação no Patagonia	0	0	-764.819
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.447.606	16.321.027	2.171.104
6.03.01	Dívidas Subordinadas	10.185.545	9.995.102	7.228.431
6.03.02	Aumento de Capital	0	0	44.572
6.03.03	Aquisição/Alienação de Ações em Tesouraria	-862.820	-461.247	254
6.03.04	Dividendos pagos	-3.379.273	-1.278.492	-2.322.470
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-3.313.923	-4.148.698	-2.256.401
6.03.06	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	5.818.077	12.214.362	-523.282
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	3.663.956	1.637.853	2.183.655
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.471.547	15.306.329	10.301.736
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.184.424	42.878.095	32.576.359
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	72.655.971	58.184.424	42.878.095

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	48.400.000	1	4.645	15.951.796	0	1.420.354	65.776.796
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	-4.570.548	-4.570.548
5.03	Saldo Ajustado	48.400.000	1	4.645	15.951.796	0	-3.150.194	61.206.248
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	15.810.371	0	15.810.371
5.05	Destinações	0	0	0	9.492.554	-15.816.702	0	-6.324.148
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-467.162	-2.543.063	0	-3.010.225
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.313.923	0	-3.313.923
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	9.959.716	-9.959.716	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	18.145	18.145
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	18.145	18.145
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	5.600.000	0	0	-5.600.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	5.683	0	-862.820	0	0	-857.137
5.12	Outros	0	0	-81	0	6.331	0	6.250
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em colig./Contr.	0	0	-81	0	81	0	0
5.12.02	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	6.250	0	6.250
5.13	Saldo Final	54.000.000	5.684	4.564	18.981.530	0	-3.132.049	69.859.729

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	723.842	58.148.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	1.135.354	1.135.354
5.03	Saldo Ajustado	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	1.859.196	59.284.044
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.309.870	0	12.309.870
5.05	Destinações	0	0	0	7.392.925	-12.316.873	0	-4.923.948
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-485.652	-1.084.504	0	-1.570.156
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.353.792	0	-3.353.792
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.878.577	-7.878.577	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-5.009.390	-5.009.390
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-5.009.390	-5.009.390
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	15.277.431	0	0	-15.277.431	0	0	0
5.08.01	Capitalização de Reservas	15.277.431	0	0	-15.277.431	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	1	0	-461.247	0	0	-461.246
5.12	Outros	0	0	-85	0	7.003	0	6.918
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em Colig./Contr.	0	0	-85	0	85	0	0
5.12.02	Dividendeos/JCP Prescritos	0	0	0	0	6.918	0	6.918
5.13	Saldo Final	48.400.000	1	4.645	15.951.796	0	-3.150.194	61.206.248

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	33.077.996	0	6.241	16.944.069	0	467.435	50.495.741
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	33.077.996	0	6.241	16.944.069	0	467.435	50.495.741
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.247.330	0	12.247.330
5.05	Destinações	0	0	0	7.353.480	-12.252.413	0	-4.898.933
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-809.738	-1.037.887	0	-1.847.625
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.051.308	0	-3.051.308
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	8.163.218	-8.163.218	0	0
5.05.03.01	Reservas Legal e Estatutária	0	0	0	8.163.218	-8.163.218	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	256.407	256.407
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	256.407	256.407
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	44.573	0	0	0	0	0	44.573
5.08.03	Subscrição dos Bônus "C"	44.573	0	0	0	0	0	44.573
5.12	Outros	0	0	-1.511	0	5.083	0	3.572
5.12.01	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	4.755	0	4.755
5.12.02	Realiz. de Res. de Reaval. em Colig/Contr.	0	0	-328	0	328	0	0
5.12.04	Baixa da Reserva de Reavaliação em Colig/Contr.	0	0	-1.183	0	0	0	-1.183
5.13	Saldo Final	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	723.842	58.148.690

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	115.183.339	100.833.211	99.744.939
7.01.01	Intermediação Financeira	103.584.695	94.134.150	92.567.739
7.01.02	Prestação de Serviços	15.788.652	15.243.580	13.725.297
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.685.919	-11.008.155	-10.201.662
7.01.04	Outras	9.495.911	2.463.636	3.653.565
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-65.074.269	-55.637.590	-57.109.440
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.066.125	-8.601.499	-7.234.544
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-460.914	-498.875	-466.412
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.908.961	-1.763.637	-1.211.325
7.03.04	Outros	-6.696.250	-6.338.987	-5.556.807
7.03.04.01	Comunicações	-1.367.701	-1.311.483	-1.245.217
7.03.04.02	Processamento de Dados	-1.119.937	-1.046.378	-903.392
7.03.04.03	Transporte	-1.147.315	-1.171.361	-814.798
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-818.024	-817.675	-747.377
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-709.261	-583.181	-493.813
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-371.097	-356.237	-304.457
7.03.04.07	Outras	-1.162.915	-1.052.672	-1.047.753
7.04	Valor Adicionado Bruto	41.042.945	36.594.122	35.400.955
7.05	Retenções	-3.896.863	-3.886.908	-3.546.654
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.896.863	-3.886.908	-3.546.654
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	37.146.082	32.707.214	31.854.301
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.188.499	2.881.500	3.020.730
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.188.499	2.881.500	3.020.730
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	42.334.581	35.588.714	34.875.031
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	42.334.581	35.588.714	34.875.031
7.09.01	Pessoal	16.278.008	14.353.059	13.354.157
7.09.01.01	Remuneração Direta	10.267.727	9.252.998	8.601.544
7.09.01.02	Benefícios	2.233.595	2.052.148	1.841.280

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.09.01.03	F.G.T.S.	632.769	585.402	536.370
7.09.01.04	Outros	3.143.917	2.462.511	2.374.963
7.09.01.04.01	Participações no Lucro	2.028.407	1.579.687	1.563.161
7.09.01.04.02	Outros Encargos	1.115.510	882.824	811.802
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.255.010	8.208.539	8.672.248
7.09.02.01	Federais	8.548.057	7.538.292	8.022.032
7.09.02.02	Estaduais	822	715	971
7.09.02.03	Municipais	706.131	669.532	649.245
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	991.192	717.246	601.296
7.09.03.01	Aluguéis	991.192	717.246	601.296
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.810.371	12.309.870	12.247.330
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.313.923	3.353.792	3.051.308
7.09.04.02	Dividendos	3.010.225	1.570.156	1.847.625
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.486.223	7.385.922	7.348.397

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.162.167.882	1.014.080.577	869.892.726
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.841.638	57.006.716	45.682.299
1.01.01	Caixa e Depósitos Bancários	11.386.337	12.052.700	9.868.716
1.01.02	Empréstimos a Instituições Financeiras	37.239.341	24.455.047	22.086.832
1.01.03	Aplicações em Operações Compromissadas	20.215.960	20.498.969	9.869.490
1.01.04	Aplicações em Moeda Estrangeira	0	0	3.857.261
1.02	Aplicações Financeiras	110.019.404	104.821.333	108.119.128
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	109.376.121	100.218.967	100.121.211
1.02.01.01	Títulos para Negociação	18.991.047	16.925.114	23.025.880
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	90.385.074	83.293.853	77.095.331
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	643.283	4.602.366	7.997.917
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	643.283	4.602.366	7.997.917
1.03	Empréstimos e Recebíveis	755.821.983	651.948.029	508.757.856
1.03.01	Empréstimos a Instituições Financeiras	27.880.353	24.391.263	23.155.206
1.03.02	Aplicações em Operações Compromissadas	163.175.024	161.800.409	122.747.841
1.03.03	Empréstimos a Clientes	564.766.606	465.756.357	362.854.809
1.04	Tributos Diferidos	21.954.460	23.630.415	19.129.669
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.954.460	23.630.415	19.129.669
1.05	Outros Ativos	174.395.173	144.842.075	156.289.764
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	43.904	65.211	7.703
1.05.03	Outros	174.351.269	144.776.864	156.282.061
1.05.03.01	Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	90.682.209	79.509.305	90.766.521
1.05.03.02	Ativos por Impostos Correntes	11.684.020	9.041.395	7.795.771
1.05.03.03	Outros Ativos	71.985.040	56.226.164	57.719.769
1.06	Investimentos	14.213.312	13.880.354	13.467.730
1.06.01	Participações em Coligadas	14.213.312	13.880.354	13.467.730
1.07	Imobilizado	6.575.390	6.082.988	5.393.667
1.07.01	Imobilizado de Uso	6.575.390	6.082.988	5.393.667

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.08	Intangível	10.346.522	11.868.667	13.052.613
1.08.01	Intangíveis	9.720.793	11.247.299	12.461.031
1.08.02	Goodwill	625.729	621.368	591.582

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.162.167.882	1.014.080.577	869.892.726
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	3.433.119	2.556.566	2.184.747
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	998.737.871	858.340.588	724.666.960
2.03.01	Depósitos de Clientes	461.425.409	449.930.953	418.013.935
2.03.02	Valores a Pagar a Instituições Financeiras	26.169.057	15.479.664	13.031.470
2.03.03	Obrigações por Operações Compromissadas	223.917.139	204.651.073	178.899.861
2.03.04	Obrigações de Curto Prazo	15.190.210	10.207.780	8.684.182
2.03.05	Obrigações de Longo Prazo	272.036.056	178.071.118	106.037.512
2.04	Provisões	7.486.541	6.343.160	5.468.730
2.05	Passivos Fiscais	11.608.381	12.188.254	12.140.836
2.05.01	Passivos por Impostos Correntes	5.454.383	5.035.984	3.933.936
2.05.02	Passivos por Impostos Diferidos	6.153.998	7.152.270	8.206.900
2.06	Outros Passivos	64.519.974	69.446.028	61.139.633
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	76.381.996	65.205.981	64.291.820
2.08.01	Capital Social Realizado	54.000.000	48.400.000	33.122.569
2.08.02	Reservas de Capital	4.273.493	-461.107	139
2.08.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	5.597.900	141	140
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-1.324.407	-461.248	-1
2.08.04	Reservas de Lucros	19.972.166	16.132.046	24.121.302
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.850.969	3.468.983	4.428.266
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.202.393	-3.085.963	2.013.023
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.189.699	752.022	606.521

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	104.582.211	94.180.849	93.205.799
3.01.01	Receita de Juros	104.582.211	94.180.849	93.205.799
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-74.376.888	-63.992.046	-62.933.018
3.02.01	Despesas de Juros	-62.848.122	-53.920.693	-56.105.114
3.02.02	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos	-11.514.175	-10.062.184	-6.827.904
3.02.03	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos a instituições financeiras	-14.591	-9.169	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	30.205.323	30.188.803	30.272.781
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-17.346.329	-15.180.056	-12.369.637
3.04.02	Despesas de Pessoal	-18.818.787	-16.476.673	-15.555.604
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-10.159.359	-9.600.780	-7.964.127
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	24.041.158	22.308.802	22.367.836
3.04.05.01	Receita Líquida de Tarifas e Comissões	18.073.922	16.340.376	14.118.126
3.04.05.02	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	114.164	-187.891	2.910
3.04.05.03	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	485.221	359.104	504.368
3.04.05.04	Ganhos/(Perdas) Líquidos em Coligadas	2.295.913	589.741	1.911.965
3.04.05.05	Outras Receitas	3.071.938	5.207.472	5.830.467
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-12.409.341	-11.411.405	-11.217.742
3.04.06.01	Contribuições, taxas e Outros Impostos	-4.032.792	-3.743.138	-3.603.734
3.04.06.02	Amortização de Ativos Intangíveis	-2.820.368	-2.866.362	-2.727.200
3.04.06.03	Provisões	-2.552.313	-2.024.781	-929.640
3.04.06.04	Depreciação	-879.820	-950.151	-984.402
3.04.06.05	Outras Despesas	-2.124.048	-1.826.973	-2.972.766
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.858.994	15.008.747	17.903.144
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.570.160	-3.603.430	-5.201.410
3.06.01	Corrente	-6.531.517	-5.440.473	-3.779.386
3.06.02	Diferido	4.961.357	1.837.043	-1.422.024
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.288.834	11.405.317	12.701.734
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.288.834	11.405.317	12.701.734

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.438.066	11.245.922	12.681.922
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	850.768	159.395	19.812
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,68	3,93	4,43
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,68	3,93	4,42

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.288.834	11.405.317	12.701.734
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-116.430	-5.098.985	-6.678.350
4.02.01	Ganhos/(Perdas) Líquidos Não Realizados	-1.194.891	846.937	710.981
4.02.02	(Ganhos)/Perdas Líquidos Realizados	-485.221	-359.104	-504.368
4.02.03	Efeito Fiscal - Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda	226.811	2.402	68.237
4.02.04	Ganhos/(Perdas) Sobre Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda	-670.793	227.694	45.901
4.02.05	Ganhos Não Realizados s/ Hedge de Investimentos Líq. Exterior	224	2.380	0
4.02.06	Efeito Fiscal - Participação no Resultado Coligadas/Joint Ventures	286.943	-98.382	-19.641
4.02.07	Perdas em Remensurações de Planos de Benefícios Definidos	3.166.587	-9.509.837	-11.797.463
4.02.08	Efeito fiscal - Planos de Benefícios Definidos	-1.266.635	3.803.935	4.718.985
4.02.09	Ajuste de conversão de investimento no exterior	-179.455	-15.010	99.018
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.172.404	6.306.332	6.023.384
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.321.636	6.146.937	6.003.572
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	850.768	159.395	19.812

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.433.382	38.794.725	9.632.634
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.373.602	19.612.001	19.301.178
6.01.01.01	Lucro Líquido	11.288.834	11.405.317	12.701.734
6.01.01.02	Efeito da Mudança da Taxa de Câmbio no Caixa ou Equivalentes	-3.440.862	-1.626.962	-2.370.648
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes	13.519.754	12.543.251	9.637.430
6.01.01.05	Provisão para Desvalorização de Imobilizado de Uso, Disponível para Venda	-3.225	5.693	746.985
6.01.01.07	Outros	-106.499	-124.987	78.039
6.01.01.08	Provisões	2.552.313	2.024.781	929.640
6.01.01.09	Amortização e Perdas em Ativos Intangíveis	2.820.368	2.866.362	2.727.200
6.01.01.10	Depreciação e Amortização em Ativo Imobilizado	879.820	950.151	984.402
6.01.01.12	Impostos Diferidos	-4.961.357	-1.837.043	1.422.024
6.01.01.13	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Valores e Bens	-84.070	-1.250.051	-26.065
6.01.01.14	Ganhos com Aquisições	-7.444	0	-61.056
6.01.01.15	Ganhos ou Perdas Líquidos em Investimentos em Coligadas	-2.295.913	-589.741	-1.911.965
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	-187.700	-64.757	-950.546
6.01.01.17	Ganhos ou Perdas em Conversão dos Investimentos no Exterior	-832.382	-460.749	-355.088
6.01.01.18	Ganhos ou Perdas Líquidos na Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-485.221	-359.104	-504.368
6.01.01.19	Imparidade Outros Ativos	18.178	26.505	26.885
6.01.01.20	Atualização de Ativo/Passivo Atuarial	-1.300.992	-3.896.665	-3.773.425
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	9.059.780	19.182.724	-9.668.544
6.01.02.03	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	-11.172.904	11.257.217	-6.816.842
6.01.02.04	Variação Líquida em Empréstimos a Instituições Financeiras	-3.503.681	-1.579.490	-7.865.543
6.01.02.05	Variação Líquida em Aplicações Compromissadas	-1.374.615	-37.886.172	-55.258.637
6.01.02.06	Variação Líquida em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado	-1.081.255	6.100.766	-1.840.015
6.01.02.07	Variação Líquida em Empréstimos a Clientes	-112.573.717	-115.458.619	-65.280.531
6.01.02.08	Variação Líquida em Ativos não Correntes Disponíveis para Venda	153.071	1.264.368	102.097
6.01.02.09	Variação Líquida em Impostos Correntes	-2.224.226	-143.581	-18.469
6.01.02.10	Variação Líquida em Impostos Diferidos	5.412.230	-3.737.800	-4.877.293

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.11	Variação Líquida em Depósitos de Clientes	11.494.456	31.789.792	65.498.022
6.01.02.12	Variação Líquida em Valores a Pagar a Instituições Financeiras	10.689.393	2.448.194	-5.603.499
6.01.02.13	Variação Líquida em Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	534.403	371.818	-1.132.079
6.01.02.14	Variação Líquida em Obrigações por Operações Compromissadas	19.266.065	25.751.212	53.699.961
6.01.02.15	Variação Líquida em Passivos de Curto Prazo	4.982.429	1.523.599	2.250.042
6.01.02.17	Variação Líquida em Passivos de Longo Prazo	112.539.641	95.324.369	29.752.053
6.01.02.18	Outras Variações Ativas	-18.182.317	-5.950.927	-4.067.708
6.01.02.19	Outras Variações Passivas	-5.899.193	8.107.978	-8.210.103
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	907.069	918.222	712.214
6.02.01	Compra de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-57.529.251	-15.739.490	-43.678.414
6.02.02	Vendas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	55.340.457	15.770.863	45.230.072
6.02.04	Resgate de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	4.269.973	3.989.259	4.532.232
6.02.05	Compra de Ativo Imobilizado	-1.416.304	-2.248.778	-1.560.025
6.02.06	Venda de Ativo Imobilizado	21.622	605.520	172.202
6.02.07	Aquisição de Ativos Intangíveis	-1.349.237	-1.610.197	-5.395.816
6.02.08	Alienação de Ativo Intangível	4.360	-83	802.276
6.02.09	Compra de Investimentos em Coligadas/Joint Ventures	-550.241	-1.000.000	-570.104
6.02.10	Venda de Investimentos em Coligadas/Joint Ventures	270.373	69.875	20.787
6.02.12	Caixa Líquido por Aquisição Banco Patagônia	0	0	322.706
6.02.14	Caixa Líquido por Aquisição oriundo da BB Americas	0	-8.611	0
6.02.16	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Recebidos	1.845.317	1.089.864	836.298
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.946.391	-29.198.506	-11.087.413
6.03.01	Variação de Participação de Não Controladores	7.178.646	-13.894	586.999
6.03.02	Contratação de Passivos de Longo Prazo	-18.837.651	-23.592.958	-8.119.927
6.03.03	Liquidação de Passivos de Longo Prazo	262.947	296.782	979.813
6.03.04	Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio Pagos	-6.693.196	-5.427.190	-4.578.871
6.03.05	Investimentos de Capital	0	0	44.573
6.03.06	Alienação de Ações em Tesouraria	-857.137	-461.246	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	3.440.862	1.626.962	2.370.648
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.834.922	12.141.403	1.628.083
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57.006.716	44.865.313	43.237.230
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.841.638	57.006.716	44.865.313

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	48.400.000	-461.107	16.132.046	3.468.983	-3.085.963	64.453.959	752.022	65.205.981
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	48.400.000	-461.107	16.132.046	3.468.983	-3.085.963	64.453.959	752.022	65.205.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.600.000	4.734.600	-6.067.162	-5.850.736	0	-1.583.298	1.586.909	3.611
5.04.01	Aumentos de Capital	5.600.000	0	-5.600.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-857.137	0	0	0	-857.137	0	-857.137
5.04.09	Variação de Participação Societária em Controladas	0	5.591.737	0	0	0	5.591.737	1.983.401	7.575.138
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-467.162	-5.856.986	0	-6.324.148	0	-6.324.148
5.04.11	Variação de Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-396.492	-396.492
5.04.12	Outros	0	0	0	6.250	0	6.250	0	6.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.438.066	-116.430	10.321.636	850.768	11.172.404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.438.066	0	10.438.066	850.768	11.288.834
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-116.430	-116.430	0	-116.430
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda, Líquidos Impostos	0	0	0	0	-1.837.061	-1.837.061	0	-1.837.061
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	1.899.952	1.899.952	0	1.899.952
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	134	134	0	134
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-179.455	-179.455	0	-179.455
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.907.282	-9.907.282	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	9.907.282	-9.907.282	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	54.000.000	4.273.493	19.972.166	-1.850.969	-3.202.393	73.192.297	3.189.699	76.381.996

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	33.122.569	139	24.121.302	4.428.266	2.013.023	63.685.299	606.521	64.291.820
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	33.122.569	139	24.121.302	4.428.266	2.013.023	63.685.299	606.521	64.291.820
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.277.431	-461.246	-15.763.083	-4.431.378	0	-5.378.276	-13.894	-5.392.170
5.04.01	Aumentos de Capital	15.277.431	0	-15.277.431	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-461.246	0	0	0	-461.246	0	-461.246
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-485.652	-4.438.296	0	-4.923.948	0	-4.923.948
5.04.11	Variação de Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-13.894	-13.894
5.04.12	Outros	0	0	0	6.918	0	6.918	0	6.918
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.245.922	-5.098.986	6.146.936	159.395	6.306.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.245.922	0	11.245.922	159.395	11.405.317
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.098.986	-5.098.986	0	-5.098.986
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda, Líquidos Impostos	0	0	0	0	620.498	620.498	0	620.498
5.05.02.07	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	1.428	1.428	0	1.428
5.05.02.08	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-5.705.902	-5.705.902	0	-5.705.902
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-15.010	-15.010	0	-15.010
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.773.827	-7.773.827	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.773.827	-7.773.827	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	48.400.000	-461.107	16.132.046	3.468.983	-3.085.963	64.453.959	752.022	65.205.981

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	33.077.996	-452	16.889.417	3.872.661	8.691.372	62.530.994	47	62.531.041
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	33.077.996	-452	16.889.417	3.872.661	8.691.372	62.530.994	47	62.531.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	44.573	591	-809.992	-4.084.440	0	-4.849.268	586.662	-4.262.606
5.04.01	Aumentos de Capital	44.573	0	0	0	0	44.573	0	44.573
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	254	-254	0	0	0	0	0
5.04.08	Participação Recíproca	0	197	0	0	0	197	0	197
5.04.09	Variação na Participação Societária em Controladas	0	140	0	0	0	140	515.808	515.948
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-809.738	-4.089.195	0	-4.898.933	0	-4.898.933
5.04.11	Variação de Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	70.854	70.854
5.04.12	Outros	0	0	0	4.755	0	4.755	0	4.755
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.681.922	-6.678.349	6.003.573	19.812	6.023.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.681.922	0	12.681.922	19.812	12.701.734
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.678.349	-6.678.349	0	-6.678.349
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda, Líquidos de Impostos	0	0	0	0	301.111	301.111	0	301.111
5.05.02.08	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-7.078.478	-7.078.478	0	-7.078.478
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	0	0	0	0	99.018	99.018	0	99.018
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.041.877	-8.041.877	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.041.877	-8.041.877	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	33.122.569	139	24.121.302	4.428.266	2.013.023	63.685.299	606.521	64.291.820

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	114.798.690	105.828.560	106.833.764
7.01.01	Intermediação Financeira	105.181.597	94.352.062	93.713.077
7.01.02	Prestação de Serviços	21.145.859	21.547.851	19.948.591
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-11.528.766	-10.071.353	-6.827.904
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-62.848.122	-53.920.693	-56.105.114
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.856.486	-12.717.809	-11.263.253
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-7.448.963	-7.280.489	-6.238.243
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.731.163	-1.585.566	-1.122.607
7.03.04	Outros	-4.676.360	-3.851.754	-3.902.403
7.03.04.03	Atualizações de Obrigações Atuarias	-925.954	-880.863	-995.030
7.03.04.04	Prêmios Pagos a Clientes	-156.045	-165.823	-155.263
7.03.04.05	Atualização de Depósitos em Garantia	-178.768	-274.870	-424.633
7.03.04.06	Falhas em Serviços e Perdas Operacionais	-204.315	-188.174	-459.301
7.03.04.07	Despesas de Obrigações por operações vinculadas à cessão	-11.304	-1.407	0
7.03.04.08	Outras	-3.199.974	-2.340.617	-1.868.176
7.04	Valor Adicionado Bruto	38.094.082	39.190.058	39.465.397
7.05	Retenções	-3.700.188	-3.816.513	-3.711.602
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.700.188	-3.816.513	-3.711.602
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.393.894	35.373.545	35.753.795
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.295.913	589.741	1.911.965
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.295.913	589.741	1.911.965
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.689.807	35.963.286	37.665.760
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	36.689.807	35.963.286	37.665.760
7.09.01	Pessoal	18.818.788	16.476.674	15.555.605
7.09.01.01	Remuneração Direta	12.623.523	11.291.584	10.466.212
7.09.01.02	Benefícios	2.628.723	1.906.370	2.157.813
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.566.542	3.278.720	2.931.580
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.602.952	7.346.569	8.805.144

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.09.02.01	Federais	4.438.153	6.330.398	7.875.131
7.09.02.02	Estaduais	887	788	2.739
7.09.02.03	Municipais	1.163.912	1.015.383	927.274
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	979.233	734.726	603.277
7.09.03.01	Aluguéis	979.233	734.726	603.277
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.288.834	11.405.317	12.701.734
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.313.923	3.353.792	3.051.308
7.09.04.02	Dividendos	3.010.225	1.570.156	1.847.625
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.113.918	6.321.974	7.782.989
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	850.768	159.395	19.812

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Índice dos Relatórios da Administração**

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Brasil relativo ao ano de 2013, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

O ambiente econômico internacional em 2013 foi caracterizado por sinais mais evidentes de recuperação da economia americana, com indicações, por parte do Federal Reserve, de que o início da retirada dos estímulos monetários aconteça ao longo do próximo ano. Em contraposição, a economia chinesa manteve o ritmo de desaceleração da atividade econômica. Essa conjuntura propiciou a valorização do dólar, o que trouxe impactos adversos diretos na cotação das moedas e na avaliação do prêmio de risco associado às economias emergentes.

A economia brasileira continuou sendo afetada pelas incertezas do ambiente externo. O início do programa de investimentos em infraestrutura brasileiro trouxe perspectivas positivas para o aumento da capacidade de oferta no médio prazo e expressiva produção agropecuária, mas o Produto Interno Bruto não apresentou taxas robustas de crescimento.

Em que pese o baixo crescimento, a inflação acumulada em 12 meses permaneceu próxima do limite superior do intervalo de metas, induzindo o Bacen a iniciar um novo ciclo de elevação da Selic.

2. Destaques do Período

A seguir, em ordem cronológica, alguns dos importantes eventos do exercício:

- i) emissões de Letras Financeiras Subordinadas no País, em janeiro, no total de R\$ 5,233 bilhões;
- ii) conclusão em janeiro da maior captação no mercado externo de capitais sob a forma de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de US\$ 2,0 bilhões, sendo US\$ 1,950 bilhões considerado elegível pelo Bacen, em outubro, para compor o Capital Complementar de Nível I, atendendo aos requisitos de Basileia III;
- iii) realização em abril de oferta pública de ações da BB Seguridade, *holding* que centraliza participações em empresas do segmento de seguros, previdência privada e capitalização. A oferta pública inicial secundária – maior do mundo em 2013 – foi de 675 milhões de ações ordinárias, relativas à oferta base e aos lotes complementar e adicional. As ações da BB Seguridade começaram a ser negociadas em bolsa no dia 29.04.2013, listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, com o preço definido em R\$ 17,00 por ação;
- iv) inauguração em abril da nova fase do BOMPRATODOS, denominado Cada Vez + BOMPRATODOS;
- v) manutenção da listagem no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa (ISE), em setembro e novembro, respectivamente;
- vi) realização em novembro da primeira emissão pública no mercado suíço, captando 275 milhões de francos suíços. Foi a maior operação efetuada nesse mercado por um emissor brasileiro.

3. Planejamento Estratégico para o Período 2014 a 2018

Para o período de 2014 a 2018, o Banco do Brasil continuará priorizando aumentar a eficiência e produtividade, aperfeiçoar o relacionamento com clientes e gerar resultados sustentáveis.

Para aumentar a eficiência e a produtividade, o Banco está revisando os seus principais processos e atuando com foco na gestão das despesas. Com inovações nos canais de interação e melhoria no atendimento, pretende-se proporcionar maior proximidade, agilidade e conveniência ao cliente, aperfeiçoando o relacionamento com o Banco. Os resultados sustentáveis estão alicerçados no crescimento dos negócios que valorizam o relacionamento perene com os clientes e a geração de valor social, contribuindo para promoção da cidadania e crescimento do País.

A entrega de resultados aos acionistas e a realização de negócios sociais, como os programas Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e Fundo de Financiamento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estudantil (FIES) estão alinhados à missão do Banco do Brasil de “ser um banco competitivo e rentável, promovendo o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprindo sua função pública com eficiência”.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 Grandes Números

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 11,3 bilhões e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 15,9% em 2013. O lucro por ação foi de R\$ 3,68 no período.

Os ativos somaram R\$ 1,2 trilhão, crescimento de 14,6% em doze meses, com retorno sobre ativos de 1%, permitindo ao BB encerrar o ano como líder do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Destaque para sua atuação nos empréstimos a clientes. O patrimônio líquido total alcançou R\$ 76,4 bilhões, incremento de 17,1% em doze meses.

Tabela 1. Principais Informações

	R\$ milhões		
Resultado^{1 2}	2012	2013	s/2012
Lucro Líquido do Período	11.405	11.289	(1,0)
Receita Líquida de Juros	40.260	41.734	3,7
Receita Líquida de Tarifas e Comissões	16.340	18.074	10,6
Despesas Administrativas ³	(26.077)	(28.978)	11,1
	R\$ bilhões		
Patrimoniais¹	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Ativos	1.014	1.162	14,6
Empréstimos a Clientes Líquido de Provisões	466	565	21,3
Depósitos a Clientes	450	461	2,6
Patrimônio Líquido Total	65	76	17,1
Índice de Basileia %⁴	15,1%	14,5%	
Indicadores	2012	2013	s/2012
Lucro por Ação (em R\$)	3,93	3,68	(6,4)
Retorno sobre Ativos %	1,2%	1,0%	
Retorno sobre Patrimônio Líquido %	17,6%	15,9%	
	mil		
Dados Estruturais	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Base de Clientes	58.551	61.375	4,8
Total de Contas Correntes	37.418	39.786	6,3
PF	35.049	37.328	6,5
PJ	2.369	2.458	3,7
Agências	5,4	5,5	1,6
	R\$		
Indicadores de Mercado	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Cotação de Fechamento - BBAS3	25,6	24,4	(4,7)
	mil		
Perfil de Funcionários	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Funcionários	114.182	112.216	(1,7)
Feminino	47.204	46.580	(1,3)
Masculino	66.978	65.636	(2,0)
Escolaridade			
Ensino Médio	28.552	26.426	(7,4)
Graduação	53.223	51.568	(3,1)
Especialização, Mestrado e Doutorado	31.917	33.794	5,9
Demais	490	428	(12,7)
Rotatividade de Funcionários (%)	3,7	4,8	

1 - Valores reapresentados decorrente da não consolidação das Joint Ventures;

2 - Itens baseados nas Demonstrações Consolidadas em IFRS;

3 - Refere-se à soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas;

4 - Índice de 2013 calculado, conforme regras de Basileia III.

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, acesse o Relatório Análise do Desempenho no sítio: www.bb.com.br/ri.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2 Desempenho dos Papéis

O valor de mercado do BB foi de R\$ 69,9 bilhões ao final de dezembro de 2013. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre janeiro a abril de 2014, o Banco ocupa a 9ª posição, com 2,720% de participação.

A ação ordinária do BB (BBAS3) foi negociada em todos os pregões do Novo Mercado da BM&FBovespa permanecendo listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag. Internacionalmente, o BB integra os índices MSCI LatAm Index, S&P Lac 40 e DJSI.

Ao final do período, o Programa de *American Depositary Receipt* (ADR) Nível I do Banco do Brasil possuía 19,1 milhões de recibos em circulação cotados a US\$ 10,38 por certificado.

O Banco do Brasil, alinhado à sua prática de reinvestimento de lucros e distribuição de resultado, mantém o *payout* de 40% do lucro líquido, distribuído sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP), em periodicidade trimestral. Assim, no ano foram destinados R\$ 6,3 bilhões aos acionistas, sendo R\$ 3.010,2 milhões como dividendos e R\$ 3.313,9 milhões na forma de JCP. Os 60% remanescentes do lucro foram destinados à Reserva Legal e às Reservas Estatutárias.

4.3 Informações de Coligadas e Controladas

Atendendo ao art. 243 da Lei 6.404/76, o BB informa que os investimentos em sociedades coligadas atingiram R\$ 14,213 bilhões em 31 de dezembro de 2013.

5. Rede de Atendimento e Canais

O Banco do Brasil encerrou o período com 67,6 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,9% dos municípios brasileiros.

A rede própria contava com 19.143 pontos, sendo 5.450 agências, 1.746 postos de atendimento e 11.947 postos de atendimento eletrônico com 44.117 terminais de autoatendimento. O BB possui a maior rede de agências do País, com participação de 23,8%.

A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, contava com 10.251 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, aos quais somam-se os 6.189 pontos do Banco Postal.

Destacou-se também a performance dos canais de autoatendimento:

- i) internet: 2,0 bilhões de transações efetivadas por pessoas físicas e 15,3 milhões de clientes habilitados a utilizar o canal;
- ii) celular: 489,3 milhões de transações realizadas e 3,7 milhões de usuários;
- iii) Setor Público (internet e celular): 343,9 milhões de transações realizadas por 26,9 mil usuários;
- iv) Central de Atendimento: 258,5 milhões de transações realizadas e 12,4 milhões de clientes habilitados;
- v) Gerenciador Financeiro: 2,3 bilhões de transações realizadas pelo aplicativo, que foi utilizado por mais de 738 mil empresas, principalmente de pequeno porte. Em setembro de 2013, o BB lançou mais uma novidade: a liberação de crédito por meio do Gerenciador Financeiro para celulares *smartphones*.

Em 2013, o BB inaugurou duas agências com atendimento especializado para o segmento de micro e pequenas empresas (MPE): uma em Belo Horizonte (MG) e outra em Bauru (SP), totalizando três dependências com esse modelo de atendimento no País.

No mês de julho, o BB lançou a primeira agência com horário estendido, aberta das 6h às 24h, na cidade de São Paulo, a qual possui também Espaços de Promoção de Vendas, destinado a divulgação de produtos e serviços do Banco e parceiros, e de Educação Financeira, utilizado para realização de palestras para clientes e convidados.

No exterior, a rede de atendimento é composta por 49 dependências próprias localizadas em 24 países. Ao final de 2013, havia 1,2 mil bancos atuando como correspondentes do BB em 134 países. Na Argentina, a rede do Banco Patagonia foi ampliada para 374 pontos de atendimento, crescimento de 7,5% em doze meses. O Banco do Brasil Americas, nos Estados Unidos, possui uma rede de 4 agências, e por meio de convênios estabelecidos, tem

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

disponíveis 40 mil terminais de autoatendimento compartilhados, oferecendo também serviços de internet e *mobile banking*.

6. Negócios

6.1 BOMPRATODOS

Em 2013, a Campanha BOMPRATODOS totalizou 12,2 milhões de clientes, que fizeram uso de produtos e serviços com preços reduzidos e mais de 9,3 milhões contrataram crédito com taxas de juros menores. Houve incremento de 5 milhões de clientes entre novos e que iniciaram relacionamento com o BB, especialmente por meio do Banco Postal.

A nova fase do BOMPRATODOS, inaugurada em abril, com foco na excelência e no relacionamento, busca a qualidade do atendimento e a satisfação dos 61,3 milhões de clientes do Banco do Brasil. Os três pilares dessa etapa são: mais transparência nas relações, mais inclusão bancária e mais vantagens em produtos e serviços.

O lançamento do novo extrato de serviços foi a principal ação dessa fase em 2013, materializando a estratégia de transparência, reforçando a postura do Banco de respeito com consumidores e de valorização de relacionamentos maduros e duradouros, pautados pela confiança. Desde o lançamento, foram mais de 6,6 milhões de acessos ao extrato de serviços, com 3,8 milhões de clientes únicos.

Outras ações integrantes da fase 2013 do BOMPRATODOS:

- i) lançamento do novo extrato de conta corrente e da nova fatura do cartão de crédito;
- ii) lançamento dos novos pacotes de serviços padronizados, em atendimento à Resolução CMN 4.196, de 15.03.2013 e Carta-circular Bacen 3.594, de 22.04.2013;
- iii) simplificação do portfólio de pacotes de serviços do Banco do Brasil, reduzindo a quantidade ofertada de 31 para 7, que inclui pacotes padronizados pelo Bacen e a Cesta Banco Postal, com objetivos de qualificar a oferta e dar maior transparência em relação à cobrança de tarifas;
- iv) lançamento do BB Conta de Pagamento, inovação que permitiu criar uma conta pré-paga virtual para movimentação financeira de quem não possui conta em banco.

Para mais informações, acesse o site: www.bb.com.br/bompratodos.

6.2 Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes do BB atingiram R\$ 580,4 bilhões em dezembro/2013, com expansão de 21,1% em doze meses.

Ao final de dezembro/2013, os empréstimos para clientes pessoa física totalizaram R\$ 102,7 bilhões. Já os empréstimos à indústria e ao comércio alcançaram saldo de R\$ 238,8 bilhões.

Destaque para os empréstimos ao setor rural que encerraram o ano com saldo de R\$ 110,1 bilhões. As provisões para perdas de empréstimos do BB totalizaram R\$ 15,7 bilhões em dezembro de 2013.

6.2.1 Clientes Pessoa Física

As principais linhas de crédito que compõem a carteira são relacionadas a seguir:

Crédito Consignado

O crédito consignado permanece com maior representatividade na carteira para pessoas físicas. Os empréstimos a servidores públicos continuaram como os mais significativos dessa carteira. A carteira ainda é composta por aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor privado.

Financiamentos de Veículos

As operações originadas nas agências do Banco do Brasil continuam como foco na estratégia empréstimos a clientes pessoa física. O perfil destas novas operações continuou dentro dos critérios adotados nos últimos anos, assegurando a qualidade da carteira dentro da série histórica de desempenho.

Crédito Imobiliário

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os desembolsos para o crédito imobiliário pessoas físicas atingiram seu maior volume desde o início das operações, em 2008, com crescimento de 93,9% a mais que no mesmo período de 2012. Destaque para a disponibilização de portfólio de produtos com *funding* de poupança e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No âmbito do PMCMV, foram financiadas 42,1 mil operações com clientes das Faixas 2 e 3.

Financiamento Estudantil

Foram formalizados 270 mil novos contratos em 2013, superando em 47,9% o resultado de 2012, quando foram contratados 183 mil financiamentos.

No final de dezembro, o Banco do Brasil contratou a operação FIES de número 500.000, expressiva marca para o BB que, em pouco mais de três anos de atuação, proporcionou o acesso de mais de meio milhão de estudantes às instituições privadas de ensino superior.

6.2.2 Clientes Pessoa Jurídica

Os principais montantes que compõem o saldo da carteira pessoa jurídica são apresentados a seguir:

Crédito para Investimentos

O BB consolidou sua posição como um dos mais importantes agentes financiadores do crédito para investimento no País. Em 2013, foram analisados grandes projetos em áreas como energia, setor naval, petróleo e transportes, onde R\$ 54,0 bilhões já foram contratados ou estão em fase de contratação.

As principais linhas de repasse de recursos são o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (BNDES/Finame), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Investimento Agropecuário, Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger).

Crédito Imobiliário

Em 2013, 156 mil unidades habitacionais foram contratadas para a construção, com amparo do PMCMV, para todas as faixas de renda do programa.

Micro e Pequenas Empresas

Ao final de dezembro de 2013, o BB possuía 2,3 milhões de clientes MPE, mantendo-se como principal parceiro do segmento e reforçando o posicionamento como o “Banco da Micro e Pequena Empresa”.

O Banco do Brasil utilizou amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO) para facilitar o acesso ao crédito para as MPE, que mitigou o risco das operações e reduziu o custo para o tomador final. Em dezembro, havia 491,9 mil operações cobertas, totalizando o saldo aplicado de R\$ 18,3 bilhões.

Em 2013, o BB reforçou o apoio ao empreendedorismo com o lançamento do site Empreendedor (bb.com.br/empreendedor), que apresenta soluções de produtos e serviços. Apoiou também os Arranjos Produtivos Locais (APL) aplicando R\$ 3,8 bilhões em operações de crédito com empresas integrantes de APL.

No MPO, a atuação do Banco é alinhada ao Programa Crescer do Governo Federal. Em dezembro, alcançou o desembolso acumulado de R\$ 2,4 bilhões em operações de crédito para capital de giro e investimentos. Foram beneficiados 1,2 milhão de clientes pessoas físicas e jurídicas em todo o País.

Clientes Atacado

O Banco do Brasil participa de Operações Estruturadas, que são concessões de crédito realizadas sob medida para atender a necessidades específicas do cliente. As principais contratações do ano somaram mais de R\$ 43,6 bilhões. Deste total, a participação do Banco do Brasil foi de R\$ 24,1 bilhões, dos quais R\$ 5,2 bilhões em operações de financiamento de longo prazo - tais como BNDES, FCO e FMM.

6.2.3 Agronegócios

Os empréstimos a clientes na modalidade de financiamentos rurais e agroindustriais encerrou o ano com saldo de R\$ 149,8 bilhões. Esse montante representa um incremento de 33,7% em relação a dezembro/2012.

Na contratação de operações de crédito rural são utilizados mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Em dezembro, 65,1% das operações de custeio agrícola contratadas na safra

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2013/2014 estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro) e seguro de preço (contratos de opções).

O apoio creditício à sustentabilidade no agronegócio está presente nas linhas Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Florestal e Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) que incentivam os produtores rurais a utilizarem técnicas sustentáveis para reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento. No ano o Programa ABC contratou 5.359 financiamentos, atingindo o montante de R\$ 2,3 bilhões.

O financiamento de lavouras com o emprego do Sistema de Plantio Direto (SPD), uma das tecnologias que compõem os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP-15, é expressivo e corresponde a 77,0% do total financiado em custeio agrícola pelo BB na safra 2012/2013.

6.3 Captações

Os Depósitos de Clientes do BB totalizaram R\$ 461,4 bilhões ao final de dezembro de 2013, acréscimo de 2,6% em relação ao ano anterior.

6.4 Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil, por meio da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BB DTVM), desde 1994 é líder na indústria nacional de fundos de investimento. Ao final de dezembro, atingiu o total de R\$ 493,7 bilhões em recursos administrados e uma participação de mercado de 20,9%.

Em 2013, foram firmadas parcerias com gestores internacionais para criação de fundos destinados a investidores institucionais e *private*, oferecendo a possibilidade de investimento no exterior, e com gestores independentes para ampliação do portfólio de fundos estruturados. No período, houve também a otimização do portfólio (incorporação envolvendo 33 fundos), gerando maior eficiência.

6.5 Clientes Governo

Em relação ao desenvolvimento regional, foram contratados R\$ 6,1 bilhões em operações do FCO. Mais de 1.780 municípios e 20 estados já aderiram ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil, próprio para ações de socorro em casos de calamidades públicas. O BB atuou, também, na execução de Programas do Governo Federal, como o Programa Ciência sem Fronteiras, emitindo mais de 36,1 mil cartões para bolsistas e no Programa Mais Médicos, sendo responsável pela abertura de 5,8 mil contas correntes para os participantes e por R\$ 54,6 milhões em pagamentos aos profissionais.

6.6 Cartões

O volume financeiro com cartões alcançou R\$ 205,9 bilhões, crescimento de 22,4% em 2013. A participação de mercado foi de 24,0%, conforme últimos dados publicados pela Abecs para o mesmo ano.

Os cartões BB da bandeira Elo apresentaram expressivo crescimento, decorrente da ampliação do portfólio de produtos lançados ao longo do ano, tais como os cartões Empresarial Elo e BNDES Elo, contribuindo para o aumento da participação da bandeira junto ao mercado de cartões.

Dando sequência ao processo de ampliação do uso do cartão como instrumento de inclusão financeira, foi lançado o Ourocard Conta de Pagamento, um cartão pré-pago destinado aos beneficiários do BB Conta de Pagamento.

6.7 Seguros, Previdência e Capitalização

O Banco do Brasil atua nas áreas de seguros, previdência e capitalização por meio da *holding* BB Seguridade Participações, empresa listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, possui liderança nos mercados em que atua, conforme dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em 2013, os negócios da BB Seguridade agregaram ao BB R\$ 1.646,1 milhão de lucro líquido atribuível ao controlador.

Para mais informações acesse: www.bancodobrasilseguridade.com.br.

6.8 Gestão Previdenciária

O volume de recursos administrados pelo Banco do Brasil, por meio de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social, totalizou R\$ 25,8 bilhões em 2013, o que representa 40,1% de participação de mercado. As tarifas geradas com a administração dos fundos e a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

prestação de serviços previdenciários de assessoria em atuária, investimentos, benefícios, folha de pagamentos e apoio técnico alcançaram o montante de R\$ 59,7 milhões.

Em 2013, a BB Previdência alcançou em recursos administrados R\$ 2,2 bilhões, sendo 41 planos empresariais de 51 empresas patrocinadoras, dois planos instituídos de duas entidades assistidas e setoriais e 71,6 mil participantes. Esse Fundo de Pensão Multipatrocinado é administrado pelo Banco e realiza a gestão de planos de previdência complementar fechada disponibilizados aos empregados de empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista e de planos instituídos por sindicatos, entidades de classe e outros.

6.9 Mercado de Capitais

O Banco do Brasil, por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI), atua no mercado de capitais doméstico, com foco em investidores de varejo e institucionais. O serviço de compra e venda de ações para os clientes de varejo na rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos móveis movimentou R\$ 24,0 bilhões, dos quais R\$ 21,6 bilhões foram via *home broker*.

Conforme o *ranking* Anbima, as principais realizações do Banco no período foram:

- i) coordenou 131 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias, debêntures, FIDC, Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), totalizando volume de R\$ 23,9 bilhões, ficando em 1º lugar no *ranking* de originação consolidado e 25,6% de participação de mercado;
- ii) atuou em 22 operações de emissões externas, que totalizaram US\$ 23,0 bilhões alcançando, pela primeira vez, o 1º lugar no *ranking*;
- iii) realizou operações de CRI, FIDC e CRA com um volume total de R\$ 1,5 bilhão no mercado de securitização;
- iv) coordenou 5 ofertas públicas que somaram R\$ 14,7 bilhões no mercado de renda variável. Em termos de distribuição, o BB alcançou o 1º lugar no *ranking* e 16,5% de participação de mercado.

6.10 Serviços

O Banco do Brasil disponibiliza diversos serviços bancários aos seus clientes. Entre aqueles oferecidos a pessoas jurídicas, inclusive governo, destacaram-se nesse período:

- i) a cobrança bancária, a arrecadação de guias e o débito automático, nos quais foram atendidos mais de 600 mil empresas, movimentando R\$ 953,9 bilhões e 1,1 bilhão de títulos;
- ii) os convênios de folha de pagamento, com o processamento de mais de R\$ 377,5 bilhões, atendendo a 12 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas;
- iii) os pagamentos de benefícios do INSS superaram R\$ 6,3 bilhões/mês, realizados por meio de cartão específico e crédito em conta;
- iv) a arrecadação de tributos que somou o volume de R\$ 646,5 bilhões, 16,3% acima do verificado no mesmo período de 2012. O produto que mais se destacou foi a arrecadação de DARF, com 34,6% de crescimento, totalizando R\$ 218,0 bilhões;
- v) o lançamento do Portal do Governador, solução em iPad que fornece dados dos estados e de seus municípios para apoiar a gestão pública;
- vi) o portal Licitações-e, onde foram realizados 47,6 mil processos licitatórios no valor total de R\$ 25,2 bilhões.

Para todos os clientes correntistas, o BB oferece o serviço de Débito Direto Autorizado que somou 1,2 milhão de sacados eletrônicos, com 13,3% de participação de mercado e mais de 53 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

Aos clientes que formam o segmento cooperativista de crédito, o BB disponibilizou os Serviços de Integração à Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe) de Liquidação de Pagamentos e Transferências Interbancárias (SPB), além do Cartão Ourocard Cooperativo. Ao final do ano, o BB

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

mantinha parceria com 320 cooperativas de crédito para prestação do serviço de integração Compe e SPB a 517,4 mil cooperados, com 68,4 mil cartões corporativos.

A BB Administradora de Consórcios encerrou 2013 com uma carteira de 437 mil cotas ativas, crescimento de 9,1% em doze meses. O segmento de veículos cresceu 10,5%, atingindo 406 mil cotas ativas em dezembro. Foram comercializadas no período 102 mil novas cotas de consórcio, que representou R\$ 2,9 bilhões em cartas de crédito.

6.11 Comércio Exterior

O BB manteve a liderança no câmbio de exportação e de importação com participações de mercado de 26,6% e 21,9%, respectivamente.

As operações de exportação (ACC/ACE) se destacam com concessões de US\$ 11,8 bilhões e participação de 30,8% do mercado. O volume financiado em importações foi de US\$ 2,8 bilhões. No repasse de recursos de programas governamentais, os desembolsos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade financiamento, foram de US\$ 448,1 milhões e os da linha BNDES-Exim atingiram US\$ 1,4 bilhão.

Os serviços on-line de câmbio e de comércio exterior realizados via internet representaram 67,4% dos contratos de câmbio de exportação e 48,7% de importação. O BB oferece, ainda, serviços de capacitação em negócios internacionais. Em 2013, foram treinadas 9.978 pessoas em todo o País, superando em 15,3% o mesmo período do ano anterior.

No ano, foram analisados 1.041,6 mil documentos por meio do convênio de cooperação entre o Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para viabilizar operações de importação, exportação e *drawback* de empresas de todas as regiões do País.

7. Gestão Corporativa

7.1 Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil é formada pelo Conselho de Administração - composto por oito membros e assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna - e pela Diretoria Executiva - composta pelo Conselho Diretor (Presidente e nove Vice-presidentes) e por vinte e sete Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, o Banco mantém processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de Governança Corporativa e de Ética também dão suporte às melhores práticas de governança adotadas pelo Banco do Brasil.

Em outubro, foi aprovada a nomeação do Conselheiro representante dos empregados. O processo de eleição ocorreu no 1º semestre e foi regido pelo Regulamento Eleitoral, conforme disposições da Lei nº 12.353/2010, Portaria nº 026/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Estatuto Social do Banco do Brasil.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

7.2 Relacionamento com o Mercado

O Banco do Brasil disponibiliza relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adota a postura de convidar o mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário clarificar temas específicos sobre a Empresa. No ano, o Banco do Brasil realizou 6 encontros com investidores e analistas no País, 6 *roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, participou de 5 conferências no País e outras 6 no exterior e promoveu 4 teleconferências de resultado. Ao todo foram realizados mais de 700 atendimentos a analistas de mercados e investidores, incluindo a participação em reuniões e os atendimentos telefônicos.

7.3 Controles Corporativos

Gestão de Riscos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco do Brasil aprimorou o modelo de gerenciamento de riscos das entidades ligadas e de testes de estresse e segregou as atividades de gestão do risco de liquidez das áreas de negócio. Vêm sendo implementadas ações para a redução de perdas operacionais, intensificando o processo de identificação e mitigação dos riscos, bem como a disseminação da cultura de gestão de riscos para as Unidades.

Em setembro, o BB aprovou relatório do Processo Interno de Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP) e revisou a Declaração de Appetite e Tolerância aos Riscos e a Política de Gestão de Capital.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Gestão de Riscos, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Controles Internos

O Banco do Brasil desenvolve seus trabalhos de controles internos com foco na gestão integrada de riscos e controles. Foram realizados trabalhos multidisciplinares de aperfeiçoamento de controles direcionados, principalmente, para a mitigação de riscos operacionais. Foram feitas melhorias metodológicas visando aprimorar a forma de atuação segregada dos controles internos do BB, conferindo mais eficiência e eficácia em sua gestão.

Ouvidoria BB

A Ouvidoria BB aprimorou seus processos em 2013, visando melhorar o fluxo de informações e agilizar a solução às demandas dos clientes. As principais ações foram a ampliação de sua autonomia, definição de novo fluxo para a rede de agências e Serviço de Atendimento ao Consumidor, buscando a solução das demandas no primeiro contato do cliente, maior proximidade com Órgãos de Defesa do Consumidor e introdução de diversos procedimentos internos que otimizam o processo.

Gestão da Segurança

O Banco apoia e contribui ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da participação nas reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda, e o Ministério Público do Estado de São Paulo. O Banco do Brasil treinou mais de 14,1 mil funcionários em eventos de capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), incluindo cursos, seminários e certificação de conhecimentos.

A proteção de clientes, funcionários e do patrimônio do Conglomerado é garantida por investimentos crescentes em tecnologia, aliados à capacitação contínua dos profissionais da área de gestão da segurança. Neste sentido, vem sendo ampliado o número de agências sob monitoramento 24 horas e com abertura remota de cofres, visando conferir maior nível de segurança à Rede.

Quanto à proteção das transações financeiras, mantém-se a estratégia de investimento na utilização de dispositivos de segurança de alta tecnologia e inovadores, como o emprego de leitores biométricos, que estão sendo instalados em caixas eletrônicos do BB, inicialmente nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.

7.4 Tecnologia

Em 2013, os destaques foram: o Programa de Transformação Tecnológica, que se propõe a reorganizar a metodologia de construção e manutenção dos sistemas visando à otimização dos padrões de trabalho existentes, das plataformas, dos processos de desenvolvimento, operação e infraestrutura e Programa de Otimização de Recursos de TI (PORTI), cujo objetivo é eficiência no uso de recursos de TI, reavaliando arquitetura, topologia, contratação, contabilização, sobreposição de serviços e viabilidade financeira. O PORTI gerou economia de R\$ 239,9 milhões.

O BB inaugurou em março o Datacenter Capital Digital, em Brasília. É um centro de tecnologia, que propicia redundância de processamento e armazenamento, mitigando riscos operacionais e garantindo a continuidade dos negócios. Essa medida atende também os requisitos de Basileia II e Sarbanes-Oxley.

As diretrizes para a TI do BB estão orientadas a processos, direcionando-se para plataformas tecnológicas de relacionamento com o cliente, processos operacionais e de gestão, agregando soluções para mobilidade e integração tecnológica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Pessoas

Em 2013, o Banco manteve-se como *benchmarking* mundial na perspectiva Desenvolvimento do Capital Humano, do DJSI, reconhecimento da excelência do conjunto de políticas, práticas e programas de gestão de pessoas adotados.

No período, a Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB) ofertou 7.807,8 mil horas em ações de capacitação nas modalidades auto instrucional, em serviço e presencial e em programas de ensino superior, idiomas e certificações. O investimento em educação corporativa foi de R\$ 91,7 milhões (R\$ 796 por funcionário).

Foram lançados no período:

- i) novo modelo de avaliação de desempenho funcional, que além de avaliar competências, mensura as contribuições individuais no atingimento das metas estabelecidas, estimulando a performance dos funcionários na consecução dos objetivos organizacionais;
- ii) novo Plano de Funções estabelecendo novas atribuições e níveis de responsabilidade para os funcionários mitigando significativamente a exposição da Empresa ao risco de futuras ações trabalhistas;
- iii) novo Portal da Unibb, com versões nos idiomas inglês e espanhol, que possui 115 mil funcionários cadastrados e oferece 269 diferentes cursos, organizados em 130 trilhas de aprendizagem, sendo algumas específicas para funcionários do exterior. Também estão disponíveis 447 conteúdos na biblioteca digital;
- iv) novo modelo de certificação interna de conhecimentos, no qual as questões são distribuídas em graus de complexidade, o que torna possível classificar o domínio dos conhecimentos avaliados em três níveis básico, intermediário ou avançado incentivando a atualização contínua dos funcionários;
- v) Portal UniBB Família, ambiente que disponibiliza diversificados conteúdos educacionais e apoio escolar para a família dos funcionários do BB, abrangendo, dentre outros, o ensino infantil, fundamental, médio, pré-vestibular e profissional.

Remuneração e Benefícios

O Banco aprovou a ampliação do público alvo do Programa Desempenho Gratificado (PDG) - 2013, incluindo no rol de beneficiários, a gerência média da rede de agências, contemplando 2.700 funcionários semestralmente. O PDG visa reconhecer os melhores desempenhos e incluía, inicialmente, os gerentes de agência e superintendentes regionais da Rede de Negócios do Banco.

O Banco possui Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), que visa fortalecer a parceria com o funcionário, reconhecer o esforço individual e da equipe e alavancar os negócios, sendo regido pelos Acordos Coletivos de Trabalho. No exercício, foram distribuídos R\$ 2,0 bilhões.

A tabela a seguir demonstra a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários:

Tabela 2. Remuneração e Benefícios¹

	R\$ milhões		
	2012	2013	s/2012
Proventos	9.679	10.557	9,1
Encargos Sociais	3.279	3.567	8,8
Benefícios	1.864	2.582	38,5
Participação nos Lucros e Resultados	1.582	2.033	28,5
Honorários de Diretores e Conselheiros	31	33	7,0
Treinamento	42	47	11,6

¹ - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas.

9. Desenvolvimento Sustentável

Em relação à atuação socioambiental do BB, evidencia-se:

- i) manutenção da participação no DJSI e no novo índice Dow Jones de Sustentabilidade Mercados Emergentes;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ii) listagem pelo nono ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&F Bovespa (ISE);
- iii) listagem, pelo terceiro ano consecutivo, no relatório CDP Global 500 como uma das quinhentas empresas com melhor desempenho na gestão de mudanças climáticas e manteve-se listado na carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da BM&F Bovespa, além de receber o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG PROTOCOL;
- iv) disponibilização de cartas de crédito para aquisição de bens não poluentes pela BB Consórcios, desde fevereiro de 2013. A nova modalidade permite a compra de bicicletas elétricas com parcelas a partir de R\$ 135 e prazo de até 24 meses;
- v) aprovação da Agenda 21 do Banco do Brasil 2013/2015 pelo Conselho Diretor. Nesta nova versão, elaborada a partir de demandas dos diversos públicos de interesse do BB, foram definidas 92 macro-ações envolvendo praticamente todas as áreas do BB de forma a aprimorar constantemente o desempenho socioambiental da empresa;
- vi) entrega de 20.121 equipamentos a 210 instituições de todo o país para uso em finalidades sociais por meio da Doação de Computadores Substituídos no âmbito do Programa de Inclusão e Transformação Social;
- vii) atingimento da marca de 12,5 mil funcionários cadastrados no Portal do Voluntariado BB, sendo selecionados 273 projetos de entidades sociais, com repasse de R\$ 21,7 milhões em recursos para desenvolvimento de ações junto às comunidades onde atuam;
- viii) o Banco do Brasil, dentro da estratégia negocial de desenvolvimento sustentável e em parceria estratégica com o BNDES para utilização de recursos do Fundo Social, apoia cooperativas no País por meio de projetos. Em 2013 os projetos aprovados somaram R\$ 9,1 milhões;
- ix) realização do I Encontro “O BB no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) – Mecanismos de Gênero e Oportunidades Negociais” que teve por objetivos apresentar a parceria entre o Banco do Brasil e a Secretaria de Políticas para Mulheres na implementação das ações do PNPM, além de identificar oportunidades negociais no mercado feminino, considerado o maior mercado emergente do mundo;
- x) publicação das novas diretrizes de sustentabilidade para o crédito, através do Programa Água Brasil, abordando os setores de construção civil e mineração. Este ano o Programa ganhou reconhecimento internacional ao ser selecionado para o lançamento do novo portal da ONU para compartilhamento de experiências empresariais sobre clima e energia.
- xi) destinação de R\$ 139 milhões do orçamento do BB para realização de Investimento Social Privado (ISP). Tais recursos foram aplicados em programas sociais e de apoio às comunidades, nos seguintes vetores: educação, água, agroecologia, agroindústrias e resíduos sólidos;
- xii) em parceria com o Banco, a Fundação Banco do Brasil (FBB), no compromisso de auxiliar o Governo Federal no processo de universalização do acesso à água no semiárido brasileiro, por meio do Programa Água para Todos, construiu 39.564 cisternas de placas em 2013, com desembolso de R\$ 83 milhões em investimentos sociais. Desde 2012, foram construídas 70.266 unidades, alcançando mais de 350 mil pessoas;
- xiii) a FBB realizou R\$ 136,2 milhões, em 2013, de investimentos sociais em ações de desenvolvimento sustentável, no meio urbano e rural, em cinco vetores estratégicos: água (Programa Água para Todos e Água Brasil), agroecologia (Programa Ecoforte, Fundo Amazônia, Tecnologias Sociais), agroindústria (Programa Terra Forte), resíduos sólidos (Programa Cataforte) e educação (Programa Inclusão Digital, AABB Comunidade). Os investimentos alcançaram comunidades em vulnerabilidade social em 635 municípios brasileiros, promovendo a inclusão socioprodutiva, por meio de tecnologias sociais.

Para mais informações sobre a atuação do BB em desenvolvimento sustentável, consulte o site www.bb.com.br/sustentabilidade e www.blogaguabrasil.com.br.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**10. Informações Legais**

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,0% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como MPE. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 66,2 bilhões em dezembro, crescimento de 12,0% em doze meses.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, as empresas do Conglomerado do Banco do Brasil contrataram a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.394,8 mil, que representam 9,6% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 3. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco Votorantim S.A.	12/07/2012	30/01/2013	Consultoria T.I. - Projeto Segregação de Funções	845.8
BV Financeira	12/07/2012	30/01/2013	Consultoria T.I. - Projeto Segregação de Funções	62.6
BV Financeira	22/07/2013	23/09/2013	Assessoria Reestruturação	409.1
Votorantim CTVM	12/07/2012	30/01/2013	Consultoria T.I. - Projeto Segregação de Funções	7.5
Votorantim CTVM	05/06/2013	30/08/2013	Consultoria T.I. - Projeto EHT (Ethical Hacking Test) no Sagaz	37.8
BB Securities Asia Pte. Ltd.	12/06/2013	30/06/2013	Agente Tributário	32.0

Em cumprimento à Instrução CVM 381, o Conglomerado Banco do Brasil informa que em 2013 a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente ao Banco.

No Banco do Brasil a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 488/05, o BB esclarece:

- i) os investimentos fixos no ano somaram o valor de R\$ 1.547,7 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 922,9 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 513,4 milhões);
- ii) mantém registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 43,4 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB;
- iii) firmou em 2009, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo limite equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição. A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis relativas a 2013;
- iv) no período ocorreram as seguintes modificações societárias: (i) aquisição da totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., que anteriormente pertencia ao BB AG Viena; (ii) transferência da participação detida na empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS) – Alelo por meio do BB-BI para a Elo Participações; (iii) incorporação do BV Participações pelo Banco Votorantim; (iv) formalização de Acordo de Associação e Outras Avenças entre Banco do Brasil, BB Seguros, BB Corretora, Odontoprev e Odontoprev Serviços para a constituição de uma nova sociedade por ações denominada Brasilental; (v) transferência de ações ordinárias da União para a BB Seguros Participações relativas à IRB-Brasil Resseguros; (vi) alienação da participação do BB-BI na Itabepi Geração de Energia S.A. para o Grupo Neoenergia.

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil afirma que possui a intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

“Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

11. Principais Reconhecimentos Recebidos no Período

- i) em janeiro, a Gráfica do BB, localizada no Rio de Janeiro, conquistou a certificação FSC para a sua cadeia de custódia, que compreende o estoque de papel, a produção e a expedição de materiais gráficos. Essa certificação foi conferida pelo organismo internacional Rainforest Alliance;
- ii) em janeiro, o Banco do Brasil recebeu o prêmio “*Latin America Bond of the Year 2012*” da International Financing Review (IFR) referente à emissão de bônus perpétuos de US\$ 1,75 bilhões;
- iii) também em janeiro, foi anunciado o *ranking* da empresa de pesquisas canadense Corporate Knights, o “*Global 100*”, em que o Banco do Brasil foi o único banco brasileiro reconhecido dentre as 100 empresas mais sustentáveis do mundo;
- iv) em fevereiro, o Banco do Brasil conquistou quatro posições no *ranking* mundial “*Top 500 Banking Brands 2013*”, subindo para o 22º lugar no *ranking* elaborado pela The Banker/Brand Finance;
- v) em abril, a marca Banco do Brasil foi reconhecida como “A marca mais amada do Brasil” na categoria Bancos, no *ranking* da revista Consumidor Moderno;
- vi) também em abril, o Banco do Brasil foi selecionado como “*Greenwich Associates Share Leader*” na categoria *Brazilian Foreign Exchange Market Share* e “*Greenwich Associates Quality*” na categoria *Brazilian Foreign Exchange Service Quality*, títulos que traduzem o reconhecimento internacional por seus clientes pelo oferecimento da melhor cobertura do setor e a qualidade de seus serviços. O reconhecimento é conferido pela Greenwich Associates;
- vii) em maio, o Banco do Brasil obteve o 1º lugar na pesquisa “*Top of Mind Rural*”, categoria Crédito Rural, no *ranking* da Revista Rural;
- viii) em maio, o Banco do Brasil foi reconhecido entre os melhores bancos do mundo, segundo o *ranking* “*The World’s Strongest*” *Banks* da agência de informações Bloomberg;
- ix) em junho, o Banco do Brasil foi destaque na 12ª edição do Prêmio “e-Finance”, um dos mais conceituados prêmios de TI bancária do País, promovido pela Revista Executivos Financeiros. O BB foi premiado em 12 categorias, com 23 casos contemplados, mantendo o histórico de maior ganhador do prêmio;
- x) em julho, o Banco do Brasil foi listado na publicação “*Top 1000 World Banks 2013*”, *ranking* da revista britânica The Banker. O BB foi o banco brasileiro melhor colocado 36º lugar no *ranking* mundial;
- xi) em julho, ficou em 3º lugar no *ranking* geral das “Marcas Mais Valiosas do Brasil 2013”, publicado pela revista Exame;
- xii) em setembro, foi listado no *ranking* “As Melhores Empresas Para Você Trabalhar” publicado pelo Guia Você S/A;
- xiii) em setembro, foi eleito como a empresa campeã do Prêmio Época Empresa Verde 2013 na categoria Finanças. O prêmio é uma parceria da revista Época com a consultoria PricewaterhouseCoopers;
- xiv) ainda em setembro, o BB foi premiado no X Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, pelo projeto de arquitetura Ambiente Gepes 2.0 do BB, na categoria Educação/Interiores, considerado o maior evento de premiação do setor na América Latina;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- xv) em outubro, ficou em 1º lugar no ranking de setor financeiro no “Prêmio DCI – As Empresas Mais Admiradas do Brasil” do Jornal DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços;
- xvi) em outubro, o BB foi listado pela primeira vez no ranking “As Empresas com Melhor Reputação no Mercado Brasileiro” pela Ranking Reputation Institute, recebendo a classificação de “Melhor Reputação no Setor Bancário”;
- xvii) em outubro, o Banco do Brasil foi reconhecido pela 23ª vez consecutiva como a marca mais lembrada pelos brasileiros na categoria Bancos pelo prêmio Folha Top of Mind publicado pelo Instituto DataFolha;
- xviii) em novembro foi publicado o *ranking* anual da Interbrand “As Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2013”. O Banco do Brasil ficou pelo segundo ano consecutivo em 3º lugar, com a marca avaliada em R\$ 11,8 bilhões;
- xix) em novembro, a Loja da Sustentabilidade, plataforma virtual que comercializa produtos com viés de sustentabilidade, produzidos por associações e cooperativas apoiadas pela Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, foi vencedora na categoria “Produtos e Serviços” do prêmio Green Project Awards Brasil (GPA);
- xx) pelo 5º ano consecutivo, o Ourocard foi considerado o “Cartão preferido dos brasileiros” dentre os cartões de bancos, em pesquisa realizada pelo Instituto Medida Certa/Cardmonitor;
- xxi) a LatinFinance concedeu o prêmio “IPO of the Year” para a abertura de capital da BB Seguridade. Esta premiação leva em consideração a execução da operação, tamanho, complexidade, inovação e importância para o mercado;
- xxii) A BB DTVM recebeu em 2013 as premiações: 1º lugar em renda variável “Os Melhores Fundos para Institucionais” e 1º lugar em Top Asset (Investidor Institucional); “Melhor Gestor para seu Dinheiro” (FGV - Você S/A); “Melhor Gestora de Fundos de Renda Fixa” (Exame); Star Ranking (Standard & Poor’s): com dez fundos bem classificados; Ranking Top Five do Bacen: 3º lugar na projeção de curto prazo do IGP-DI.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Mais informações, visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Brasil relativo ao ano de 2013, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

O ambiente econômico internacional em 2013 foi caracterizado por sinais mais evidentes de recuperação da economia americana, com indicações, por parte do Federal Reserve, de que o início da retirada dos estímulos monetários aconteça ao longo do próximo ano. Em contraposição, a economia chinesa manteve o ritmo de desaceleração da atividade econômica. Essa conjuntura propiciou a valorização do dólar, o que trouxe impactos adversos diretos na cotação das moedas e na avaliação do prêmio de risco associado às economias emergentes.

A economia brasileira continuou sendo afetada pelas incertezas do ambiente externo. O início do programa de investimentos em infraestrutura brasileiro trouxe perspectivas positivas para o aumento da capacidade de oferta no médio prazo e expressiva produção agropecuária, mas o Produto Interno Bruto não apresentou taxas robustas de crescimento.

Em que pese o baixo crescimento, a inflação acumulada em 12 meses permaneceu próxima do limite superior do intervalo de metas, induzindo o Bacen a iniciar um novo ciclo de elevação da Selic.

2. Destaques do Período

A seguir, em ordem cronológica, alguns dos importantes eventos do exercício:

- i) emissões de Letras Financeiras Subordinadas no País, em janeiro, no total de R\$ 5,233 bilhões;
- ii) conclusão em janeiro da maior captação no mercado externo de capitais sob a forma de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de US\$ 2,0 bilhões, sendo US\$ 1,950 bilhões considerado elegível pelo Bacen, em outubro, para compor o Capital Complementar de Nível I, atendendo aos requisitos de Basileia III;
- iii) realização em abril de oferta pública de ações da BB Seguridade, *holding* que centraliza participações em empresas do segmento de seguros, previdência privada e capitalização. A oferta pública inicial secundária – maior do mundo em 2013 – foi de 675 milhões de ações ordinárias, relativas à oferta base e aos lotes complementar e adicional. As ações da BB Seguridade começaram a ser negociadas em bolsa no dia 29.04.2013, listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, com o preço definido em R\$ 17,00 por ação, gerando uma receita bruta para o BB de R\$ 11,475 bilhões;
- iv) inauguração em abril da nova fase do BOMPRATODOS, denominado Cada Vez + BOMPRATODOS;
- v) manutenção da listagem no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa (ISE), em setembro e novembro, respectivamente;
- vi) realização em novembro da primeira emissão pública no mercado suíço, captando 275 milhões de francos suíços. Foi a maior operação efetuada nesse mercado por um emissor brasileiro.

3. Planejamento Estratégico para o Período 2014 a 2018

Para o período de 2014 a 2018, o Banco do Brasil continuará priorizando aumentar a eficiência e produtividade, aperfeiçoar o relacionamento com clientes e gerar resultados sustentáveis.

Para aumentar a eficiência e a produtividade, o Banco está revisando os seus principais processos e atuando com foco na gestão das despesas. Com inovações nos canais de interação e melhoria no atendimento, pretende-se proporcionar maior proximidade, agilidade e conveniência ao cliente, aperfeiçoando o relacionamento com o Banco. Os resultados sustentáveis estão alicerçados no crescimento dos negócios que valorizam o relacionamento perene com os clientes e a geração de valor social, contribuindo para promoção da cidadania e crescimento do País.

A entrega de resultados aos acionistas e a realização de negócios sociais, como os programas Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) estão alinhados à missão do Banco do Brasil de “ser um banco competitivo e rentável, promovendo o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprindo sua função pública com eficiência”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Relatório da Administração 2013
Exercício 2013

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 Grandes Números

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 15,8 bilhões e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 22,9% em 2013. O lucro por ação foi de R\$ 5,58 no período.

Os ativos somaram R\$ 1,3 trilhão, crescimento de 13,5% em doze meses, com retorno sobre ativos de 1,3%, permitindo ao BB encerrar o ano como líder do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Destaque para sua atuação no crédito com 21,1% de participação de mercado. O patrimônio líquido alcançou R\$ 72,2 bilhões, incremento de 17,4% em doze meses.

Tabela 1. Principais Informações

	R\$ milhões		
Resultado¹	2012	2013	s/2012
Lucro Líquido	12.205	15.758	29,1
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	30.055	28.711	(4,5)
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	21.071	23.301	10,6
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	2.349	3.230	37,5
Despesas Administrativas²	(31.992)	(34.750)	8,6
	R\$ bilhões		
Patrimoniais	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Ativos	1.149	1.304	13,5
Carteira de Crédito Ampliada³	581	693	19,3
Captações Comerciais⁴	516	607	17,7
Depósitos Totais	472	491	4,0
Patrimônio Líquido	61	72	17,4
Índice de Basileia %⁵	14,8	14,5	
Indicadores	2012	2013	s/2012
Lucro por Ação (em R\$)	4,30	5,58	29,7
Retorno sobre Ativos %	1,4	1,4	
Retorno sobre Patrimônio Líquido %	19,8	22,9	
	mil		
Dados Estruturais	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Base de Clientes	58.551	61.375	4,8
Total de Contas Correntes	37.418	39.786	6,3
PF	35.049	37.328	6,5
PJ	2.369	2.458	3,7
Agências	5,4	5,5	1,6
Recursos Administrados (R\$ bilhões)	444	494	11,2
	R\$		
Indicadores de Mercado	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Valor Patrimonial - BBAS3	21,5	25,2	17,4
Cotação de Fechamento - BBAS3	25,6	24,4	(4,7)
	mil		
Perfil de Funcionários	Dez/12	Dez/13	s/Dez/12
Funcionários	114.182	112.216	(1,7)
Feminino	47.204	46.580	(1,3)
Masculino	66.978	65.636	(2,0)
Escolaridade			
Ensino Médio	28.552	26.426	(7,4)
Graduação	53.223	51.568	(3,1)
Especialização, Mestrado e Doutorado	31.917	33.794	5,9
Demais	490	428	(12,7)
Rotatividade de Funcionários (%)	3,7	4,8	

1 - Itens baseados nas Demonstrações Consolidadas;

2 - Refere-se à soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas;

3 - Inclui Títulos e Valores Mobiliários privados e garantias prestadas;

4 - Depósitos Totais, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Operações Compromissadas com Títulos Privados;

5 - Índice de 2013 calculado, conforme regras de Basileia III.

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, acesse o Relatório Análise do Desempenho no sítio: www.bb.com.br/ri.

4.2 Desempenho dos Papéis

O valor de mercado do BB foi de R\$ 69,9 bilhões ao final de dezembro de 2013. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre janeiro a abril de 2014, o Banco ocupa a 9ª posição, com 2,720% de participação.

A ação ordinária do BB (BBAS3) foi negociada em todos os pregões do Novo Mercado da BM&FBovespa permanecendo listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag. Internacionalmente, o BB integra os índices MSCI LatAm Index, S&P Lac 40 e DJSI.

Ao final do período, o Programa de *American Depositary Receipt* (ADR) Nível I do Banco do Brasil possuía 19,1 milhões de recibos em circulação cotados a US\$ 10,38 por certificado.

O Banco do Brasil, alinhado à sua prática de reinvestimento de lucros e distribuição de resultado, mantém o *payout* de 40% do lucro líquido, distribuído sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP), em periodicidade trimestral. Assim, no ano foram destinados R\$ 6,3 bilhões aos acionistas, sendo R\$ 3.010,2 milhões como dividendos e R\$ 3.313,9 milhões na forma de JCP. Os 60% remanescentes do lucro foram destinados à Reserva Legal e às Reservas Estatutárias.

4.3 Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 2. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Dez/13	Saldo de Investimento		Result. de Particip. 2013
				Dez/12	Dez/13	
Participações Consolidadas						
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	260.921	332.003	18.902
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	2.127	4.073	(1.193)
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	3.550.675	3.716.195	217.075
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(I)	100,00	92.126	106.823	1.171
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	55.919	88.352	23.395
Brasileian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	915.829	1.023.383	57.393
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.133	7.136	97
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,96	825.133	973.600	276.271
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	3.811.149	3.433.969	(35.699)
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	57.001	70.000	(8.725)
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	2.676.091	2.766.615	1.347.555
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.494	131.501	736.175
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.¹						
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	4.468.031	3.180.736	1.698.083
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	19.124	19.023	26.446
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	15.031	463.718	68.671
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	98.539	155.094	145.595
BB Turismo	Turismo	(I)	100,00	10.497	13.282	2.872
BB Money Transfers Inc.	Serviços	(I)	100,00	2.464	4.488	(728)
BB Tecnologia e Serviços S.A. (antiga Cobra Tecnologia)	Informática	(I)	100,00	141.563	161.639	32.280
BV Participações S.A.	Holding	(II)	-	52.186	-	(2.726)

(I) Controladas, consolidadas integralmente;

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

Tabela 3. Participações Societárias não Consolidadas

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Dez/13	Saldo de Investimento		Result. de Particip. 2013
				Dez/12	Dez/13	
Participações não Consolidadas						
Cadam S.A.	Mineradora	(IV)	21,64	27.999	25.929	(2.070)
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(IV)	15,56	2.311	2.462	201
Itapebi Geração de Energia	Energia	(IV)	-	75.719	-	22.058
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(IV)	11,11	1.827	8.747	4.089

(IV) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

5. Rede de Atendimento e Canais

O Banco do Brasil encerrou o período com 67,6 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,9% dos municípios brasileiros.

A rede própria contava com 19.143 pontos, sendo 5.450 agências, 1.746 postos de atendimento e 11.947 postos de atendimento eletrônico com 44.117 terminais de autoatendimento. O BB possui a maior rede de agências do País, com participação de 23,8%.

A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, contava com 10.251 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, aos quais somam-se os 6.189 pontos do Banco Postal.

Destacou-se também a performance dos canais de autoatendimento:

- i) internet: 2,0 bilhões de transações efetivadas por pessoas físicas e 15,3 milhões de clientes habilitados a utilizar o canal;
- ii) celular: 489,3 milhões de transações realizadas e 3,7 milhões de usuários;
- iii) Setor Público (internet e celular): 343,9 milhões de transações realizadas por 26,9 mil usuários;
- iv) Central de Atendimento: 258,5 milhões de transações realizadas e 12,4 milhões de clientes habilitados;
- v) Gerenciador Financeiro: 2,3 bilhões de transações realizadas pelo aplicativo, que foi utilizado por mais de 738 mil empresas, principalmente de pequeno porte. Em setembro de 2013, o BB lançou mais uma novidade: a liberação de crédito por meio do Gerenciador Financeiro para celulares *smartphones*.

Em 2013, o BB inaugurou duas agências com atendimento especializado para o segmento de micro e pequenas empresas (MPE): uma em Belo Horizonte (MG) e outra em Bauru (SP), totalizando três dependências com esse modelo de atendimento no País.

No mês de julho, o BB lançou a primeira agência com horário estendido, aberta das 6h às 24h, na cidade de São Paulo, a qual possui também Espaços de Promoção de Vendas, destinado a divulgação de produtos e serviços do Banco e parceiros, e de Educação Financeira, utilizado para realização de palestras para clientes e convidados.

No exterior, a rede de atendimento é composta por 49 dependências próprias localizadas em 24 países. Ao final de 2013, havia 1,2 mil bancos atuando como correspondentes do BB em 134 países. Na Argentina, a rede do Banco Patagonia foi ampliada para 374 pontos de atendimento, crescimento de 7,5% em doze meses. O Banco do Brasil Americas, nos Estados Unidos, possui uma rede de 4 agências, e por meio de convênios estabelecidos, tem disponíveis 40 mil terminais de autoatendimento compartilhados, oferecendo também serviços de internet e *mobile banking*.

6. Negócios

6.1 BOMPRATODOS

Em 2013, a Campanha BOMPRATODOS totalizou 12,2 milhões de clientes, que fizeram uso de produtos e serviços com preços reduzidos e mais de 9,3 milhões contrataram crédito com taxas de juros menores. Houve incremento de 5 milhões de clientes entre novos e que iniciaram relacionamento com o BB, especialmente por meio do Banco Postal.

A nova fase do BOMPRATODOS, inaugurada em abril, com foco na excelência e no relacionamento, busca a qualidade do atendimento e a satisfação dos 61,3 milhões de clientes do Banco do Brasil. Os três pilares dessa etapa são: mais transparência nas relações, mais inclusão bancária e mais vantagens em produtos e serviços.

O lançamento do novo extrato de serviços foi a principal ação dessa fase em 2013, materializando a estratégia de transparência, reforçando a postura do Banco de respeito com consumidores e de valorização de relacionamentos maduros e duradouros, pautados pela confiança. Desde o lançamento, foram mais de 6,6 milhões de acessos ao extrato de serviços, com 3,8 milhões de clientes únicos.

Outras ações integrantes da fase 2013 do BOMPRATODOS:

- i) lançamento do novo extrato de conta-corrente e da nova fatura do cartão de crédito;
- ii) lançamento dos novos pacotes de serviços padronizados, em atendimento à Resolução CMN 4.196, de 15.03.2013 e Carta-circular Bacen 3.594, de 22.04.2013;
- iii) simplificação do portfólio de pacotes de serviços do Banco do Brasil, reduzindo a quantidade ofertada de 31 para 7, que inclui pacotes padronizados pelo Bacen e a Cesta Banco Postal, com objetivos de qualificar a oferta e dar maior transparência em relação à cobrança de tarifas;

- iv) lançamento do BB Conta de Pagamento, inovação que permitiu criar uma conta pré-paga virtual para movimentação financeira de quem não possui conta em banco.

Para mais informações, acesse o site: www.bb.com.br/bompratodos.

6.2 Carteira de Crédito

A carteira de crédito do BB atingiu R\$ 623,4 bilhões, com expansão de 18,6% em doze meses. O BB manteve sua liderança em crédito no SFN com 21,1% de participação de mercado. A principal composição da carteira é apresentada abaixo:

- i) R\$ 167,7 bilhões em operações com pessoa física, evolução de 10,5%;
- ii) R\$ 261,6 bilhões em operações com empresas (indústria, comércio e serviços) crescimento de 17,9%;
- iii) R\$ 144,1 bilhões em crédito ao agronegócio, aumento de 34,7%.

A inadimplência permaneceu sob controle. O indicador que mede a razão entre as operações com atraso superior a 90 dias e a carteira de crédito encerrou o período em 2,0%, inferior aos 2,1% alcançado no exercício anterior. Comparativamente, o SFN apresentou índices de 3,0% e 3,7%, respectivamente. O Banco também apresenta uma estrutura de crédito com menor risco que a do SFN. As operações classificadas nos níveis de risco de AA-C encerraram dezembro em 95,0% do total da carteira, contra 93,3% do SFN.

6.2.1 Clientes Pessoa Física

As principais linhas de crédito que compõem a carteira são relacionadas a seguir:

Crédito Consignado

O crédito consignado permanece com a maior representatividade na carteira para pessoas físicas, com 36,9% do total, já considerando as aquisições de crédito e participação no Banco Votorantim. Com a estratégia de qualificação da base de clientes e foco em linhas de menor risco, as operações em consignado cresceram 5,8% nos últimos doze meses, reforçando a liderança do Banco nesse segmento, com 27,9% de participação de mercado. Os empréstimos a servidores públicos continuaram como os mais representativos dessa carteira, com 87,6% do total, sendo ainda composta por aposentados e pensionistas do INSS (8,3%) e funcionários do setor privado (4,2%).

Financiamentos de Veículos

O saldo das operações de financiamento de veículos, incluindo aquisições de crédito e participação no Banco Votorantim, alcançou R\$ 35,5 bilhões.

As operações originadas nas agências do Banco do Brasil alcançaram saldo de R\$ 11,9 bilhões, uma evolução de 7,6% em doze meses, impulsionadas pelo BOMPRATODOS. O perfil destas novas operações continuou dentro dos critérios adotados nos últimos anos, assegurando a qualidade da carteira dentro da série histórica de desempenho.

Crédito Imobiliário

O crédito imobiliário pessoa física finalizou o ano com saldo de R\$ 18,2 bilhões, expansão de 78,0% em doze meses. Os desembolsos atingiram R\$ 9,9 bilhões no ano, 93,9% a mais que no mesmo período de 2012. Destaque para a disponibilização de portfólio de produtos com *funding* de poupança e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No âmbito do PMCMV, foram financiadas 42,1 mil operações com clientes das Faixas 2 e 3.

Financiamento Estudantil

Foram formalizados 270 mil novos contratos em 2013, superando em 47,9% o resultado de 2012, quando foram contratados 183 mil financiamentos. Em valor de contrato a carteira total do BB já soma R\$ 18,6 bilhões.

No final de dezembro, o Banco do Brasil contratou a operação FIES de número 500.000, expressiva marca para o BB que, em pouco mais de três anos de atuação, proporcionou o acesso de mais de meio milhão de estudantes às instituições privadas de ensino superior.

6.2.2 Clientes Pessoa Jurídica

Os principais montantes que compõem o saldo da carteira pessoa jurídica são apresentados a seguir:

Crédito para Investimentos

O BB consolidou sua posição como um dos mais importantes agentes financiadores do crédito para investimento no País. Em 2013, foram analisados grandes projetos em áreas como energia, setor naval, petróleo e transportes, onde R\$ 54,0 bilhões já foram contratados ou estão em fase de contratação.

O desembolso de crédito para investimento atingiu nesse período o montante de R\$ 55,8 bilhões. As principais linhas de repasse de recursos são o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (BNDES/Finame), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Investimento Agropecuário, Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger).

Crédito Imobiliário

O BB encerrou o período com R\$ 9,5 bilhões em contratos de financiamento à produção. O saldo da carteira atingiu R\$ 5,9 bilhões em dezembro, crescimento de 122,6% em doze meses.

Em 2013, 156 mil unidades habitacionais foram contratadas para a construção, com amparo do PMCMV, para todas as faixas de renda do programa.

Micro e Pequenas Empresas

Ao final de dezembro de 2013, o BB possuía 2,3 milhões de clientes MPE, mantendo-se como principal parceiro do segmento e reforçando o posicionamento como o “Banco da Micro e Pequena Empresa”.

O saldo das operações de crédito para MPE atingiu R\$ 99,9 bilhões, incremento de 12,3% em doze meses. Destinou R\$ 65,3 bilhões para capital de giro, representando 65,4% da carteira de crédito MPE. O saldo dos financiamentos de investimentos a esse segmento chegou a R\$ 32,4 bilhões, crescimento de 25,2% em relação a dezembro de 2012.

O Banco do Brasil utilizou amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO) para facilitar o acesso ao crédito para as MPE, que mitigou o risco das operações e reduziu o custo para o tomador final. Em dezembro, havia 491,9 mil operações cobertas, totalizando o saldo aplicado de R\$ 18,3 bilhões.

Em 2013, o BB reforçou o apoio ao empreendedorismo com o lançamento do site Empreendedor (bb.com.br/empreendedor), que apresenta soluções de produtos e serviços. Apoiou também os Arranjos Produtivos Locais (APL) aplicando R\$ 3,8 bilhões em operações de crédito com empresas integrantes de APL.

No MPO, a atuação do Banco é alinhada ao Programa Crescer do Governo Federal. Em dezembro, alcançou o desembolso acumulado de R\$ 2,4 bilhões em operações de crédito para capital de giro e investimentos. Foram beneficiados 1,2 milhão de clientes pessoas físicas e jurídicas em todo o País.

Clientes Atacado

Em dezembro, a carteira de crédito de clientes atacado apresentou saldo de R\$ 143,1 bilhões, crescimento de 15,5% na comparação com o mesmo período de 2012.

O Banco do Brasil participa de Operações Estruturadas, que são concessões de crédito realizadas sob medida para atender a necessidades específicas do cliente. As principais contratações do ano somaram mais de R\$ 43,6 bilhões. Deste total, a participação do Banco do Brasil foi de R\$ 24,1 bilhões, dos quais R\$ 5,2 bilhões em operações de financiamento de longo prazo - tais como BNDES, FCO e FMM e R\$ 18,9 bilhões em emissões no Mercado de Capitais, por meio de Debêntures, Notas Promissórias e cotas de Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDC).

6.2.3 Agronegócios

O BB mantém-se como o maior parceiro do agronegócio brasileiro, com participação de 66,1% do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A carteira de agronegócios encerrou dezembro com saldo de R\$ 144,1 bilhões em operações de crédito rural e agroindustrial. Esse montante representa um incremento de 34,7% em relação ao

mesmo período de 2012. O saldo foi de R\$ 28,9 bilhões em operações contratadas no Pronaf e R\$ 16,8 bilhões no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Na contratação de operações de crédito rural são utilizados mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Em dezembro, 65,1% das operações de custeio agrícola contratadas na safra 2013/2014 estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro) e seguro de preço (contratos de opções). O índice de inadimplência (operações em atraso acima de 90 dias) da carteira de agronegócio foi de 0,8%.

O apoio creditício à sustentabilidade no agronegócio está presente nas linhas Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Florestal e Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) que incentivam os produtores rurais a utilizarem técnicas sustentáveis para reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento. No ano o Programa ABC contratou 5.359 financiamentos, atingindo o montante de R\$ 2,3 bilhões.

O financiamento de lavouras com o emprego do Sistema de Plantio Direto (SPD), uma das tecnologias que compõem os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP-15, é expressivo e corresponde a 77,0% do total financiado em custeio agrícola pelo BB na safra 2012/2013.

6.3 Captações

As captações comerciais do BB totalizaram R\$ 607,2 bilhões em 2013, entre operações realizadas no mercado doméstico e internacional.

Destacam-se entre as captações domésticas:

- i) R\$ 79,2 bilhões em Letras de Crédito do Agronegócio e R\$ 3,5 bilhões em Letras de Crédito Imobiliário;
- ii) R\$ 113,3 bilhões em repasses de fundos e programas oficiais com crescimento de 33,0% em relação ao mesmo período de 2012. Entre esses fundos estão: FCO, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), BNDES/Finame. Todos geram *funding* para operações de crédito no BB.
- iii) R\$ 17,2 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas. O saldo de operações enquadradas como capital de nível II somou R\$ 7,4 bilhões.

6.4 Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil, por meio da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BB DTVM), desde 1994 é líder na indústria nacional de fundos de investimento. Ao final de dezembro, atingiu o total de R\$ 493,7 bilhões em recursos administrados e uma participação de mercado de 20,9%.

Em 2013, foram firmadas parcerias com gestores internacionais para criação de fundos destinados a investidores institucionais e *private*, oferecendo a possibilidade de investimento no exterior, e com gestores independentes para ampliação do portfólio de fundos estruturados. No período, houve também a otimização do portfólio (incorporação envolvendo 33 fundos), gerando maior eficiência.

6.5 Clientes Governo

As operações de crédito com o Governo atingiram R\$ 18,6 bilhões em dezembro de 2013, crescendo mais de 109,1% em 12 meses e disponibilizando recursos para investimentos dos Estados e Municípios, principalmente em infraestrutura. Em relação ao desenvolvimento regional, foram contratados R\$ 6,1 bilhões em operações do FCO. Mais de 1.780 municípios e 20 estados já aderiram ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil, próprio para ações de socorro em casos de calamidades públicas. O BB atuou, também, na execução de Programas do Governo Federal, como o Programa Ciência sem Fronteiras, emitindo mais de 36,1 mil cartões para bolsistas e no Programa Mais Médicos, sendo responsável pela abertura de 5,8 mil contas correntes para os participantes e por R\$ 54,6 milhões em pagamentos aos profissionais.

6.6 Cartões

O faturamento com cartões alcançou R\$ 205,9 bilhões, crescimento de 22,4% em 2013. A participação de mercado foi de 24,0%, conforme últimos dados publicados pela Abecs em 2013.

Os cartões BB da bandeira Elo atingiram faturamento de R\$ 13,2 bilhões, incremento de 2.572,5% em relação a 2012, decorrente da ampliação do portfólio de produtos lançados ao longo do ano, tais como os cartões Empresarial Elo e BNDES Elo, contribuindo para o aumento da participação da bandeira junto ao mercado de cartões.

Dando sequência ao processo de ampliação do uso do cartão como instrumento de inclusão financeira, foi lançado o Ourocard Conta de Pagamento, um cartão pré-pago destinado aos beneficiários do BB Conta de Pagamento.

6.7 Seguros, Previdência e Capitalização

O Banco do Brasil atua nas áreas de seguros, previdência e capitalização por meio da *holding* BB Seguridade Participações, empresa listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, que possui liderança nos mercados em que atua, conforme dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em 2013, os negócios da BB Seguridade agregaram ao BB R\$ 1.698,1 milhões de lucro líquido.

Para mais informações acesse: www.bancodobrasilseguridade.com.br.

6.8 Gestão Previdenciária

O volume de recursos administrados pelo Banco do Brasil, por meio de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social, totalizou R\$ 25,8 bilhões em 2013, o que representa 40,1% de participação de mercado. As tarifas geradas com a administração dos fundos e a prestação de serviços previdenciários de assessoria em atuária, investimentos, benefícios, folha de pagamentos e apoio técnico alcançaram o montante de R\$ 59,7 milhões.

Em 2013, a BB Previdência alcançou patrimônio de R\$ 2,2 bilhões, sendo 41 planos empresariais de 51 empresas patrocinadoras, dois planos instituídos de duas entidades classistas e setoriais e 71,6 mil participantes. Esse Fundo de Pensão Multipatrocinado é administrado pelo Banco e realiza a gestão de planos de previdência complementar fechada disponibilizados aos empregados de empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista e de planos instituídos por sindicatos, entidades de classe e outros.

6.9 Mercado de Capitais

O Banco do Brasil, por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI), atua no mercado de capitais doméstico, com foco em investidores de varejo e institucionais. O serviço de compra e venda de ações para os clientes de varejo na rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos móveis movimentou R\$ 24,0 bilhões, dos quais R\$ 21,6 bilhões foram pelo *home broker*.

Conforme o *ranking* Anbima, as principais realizações do Banco no período foram:

- i) coordenou 131 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias, debêntures, FIDC, Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), totalizando volume de R\$ 23,9 bilhões, ficando em 1º lugar no *ranking* de originação consolidado e 25,6% de participação de mercado;
- ii) atuou em 22 operações de emissões externas, que totalizaram US\$ 23,0 bilhões alcançando, pela primeira vez, o 1º lugar no *ranking*;
- iii) realizou operações de CRI, FIDC e CRA com um volume de R\$ 1,5 bilhão no mercado de securitização;
- iv) coordenou 5 ofertas públicas que somaram R\$ 14,7 bilhões no mercado de renda variável. Em termos de distribuição, o BB alcançou o 1º lugar no *ranking* e 16,5% de participação de mercado.

6.10 Serviços

O Banco do Brasil disponibiliza diversos serviços bancários aos seus clientes. Entre aqueles oferecidos a pessoas jurídicas, inclusive governo, destacaram-se nesse período:

- i) a cobrança bancária, a arrecadação de guias e o débito automático, nos quais foram atendidos mais de 600 mil empresas, movimentando R\$ 953,9 bilhões e 1,1 bilhão de títulos;
- ii) os convênios de folha de pagamento, com o processamento de mais de R\$ 377,5 bilhões, atendendo a 12 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas;
- iii) os pagamentos de benefícios do INSS superaram R\$ 6,3 bilhões/mês, realizados por meio de cartão específico e crédito em conta;
- iv) a arrecadação de tributos que somou o volume de R\$ 646,5 bilhões, 16,3% acima do verificado no mesmo período de 2012. O produto que mais se destacou foi a arrecadação de DARF, com 34,6% de crescimento, totalizando R\$ 218,0 bilhões;
- v) o lançamento do Portal do Governador, solução em iPad que fornece dados dos estados e de seus municípios para apoiar a gestão pública;
- vi) o portal Licitações-e, onde foram realizados 47,6 mil processos licitatórios no valor total de R\$ 25,2 bilhões.

Para todos os clientes correntistas, o BB oferece o serviço de Débito Direto Autorizado que somou 1,2 milhão de sacados eletrônicos, com 13,3% de participação de mercado e mais de 53 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

Aos clientes que formam o segmento cooperativista de crédito, o BB disponibilizou os Serviços de Integração à Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe) de Liquidação de Pagamentos e Transferências Interbancárias (SPB), além do Cartão Ourocard Cooperativo. Ao final do ano, o BB mantinha parceria com 320 cooperativas de crédito para prestação do serviço de integração Compe e SPB a 517,4 mil cooperados, com 68,4 mil cartões corporativos.

A BB Administradora de Consórcios encerrou 2013 com uma carteira de 437 mil cotas ativas, crescimento de 9,1% em doze meses. O segmento de veículos cresceu 10,5%, atingindo 406 mil cotas ativas em dezembro. Foram comercializadas no período 102 mil novas cotas de consórcio, que representou R\$ 2,9 bilhões em cartas de crédito.

6.11 Comércio Exterior

O BB manteve a liderança no câmbio de exportação e de importação, com volumes de US\$ 65,1 bilhões e US\$ 48,7 bilhões e participações de mercado de 26,6% e 21,9%, respectivamente.

As operações de exportação (ACC/ACE) se destacam com concessões de US\$ 11,8 bilhões e participação de 30,8% do mercado. O volume financiado em importações foi de US\$ 2,8 bilhões. No repasse de recursos de programas governamentais, os desembolsos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade financiamento, foram de US\$ 448,1 milhões e os da linha BNDES-Exim atingiram US\$ 1,4 bilhão.

No mercado de câmbio financeiro o BB atingiu a marca de US\$ 36,8 bilhões e US\$ 44,9 bilhões em operações de compra e venda, respectivamente.

Os serviços on-line de câmbio e de comércio exterior realizados via internet representaram 67,4% dos contratos de câmbio de exportação e 48,7% de importação. O BB oferece, ainda, serviços de capacitação em negócios internacionais. Em 2013, foram treinadas 9.978 pessoas em todo o País, superando em 15,3% o mesmo período do ano anterior.

No ano, foram analisados 1.041,6 mil documentos por meio do convênio de cooperação entre o Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para viabilizar operações de importação, exportação e *drawback* de empresas de todas as regiões do País.

7. Gestão Corporativa

7.1 Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil é formada pelo Conselho de Administração - composto por oito membros e assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna - e pela Diretoria Executiva - composta pelo Conselho Diretor (Presidente e nove Vice-presidentes) e por vinte e sete Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, o Banco mantém processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de Governança Corporativa e de Ética também dão suporte às melhores práticas de governança adotadas pelo Banco do Brasil.

Em outubro, foi aprovada a nomeação do Conselheiro representante dos empregados. O processo de eleição ocorreu no 1º semestre e foi regido pelo Regulamento Eleitoral, conforme disposições da Lei nº 12.353/2010, Portaria nº 026/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Estatuto Social do Banco do Brasil.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

7.2 Relacionamento com o Mercado

O Banco do Brasil disponibiliza relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adota a postura de convidar o mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário

clarificar temas específicos sobre a Empresa. No ano, o Banco do Brasil realizou 6 encontros com investidores e analistas no País, 6 *roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, participou de 5 conferências no País e outras 6 no exterior e promoveu 4 teleconferências de resultado. Ao todo foram realizados mais de 700 atendimentos a analistas de mercados e investidores, incluindo a participação em reuniões e os atendimentos telefônicos.

7.3 Controles Corporativos

Gestão de Riscos

O Banco do Brasil aprimorou o modelo de gerenciamento de riscos das entidades ligadas e de testes de estresse e segregou as atividades de gestão do risco de liquidez das áreas de negócio. Vêm sendo implementadas ações para a redução de perdas operacionais, intensificando o processo de identificação e mitigação dos riscos, bem como a disseminação da cultura de gestão de riscos para as Unidades.

Em setembro, o BB aprovou relatório do Processo Interno de Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP) e revisou a Declaração de Apetite e Tolerância aos Riscos e a Política de Gestão de Capital.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Gestão de Riscos, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Controles Internos

O Banco do Brasil desenvolve seus trabalhos de controles internos com foco na gestão integrada de riscos e controles. Foram realizados trabalhos multidisciplinares de aperfeiçoamento de controles direcionados, principalmente, para a mitigação de riscos operacionais. Foram feitas melhorias metodológicas visando aprimorar a forma de atuação segregada dos controles internos do BB, conferindo mais eficiência e eficácia em sua gestão.

Ouvidoria BB

A Ouvidoria BB aprimorou seus processos em 2013, visando melhorar o fluxo de informações e agilizar a solução às demandas dos clientes. As principais ações foram a ampliação de sua autonomia, definição de novo fluxo para a rede de agências e Serviço de Atendimento ao Consumidor, buscando a solução das demandas no primeiro contato do cliente, maior proximidade com Órgãos de Defesa do Consumidor e introdução de diversos procedimentos internos que otimizam o processo.

Gestão da Segurança

O Banco apoia e contribui ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da participação nas reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda, e o Ministério Público do Estado de São Paulo. O Banco do Brasil treinou mais de 14,1 mil funcionários em eventos de capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), incluindo cursos, seminários e certificação de conhecimentos.

A proteção de clientes, funcionários e do patrimônio do Conglomerado é garantida por investimentos crescentes em tecnologia, aliados à capacitação contínua dos profissionais da área de gestão da segurança. Neste sentido, vem sendo ampliado o número de agências sob monitoramento 24 horas e com abertura remota de cofres, visando conferir maior nível de segurança à Rede.

Quanto à proteção das transações financeiras, mantém-se a estratégia de investimento na utilização de dispositivos de segurança de alta tecnologia e inovadores, como o emprego de leitores biométricos, que estão sendo instalados em caixas eletrônicos do BB, inicialmente nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.

7.4 Tecnologia

Em 2013, os destaques foram: o Programa de Transformação Tecnológica, que se propõe a reorganizar a metodologia de construção e manutenção dos sistemas visando à otimização dos padrões de trabalho existentes, das plataformas, dos processos de desenvolvimento, operação e infraestrutura e Programa de Otimização de Recursos de TI (PORTI), cujo objetivo é eficiência no uso de recursos de TI, reavaliando arquitetura, topologia, contratação, contabilização, sobreposição de serviços e viabilidade financeira. O PORTI gerou economia de R\$ 239,9 milhões.

O BB inaugurou em março o Datacenter Capital Digital, em Brasília. É um centro de tecnologia, que propicia redundância de processamento e armazenamento, mitigando riscos operacionais e garantindo a continuidade dos negócios. Essa medida atende também os requisitos de Basileia II e Sarbanes-Oxley.

As diretrizes para a TI do BB estão orientadas a processos, direcionando-se para plataformas tecnológicas de relacionamento com o cliente, processos operacionais e de gestão, agregando soluções para mobilidade e integração tecnológica.

8. Pessoas

Em 2013, o Banco manteve-se como *benchmarking* mundial na perspectiva Desenvolvimento do Capital Humano, do DJSI, reconhecimento da excelência do conjunto de políticas, práticas e programas de gestão de pessoas adotados.

No período, a Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB) ofertou 7.807,8 milhões horas em ações de capacitação nas modalidades autoinstrucional, em serviço e presencial e em programas de ensino superior, idiomas e certificações. O investimento em educação corporativa foi de R\$ 91,7 milhões (R\$ 796 por funcionário).

Foram lançados no período:

- i) novo modelo de avaliação de desempenho funcional, que além de avaliar competências, mensura as contribuições individuais no atingimento das metas estabelecidas, estimulando a performance dos funcionários na consecução dos objetivos organizacionais;
- ii) novo Plano de Funções estabelecendo novas atribuições e níveis de responsabilidade para os funcionários mitigando significativamente a exposição da Empresa ao risco de futuras ações trabalhistas;
- iii) novo Portal da Unibb, com versões nos idiomas inglês e espanhol, que possui 115 mil funcionários cadastrados e oferece 269 diferentes cursos, organizados em 130 trilhas de aprendizagem, sendo algumas específicas para funcionários do exterior. Também estão disponíveis 447 conteúdos na biblioteca digital;
- iv) novo modelo de certificação interna de conhecimentos, no qual as questões são distribuídas em graus de complexidade, o que torna possível classificar o domínio dos conhecimentos avaliados em três níveis básico, intermediário ou avançado incentivando a atualização contínua dos funcionários;
- v) Portal UniBB Família, ambiente que disponibiliza diversificados conteúdos educacionais e apoio escolar para a família dos funcionários do BB, abrangendo, dentre outros, o ensino infantil, fundamental, médio, pré-vestibular e profissional.

Remuneração e Benefícios

O Banco aprovou a ampliação do público alvo do Programa Desempenho Gratificado (PDG) - 2013, incluindo no rol de beneficiários, a gerência média da rede de agências, contemplando 2.700 funcionários semestralmente. O PDG visa reconhecer os melhores desempenhos e incluía, inicialmente, os gerentes de agência e superintendentes regionais da Rede de Negócios do Banco.

O Banco possui Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), que visa fortalecer a parceria com o funcionário, reconhecer o esforço individual e da equipe e alavancar os negócios, sendo regido pelos Acordos Coletivos de Trabalho. No exercício, foram distribuídos R\$ 2,2 bilhões.

A tabela a seguir demonstra a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários:

Tabela 4. Remuneração e Benefícios

	R\$ milhões		
	2012	2013	s/2012
Folha de pagamento ¹	15.322	16.606	8,4
Previdência Complementar ²	2.244	1.801	(19,7)
Planos de Saúde ²	928	970	4,5
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.835	2.204	20,1
Treinamento ⁴	55	59	5,9

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa 22 (Despesas de Pessoal);

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa 27;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme Nota Explicativa 22 (Despesas de Pessoal).

9. Desenvolvimento Sustentável

Em relação à atuação socioambiental do BB, evidencia-se:

- i) manutenção da participação no DJSI e no novo índice Dow Jones de Sustentabilidade Mercados Emergentes;
- ii) listagem pelo nono ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&F Bovespa (ISE);
- iii) listagem, pelo terceiro ano consecutivo, no relatório CDP Global 500 como uma das quinhentas empresas com melhor desempenho na gestão de mudanças climáticas e manteve-se listado na carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da BM&F Bovespa, além de receber o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG PROTOCOL;
- iv) disponibilização de cartas de crédito para aquisição de bens não poluentes pela BB Consórcios, desde fevereiro de 2013. A nova modalidade permite a compra de bicicletas elétricas com parcelas a partir de R\$ 135 e prazo de até 24 meses;
- v) aprovação da Agenda 21 do Banco do Brasil 2013/2015 pelo Conselho Diretor. Nesta nova versão, elaborada a partir de demandas dos diversos públicos de interesse do BB, foram definidas 92 macro-ações envolvendo praticamente todas as áreas do BB de forma a aprimorar constantemente o desempenho socioambiental da empresa;
- vi) entrega de 20.121 equipamentos a 210 instituições de todo o país para uso em finalidades sociais por meio da Doação de Computadores Substituídos no âmbito do Programa de Inclusão e Transformação Social;
- vii) atingimento da marca de 12,5 mil funcionários cadastrados no Portal do Voluntariado BB, sendo selecionados 273 projetos de entidades sociais, com repasse de R\$ 21,7 milhões em recursos para desenvolvimento de ações junto às comunidades onde atuam;
- viii) o Banco do Brasil, dentro da estratégia negocial de desenvolvimento sustentável e em parceria estratégica com o BNDES para utilização de recursos do Fundo Social, apoia cooperativas no País por meio de projetos. Em 2013 os projetos aprovados somaram R\$ 9,1 milhões;
- ix) realização do I Encontro “O BB no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) – Mecanismos de Gênero e Oportunidades Negociais” que teve por objetivos apresentar a parceria entre o Banco do Brasil e a Secretaria de Políticas para Mulheres na implementação das ações do PNPM, além de identificar oportunidades negociais no mercado feminino, considerado o maior mercado emergente do mundo;
- x) publicação das novas diretrizes de sustentabilidade para o crédito, através do Programa Água Brasil, abordando os setores de construção civil e mineração. Este ano o Programa ganhou reconhecimento internacional ao ser selecionado para o lançamento do novo portal da ONU para compartilhamento de experiências empresariais sobre clima e energia.
- xi) destinação de R\$ 139 milhões do orçamento do BB para realização de Investimento Social Privado (ISP). Tais recursos foram aplicados em programas sociais e de apoio às comunidades, nos seguintes vetores: educação, água, agroecologia, agroindústrias e resíduos sólidos;
- xii) em parceria com o Banco, a Fundação Banco do Brasil (FBB), no compromisso de auxiliar o Governo Federal no processo de universalização do acesso à água no semiárido brasileiro, por meio do Programa Água para Todos, construiu 39.564 cisternas de placas em 2013, com desembolso de R\$ 83 milhões em investimentos sociais. Desde 2012, foram construídas 70.266 unidades, alcançando mais de 350 mil pessoas;
- xiii) a FBB realizou R\$ 136,2 milhões, em 2013, de investimentos sociais em ações de desenvolvimento sustentável, no meio urbano e rural, em cinco vetores estratégicos: água (Programa Água para Todos e Água Brasil), agroecologia (Programa Ecoforte, Fundo Amazônia, Tecnologias Sociais), agroindústria (Programa Terra Forte), resíduos sólidos (Programa Cataforte) e educação (Programa Inclusão Digital, AABB Comunidade). Os investimentos alcançaram comunidades em vulnerabilidade social em 635 municípios brasileiros, promovendo a inclusão socioproductiva, por meio de tecnologias sociais.

Para mais informações sobre a atuação do BB em desenvolvimento sustentável, consulte o sítio www.bb.com.br/sustentabilidade e www.blogaguabrasil.com.br.

10. Informações Legais

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,0% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como MPE. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 66,2 bilhões em dezembro, crescimento de 12,0% em doze meses. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 8,3 bilhões e das pequenas empresas R\$ 33,9 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 3,7 bilhões e para as pequenas empresas R\$ 19,5 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, as empresas do Conglomerado do Banco do Brasil contrataram a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.394,8 mil, que representam 9,6% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 5. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco Votorantim S.A.	12/07/2012	30/01/2013	Consultoria T.I. - Projeto Segregação de Funções	845,8
BV Financeira	12/07/2012	30/01/2013	Consultoria T.I. - Projeto Segregação de Funções	62,6
BV Financeira	22/07/2013	23/09/2013	Assessoria Reestruturação	409,1
Votorantim CTVM	12/07/2012	30/01/2013	Consultoria T.I. - Projeto Segregação de Funções	7,5
Votorantim CTVM	05/06/2013	30/08/2013	Consultoria T.I. - Projeto EHT (Ethical Hacking Test) no Sagaz	37,8
BB Securities Asia Pte. Ltd.	12/06/2013	30/06/2013	Agente Tributário	32,0

Em cumprimento à Instrução CVM 381, o Conglomerado Banco do Brasil informa que em 2013 a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente ao Banco.

No Banco do Brasil a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 488/05, o BB esclarece:

- i) os investimentos fixos no ano somaram o valor de R\$ 1.547,7 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 922,9 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 513,4 milhões);
- ii) possui R\$ 624,3 milhões de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na Nota Explicativa de Tributos das Demonstrações Contábeis relativas a 2013;
- iii) mantém registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 43,4 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB;
- iv) firmou em 2009, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo limite equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição. A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis relativas a 2013;
- v) no período ocorreram as seguintes modificações societárias: (i) aquisição da totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., que anteriormente pertencia ao BB AG Viena; (ii) transferência da participação detida na empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS) – Alelo por meio do BB-BI para a Elo Participações; (iii) incorporação do BV Participações pelo Banco Votorantim; (iv) formalização de Acordo de Associação e Outras Avenças entre Banco do Brasil, BB Seguros, BB Corretora, Odontoprev e Odontoprev Serviços para a constituição de uma nova sociedade por ações denominada Brasil dental; (v) transferência de ações ordinárias da União para a BB Seguros Participações relativas à IRB-Brasil Resseguros; (vi) alienação da participação do BB-BI na Itabepi Geração de Energia S.A. para o Grupo Neoenergia.

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil afirma que possui a intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

11. Principais Reconhecimentos Recebidos no Período

- i) em janeiro, a Gráfica do BB, localizada no Rio de Janeiro, conquistou a certificação FSC para a sua cadeia de custódia, que compreende o estoque de papel, a produção e a expedição de materiais gráficos. Essa certificação foi conferida pelo organismo internacional Rainforest Alliance;
- ii) em janeiro, o Banco do Brasil recebeu o prêmio "*Latin America Bond of the Year 2012*" da International Financing Review (IFR) referente à emissão de bônus perpétuos de US\$ 1,75 bilhões;
- iii) também em janeiro, foi anunciado o *ranking* da empresa de pesquisas canadense Corporate Knights, o "*Global 100*", em que o Banco do Brasil foi o único banco brasileiro reconhecido dentre as 100 empresas mais sustentáveis do mundo;
- iv) em fevereiro, o Banco do Brasil conquistou quatro posições no *ranking* mundial "*Top 500 Banking Brands 2013*", subindo para o 22º lugar no *ranking* elaborado pela The Banker/Brand Finance;
- v) em abril, a marca Banco do Brasil foi reconhecida como "A marca mais amada do Brasil" na categoria Bancos, no *ranking* da revista Consumidor Moderno;
- vi) também em abril, o Banco do Brasil foi selecionado como "*Greenwich Associates Share Leader*" na categoria *Brazilian Foreign Exchange Market Share* e "*Greenwich Associates Quality*" na categoria *Brazilian Foreign Exchange Service Quality*, títulos que traduzem o reconhecimento internacional por seus clientes pelo oferecimento da melhor cobertura do setor e a qualidade de seus serviços. O reconhecimento é conferido pela Greenwich Associates;
- vii) em maio, o Banco do Brasil obteve o 1º lugar na pesquisa "*Top of Mind Rural*", categoria Crédito Rural, no *ranking* da Revista Rural;
- viii) em maio, o Banco do Brasil foi reconhecido entre os melhores bancos do mundo, segundo o *ranking* "*The World's Strongest*" Banks da agência de informações Bloomberg;
- ix) em junho, o Banco do Brasil foi destaque na 12ª edição do Prêmio "e-Finance", um dos mais conceituados prêmios de TI bancária do País, promovido pela Revista Executivos Financeiros. O BB foi premiado em 12 categorias, com 23 casos contemplados, mantendo o histórico de maior ganhador do prêmio;
- x) em julho, o Banco do Brasil foi listado na publicação "Top 1000 World Banks 2013", *ranking* da revista britânica The Banker. O BB foi o banco brasileiro melhor colocado 36º lugar no *ranking* mundial;
- xi) em julho, ficou em 3º lugar no *ranking* geral das "Marcas Mais Valiosas do Brasil 2013", publicado pela revista Exame;
- xii) em setembro, foi listado no *ranking* "As Melhores Empresas Para Você Trabalhar" publicado pelo Guia Você S/A;
- xiii) em setembro, foi eleito como a empresa campeã do Prêmio Época Empresa Verde 2013 na categoria Finanças. O prêmio é uma parceria da revista Época com a consultoria PricewaterhouseCoopers;
- xiv) ainda em setembro, o BB foi premiado no X Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, pelo projeto de arquitetura Ambiência Gepes 2.0 do BB, na categoria Educação/Interiores, considerado o maior evento de premiação do setor na América Latina;
- xv) em outubro, ficou em 1º lugar no *ranking* de setor financeiro no "Prêmio DCI – As Empresas Mais Admiradas do Brasil" do Jornal DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços;
- xvi) em outubro, o BB foi listado pela primeira vez no *ranking* "As Empresas com Melhor Reputação no Mercado Brasileiro" pela Ranking Reputation Institute, recebendo a classificação de "Melhor Reputação no Setor Bancário";
- xvii) em outubro, o Banco do Brasil foi reconhecido pela 23ª vez consecutiva como a marca mais lembrada pelos brasileiros na categoria Bancos pelo prêmio Folha Top of Mind publicado pelo Instituto DataFolha;
- xviii) em novembro foi publicado o *ranking* anual da Interbrand "As Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2013". O Banco do Brasil ficou pelo segundo ano consecutivo em 3º lugar, com a marca avaliada em R\$ 11,8 bilhões;
- xix) em novembro, a Loja da Sustentabilidade, plataforma virtual que comercializa produtos com viés de sustentabilidade, produzidos por associações e cooperativas apoiadas pela Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, foi vencedora na categoria "Produtos e Serviços" do prêmio Green Project Awards Brasil (GPA);
- xx) pelo 5º ano consecutivo, o Ourocard foi considerado o "Cartão preferido dos brasileiros" dentre os cartões de bancos, em pesquisa realizada pelo Instituto Medida Certa/Cardmonitor;



- xxi) a LatinFinance concedeu o prêmio “IPO of the Year” para a abertura de capital da BB Seguridade. Esta premiação leva em consideração a execução da operação, tamanho, complexidade, inovação e importância para o mercado;
- xxii) A BB DTVM recebeu em 2013 as premiações: 1º lugar em renda variável “Os Melhores Fundos para Institucionais” e 1º lugar em Top Asset (Investidor Institucional); “Melhor Gestor para seu Dinheiro” (FGV - Você S/A); “Melhor Gestora de Fundos de Renda Fixa” (Exame); Star Ranking (Standard & Poor’s): com dez fundos bem classificados; Ranking Top Five do Bacen: 3º lugar na projeção de curto prazo do IGP-DI.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Mais informações, visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas****1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES**

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito, entre outras atribuições.

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

O Banco do Brasil mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante antes de sua publicação ao mercado. Estão sujeitos à autorregulação, no Banco do Brasil, além do acionista controlador, dos administradores e membros do Conselho Fiscal, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31.12.2013, 31.12.2012 e 31.12.2011 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 25.03.2014.

b) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para os seguintes itens: (i) instrumentos financeiros derivativos; (ii) ativos e passivos financeiros

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

mantidos para negociação; (iii) ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda, todos mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2012, exceto pela aplicação das seguintes normas com vigência a partir de 01.01.2013:

- (i) IFRS 10 – Demonstrações consolidadas;
- (ii) IFRS 11 – Negócios em conjunto;
- (iii) IFRS 13 – Mensuração do valor justo; e
- (iv) Versão revisada da IAS 19 – Benefícios aos empregados

Os efeitos da aplicação destes normativos encontram-se descritos a seguir.

IFRS 10 – Demonstrações consolidadas – A IFRS 10 substitui a orientação de consolidação da IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e da SIC 12 – Consolidação de entidades de propósitos específicos, introduzindo um modelo de consolidação único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Segundo a IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui (i) poder sobre a investida, (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e (iii) capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

Estas novas exigências têm o potencial de afetar o resultado da avaliação dos investimentos do Banco considerados como subsidiárias e, portanto, alterar o escopo de consolidação. Os requerimentos relativos aos procedimentos de consolidação, alterações nas participações de acionistas não controladores e de perda de controle permanecem inalteradas.

A Administração revisou suas avaliações de controle em conformidade com a IFRS 10 e concluiu não haver nenhum efeito sobre a classificação de suas investidas (como subsidiárias ou não) durante o período ou períodos comparativos cobertos por estas demonstrações contábeis.

IFRS 11 – Negócios em conjunto – A IFRS 11 substitui a IAS 31 – Participações em *joint ventures* e a SIC 13 – Contribuições não monetárias a entidades controladas em conjunto. De acordo com a IFRS 11, é obrigatório o uso do método de equivalência patrimonial e vedada a opção pelo método de consolidação proporcional de entidades controladas em conjunto.

A IFRS 11 decorre do princípio de que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações, contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos: (i) operações conjuntas (*joint operations*): direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas na proporção da participação na operação; (ii) empreendimento conjunto (*joint venture*): direitos aos ativos líquidos do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

O Banco possui diversos negócios em conjunto classificados dentro do escopo da IFRS 11 como *joint ventures* (Nota 25), os quais eram anteriormente contabilizados utilizando o método da consolidação proporcional, de acordo com os requerimentos da IAS 31. A partir de 1º de janeiro de 2013, a IFRS 11 requer que esses investimentos sejam contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial.

A IFRS 11 foi aplicada de forma retrospectiva, considerando certas simplificações contidas nas disposições transitórias desse normativo. O Banco reconheceu os seus investimentos em *joint ventures* pelo MEP a partir do período mais antigo apresentado e o investimento inicial foi mensurado como sendo o total dos valores contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013**

Notas Explicativas

dos ativos e passivos que o Banco havia anteriormente consolidado proporcionalmente, incluindo qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Os efeitos da aplicação da IFRS 11 sobre o Balanço Patrimonial Consolidado e Demonstração do Resultado Consolidado do Banco em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 são apresentados a seguir. A aplicação da IFRS 11 não apresentou efeito material sobre a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e sobre o cálculo do lucro por ação para os exercícios de 2012 e 2011.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo – A IFRS 13 clarifica a definição de valor justo e provê orientações sobre como deve ser mensurado, aliado a um conjunto de requisitos de divulgação. No entanto, a IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados a valor justo. A IFRS 13 foi aplicada de forma prospectiva para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A adoção da IFRS 13 não apresentou efeitos materiais sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

IAS 19(R) – Benefícios aos Empregados – A versão revisada da IAS 19 introduz melhorias na apresentação dos planos de benefício definido, não alterando significativamente sua mensuração. As principais alterações são: (i) eliminação do método do corredor, ou seja, reconhecimento imediato dos ganhos/perdas atuariais ocorridos no período; (ii) custos dos juros (juros líquidos) calculados sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; as remensurações (incluindo ganhos e perdas atuariais) devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como Outros resultados abrangentes; (iii) aprimoramento nas divulgações, melhorando o entendimento sobre os riscos de tais planos.

A IAS 19(R) foi aplicada de forma retrospectiva, em conformidade com as disposições transitórias desse normativo.

Os efeitos da aplicação da IAS 19(R) sobre o Balanço Patrimonial Consolidado e Demonstração do Resultado Consolidado do Banco em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 são apresentados a seguir. A aplicação da IAS 19(R) não apresentou efeito material sobre a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e sobre o cálculo do lucro por ação para os exercícios de 2012 e 2011.

Efeitos da aplicação da IAS 19(R) e IFRS 11 sobre o Balanço Patrimonial Consolidado do Banco

R\$ mil								
	31.12.2012				01.01.2012			
	Divulgação Anterior	Ajustes IAS 19(R)	Ajustes IFRS 11	Saldos Ajustados	Divulgação Anterior	Ajustes IAS 19(R)	Ajustes IFRS 11	Saldos Ajustados
Ativo								
Ativos financeiros	510.920.048	-	(83.391.022)	427.529.026	452.680.812	-	(62.209.817)	390.470.995
Empréstimos a clientes	498.070.784	-	(32.314.427)	465.756.357	399.032.494	-	(36.177.685)	362.854.809
Investimentos em coligadas e joint ventures	163.723	-	13.716.631	13.880.354	514.206	-	12.953.524	13.467.730
Ativo por impostos diferidos	23.207.257	3.262.567	(2.839.409)	23.630.415	20.418.323	667.657	(1.956.311)	19.129.669
Outros ativos	103.645.663	(4.441.208)	(15.920.030)	83.284.425	94.177.233	3.742.924	(13.950.634)	83.969.523
Total	1.136.007.475	(1.178.641)	(120.748.257)	1.014.080.577	966.823.068	4.410.581	(101.340.923)	869.892.726
Passivo								
Passivos financeiros	911.394.346	-	(50.497.192)	860.897.154	778.016.345	-	(51.164.638)	726.851.707
Passivos por contratos de seguro	55.843.298	-	(55.843.298)	-	41.643.461	-	(41.643.461)	-
Passivo por impostos diferidos	6.890.038	10.120	252.112	7.152.270	6.665.778	1.601.596	(60.474)	8.206.900
Outros passivos	91.981.564	3.381.787	(14.538.179)	80.825.172	77.228.260	1.673.631	(8.359.592)	70.542.299
Patrimônio líquido	69.898.229	(4.570.548)	(121.700)	65.205.981	63.269.224	1.135.354	(112.758)	64.291.820
Outros resultados abrangentes	1.484.585	(4.570.548)	-	(3.085.963)	877.669	1.135.354	-	2.013.022
Total	1.136.007.475	(1.178.641)	(120.748.257)	1.014.080.577	966.823.068	4.410.581	(101.340.923)	869.892.726

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2013

Notas Explicativas

Efeitos da aplicação da IAS 19(R) e IFRS 11 sobre a Demonstração do Resultado Consolidado do Banco

	Exercício/2012			Exercício/2011		
	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados
Receita de juros	107.931.378	(13.750.529)	94.180.849	106.919.760	(13.713.961)	93.205.799
Despesa de juros	(59.355.538)	5.434.845	(53.920.693)	(61.403.710)	5.298.596	(56.105.114)
Receita líquida de juros	48.575.840	(8.315.684)	40.260.156	45.516.050	(8.415.365)	37.100.685
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(12.846.077)	2.783.893	(10.062.184)	(8.572.365)	1.744.461	(6.827.904)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(9.169)	-	(9.169)	-	-	-
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	35.720.594	(5.531.791)	30.188.803	36.943.685	(6.670.904)	30.272.781
Receitas não de juros	30.642.304	(8.333.502)	22.308.802	28.105.433	(5.737.597)	22.367.836
Receita líquida de tarifas e comissões	18.106.867	(1.766.491)	16.340.376	15.162.111	(1.043.985)	14.118.126
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(733.911)	546.020	(187.891)	(885.327)	888.237	2.910
Ganhos/(perdas) sobre ativos disponíveis para venda	449.355	(90.251)	359.104	445.191	59.177	504.368
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	45.925	543.816	589.741	150.191	1.761.774	1.911.965
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	2.525.518	(2.525.518)	-	2.399.452	(2.399.452)	-
Outras receitas operacionais	10.248.550	(5.041.078)	5.207.472	10.833.815	(5.003.348)	5.830.467
Despesas não de juros	(51.093.006)	13.604.148	(37.488.858)	(47.253.863)	12.516.390	(34.737.473)
Despesa com pessoal	(17.782.767)	1.306.094	(16.476.673)	(16.634.088)	1.078.484	(15.555.604)
Despesas administrativas	(10.613.275)	1.012.495	(9.600.780)	(9.063.824)	1.099.697	(7.964.127)
Amortização de ativos intangíveis	(3.261.251)	394.889	(2.866.362)	(3.107.960)	380.760	(2.727.200)
Depreciação	(1.092.367)	142.216	(950.151)	(1.098.525)	114.123	(984.402)
Outras despesas	(18.343.346)	10.748.454	(7.594.892)	(17.349.466)	9.843.326	(7.506.140)
Lucro antes dos impostos	15.269.892	(261.145)	15.008.747	17.795.255	107.889	17.903.144
Impostos	(3.831.692)	228.262	(3.603.430)	(5.058.343)	(143.067)	(5.201.410)
Correntes	(6.859.826)	1.419.353	(5.440.473)	(4.740.626)	961.240	(3.779.386)
Diferidos	3.028.134	(1.191.091)	1.837.043	(317.717)	(1.104.307)	(1.422.024)
Lucro líquido do período	11.438.200	(32.883)	11.405.317	12.736.912	(35.178)	12.701.734
Atribuível aos acionistas controladores	11.245.922	-	11.245.922	12.681.922	-	12.681.922

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2013

Notas Explicativas

Atribuível às participações de acionistas não controladores	192.278	(32.883)	159.395	54.990	(35.178)	19.812

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, bem como os resultados atribuíveis ao Banco relativos às participações societárias em empresas coligadas e entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre as companhias do Conglomerado, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no Balanço Patrimonial Consolidado como um componente segregado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado Consolidado e na Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado.

O Banco reavalia o processo de consolidação pelo menos a cada data de reporte. Essa análise considera a possibilidade de alterações estruturais, o que inclui mudanças nos arranjos contratuais do Grupo, que não se limitam à mudança de controle.

Subsidiárias – São subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O Banco controla quando possui poder sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras receitas não de juros.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

Perda de controle – Em conformidade com a IFRS 10, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades de propósito específico (EPE) – O Banco patrocina a formação de EPEs para transações de securitização de ativos, as quais podem ser ou não controladas. Previamente à consolidação de uma EPE, o Banco avalia uma série de requisitos estabelecidos na IFRS 10. O Banco controla uma EPE quando (i) possui poder sobre a entidade; (ii) está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e; (iii) tem a capacidade de afetar o seu lucro através de seu poder sobre ela. As EPEs são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma EPE caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais dos três elementos mencionados que configuram o controle.

Entidades controladas em conjunto (*Joint ventures*) – Uma entidade controlada em conjunto existe quando o Banco participa de um acordo contratual com uma ou mais partes para empreender atividades por meio de entidades em que as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em entidades controladas em conjunto como investimento e o contabiliza utilizando o método de equivalência patrimonial.

Os investimentos do Grupo em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em *joint ventures*, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na Demonstração do Resultado Consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – em conformidade com a IAS 28, quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

Coligadas – Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. A influência significativa é geralmente presumida quando o Banco possui 20% ou mais do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

existência e o efeito dos direitos potenciais de voto prontamente exercíveis ou conversíveis e as transações materiais entre as companhias são consideradas quando o Banco avalia se possui influência significativa sobre o investimento.

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em coligadas, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na Demonstração do Resultado Consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da coligada se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação refletir a essência da transação ou outro evento.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem, com exceção de algum item monetário a receber ou a pagar relacionado a uma operação no exterior. Nesse caso, essas diferenças são lançadas diretamente no patrimônio líquido.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos, a maior parte dos quais de natureza monetária, pela taxa de câmbio vigente no final do período e (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, as diferenças cambiais acumuladas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de Outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no Balanço Patrimonial Consolidado.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas****d) Reconhecimento de receitas e despesas**

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro (ou de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do período correspondente.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros em caixa durante toda a vida esperada do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro, não sendo submetida a revisões posteriores. Ao efetuar o cálculo da taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O cálculo da taxa efetiva inclui todas as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado incluem, principalmente: (i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros; (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; (iii) os rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) os juros incorridos sobre as obrigações por operações compromissadas; (v) os juros incorridos sobre as obrigações de curto e longo prazos; e (vi) a remuneração sobre os depósitos de clientes, exceto depósitos à vista, que não são remunerados.

Em conformidade com a IAS 18, o Banco apropria receitas de encargos financeiros quando o recebimento dos benefícios econômicos relacionados à transação for considerado provável.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento de receitas de tarifas e comissões é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado, as receitas de tarifas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Entretanto, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Receita de investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto – As receitas oriundas da aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pela investidas.

Receita de dividendos – As receitas auferidas com dividendos são reconhecidas no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do Balanço Patrimonial Consolidado “Caixa e depósitos bancários”, “Empréstimos a instituições financeiras” e “Aplicações em operações compromissadas”, exceto recursos de uso restrito e operações com prazo de realização superior a três meses.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas****f) Instrumentos financeiros**

O Banco classifica os instrumentos financeiros de acordo com a natureza e sua intenção em relação ao instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria caso sejam mantidos para negociação na data de originação ou aquisição, ou sejam assim designados pela Administração durante o reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; (ii) por ocasião do reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo; ou (iii) for um derivativo (exceto um derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de cobertura designado e efetivo).

O Banco possui derivativos destinados a negociação, tais como *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e *commodities* e risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo.

O Banco também utiliza instrumentos financeiros derivativos não qualificados para *hedge accounting* para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito. Além disso, o Grupo também possui derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

O Banco somente designa um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial quando os seguintes critérios são observados: (i) a designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; (ii) os ativos e os passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou (iii) o instrumento financeiro possui um ou mais derivativos embutidos, o que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Não é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados nessa categoria para outras, à exceção de ativos financeiros não-derivativos mantidos para negociação, os quais podem ser reclassificados após o reconhecimento inicial quando: (i) em raras circunstâncias, o instrumento financeiro não for mais mantido com o propósito de venda no curto prazo; ou (ii) ele satisfizer a definição de um empréstimo e recebível, e se o Banco tiver a intenção e a habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são apropriados como receita de juros. Os custos de transação, quando incorridos, são reconhecidos imediatamente na Demonstração do Resultado Consolidado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são incluídos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros registrados nessa categoria referem-se a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Derivativos embutidos – Segundo a IAS 39, alguns contratos híbridos podem conter um componente derivativo e outro componente não derivativo. Em tais casos, o componente derivativo é conhecido como um derivativo embutido e o componente não derivativo representa o contrato principal. Quando os riscos e características econômicas de derivativos embutidos não são rigorosamente relacionados com os riscos do contrato principal, e o contrato principal não é registrado ao valor justo por meio do resultado, o derivativo embutido é bifurcado e reportado ao valor justo com ganhos e perdas sendo reconhecidos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

Ativos financeiros disponíveis para venda – O Banco classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não sejam classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses títulos e valores mobiliários são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo.

Os ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) são registrados em componente separado do patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes acumulados) até a sua alienação. Os rendimentos (juros e dividendos) desses ativos são apropriados como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação.

Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em Outros resultados abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais o Banco tem a intenção positiva e a capacidade financeira comprovada para mantê-los até o vencimento, exceto: (i) o que o Banco designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado; (ii) o que o Banco designa como disponíveis para a venda; e (iii) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis. São inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos incrementais de transação. Esses instrumentos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em Receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Em conformidade com a IAS 39, o Banco não classifica nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento antes do vencimento, que não seja por vendas ou reclassificações que: (i) estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro; (ii) ocorram depois de o Banco ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou (iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e não tenha podido ser razoavelmente previsto pela entidade.

Sempre que as vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições mencionadas anteriormente, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, exceto: (i) aqueles que o Banco pretende vender imediatamente ou no curto prazo, que serão classificados como mantidos para negociação, e aqueles que o Banco, por ocasião do reconhecimento inicial, designe como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda; ou (ii) aqueles para os quais o Banco possa não recuperar substancialmente a totalidade de seu investimento inicial, salvo por conta de redução no valor recuperável do crédito.

Os empréstimos e recebíveis são apresentados no Balanço Patrimonial subdivididos em quatro categorias: (i) Depósitos compulsórios em bancos centrais; (ii) Empréstimos a instituições financeiras; (iii) Empréstimos a clientes; e (iv) Aplicações em operações compromissadas, cuja data de realização seja superior a 90 dias.

Depósitos compulsórios em bancos centrais – Os depósitos compulsórios em bancos centrais referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos aos Bancos Centrais dos países onde o Banco possui operações. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Os depósitos compulsórios são inicialmente registrados ao valor justo, e avaliados subsequentemente, quando aplicável, pelo custo amortizado. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, se houver. As respectivas receitas financeiras são registradas em Receita de juros de depósitos compulsórios em bancos centrais.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

Empréstimos a instituições financeiras – Os empréstimos a instituições financeiras são constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros cujo prazo de realização seja superior a três meses. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios. As respectivas receitas financeiras são registradas em Receita de juros de empréstimos a instituições financeiras.

Empréstimos a clientes – Os empréstimos a clientes são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. São demonstrados pelo valor do principal, acrescido dos encargos financeiros apropriados, incluindo os juros e a indexação contratual (variação monetária e cambial, se houver). Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período. As receitas financeiras geradas por empréstimos a clientes são registradas em Receita de juros de empréstimos a clientes.

Em conformidade com a IAS 18, as receitas devem ser reconhecidas somente quando houver expectativa de sua realização. Dessa forma, o Banco adota como política suspender a apropriação dos juros e encargos financeiros em todos os empréstimos a clientes julgados incobráveis em relação ao principal ou aos encargos. Esses empréstimos a clientes, cuja apropriação de encargos financeiros é descontinuada, passam a ser considerados como de curso anormal. A cobrança de juros sobre tais empréstimos é registrada como redução do principal e, quando de seu recebimento, o resultado é então reconhecido.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta de provisão e o valor da perda por redução ao valor recuperável é reconhecido no resultado como Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, que representa a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira. O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração, incluindo a experiência anterior com perdas na carteira de empréstimos a clientes, existência de garantias e a avaliação do risco individual dos clientes.

Aplicações em operações compromissadas e obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda e captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda e os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia, e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente ao caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a vendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e; (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O valor pago por títulos adquiridos com contrato de revenda, incluindo os juros apropriados, é registrado como ativo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo concedido pelo Banco. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em (i) vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompras e; (ii) vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles designados pela Administração como ao valor justo por meio do resultado são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado ao valor justo. Os passivos financeiros

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

registrados ao valor justo referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado do período.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – Transações de títulos emprestados e tomados por empréstimo são geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no Balanço Patrimonial Consolidado somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado (principal ou o mais vantajoso) na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. Um mercado é tido como ativo se transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nas situações em que não existe um preço cotado em mercado ativo para um determinado instrumento financeiro, o Banco estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. O método de avaliação escolhido incorpora todas as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco. Os métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os referidos modelos são ajustados para capturar a variação dos preços de compra e venda, o custo de liquidação da posição, para servir como contrapartida das variações de crédito e de liquidez e, principalmente, para suprir as limitações teóricas inerentes aos modelos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

Os métodos de mensuração utilizados pelo Banco para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros estão detalhados na Nota 38.

g) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas****h) Instrumentos financeiros para proteção (*Hedge Accounting*)**

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

Também no início do relacionamento de *hedge*, o Banco efetua uma avaliação formal para garantir que o instrumento de *hedge* seja altamente efetivo em anular o risco designado na relação de *hedge*. Um *hedge* é esperado ser altamente efetivo caso a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo protegido durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco. Em situações em que o item objeto de *hedge* é uma transação futura, o Banco avalia se a transação é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de fluxo de caixa que possa por fim afetar a demonstração de resultado.

Para os itens objeto que deixaram de compor o programa de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Hedge de valor justo – Para os *hedges* de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é coberto é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado. Os valores justos dos instrumentos de *hedge* são apresentados no balanço patrimonial em ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Nos casos de vencimento, venda, cancelamento ou exercício do instrumento de *hedge*, ou quando a posição de *hedge* não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de *hedge* é terminada. Para os itens objeto de *hedge* registrados a custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do item objeto de *hedge* ao término e o valor nominal é amortizada ao longo do prazo remanescente do *hedge* original, utilizando a taxa pactuada. Se o item objeto de *hedge* é vendido, o ajuste ao valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado do período.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos designados, essencialmente, para proteção de risco de mercado. Os instrumentos utilizados são os contratos futuros, *swaps* ou opções. A composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de risco de mercado encontra-se detalhada na Nota 39.

Hedge de fluxo de caixa – Para os *hedges* de fluxo de caixa designados e qualificados, a parte efetiva do ganho ou de perda no instrumento de *hedge* é inicialmente reconhecida como elemento separado do patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados. A parte não efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Quando o *hedge* de fluxo de caixa afeta a demonstração do resultado, o ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é registrado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando o instrumento de *hedge* vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, qualquer ganho ou perda cumulativos existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. Quando uma transação futura não é mais esperada a ocorrer, o ganho ou perda cumulativos registrado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do período.

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

Hedge de investimento líquido em operações no exterior – *Hedges* de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedges* de itens monetários que são registrados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte efetiva do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de investimento líquido em operações no exterior.

Derivativos não qualificados para proteção – Os contratos derivativos celebrados como *hedges* econômicos, que não se qualificam para *hedge accounting*, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, *swaps*, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial, apesar de esses instrumentos financeiros não se qualificarem para *hedge accounting*.

i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – Impairment

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros. Um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação e as perdas por redução no valor recuperável são incorridas se, cumulativamente: (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo; (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável do valor puder ser realizada. As perdas esperadas como resultado de eventos futuros, independentemente de sua probabilidade, não são reconhecidas.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperabilidade inclui dados observáveis que são avaliados pelo Banco, principalmente em relação aos seguintes eventos de perda: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; (iii) ficar provável que o mutuário entrará em falência ou passará por outra reorganização financeira; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o valor de uma perda por redução no valor recuperável sobre um ativo financeiro podem estar limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Nesses casos, o Banco usa seu julgamento para estimar o valor de qualquer perda por redução no valor recuperável. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.

Os ativos financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

Empréstimos a clientes – Na avaliação da redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes, o Banco verifica se existem evidências objetivas de perdas em relação a esses ativos financeiros, com o objetivo de classificá-los em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade).

O grupo de operações com problemas de recuperabilidade é avaliado de forma segmentada em função da significância das operações, gerando dois grupos distintos: (i) operações em imparidade individualmente significativas, para tratamento de forma individualizada; e (ii) operações em imparidade individualmente não significativas, para tratamento de forma coletiva.

Para a segmentação dos empréstimos a clientes com evidências de perdas em “individualmente significativas” e “individualmente não significativas”, a Administração adota como parâmetro as alçadas corporativas para concessão dos créditos mais significativos. Dessa forma, adota-se como ponto de corte, para determinação da significância das operações, o valor máximo de alçada comercial para realização de operações com pessoas jurídicas, assim considerado o valor de endividamento do cliente a partir do qual suas novas operações necessitariam de aprovação em nível decisório estratégico do Banco.

Para permitir que a Administração determine se um evento de perda pode vir a se materializar, numa base individual, são verificados, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, a cada data de reporte, a necessidade de eventual redução ao valor recuperável dos ativos financeiros individualmente considerados.

A identificação de um evento de perda para uma contraparte em uma operação específica faz com que todas as demais operações com aquela contraparte sejam também classificadas como com evidência de perda.

Caso o Banco determine que os eventos de perda não afetam o valor recuperável dos empréstimos a clientes individualmente avaliados, os ativos financeiros são incluídos em um grupo de ativos com características de risco de

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

crédito semelhantes e os avalia coletivamente para fins de redução ao valor recuperável. Os empréstimos a clientes que são individualmente avaliados por redução ao valor recuperável e para os quais a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

A avaliação coletiva de perdas por redução ao valor recuperável, aplicada às operações classificadas como em imparidade individualmente não significativa, baseia-se na aplicação dos Índices de Perdas Históricas – IPH observados na carteira do Banco. Os IPH são apurados a partir da observação das perdas incorridas pelo Banco, por safras mensais, a partir do décimo terceiro mês anterior à data de encerramento do exercício, no caso de operações com prazo a decorrer de até trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como “curto prazo”), ou a partir do décimo nono mês anterior, no caso de operações com prazo a decorrer superior a trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como “longo prazo”).

O IPH mensal de curto prazo é calculado por meio do acompanhamento, por até doze meses, das migrações de operações para perdas frente ao saldo contábil inicial de operações selecionadas no mês imediatamente anterior aos doze meses de acompanhamento. O IPH mensal de longo prazo é apurado de forma análoga ao de curto prazo, estendendo-se o período de acompanhamento de perdas para até dezoito meses.

Com a finalidade de avaliação coletiva de redução ao valor recuperável, o cálculo dos IPH mensais é realizado de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

Caso a evidência de perda por redução ao valor recuperável em um relacionamento com uma contraparte individual ou em uma base coletiva se materialize, o valor da perda é reconhecido em Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, em contrapartida a uma conta redutora do respectivo ativo financeiro. Os valores registrados a título de provisão representam a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira e o nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração.

Se o valor de uma perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida diminuir, e tal situação puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, ela é revertida pela redução da respectiva conta redutora, sendo tal reversão reconhecida no resultado do período.

Os empréstimos a clientes são baixados contra a sua respectiva conta redutora quando considerados incobráveis ou que, no julgamento do Banco, não serão recebidos. Com base no julgamento da Administração, isso ocorre, normalmente, quando nenhum pagamento for recebido depois de transcorridos 360 dias de vencido. Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado em Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes.

As provisões para perdas em empréstimos a clientes, registradas em 31.12.2013 e 31.12.2012 foram consideradas pela Administração como suficientes para fazer face às perdas incorridas com esses empréstimos a clientes.

Empréstimos renegociados – Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse definitiva das garantias. Isso pode envolver a extensão do tempo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios sejam cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda – Para ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco avalia se, a cada data de reporte, há evidência objetiva de que o valor do ativo está abaixo do seu valor recuperável.

Para estabelecer se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável de um ativo financeiro, o Banco verifica a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda tiver sido reconhecido em Outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda acumulada que tiver

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2013

Notas Explicativas

sido reconhecida pelo Banco será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

O valor da perda acumulada reclassificada para o resultado do período será registrada em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo desvalorizado e o seu valor justo na data da avaliação, menos qualquer perda por redução no valor recuperável anteriormente reconhecida no resultado. As reversões de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos classificados como disponíveis para venda somente são reconhecidas no patrimônio líquido quando se tratarem de investimentos em instrumentos de patrimônio. No caso de investimentos em instrumentos de dívida, a reversão da perda por redução no valor recuperável será reconhecida diretamente no resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Havendo evidência objetiva de redução no valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento, o Banco reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por redução ao valor recuperável. Se, num período subsequente, o montante da perda por redução ao valor recuperável diminui e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do período.

j) Compensação de ativos e de passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se, e apenas se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em outras situações, eles são apresentados separadamente.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição excluído os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O valor atribuído ao imobilizado também inclui a correção monetária calculada até 30.06.1997, data em que o Brasil deixou de ser considerado um país de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29.

O encargo de depreciação é calculado utilizando o método linear para alocar o valor depreciável do imobilizado sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue.

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 55 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, em conformidade com o Parágrafo 43 da IAS 16.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em Outras receitas não de juros, impactando o resultado do período em que o ativo foi alienado.

l) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2013

Notas Explicativas

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Em conformidade com a IAS 38, são capitalizados como custo de *software* os gastos incorridos na fase de desenvolvimento do projeto. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de *softwares*.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (Outras despesas) na Demonstração do Resultado Consolidado.

A amortização é calculada utilizando o método linear para alocar o valor depreciável dos ativos intangíveis ao longo de suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

	Vida útil estimada
<i>Software</i>	5 a 10 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	2 a 20 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	3 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	5 anos

(1) Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios.

m) Bens não de uso

Os bens não de uso são principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. Os bens não de uso são registrados em Outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

No reconhecimento inicial, os bens não de uso são registrados pelo menor valor entre (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5, são reclassificados para o grupamento de Ativos não correntes disponíveis para venda. As informações sobre os bens não de uso classificados como disponíveis para venda são detalhadas na Nota 24.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em Outras receitas não de juros.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *Impairment*

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, O Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total (Nota 3.i).

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida nessas circunstâncias não é alocada a nenhum ativo, incluindo ágio, que constitui parte do valor contábil do investimento na coligada ou entidade controlada em conjunto.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em Outras despesas.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do período, como retificadora do saldo de Outras despesas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração do valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

No caso do ágio gerado pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado ao Banco do Brasil em novembro de 2009, a metodologia consiste em comparar o valor do ágio pago com o valor presente dos resultados do Banco projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos líquidos com vida útil definida. As projeções partem

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas com base no custo de capital próprio do Banco.

Outros ativos intangíveis

Direitos por aquisição de folhas de pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos por aquisição de folhas de pagamento está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem o desempenho esperado, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado dos registros contábeis.

Direito de exploração da rede do Banco Postal – A metodologia de apuração do valor recuperável do direito de utilização da rede do Banco Postal consiste em calcular o valor presente dos fluxos de resultado produzidos por meio da estratégia de atuação para o Banco Postal, que são projetados com base nos valores realizados e nas premissas definidas no plano de negócios, e são descontados com base na taxa de custo médio ponderado de capital (WACC).

Adquiridos por combinação de negócios – Os ativos intangíveis adquiridos por combinação de negócios, representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte para verificar se existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Se qualquer indicação existe para esses ativos, o Banco estima os seus valores recuperáveis. A metodologia de apuração do valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Os ativos arrendados a clientes sob contratos em que não há transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados são incluídos no imobilizado e a depreciação é calculada de acordo com o montante depreciado definido segundo a vida útil econômica estimada desses ativos. A receita de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e estruturação de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como uma despesa na mesma base que a receita do arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, onde o Banco atua como arrendador, têm o mesmo tratamento de empréstimos a clientes e são registrados pelo total dos empréstimos a receber, acrescido do valor residual estimado do bem arrendado, menos a receita não auferida.

Banco como arrendatário – Ativos obtidos sob arrendamento financeiro são reconhecidos inicialmente ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo correspondente é incluído no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação de longo prazo. A taxa de desconto usada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é a taxa implícita do

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

arrendamento, se for praticável determiná-la, ou a taxa incremental do empréstimo. Aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos nos quais são incorridos.

Aluguéis contratados sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento, o qual começa quando o Banco controla o uso físico do bem. Incentivos de arrendamento são tratados como uma redução da despesa de arrendamento e são também reconhecidos ao longo do prazo do contrato numa base linear. Aluguéis contingentes surgidos sob arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Transações de venda e *leaseback* – Caso uma transação de venda e *leaseback* resulte em um arrendamento financeiro, qualquer excesso do valor da venda sobre o valor contábil do ativo não é reconhecido imediatamente como receita pelo Banco, mas é diferido e amortizado ao longo do prazo do arrendamento. Se uma transação de venda e *leaseback* resulta em um arrendamento operacional, o tempo do reconhecimento do lucro é uma função da diferença entre o preço de venda e o valor justo. Se o preço de venda está ao valor justo ou abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda é reconhecido imediatamente. Se o preço de venda for acima do valor justo, o excesso é diferido e amortizado sobre o período em que se espera que o ativo seja usado.

p) Programas de fidelidade de cliente

Os programas de fidelidade são usados pelo Banco para fornecer aos seus clientes incentivos para compra de produtos ou serviços. Em alguns casos, se um cliente adquire produtos ou serviços, o Banco concede a ele créditos, frequentemente definidos como pontos. O cliente pode trocar os pontos por prêmios tais como produtos ou serviços do próprio Banco, ou ainda trocar por produtos oferecidos por um parceiro.

Em conformidade com a IFRIC 13, uma parte da receita recebida na venda de produtos e serviços é alocada aos créditos de prêmios e reconhecida como um passivo até que o Banco cumpra sua obrigação de entregar os prêmios aos clientes.

A importância alocada aos pontos é mensurada a valor justo com base na média histórica de utilização dos pontos de fidelidade e no valor justo dos prêmios pelos quais os pontos podem ser resgatados.

q) Garantias financeiras prestadas

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, é constituído um passivo pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida em conformidade com a IAS 37. A provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas é registrada em Outros passivos.

r) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo – Conforme determina a IAS 19, as despesas relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo regime de competência, nos períodos em que os empregados prestam os serviços.

Planos de benefícios pós-emprego – Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida em contrapartida às contribuições do período a que se referem.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, sendo que: (i) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e (ii) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em Outros resultados abrangentes, componente destacado do patrimônio líquido.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo, condicionados ao atendimento dos requisitos da legislação.

s) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisões quando as condições mostram que: (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados; (ii) for provável que um desembolso de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigido para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação é apurado com base em estimativas confiáveis. As provisões decorrentes da aplicação da IAS 37 são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o andamento dos processos; (iii) a opinião dos advogados do Banco; e (iv) a experiência do Banco com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera: (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes de sua divulgação; e (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes de sua publicação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando o Banco entende que a realização da receita é praticamente certa. Geralmente, decorrem de eventos não planejados ou eventos inesperados que possibilitem um fluxo de caixa de benefícios econômicos. Os ativos contingentes são avaliados continuamente para garantir que o ativo e a respectiva receita sejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

O Banco também reconhece em seu passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar à União. Assim, a obrigação legal deve estar registrada, inclusive os juros e outros encargos, se aplicável. A contabilização dessas obrigações legais enseja, de forma substancial, em registros concomitantes de depósitos judiciais.

t) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O Imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para as demais entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – a despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – são valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduzirá o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Diferenças temporárias – são as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

Compensação de impostos sobre os lucros

Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

u) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pela Administração para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas****v) Lucro por ação**

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido pela média ponderada das ações em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido do período pela média ponderada das ações em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias resultantes de bônus de subscrição de ações concedidos aos acionistas. O efeito da diluição resulta em uma redução no lucro por ação, em decorrência do pressuposto de que os bônus de subscrição concedidos serão exercidos.

w) Juros sobre o capital próprio e dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na Demonstração do Resultado Consolidado.

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio. A política atual do Banco consiste em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes a 40% sobre o lucro líquido, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

x) Melhorias às IFRS e pronunciamentos recentemente emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo IASB e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2013.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39, pois muitos usuários de demonstrações contábeis e outras partes interessadas consideravam que os requisitos constantes na IAS 39 eram de difícil compreensão, aplicação e interpretação. Em resposta às diversas solicitações de que a contabilização de instrumentos financeiros fosse aprimorada rapidamente, o projeto de substituição da IAS 39 foi dividido em três fases principais: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de *hedge*.

Nesse sentido, em novembro de 2009, foram emitidos os capítulos da IFRS 9 relativos à classificação e mensuração de ativos financeiros e, em outubro de 2010, foram acrescentados os requisitos relativos à classificação e mensuração de passivos financeiros. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelece duas categorias de mensuração principais: (i) custo amortizado e (ii) valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Relativamente aos requerimentos de mensuração e classificação de passivos financeiros, o efeito mais significativo diz respeito à contabilização de variações no valor justo de um passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. A variação no valor justo de referidos passivos atribuíveis a mudanças no risco de crédito passam a ser reconhecidas em Outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos de tais mudanças resulte em ou aumente o descasamento contábil do resultado.

Em novembro de 2013, o IASB introduziu novas exigências ao escopo da IFRS 9 com relação à contabilização de *hedge*. Esses novos requerimentos têm como pressuposto alinhar de forma estreita a contabilidade de *hedge* com o processo de gerenciamento de riscos das entidades.

O IASB decidiu postergar a data de vigência da IFRS 9, ainda não definida, tendo em vista que a fase de definição da metodologia de redução ao valor recuperável ainda não foi concluída. Todavia, sua adoção antecipada continua permitida.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

O Banco iniciou o processo de avaliação dos impactos da adoção desta norma, mas aguarda a finalização de todas as alterações antes de concluir a sua avaliação.

Emendas à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros e divulgações relacionadas – Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da IAS 32 modificando critérios para a aplicação de compensação entre ativos e passivos financeiros e também esclarece a apresentação do efeito tributário das distribuições efetuadas aos detentores dos instrumentos patrimoniais que deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

As emendas à IAS 32 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. O Banco considera que essas emendas à IAS 32 não provocam impactos relevantes para as suas demonstrações contábeis consolidadas.

Emendas à IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Em maio de 2013, o IASB emitiu emendas à IAS 36 as quais alteram as exigências de divulgação quanto à mensuração do valor recuperável de ativos, decorrente da emissão da IFRS 13.

Estas emendas à IAS 36 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. Como se tratam de exigências de divulgação, o Banco considera que essas emendas à IAS 36 não provocam impactos para as suas demonstrações contábeis consolidadas.

Emendas à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Em junho de 2013, o IASB emitiu emendas à IAS 39 as quais permitem uma exceção a obrigação de descontinuar o *hedge accounting* dos instrumentos financeiros derivativos, quando se verifica cumprimento legal das condições exigidas.

Estas emendas à IAS 39 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. O Banco considera que essas emendas à IAS 39 não provocam impactos relevantes para as suas demonstrações contábeis consolidadas.

IFRIC 21 – Impostos – Em maio de 2013, o Comitê de Interpretações IFRS emitiu a Interpretação IFRIC 21 que trata da contabilização de impostos requeridos por governos, que não os impostos sobre os lucros. A interpretação clarifica que o fato gerador da obrigação que dá origem a um passivo para pagar um imposto é a atividade descrita na legislação pertinente que determina o pagamento do imposto.

Esta interpretação à IAS 37 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. O Banco considera que a Interpretação não provoca impactos relevantes para as suas demonstrações contábeis consolidadas.

Emendas à IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados – Em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão à IAS 19, onde o Banco deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos.

Estas emendas à IAS 19 são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2014, com aplicação antecipada permitida. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas emendas à IAS 19 (R1) serão avaliados até a data de sua entrada em vigor.

O Banco decidiu não adotar antecipadamente todas essas alterações.

4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas, quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes – Imparidade

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de empréstimos a clientes de forma a avaliar se perdas por imparidade devem ser registradas na demonstração do resultado. O processo de avaliação da carteira de empréstimos para determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco da operação e do cliente e que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação econômico-financeira do cliente. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

Os empréstimos a clientes que são avaliados individualmente e não apresentam perda em seu valor recuperável, assim como todos os empréstimos a clientes que individualmente não são considerados significativos, são avaliados coletivamente em grupos de ativos com características de risco semelhante para determinar se uma provisão deve ser efetuada para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos.

No processo de avaliação de empréstimos a clientes individualmente significativos, o Banco verifica, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, periodicamente, a necessidade de eventual registro de perda por imparidade dos ativos financeiros individualmente considerados.

A avaliação coletiva dos empréstimos a clientes leva em consideração, entre outros fatores, os dados da carteira de crédito, os níveis de inadimplência, utilização de crédito, concentrações de riscos e dados econômicos. As estimativas são baseadas em informações obtidas de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

O Banco reconhece perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados a valor justo, levando em conta a experiência histórica de perda por imparidade e outras circunstâncias conhecidas na ocasião da avaliação. Com essa finalidade, as perdas inerentes são perdas incorridas que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas, calculadas através de métodos estatísticos. O Banco adota o conceito de perda incorrida para quantificar o custo da provisão para perdas em empréstimos a clientes.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos a clientes, assim como os valores quantitativos registrados a título de provisão para perdas, podem ser obtidos nas Notas 3 e 23, respectivamente.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – Imparidade

O Banco considera que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3 e 27.

e) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixados ou determináveis e vencimentos definidos, como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, com mensuração ao custo amortizado, de acordo com a IAS 39. Essa classificação requer um nível de julgamento significativo.

Nos julgamentos efetuados, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de manter esses investimentos até o vencimento. Caso o Banco não mantenha esses investimentos até o vencimento, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa próxima ao vencimento - é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao valor justo, alternativamente ao custo amortizado. Os investimentos classificados no grupo mantidos até o vencimento são objeto de teste de imparidade, similar àquele praticado para os ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Impostos sobre os lucros

As receitas/ganhos gerados pelo Banco estão sujeitos ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

g) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual ([Nota 35](#)).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes; (ii) mudanças na regulamentação governamental

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

afetas a questões fiscais; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) mudanças nos índices de inflação; (v) processos ou disputas judiciais adversas; (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento; (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

h) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam: (i) taxas de juros assumidas; (ii) tábuas de mortalidade; (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias; (iv) índice de inflação de preços; (v) índice anual de reajustes salariais; e (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos. Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

i) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Para apuração do valor das obrigações nas ações de natureza trabalhista, são considerados os valores médios dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 24 meses, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas ações de natureza cível são considerados os valores médios dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 meses e, nas ações referentes a planos econômicos, são considerados os valores médios dos pagamentos realizados nos últimos 24 meses.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2013

Notas Explicativas

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior, suas controladas e uma entidade de propósito específico. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

		Atividade	País de constituição	% Participação Total		
				31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	(1)	Bancária	Áustria	100%	100%	100%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	Arrendamento	Ilhas Cayman	100%	100%	100%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	Brasil	100%	100%	100%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	Singapura	100%	100%	100%
BB Securities LLC.	(1)	Corretora	Estados Unidos	100%	100%	100%
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	Inglaterra	100%	100%	100%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	Estados Unidos	100%	100%	100%
Brasilian American Merchant Bank	(1)	Bancária	Ilhas Cayman	100%	100%	100%
BB Americas	(1)	Banco Múltiplo	Estados Unidos	100%	100%	-
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	Brasil	99,62%	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	Banco Múltiplo	Argentina	58,96%	58,96%	58,96%
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	Brasil	100%	100%	100%
Segmento Gestão de Recursos						
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	Brasil	100%	100%	100%
Segmento Seguridade						
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,25%	100%	-
BB Cor Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,25%	100%	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	Brasil	66,25%	100%	100%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,25%	100%	100%
BB Capitalização S.A.	(1)	Capitalização	Brasil	66,25%	100%	100%
Segmento Meios de Pagamento						
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%	100%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	100%	100%	100%
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%	100%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	Brasil	100%	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(2)	Turismo	Brasil	100%	100%	100%
BB Money Transfers Inc.	(1)	Prestação de Serviços	Estados Unidos	100%	100%	100%
BB Tecnologia e Serviços S.A. (Antiga Cobra Tecnologia S.A)	(1)	Informática	Brasil	99,97%	99,97%	99,97%
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE)	(1)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-	-

(1) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro/2013.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2013.

Foi consolidada a única entidade de propósito específico (EPE) que o Banco possui, denominada Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte americanos, para qualquer agência do Banco no país (“Direitos sobre Remessa”) e; (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013**

Notas Explicativas

A EPE não possui ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.

a) Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

			R\$ mil
31.12.2013	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	1.284.786	9.607.124	293.997
Ativo não corrente	6.196.013	2.524.195	27.742
Passivo corrente	430.857	9.889.363	145.558
Passivo não corrente	-	267.609	-
Receitas	2.444.256	2.909.827	639.375
Lucro líquido	2.433.643	421.908	33.248
Resultado abrangente total	2.411.857	421.908	33.248
Dividendos pagos a acionistas não controladores	276.023	-	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,75%	41,04%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	677.608	173.151	9
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.379.355	810.272	72

(1) Informações contábeis relativas às empresas BB Tecnologia e Serviços S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Banco também possui participação indireta nas controladas BB Seguros Participações S.A., BB Cor Participações S.A., BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. e BB Capitalização S.A. É de propriedade da BB Seguridade Participações S.A. a totalidade das ações emitidas por tais empresas. As informações financeiras resumidas dessas controladas são apresentadas a seguir.

				R\$ mil
31.12.2013	BB Seguros Participações S.A.	BB Cor Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	BB Capitalização S.A.
Ativo corrente	668.531	542.088	1.745.807	5.585
Ativo não corrente	6.088.813	-	80	-
Passivo corrente	6.647	500.247	1.712.487	75
Passivo não corrente	427.383	-	-	-
Receitas	1.574.931	912.840	1.805.127	425
Lucro líquido	1.537.685	907.012	906.887	54
Resultado abrangente total	1.515.923	906.988	906.863	54

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013**

Notas Explicativas**6 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS****a) Aquisições por Combinações de Negócios****BB Americas (antigo EuroBank)**

O BB Americas, instituição financeira de capital fechado com sede na Flórida (EUA), possui uma rede de 4 agências localizadas nas regiões de Miami, Pompano Beach e Boca Raton, onde atende clientes americanos, portugueses, hispânicos e um pequeno público de brasileiros.

Em 19.01.2012, efetivou-se o fechamento da operação de aquisição da totalidade das ações do BB Americas com o pagamento de US\$ 6 milhões aos vendedores e a transferência das 835.855 ações ordinárias ao Banco do Brasil, correspondentes à totalidade do capital social e votante do BB Americas.

Em 2011, a aquisição já havia passado pelas seguintes aprovações:

- em 31.05.2011 - Assembleia de Acionistas do Banco do Brasil;
- em 09.08.2011 - Banco Central do Brasil;
- em 19.10.2011 - Florida Office of Financial Regulation (OFR);
- em 07.11.2011 - Federal Deposit Insurance Company (FDIC);
- em 16.12.2011 - Federal Reserve Board (FED).

Na aquisição do BB Americas, o Banco do Brasil avaliou a possibilidade de aquisição de um banco que permitisse o desenvolvimento da estratégia de expansão dos seus negócios na América do Norte, em especial nos EUA. Essa estratégia está diretamente relacionada com o atendimento das comunidades brasileira e hispânica residentes naquele País.

O ágio foi calculado a partir do balanço patrimonial a valor justo apurado em estudo de alocação do preço pago elaborado por área especializada do Banco.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos do BB Americas

	R\$ mil
	19.01.2012
Caixa e depósitos bancários	2.040
Empréstimos a instituições financeiras	15.147
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.104
Empréstimos a clientes	67.636
Ativo imobilizado	3.140
Ativos intangíveis	14.292
Outros ativos	15.210
Valor justo dos ativos	121.569
Depósitos de clientes	127.226
Obrigações de longo prazo	5.414
Passivo por impostos correntes	6
Outros passivos	3.996
Valor justo dos passivos	136.642
Valor justo dos ativos líquidos ⁽¹⁾	(15.073)
Preço pela aquisição das ações (100%)	(10.651)
Ágio gerado na aquisição	25.724
Movimentações de caixa na aquisição da subsidiária	
Caixa e depósitos bancários adquiridos com a subsidiária	2.040
Valor pago	(10.651)
Caixa líquido por aquisição do BB Americas	(8.611)

(1) O valor contábil dos ativos líquidos em 19.01.2012 era (R\$ 27.203) mil.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013**

Notas Explicativas**Ativos intangíveis identificados na aquisição**

	R\$ mil
	19.01.2012
Canais de distribuição	10.585
Relacionados à carteira de clientes	3.694
Ativos intangíveis pré-aquisição	13
Total	14.292

Os ativos intangíveis identificados vêm sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 3, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago. Para o exercício de 2013, os valores amortizados usando o método linear durante sua vida útil econômica estimada totalizaram R\$ 5.084 mil.

O BB Americas contribuiu com R\$ 5.574 mil para as receitas totais e (R\$ 12.989) mil para o lucro líquido do Banco no exercício de 2012. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início daquele ano, a contribuição nas receitas totais e no lucro líquido do Banco seria de R\$ 6.083 mil e (R\$ 13.074) mil, respectivamente.

Os custos relacionados à aquisição do BB Americas totalizaram US\$ 2.842 mil e foram registrados em Outras despesas operacionais.

b) Reorganizações societárias na área de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças (Acordo) com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade anônima, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental terá seu capital social inicial de R\$ 5 milhões, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

a) a BB Seguros será detentora de 49,99% das ações ON e de 100% das ações PN, representando 74,99% de participação do capital social total;

b) a Odontoprev deterá 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

A BB Seguros e a Odontoprev responderão pela constituição do capital social inicial da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.9.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

As próximas etapas a serem concluídas são a constituição da sociedade e a obtenção da autorização da Agência Nacional de Saúde (ANS) para que a Brasildental venha a operar e oferecer seus produtos no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013**

Notas Explicativas

IRB – Brasil Resseguros S.A.

Em 24.05.2013, a BB Seguros e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) detidas pela União para a BB Seguros.

Ademais, na mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a BB Seguros, a União, o Bradesco Auto Re – Companhia de Seguros S.A., o Itaú Seguros S.A., o Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.08.2013, homologou-se o aumento do capital social do IRB por seus atuais acionistas. Como a homologação do aumento do capital social do IRB era condição precedente para o pagamento pela BB Seguros da aquisição de 212.421 ações ordinárias, foi efetivado o pagamento à União do montante de R\$ 547.409 mil. Dessa forma, a BB Seguros passou a deter 20,5% do capital do IRB.

Valor justo dos ativos e passivos do IRB – Brasil Resseguros S.A.

	R\$ mil
	30.09.2013
Caixa e depósitos bancários	15.541
Ativos financeiros	5.465.934
Ativo imobilizado	168.898
Intangíveis identificados	127.236
Ativos por impostos correntes	27.742
Ativos por impostos diferidos	236.626
Operações com seguros e resseguros	2.515.534
Outros ativos	4.362.013
Valor justo dos ativos	12.919.524
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	278.239
Passivos por contratos de seguro e previdência complementar	7.523.585
Passivo por impostos correntes	73.011
Passivo por impostos diferidos	54.657
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.568.776
Outros passivos	716.068
Valor justo dos passivos	10.214.336
Valor justo dos ativos líquidos	2.705.188
Participação da BB Seguros - %	20,51%
Participação da BB Seguros	554.853
Preço pela aquisição das ações (20,51%)	(547.409)
Ganho por compra vantajosa na aquisição	(7.444)

Ativos intangíveis identificados na transação

	R\$ mil
	30.09.2013
Relacionados à carteira de clientes	119.030
Marca	8.206
Total	127.236

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

Os ativos intangíveis identificados vêm sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 3, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente. Para o exercício de 2013, os valores amortizados totalizaram R\$ 4.261 mil.

Além da celebração do Acordo de Acionistas e do aumento de capital social, o processo de reestruturação societária do IRB envolveu, entre outras, as seguintes etapas:

a) conversão das ações preferenciais do IRB em ações ordinárias (proporção 1:1);

b) criação de *golden share* (ação preferencial com direito a veto em determinadas deliberações), detida pela União.

A eficácia de todos os atos relacionados à operação está condicionada à aprovação dos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, cabendo observar que, em 16.04.2013, a operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE) e, em 16.09.2013, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), restando pendente apenas a aprovação final do Tribunal de Contas da União (TCU).

Criação das subsidiárias BB Seguridade Participações S.A. e BB Cor Participações S.A.

Em dezembro de 2012, o Banco constituiu as empresas BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade) e BB Cor Participações S.A. (BB Cor).

Após a constituição, a BB Seguridade passou a deter as seguintes participações societárias:

a) 100% das ações de emissão da BB Cor;

b) 100% das ações de emissão da BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) que, por sua vez, detém participação nas seguintes sociedades:

(i) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da BB Mapfre SH1 Participações S.A., que atua no ramo de seguros de pessoas em parceria com o Grupo Mapfre;

(ii) 50,0% do total das ações (sendo 49,0% ações ON) de emissão da Mapfre BB SH2 Participações S.A., que atua no ramo de seguros patrimoniais também em parceria com o Grupo Mapfre;

(iii) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., que atua no ramo de previdência em parceria com a Principal Financial Group;

(iv) 66,7% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da Brasilcap Capitalização S.A., que atua no ramo de capitalização em parceria com a Icatu Seguros S.A. e a Companhia de Seguros Aliança da Bahia; e

(v) 100% das ações de emissão da Nossa Caixa Capitalização S.A., que atua no ramo de capitalização.

Os objetivos do Banco com a constituição da BB Seguridade são:

(i) consolidar, sob uma única sociedade, todas as atividades do BB nos ramos de seguros, capitalização, previdência complementar aberta e atividades afins, incluindo quaisquer expansões futuras dessas atividades, no Brasil ou no exterior, orgânicas ou não;

(ii) proporcionar ganhos de escala nessas operações; e

(iii) obter redução de custos e despesas no segmento de seguridade.

Adicionalmente, em 20.02.2013, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco do Brasil decidiu pela realização de Oferta Pública Inicial de Ações (IPO) da BB Seguridade. A ata da assembleia foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 14.03.2013, sob o n.º 20130248401 e publicada no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, em 25.03.2013.

A oferta, cujo emissor foi a BB Seguridade Participações S.A., consistiu na distribuição pública secundária de ações, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM n.º 400/2003.

Em 25.04.2013, foram ofertadas 500 milhões de ações, 100% ordinárias, negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa sob o *ticker* BBSE3, com preço fixado em R\$ 17,00. A liquidação da Oferta Base (500 milhões de ações), acrescida do Lote Adicional (100 milhões de ações), resultou na alienação de 30% das ações.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício 2013

Notas Explicativas

Em 20.05.2013, foi encerrada a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade com o exercício integral do lote suplementar da oferta (75 milhões de ações). Com isso, o Banco do Brasil passou a deter 66,25% das ações ordinárias da BB Seguridade. Os recursos arrecadados foram integralmente revertidos ao Banco do Brasil, acionista vendedor. A BB Seguridade não recebeu quaisquer recursos decorrentes da oferta. A diferença entre o valor pelo qual foi ajustada a participação dos acionistas não controladores e o valor justo da contrapartida recebida foi reconhecida no patrimônio líquido, sendo atribuível aos acionistas controladores.

Apuração do resultado no IPO

	R\$ mil
	20.05.2013
Valor da alienação de ações da BB Seguridade	11.475.000
Custo das ações vendidas	(1.983.401)
Custos incrementais na alienação de ações da BB Seguridade	(172.037)
Impostos	(3.727.825)
Valor reconhecido no patrimônio líquido e atribuível aos acionistas controladores	5.591.737

Ainda em dezembro de 2012, a BB Cor passou a deter 100% de participação no capital da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora).

O objetivo do Banco é ampliar a participação de mercado da BB Corretora, que passará a comercializar, dentro e fora dos canais de distribuição do Banco do Brasil S.A., produtos de terceiros nos ramos em que o Banco não possua acordos de exclusividade com empresas parceiras.

A BB Cor deterá também participação acionária no capital social de outras sociedades que atuem no mercado como corretoras na comercialização de seguros, previdência aberta, capitalização e/ou planos de saúde e odontológicos de que o Banco venha participar no futuro.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 19.12.2011, formalizou-se Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, pela Brasilprev, de 100% do capital social e votante da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência - MNCVP), então pertencentes à BB Seguros (49%) e à Mapfre Brasil Participações S.A. (51%).

Participação acionária	% do Capital Total
Antes da transação	49,000
Após a transação	74,995

O valor ajustado para o negócio foi de R\$ 157.974 mil, corrigidos pela taxa CDI até a data da liquidação. Em 31.07.2012, ocorreu a liquidação financeira do contrato pelo valor de R\$ 166.958 mil.

	R\$ mil
	31.07.2012
Preço pago na aquisição	166.958
Patrimônio líquido da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	24.637
Goodwill registrado na Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	142.321

Adicionalmente, essa venda representou para o Banco do Brasil a perda de influência significativa sobre a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A., com consequente assunção de controle compartilhado. De acordo com a IAS 28, na perda de influência significativa, o investidor deve mensurar a valor justo qualquer investimento remanescente que mantenha na antiga coligada.

Também deve reconhecer no resultado qualquer diferença entre o valor justo do investimento remanescente, acrescido de qualquer montante proveniente da alienação da participação parcial na coligada, e o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa. Além disso, os ganhos ou perdas desta transação são reconhecidos no resultado somente na extensão da participação de outros investidores não relacionados a esta coligada.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013**

Notas Explicativas

	%
Participação remanescente na antiga coligada	36,75
Participação alienada na antiga coligada	12,25
Total	49,00

Esses procedimentos resultaram em um ganho de R\$ 12.662 mil reconhecido em Outras receitas operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil		
	31.07.2012		
	36,75%	12,25%	49%
Valor justo do investimento remanescente acrescido de qualquer montante proveniente da alienação parcial da coligada	109.249	36.417	145.666
Valor contábil do ativo líquido contribuído ⁽¹⁾	(51.705)	(17.235)	(68.940)
Impostos (34%)	(19.567)	(6.520)	(26.087)
Eliminação de ganhos/perdas não realizados	(37.977)	-	(37.977)
Ganho na mensuração a valor justo do investimento remanescente	-	12.662	12.662

(1) Inclui o montante de R\$ 57.116 mil relativo ao registro a valor justo do investimento quando da aquisição do Banco Nossa Caixa.

O ativo intangível relacionado a carteira de clientes vem sendo amortizado em consonância com o prazo apresentado na Nota 3. Para o exercício de 2013, o valor amortizado totalizou R\$ 3.540 mil.

Em 30.11.2013, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. incorporou a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A., recebendo todo o seu acervo líquido. O capital social da Brasilprev não foi aumentado em decorrência da incorporação, visto que era a única acionista da Brasilprev Nosso Futuro e o valor do acervo líquido da incorporada já estava representado em seu patrimônio líquido.

c) Reorganização Societária – Subsidiárias e Controladas no Exterior**BB USA Holding Company Inc.**

Em 03.05.2013, o Banco do Brasil adquiriu a totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., até então pertencentes ao BB AG Viena.

O valor da transação foi efetivado com base no Patrimônio líquido ajustado da BB USA Holding Company Inc. de 30.04.2013 pelo valor de US\$ 644 mil (R\$ 1.293 mil).

A BB USA Holding Company Inc. é uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de White Plains no Estado de Nova Iorque.

Bloco Europa

A partir de 01.01.2014, as agências do Banco do Brasil em Madri e Paris passaram a ser vinculadas ao BB AG Viena, subsidiária integral do Banco do Brasil na Áustria.

A medida faz parte do processo de consolidação das atividades na Europa sob a licença do BB AG Viena. A integração das unidades europeias busca ampliar o volume de negócios, através da otimização do capital investido naquelas agências, aprimorar a governança e aumentar a eficiência operacional.

d) Reorganização Societária na área de cartões - Alelo

A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), empresa atuante na área de cartões pré-pagos, até então controlada pelo BB Banco de Investimento S.A. e pela Bradescard na proporção de 49,99% e 50,01%, respectivamente, foi transferida, a partir de agosto/2013, para a Elo Participações, que passou a deter 100% do seu capital social.

O objetivo da reestruturação foi maximizar a governança da Alelo por meio da estrutura de governança própria da Elo Participações. Os atos societários se realizaram de modo que as participações finais indiretas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco S.A. na Alelo e na Elo Participações não sofreram alterações.

e) Reorganização Societária – Banco Votorantim

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013**

Notas Explicativas

Em 31.07.2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30.06.2013, data-base da operação, no montante de R\$ 98.920 mil, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros, minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados.

Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A incorporação implicou em um aumento do capital social do Banco Votorantim, no mesmo montante do patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 de ações ordinárias e 262.199.310 de ações preferenciais, todas sem valor nominal. Essas novas ações foram atribuídas à Votorantim Finanças e ao Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detinha no capital social da BV Participações.

A incorporação não acarretou qualquer alteração no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do Banco do Brasil.

f) Reorganização Societária – Itapebi

Em 16.12.2013, foi aprovada a alienação de participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimento S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referentes à venda dessa participação. O valor estabelecido para o negócio foi de R\$ 270.373 mil, corrigidos pela taxa CDI até a data da liquidação. Em 02.01.2014, ocorreu a liquidação financeira do contrato pelo valor de R\$ 270.673 mil.

	R\$ mil
	20.12.2013
Valor da venda	270.373
Valor contábil do investimento na Itapebi Geração de Energia S.A.	56.505
Ganho registrado na venda ⁽¹⁾	213.868

(1) Valor registrado em Outras receitas operacionais.

g) Constituições**Fundo de Investimento Imobiliário**

Em agosto de 2012, o Banco do Brasil subscreveu 100% das cotas do BB Progressivo II Fundo de Investimento Imobiliário (FII), administrado pela Votorantim Asset Management (VAM), e as integralizou em espécie e por meio de repasse da propriedade de 64 imóveis, com transferência substancial de riscos e benefícios.

Em novembro de 2012, por meio de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas do FII, o Banco alienou a totalidade das cotas do fundo. O resultado obtido na transação foi realizado e reconhecido em “Outras receitas não de juros” na data da venda das cotas, ocasião em que o Banco do Brasil deixou de ser o principal detentor de riscos e benefícios do Fundo.

Efeitos da transferência da propriedade dos imóveis ao FII no resultado do Banco:

	R\$ mil
Valor de mercado dos imóveis transferidos para o FII	1.402.469
Valor contábil dos imóveis transferidos para o FII	(299.477)
Resultado antes dos impostos	1.102.992
Impostos	(441.197)
Resultado líquido	661.795

7 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas**

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pela Administração na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As diversas informações gerenciais utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis e normas aplicáveis às instituições financeiras, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses segmentos, o Banco também participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregados em "Outros Segmentos".

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da Instituição.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a coligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

O registro contábil desses resultados é efetuado substancialmente por meio de equivalência patrimonial dos investimentos em participações societárias. Os demais resultados vêm das *holdings* que efetuam a governança desses investimentos.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício 2013****Notas Explicativas****f) Outros segmentos**

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2013							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas de juros	104.328.749	46.510	57.927	115.875	3.474	538.621	(402.979)	104.688.177
Despesas de juros	(63.033.381)	(199.879)	-	(4)	-	(29.716)	414.925	(62.848.055)
Receita líquida de juros	41.295.368	(153.369)	57.927	115.871	3.474	508.905	11.946	41.840.122
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(87.694)	-	-	-	-	-	-	(87.694)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(11.740.048)	-	-	-	-	-	(690)	(11.740.738)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	29.467.626	(153.369)	57.927	115.871	3.474	508.905	11.256	30.011.690
Receitas não de juros	27.017.806	2.052.491	1.285.315	3.206.908	96.426	1.028.831	(1.027.128)	33.660.649
Receita líquida de tarifas e comissões	14.084.619	531.432	1.274.723	1.736.214	26.371	917.087	(628.932)	17.941.514
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	113.657	(1.696)	-	-	-	-	-	111.961
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	287.700	197.975	(346)	-	(107)	-	-	485.222
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	(35.050)	876.841	13	1.435.014	73.915	-	-	2.350.733
Outras receitas	12.566.880	447.939	10.925	35.680	(3.753)	111.744	(398.196)	12.771.219
Despesas não de juros	(40.538.896)	(386.459)	(190.282)	(511.943)	505	(1.091.487)	1.015.872	(41.702.690)
Despesas com pessoal	(18.521.236)	(34.714)	(44.121)	(23.903)	(996)	(200.026)	6.209	(18.818.787)
Despesas administrativas	(10.539.344)	(14.429)	(22.550)	(280.486)	(298)	(232.670)	929.342	(10.160.435)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.596.827)	(48.987)	(92.954)	(128.385)	(2.558)	(163.088)	7	(4.032.792)
Amortização de ativos intangíveis	(2.326.934)	-	-	-	-	(1.341)	-	(2.328.275)
Provisões	(1.159.038)	9.549	16.805	53.640	30.395	(28.884)	-	(1.077.533)
Depreciação	(868.899)	(10)	-	-	-	(5.451)	-	(874.360)
Outras despesas	(3.526.618)	(297.868)	(47.462)	(132.809)	(26.038)	(460.027)	80.314	(4.410.508)
Lucro antes dos impostos	15.946.536	1.512.663	1.152.960	2.810.836	100.405	446.249	-	21.969.649
Impostos	(4.196.489)	(218.067)	(416.783)	(464.670)	(5.287)	(70.043)	-	(5.371.339)
Correntes	(5.286.250)	(232.345)	(419.873)	(469.647)	(5.280)	(118.123)	-	(6.531.518)
Diferidos	1.089.761	14.278	3.090	4.977	(7)	48.080	-	1.160.179
Lucro líquido do período	11.750.047	1.294.596	736.177	2.346.166	95.118	376.206	-	16.598.310
Atribuível aos acionistas controladores	11.557.767	1.294.596	736.177	1.698.082	95.118	376.197	-	15.757.937
Atribuível às participações de acionistas não controladores	192.280	-	-	648.084	-	9	-	840.373
Total dos ativos	1.155.969.378	5.814.860	689.319	7.210.748	582.120	2.153.242	(15.960.560)	1.156.459.107
Total dos passivos	1.085.185.672	3.048.246	557.818	1.222.685	99.380	937.502	(6.816.991)	1.084.234.312
Total do patrimônio líquido	70.783.706	2.766.614	131.501	5.988.063	482.740	1.215.740	(9.143.569)	72.224.795

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Exercício/2012							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas de juros	94.001.110	132.030	64.806	76.918	3.457	450.962	(418.306)	94.310.977
Despesas de juros	(54.057.182)	(255.304)	-	-	-	(38.696)	437.336	(53.913.846)
Receita líquida de juros	39.943.928	(123.274)	64.806	76.918	3.457	412.266	19.030	40.397.131
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(43.760)	-	-	-	-	-	-	(43.760)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(8.728.842)	-	-	-	-	-	(3.410)	(8.732.252)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	31.171.326	(123.274)	64.806	76.918	3.457	412.266	15.620	31.621.119
Receitas não de juros	18.041.021	1.500.383	1.178.336	1.919.451	23.306	894.618	(1.130.766)	22.426.349
Receita líquida de tarifas e comissões	13.619.483	464.490	1.177.160	1.036.355	26.430	793.422	(776.059)	16.341.281
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(185.723)	(2.115)	-	-	-	-	-	(187.838)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	301.880	64.277	(7.048)	-	(5)	-	-	359.104
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	(915.358)	893.905	4	810.657	(3.808)	-	-	785.400
Outras receitas	5.220.739	79.826	8.220	72.439	689	101.196	(354.707)	5.128.402
Despesas não de juros	(36.659.916)	(202.773)	(208.192)	(679.574)	(4.949)	(964.847)	1.115.146	(37.605.105)
Despesas com pessoal	(16.205.811)	(34.771)	(58.025)	(18.588)	(825)	(163.988)	5.335	(16.476.673)
Despesas administrativas	(9.870.060)	(11.898)	(22.318)	(540.155)	(286)	(202.525)	1.046.464	(9.600.778)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.406.196)	(43.350)	(85.020)	(73.090)	(2.497)	(132.984)	-	(3.743.137)
Amortização de ativos intangíveis	(2.371.237)	-	-	-	-	(1.557)	-	(2.372.794)
Provisões	(797.665)	(831)	4.342	(2.862)	-	(11.567)	-	(808.583)
Depreciação	(938.251)	(92)	-	-	-	(5.115)	-	(943.458)
Outras despesas	(3.070.696)	(111.831)	(47.171)	(44.879)	(1.341)	(447.111)	63.347	(3.659.682)
Lucro antes dos impostos	12.552.431	1.174.336	1.034.950	1.316.795	21.814	342.037	-	16.442.363
Impostos	(3.307.556)	(82.033)	(417.468)	(173.037)	(10.530)	(90.563)	-	(4.081.187)
Correntes	(4.638.859)	(106.243)	(415.138)	(176.787)	(10.531)	(92.916)	-	(5.440.474)
Diferidos	1.331.303	24.210	(2.330)	3.750	1	2.353	-	1.359.287
Lucro líquido do período	9.244.875	1.092.303	617.482	1.143.758	11.284	251.474	-	12.361.176
Atribuível aos acionistas controladores	9.088.824	1.092.303	617.482	1.143.758	11.284	251.469	-	12.205.120
Atribuível às participações de acionistas não controladores	156.051	-	-	-	-	5	-	156.056
Total dos ativos	1.009.916.035	6.100.666	921.453	5.852.614	144.769	2.418.869	(16.344.034)	1.009.010.372
Total dos passivos	947.928.462	3.424.575	789.959	1.384.582	110.615	1.293.593	(7.420.831)	947.510.955
Total do patrimônio líquido	61.987.573	2.676.091	131.494	4.468.032	34.154	1.125.276	(8.923.203)	61.499.417

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Exercício/2011							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas de juros	93.246.881	75.825	86.622	48.197	4.835	338.124	(562.272)	93.238.212
Despesas de juros	(56.182.990)	(382.356)	-	-	-	(49.035)	525.230	(56.089.151)
Receita líquida de juros	37.063.891	(306.531)	86.622	48.197	4.835	289.089	(37.042)	37.149.061
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(7.367.365)	-	-	-	-	-	-	(7.367.365)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	29.696.526	(306.531)	86.622	48.197	4.835	289.089	(37.042)	29.781.696
Receitas não de juros	16.890.565	1.332.987	1.054.076	1.704.760	16.923	836.153	(1.104.406)	20.731.058
Receita líquida de tarifas e comissões	11.892.986	372.305	1.046.509	903.099	21.922	698.373	(822.053)	14.113.141
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	117	2.737	-	-	-	-	-	2.854
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	269.839	235.506	(800)	(145)	(31)	-	-	504.369
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	(228.824)	624.531	515	790.329	(8.669)	-	51.886	1.229.768
Outras receitas	4.956.447	97.908	7.852	11.477	3.701	137.780	(334.239)	4.880.926
Despesas não de juros	(33.055.889)	(90.253)	(210.374)	(741.326)	(2.315)	(842.117)	1.141.448	(33.800.826)
Despesas com pessoal	(15.333.786)	(31.476)	(52.559)	(16.569)	(727)	(126.319)	5.832	(15.555.604)
Despesas administrativas	(8.174.352)	(11.181)	(23.127)	(639.789)	(249)	(182.793)	1.067.363	(7.964.128)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.318.044)	(26.587)	(74.548)	(64.608)	(2.101)	(117.846)	-	(3.603.734)
Amortização de ativos intangíveis	(2.275.934)	-	-	-	-	(1.461)	-	(2.277.395)
Provisões	365.507	(50)	(6.512)	717	-	(22.816)	9	336.855
Depreciação	(986.600)	(104)	(1)	-	-	(5.101)	-	(991.806)
Outras despesas	(3.332.680)	(20.855)	(53.627)	(21.077)	762	(385.781)	68.244	(3.745.014)
Lucro antes dos impostos	13.531.202	936.203	930.324	1.011.631	19.443	283.125	-	16.711.928
Impostos	(3.858.323)	(66.343)	(370.867)	(75.410)	(9.912)	(111.955)	-	(4.492.810)
Correntes	(3.107.017)	(107.329)	(373.524)	(79.591)	(9.564)	(102.361)	-	(3.779.386)
Diferidos	(751.306)	40.986	2.657	4.181	(348)	(9.594)	-	(713.424)
Lucro líquido do período	9.672.879	869.860	559.457	936.221	9.531	171.170	-	12.219.118
Atribuível aos acionistas controladores	9.579.751	869.860	559.457	936.221	9.531	171.170	-	12.125.990
Atribuível às participações de acionistas não controladores	93.128	-	-	-	-	-	-	93.128
Total dos ativos	864.116.790	5.543.943	1.073.470	4.752.696	142.678	2.695.202	(14.420.423)	863.904.356
Total dos passivos	804.260.086	3.728.643	947.641	832.183	104.509	1.669.193	(7.189.623)	804.352.632
Total do patrimônio líquido	59.856.704	1.815.300	125.829	3.920.513	38.169	1.026.009	(7.230.800)	59.551.724

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

h) Conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRS

	Exercício/2013						R\$ mil
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾					Consolidado IFRS
		Bancário	Investimento	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	
Receitas de juros	104.688.177	(105.966)	-	-	-	-	104.582.211
Despesas de juros	(62.848.055)	(67)	-	-	-	-	(62.848.122)
Receita líquida de juros	41.840.122	(106.033)	-	-	-	-	41.734.089
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(87.694)	73.103	-	-	-	-	(14.591)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(11.740.738)	226.563	-	-	-	-	(11.514.175)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	30.011.690	193.633	-	-	-	-	30.205.323
Receitas não de juros	33.660.649	(9.685.989)	(23.031)	75.317	14.212	-	24.041.158
Receita líquida de tarifas e comissões	17.941.514	132.408	-	-	-	-	18.073.922
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	111.961	2.203	-	-	-	-	114.164
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	485.222	(1)	-	-	-	-	485.221
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	2.350.733	(142.303)	5.398	67.873	14.212	-	2.295.913
Outras receitas	12.771.219	(9.678.296)	(28.429)	7.444	-	-	3.071.938
Despesas não de juros	(41.702.690)	205.274	89.950	19.908	-	71	(41.387.487)
Despesas com pessoal	(18.818.787)	-	-	-	-	-	(18.818.787)
Despesas administrativas	(10.160.435)	1.076	-	-	-	-	(10.159.359)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.032.792)	-	-	-	-	-	(4.032.792)
Amortização de ativos intangíveis	(2.328.275)	(492.093)	-	-	-	-	(2.820.368)
Provisões	(1.077.533)	(1.474.780)	-	-	-	-	(2.552.313)
Depreciação	(874.360)	(5.531)	-	-	-	71	(879.820)
Outras despesas	(4.410.508)	2.176.602	89.950	19.908	-	-	(2.124.048)
Lucro antes dos impostos	21.969.649	(9.287.082)	66.919	95.225	14.212	71	12.858.994
Impostos	(5.371.339)	3.833.404	(24.608)	(7.749)	-	132	(1.570.160)
Correntes	(6.531.518)	1	-	-	-	-	(6.531.517)
Diferidos	1.160.179	3.833.403	(24.608)	(7.749)	-	132	4.961.357
Lucro líquido do período	16.598.310	(5.453.678)	42.311	87.476	14.212	203	11.288.834
Atribuível aos acionistas controladores	15.757.937	(5.434.550)	42.311	57.953	14.212	203	10.438.066
Atribuível às participações de acionistas não controladores	840.373	(19.128)	-	29.523	-	-	850.768
Total dos ativos	1.156.459.107	4.042.201	165.503	1.489.262	14.212	(2.403)	1.162.167.882
Total dos passivos	1.084.234.312	1.124.191	-	427.383	-	-	1.085.785.886
Total do patrimônio líquido	72.224.795	2.918.010	165.503	1.061.879	14.212	(2.403)	76.381.996
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	69.526.297	2.785.193	165.503	703.495	14.212	(2.403)	73.192.297
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	2.698.498	132.817	-	358.384	-	-	3.189.699

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Exercício/2012						R\$ mil
	Consolidado- Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾					Consolidado IFRS
		Bancário	Investimento	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	
Receitas de juros	94.310.977	(130.128)	-	-	-	-	94.180.849
Despesas de juros	(53.913.846)	(6.847)	-	-	-	-	(53.920.693)
Receita líquida de juros	40.397.131	(136.975)	-	-	-	-	40.260.156
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(43.760)	34.591	-	-	-	-	(9.169)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(8.732.252)	(1.329.932)	-	-	-	-	(10.062.184)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	31.621.119	(1.432.316)	-	-	-	-	30.188.803
Receitas não de juros	22.426.349	(304.474)	3.560	183.367	-	-	22.308.802
Receita líquida de tarifas e comissões	16.341.281	(905)	-	-	-	-	16.340.376
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(187.838)	(53)	-	-	-	-	(187.891)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	359.104	-	-	-	-	-	359.104
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	785.400	(260.713)	3.560	61.494	-	-	589.741
Outras receitas	5.128.402	(42.803)	-	121.873	-	-	5.207.472
Despesas não de juros	(37.605.105)	14.086	82.661	19.429	-	71	(37.488.858)
Despesas com pessoal	(16.476.673)	-	-	-	-	-	(16.476.673)
Despesas administrativas	(9.600.778)	(2)	-	-	-	-	(9.600.780)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.743.137)	(1)	-	-	-	-	(3.743.138)
Amortização de ativos intangíveis	(2.372.794)	(493.568)	-	-	-	-	(2.866.362)
Provisões	(808.583)	(1.216.198)	-	-	-	-	(2.024.781)
Depreciação	(943.458)	(6.764)	-	-	-	71	(950.151)
Outras despesas	(3.659.682)	1.730.619	82.661	19.429	-	-	(1.826.973)
Lucro antes dos impostos	16.442.363	(1.722.704)	86.221	202.796	-	71	15.008.747
Impostos	(4.081.187)	548.252	(33.064)	(37.431)	-	-	(3.603.430)
Correntes	(5.440.474)	1	-	-	-	-	(5.440.473)
Diferidos	1.359.287	548.251	(33.064)	(37.431)	-	-	1.837.043
Lucro líquido do período	12.361.176	(1.174.452)	53.157	165.365	-	71	11.405.317
Atribuível aos acionistas controladores	12.205.120	(1.177.791)	53.157	165.365	-	71	11.245.922
Atribuível às participações de acionistas não controladores	156.056	3.339	-	-	-	-	159.395
Total dos ativos	1.009.010.372	3.550.717	123.192	1.398.902	-	(2.606)	1.014.080.577
Total dos passivos	947.510.955	939.142	-	424.499	-	-	948.874.596
Total do patrimônio líquido	61.499.417	2.611.575	123.192	974.403	-	(2.606)	65.205.981
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	60.925.250	2.433.757	123.192	974.403	-	(2.643)	64.453.959
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	574.167	177.818	-	-	-	37	752.022

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Exercício/2011						R\$ mil
	Consolidado- Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾					Consolidado IFRS
		Bancário	Investimento	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	
Receitas de juros	93.238.212	(32.413)	-	-	-	-	93.205.799
Despesas de juros	(56.089.151)	(15.963)	-	-	-	-	(56.105.114)
Receita líquida de juros	37.149.061	(48.376)	-	-	-	-	37.100.685
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(7.367.365)	539.461	-	-	-	-	(6.827.904)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	29.781.696	491.085	-	-	-	-	30.272.781
Receitas não de juros	20.731.058	394.344	88.902	1.153.845	-	-	22.367.836
Receita líquida de tarifas e comissões	14.113.141	4.985	-	-	-	-	14.118.126
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.854	56	-	-	-	-	2.910
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	504.369	(1)	-	-	-	-	504.368
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	1.229.768	427.068	88.902	167.757	-	-	1.911.965
Outras receitas	4.880.926	(37.764)	-	986.088	-	-	5.830.467
Despesas não de juros	(33.800.826)	(949.023)	-	12.299	-	77	(34.737.473)
Despesas com pessoal	(15.555.604)	-	-	-	-	-	(15.555.604)
Despesas administrativas	(7.964.128)	1	-	-	-	-	(7.964.127)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.603.734)	-	-	-	-	-	(3.603.734)
Amortização de ativos intangíveis	(2.277.395)	(449.805)	-	-	-	-	(2.727.200)
Provisões	336.855	(1.266.495)	-	-	-	-	(929.640)
Depreciação	(991.806)	7.327	-	-	-	77	(984.402)
Outras despesas	(3.745.014)	759.949	-	12.299	-	-	(2.972.766)
Lucro antes dos impostos	16.711.928	(63.594)	88.902	1.166.144	-	77	17.903.144
Impostos	(4.492.810)	(271.707)	(37.759)	(399.134)	-	-	(5.201.410)
Correntes	(3.779.386)	-	-	-	-	-	(3.779.386)
Diferidos	(713.424)	(271.707)	(37.759)	(399.134)	-	-	(1.422.024)
Lucro líquido do período	12.219.118	(335.301)	51.143	767.010	-	77	12.701.734
Atribuível aos acionistas controladores	12.125.990	(261.985)	51.143	767.010	-	77	12.681.922
Atribuível às participações de acionistas não controladores	93.128	(73.316)	-	-	-	-	19.812
Total dos ativos	863.904.356	4.717.133	70.036	1.203.877	-	(2.676)	869.892.726
Total dos passivos	804.352.632	853.435	-	394.839	-	-	805.600.906
Total do patrimônio líquido	59.551.724	3.863.698	70.036	809.038	-	(2.676)	64.291.820
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	59.107.796	3.701.137	70.036	809.038	-	(2.708)	63.685.299
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	443.928	162.561	-	-	-	32	606.521

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

i) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	R\$ mil			
	Brasil	Outros países		Total
	Exercício/2013	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações
Ativo	1.057.024.605	-	-	105.143.277
Receitas	123.516.518	8.960.198	(3.853.347)	5.106.851
Despesas	(111.732.740)	(7.554.926)	1.953.131	(5.601.795)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	12.959.883	1.799.327	(1.900.216)	(100.889)
Lucro/(prejuízo) líquido	11.783.778	1.405.272	(1.900.216)	(494.944)

	R\$ mil			
	Brasil	Outros países		Total
	Exercício/2012	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações
Ativo	926.744.496	-	-	87.336.081
Receitas	112.842.384	6.364.009	(2.716.742)	3.647.267
Despesas	(101.070.856)	(5.388.881)	1.375.403	(4.013.478)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	15.113.552	1.236.534	(1.341.339)	(104.805)
Lucro/(prejuízo) líquido	11.771.528	975.128	(1.341.339)	(366.211)

	R\$ mil			
	Brasil	Outros países		Total
	Exercício/2011	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações
Ativo	807.534.300	-	-	62.358.426
Receitas	112.984.218	3.618.121	(1.028.704)	2.589.417
Despesas	(100.263.273)	(3.248.014)	639.386	(2.608.628)
Lucro/(prejuízo) Antes dos impostos	17.851.303	441.159	(389.318)	51.841
Lucro/(prejuízo) líquido	12.720.945	370.107	(389.318)	(19.211)

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, provisão para perdas em empréstimos a clientes e despesas não de juros.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas são oriundas das dependências localizadas na América do Sul e Central.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

8 – RECEITA LÍQUIDA DE JUROS

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Receitas de juros	104.582.211	94.180.849	93.205.799
Empréstimos a clientes	63.780.740	57.289.412	51.710.003
Aplicações em operações compromissadas	15.992.067	14.157.473	13.723.723
Empréstimos a instituições financeiras	6.113.309	3.725.169	5.912.340
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽¹⁾	6.097.315	5.382.958	7.332.061
Depósitos compulsórios em bancos centrais	4.591.245	5.666.672	6.736.306
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ⁽²⁾	2.015.274	2.189.943	2.103.231
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	310.891	589.603	1.127.240
Outras receitas de juros	5.681.370	5.179.619	4.560.895
Despesas de juros	(62.848.122)	(53.920.693)	(56.105.114)
Depósitos de clientes	(26.939.350)	(28.235.625)	(29.452.977)
Obrigações de longo prazo	(17.593.064)	(9.538.511)	(7.721.255)
Obrigações por operações compromissadas	(17.517.378)	(15.342.962)	(17.560.478)
Obrigações de curto prazo	(366.486)	(214.684)	(344.649)
Valores a pagar a instituições financeiras	(210.179)	(322.145)	(674.979)
Outras despesas de juros	(221.665)	(266.766)	(350.776)
Receita líquida de juros	41.734.089	40.260.156	37.100.685

(1) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 38.017 mil (R\$ 88.328 mil em 2012 e R\$ 1.543 mil em 2011).

(2) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 10 mil (R\$ 38 mil em 2012 e R\$ 10 mil em 2011).

9 – RECEITA LÍQUIDA DE TARIFAS E COMISSÕES

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Prestação de serviços a clientes	12.602.378	11.974.831	9.924.684
Conta corrente	4.163.461	4.545.737	4.231.779
Rendas de cartões	3.072.593	2.695.086	2.295.988
Arrecadações	1.522.190	1.375.575	1.434.687
Cobrança	1.410.829	1.323.600	1.247.154
Interbancária e transferência de recursos	1.051.433	972.737	245.818
Operações de crédito e cadastro	1.002.740	732.353	231.340
Câmbio	292.945	256.795	168.259
Rendas do mercado de capitais	86.187	72.948	69.659
Administração de recursos de terceiros	4.147.015	3.731.167	3.588.950
Comissões	3.166.461	2.406.488	1.846.357
Comercialização de seguros	1.469.865	1.133.397	1.044.436
Convênios de cooperação técnica e financeira	754.191	492.489	218.182
Comercialização de produtos de capitalização	598.215	325.906	259.889
Comercialização de produtos de previdência	344.190	454.696	323.850
Garantias prestadas	142.340	130.118	123.174
Outros serviços	242.292	259.955	564.925
Receita de tarifas e comissões	20.300.486	18.502.559	16.048.090
Despesa de tarifas e comissões	(2.226.564)	(2.162.183)	(1.929.964)
Prestação de serviços	(2.176.715)	(2.130.479)	(1.890.711)
Despesas de comissões	(22.483)	(5.464)	(3.498)
Outros serviços	(27.366)	(26.240)	(35.755)
Receita líquida de tarifas e comissões	18.073.922	16.340.376	14.118.126

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****10 – GANHOS/(PERDAS) SOBRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Instrumentos financeiros derivativos	549.471	(458.751)	(400.622)
Outros ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(435.307)	270.860	403.532
Total	114.164	(187.891)	2.910

11 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Instrumentos de dívida	472.746	294.833	427.949
Instrumentos de patrimônio	12.475	64.271	76.419
Total	485.221	359.104	504.368

12 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
Outras receitas operacionais	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Resultado com planos de benefícios – Acordos de superávit	948.269	1.081.756	1.014.423
Ganhos com conversão de investimentos no exterior	832.382	460.749	355.088
Recuperação de encargos e despesas	671.701	869.670	614.337
Ganhos com planos de benefícios – Plano 1 – Previ ⁽¹⁾	598.311	1.355.234	2.981.314
Títulos e créditos a receber	474.518	391.250	316.622
Operações com cartões	449.890	344.486	332.490
Reversão de provisões para pagamentos diversos	196.116	32.062	53.432
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos permanentes ⁽²⁾	187.700	64.757	(7.179)
Ganhos derivados de investimentos societários ⁽³⁾	86.999	92.511	105.504
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	84.070	1.250.051	26.065
Ganho na formação das <i>joint ventures</i> oriundas da parceria com a Mapfre	-	-	957.725
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	(2.597.266)	(1.833.515)	(2.016.003)
Outras	1.139.248	1.098.461	1.096.649
Total	3.071.938	5.207.472	5.830.467

(1) Refere-se ao reconhecimento no resultado de certos componentes de custo de planos de benefícios definidos (Nota 45).

(2) Inclui o valor do ganho obtido na alienação de participação societária na Itapebi Geração de Energia S.A.

(3) Refere-se principalmente a receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio.

	R\$ mil		
Outras despesas operacionais	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Atualização de obrigações atuariais	(925.954)	(880.863)	(995.030)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(204.315)	(188.174)	(459.301)
Atualização de depósitos em garantia	(178.768)	(274.870)	(424.633)
Bônus de relacionamento comercial	(156.045)	(165.823)	(155.263)
(Constituição)/reversão de perdas em outros ativos	(91.289)	102.562	(137.204)
Programa de recuperação fiscal – Refis ⁽¹⁾	(37.196)	-	-
Ganhos/(perdas) de capital	(18.126)	(22.202)	(24.200)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(11.304)	(1.407)	-
Ajuste ao valor recuperável do imobilizado	(3.197)	(263)	(2.108)
Ajuste ao valor recuperável do intangível	48	3.111	3.697
(Constituição)/reversão de perdas por desvalorização de valores e bens	3.225	(5.693)	(746.985)
Outras	(501.127)	(393.351)	(31.739)
Total	(2.124.048)	(1.826.973)	(2.972.766)

(1) Refere-se à adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários – Refis (Nota 34).

13 – DESPESA COM PESSOAL

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Proventos	(10.557.248)	(9.678.674)	(8.874.619)
Encargos sociais	(3.566.542)	(3.278.720)	(2.931.580)
Benefícios	(2.581.867)	(1.864.423)	(2.096.071)
Participação nos lucros	(2.033.364)	(1.582.143)	(1.564.151)
Treinamentos	(46.672)	(41.816)	(61.690)
Honorários de diretores e conselheiros	(32.911)	(30.767)	(27.441)
Outras	(183)	(130)	(52)
Total	(18.818.787)	(16.476.673)	(15.555.604)

14 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Serviços contratados de terceiros	(1.731.163)	(1.585.566)	(1.122.607)
Gastos com comunicações	(1.382.015)	(1.315.198)	(1.247.037)
Transporte	(1.144.398)	(1.162.891)	(807.310)
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(979.233)	(734.726)	(603.277)
Serviços de vigilância e segurança	(842.118)	(837.403)	(751.696)
Processamento de dados	(760.234)	(724.882)	(575.420)
Manutenção e conservação	(597.611)	(559.701)	(467.915)
Propaganda e publicidade	(389.800)	(368.502)	(293.662)
Água, energia e gás	(347.953)	(381.190)	(347.560)
Serviços técnicos especializados	(316.712)	(230.188)	(247.894)
Promoções e relações públicas	(234.650)	(237.362)	(253.347)
Contribuições filantrópicas	(139.439)	(60.338)	(57.227)
Viagens	(134.819)	(149.009)	(175.780)
Material de escritório e similar	(133.242)	(136.884)	(131.063)
Outras	(1.025.972)	(1.116.940)	(882.332)
Total	(10.159.359)	(9.600.780)	(7.964.127)

15 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Caixa e depósitos bancários	11.386.337	12.052.700	9.868.716
Disponibilidades em moeda nacional	9.648.428	8.499.511	8.363.861
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.737.909	3.553.189	1.504.855
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	57.455.301	44.954.016	35.813.583
Aplicações em depósitos interfinanceiros	37.239.341	24.455.047	22.086.832
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	20.215.960	20.498.969	9.869.490
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	3.857.261
Total de caixa e equivalentes de caixa	68.841.638	57.006.716	45.682.299

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

16 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS EM BANCOS CENTRAIS

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Sem remuneração ⁽¹⁾	16.275.235	15.152.436	13.421.937
Banco Central do Brasil	16.275.235	15.152.436	13.421.937
Com remuneração ⁽²⁾	74.406.974	64.356.869	77.344.584
Banco Central do Brasil	74.406.974	64.356.869	77.344.558
Outros Bancos Centrais	-	-	26
Total	90.682.209	79.509.305	90.766.521

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes ao saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

(2) Recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança no Brasil e depósitos à vista no exterior.

17 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.157.040	28.685.723	26.113.554
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	22.986.414	20.169.756	22.985.745
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(23.760)	(9.169)	-
Total	65.119.694	48.846.310	49.099.299

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras			
Saldo inicial	(9.169)	-	-
Constituição	(14.591)	(9.169)	-
Baixa	-	-	-
Saldo final	(23.760)	(9.169)	-

18 – APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Re vendas a liquidar – posição bancada	20.215.960	20.498.969	9.869.490
Letras do Tesouro Nacional	20.000.000	12.072.439	1.651.681
Notas do Tesouro Nacional	-	4.876.358	7.834.279
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.145.040	37.515
Outros títulos	215.960	405.132	346.015
Re vendas a liquidar – posição financiada ⁽¹⁾	163.175.024	161.800.409	122.747.841
Letras Financeiras do Tesouro	89.412.694	104.178.211	106.114.287
Letras do Tesouro Nacional	64.619.972	44.089.967	15.766.156
Notas do Tesouro Nacional	9.009.092	13.163.392	848.332
Outros títulos	133.266	368.839	19.066
Total	183.390.984	182.299.378	132.617.331

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 31, subgrupo carteira de terceiros.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

19 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Instrumentos de dívida	17.961.295	16.374.095	22.372.598
Títulos públicos federais brasileiros	16.789.420	14.197.313	21.046.325
Títulos de governos estrangeiros	603.257	538.393	497.320
Títulos emitidos por empresas financeiras	374.301	165.067	293.115
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	120.334	12.200	9.116
Títulos emitidos por empresas não financeiras	71.091	632.861	520.919
Aplicações em fundos mútuos de investimento	2.892	828.261	5.803
Instrumentos de patrimônio	45.073	1.935	14.334
Ações negociáveis	45.073	1.935	14.334
Total de instrumentos de dívida e patrimônio	18.006.368	16.376.030	22.386.932
Instrumentos financeiros derivativos ativos	984.679	549.084	638.948
Swaps	692.410	346.219	184.082
Operações a termo	259.062	144.918	406.283
Opções	1.452	-	13.676
Outros ⁽¹⁾	31.755	57.947	34.907
Total	18.991.047	16.925.114	23.025.880

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*).

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado que se encontram vinculados a prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Instrumentos financeiros derivativos passivos	3.090.969	2.169.306	1.832.548
Opções	2.274.673	1.309.199	779.200
Swaps	573.243	681.858	665.080
Operações a termo	148.000	110.995	218.134
Outros	95.053	67.254	170.134
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	342.150	387.260	352.199
Total	3.433.119	2.556.566	2.184.747

Valor justos dos ativos de negociação que se encontram vinculados a:

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Compromissos de recompra	4.477.637	4.637.792	7.457.999
Depósitos compulsórios	168.411	45.523	54.747
Prestação de garantia	44.467	44.571	39.554
Total	4.690.515	4.727.886	7.552.300

Nos períodos encerrados em 31.12.2013 e 31.12.2012 não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O Banco não possui ativos ou passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado reconhecidos no Balanço Patrimonial

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de dívida	(116.438)	183.984	293.423
Títulos de governos estrangeiros	64.770	46.813	103.184
Títulos emitidos por empresas financeiras	33.734	683	10.779
Aplicações em fundos mútuos de investimento	1.000	(1.693)	(123)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	208	(13)	(85)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(5.648)	(29.612)	288
Títulos públicos federais brasileiros	(210.502)	167.806	179.380
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de patrimônio	7.056	783	(1.850)
Ações negociáveis	7.056	783	(1.850)
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros derivativos	281.998	345.276	336.656
Ganhos/(perdas) de outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(23.301)	21.809	(13.252)
Total	149.315	551.852	614.977

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

20 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Instrumentos de dívida	89.672.207	83.241.907	76.744.459
Títulos emitidos por empresas não financeiras	39.575.429	30.525.719	23.354.143
Títulos públicos federais brasileiros	38.090.759	39.540.952	43.509.122
Títulos de governos estrangeiros	4.937.037	4.342.380	3.698.359
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	3.553.802	3.792.873	3.312.925
Fundos mútuos de investimento	2.590.690	1.464.027	1.642.200
Títulos emitidos por empresas financeiras	924.490	3.575.956	1.207.502
Títulos públicos estaduais	-	-	20.208
Instrumentos de patrimônio	712.867	51.946	350.872
Ações negociáveis	712.867	51.946	350.872
Total	90.385.074	83.293.853	77.095.331

Os ativos financeiros disponíveis para venda que se encontram vinculados a garantias referem-se a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda vinculados a:

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Compromissos de recompra	33.724.932	34.893.074	37.658.920
Garantias	5.106.387	3.453.546	3.397.898
Depósitos compulsórios	335.665	715.075	697
Total	39.166.984	39.061.695	41.057.515

Nos períodos encerrados em 31.12.2013 e 31.12.2012 não foram reclassificados ativos financeiros disponíveis para venda.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de dívida	(524.734)	1.175.218	686.026
Títulos emitidos por empresas não financeiras	386.945	159.700	70.309
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	37.520	865.204	572.535
Títulos emitidos por empresas financeiras	21.923	(119.510)	(5.362)
Títulos públicos estaduais e municipais	-	-	(100)
Títulos de governos estrangeiros	(87.438)	147.173	99.330
Fundos mútuos de investimento	(256.524)	40.751	(63.339)
Títulos públicos federais brasileiros	(627.160)	81.900	12.653
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de patrimônio	1.210	(18.630)	(17.271)
Ações negociáveis	1.210	(18.630)	(17.271)
Total	(523.524)	1.156.588	668.755

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

21 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Instrumentos de dívida			
Títulos emitidos por empresas financeiras	369.349	289.007	301.214
Títulos públicos federais brasileiros	204.596	4.218.824	7.580.868
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	69.338	94.535	115.835
Total	643.283	4.602.366	7.997.917

Vencimentos dos ativos financeiros mantidos até o vencimento:

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
A vencer em até um ano	273.933	4.101.116
A vencer entre 1 e 5 anos	40.303	223.588
A vencer entre 5 e 10 anos	1.024	2.230
A vencer após 10 anos	328.023	275.432
Total	643.283	4.602.366

Nos períodos encerrados em 31.12.2013 e 31.12.2012 não foram reclassificados títulos da categoria ativos financeiros mantidos até o vencimento.

22 – EMPRÉSTIMOS A CLIENTES

Carteira por modalidades

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Operações de crédito	550.394.504	450.978.264	349.757.403
Empréstimos e títulos descontados	226.747.268	207.820.634	159.015.801
Financiamentos	149.275.079	118.121.130	90.287.278
Financiamentos rurais e agroindustriais	149.840.730	112.092.155	92.769.092
Financiamentos imobiliários	24.323.202	12.854.199	7.684.382
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	613	733	850
Operações de crédito vinculadas a cessões	207.612	89.413	-
Outros créditos com características de concessão de crédito	29.163.398	27.327.116	22.166.617
Operações com cartão de crédito	17.535.405	16.087.368	12.473.666
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.235.211	10.905.389	9.399.693
Avais e fianças honrados	136.228	107.312	76.698
Outros	256.554	227.047	216.560
Operações de arrendamento mercantil	861.913	1.027.705	1.509.301
Total dos empréstimos a clientes	580.419.815	479.333.085	373.433.321
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(15.653.209)	(13.576.728)	(10.578.512)
(Provisão para operações de crédito)	(15.512.412)	(13.321.474)	(10.380.058)
(Provisão para outros créditos)	(121.223)	(211.208)	(128.163)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(19.574)	(44.046)	(70.291)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas	564.766.606	465.756.357	362.854.809

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O Banco concede empréstimos a diversas entidades vinculadas ao Governo Federal, o acionista controlador. As operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, inclusive taxa de juros e garantias normais exigidas para operações realizadas com entidades não relacionadas. O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração. As operações contratadas com partes relacionadas totalizaram R\$ 7.141.589 mil (R\$ 2.719.542 mil em 31.12.2012 e R\$ 1.900.541 mil).

Carteira por setores de atividade econômica

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Setor Público	28.869.681	15.694.723	7.447.983
Setor Privado	551.550.134	463.638.362	365.985.338
Indústria	172.653.222	143.885.500	108.191.992
Rural	110.116.780	86.454.604	67.649.582
Pessoas físicas	102.662.393	98.928.993	87.229.512
Outros Serviços	79.617.415	65.795.862	50.132.132
Comércio	66.113.856	57.333.443	45.534.967
Habitação	18.376.295	10.196.151	6.068.208
Intermediários financeiros	2.010.173	1.043.809	1.178.945
Total dos empréstimos a clientes	580.419.815	479.333.085	373.433.321
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(15.653.209)	(13.576.728)	(10.578.512)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas	564.766.606	465.756.357	362.854.809

Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Parcelas vincendas			
01 a 30 dias	41.707.822	39.433.927	27.921.741
31 a 60 dias	28.193.974	25.673.395	18.509.972
61 a 90 dias	24.931.608	20.744.488	15.188.395
91 a 180 dias	60.631.089	52.550.850	40.260.977
181 a 360 dias	95.847.716	79.504.826	66.940.798
Acima de 360 dias	321.349.454	255.624.160	198.807.555
Demais ⁽¹⁾	568.882	686.869	859.202
Subtotal	573.230.545	474.218.515	368.488.640
Parcelas vencidas			
01 a 14 dias	862.781	883.259	1.346.998
15 a 30 dias	586.502	469.884	386.611
31 a 60 dias	1.101.262	601.332	525.061
61 a 90 dias	675.590	476.912	402.707
91 a 180 dias	1.213.226	958.875	729.390
181 a 360 dias	1.500.627	1.137.645	1.062.045
Acima de 360 dias	1.249.282	586.663	491.869
Subtotal	7.189.270	5.114.570	4.944.681
Total	580.419.815	479.333.085	373.433.321

(1) Operações com risco de terceiros vinculados a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 36.094 mil, que obedecem as regras definidas em cada programa para ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando em risco de crédito para o Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Até um ano ⁽¹⁾	416.116	666.053	978.174
Entre um e cinco anos	442.012	355.644	522.303
Após cinco anos	3.785	6.008	8.824
Total	861.913	1.027.705	1.509.301

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Créditos renegociados

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Créditos renegociados no período ⁽¹⁾	34.137.992	32.277.446
Renegociados por atraso ⁽²⁾	2.537.886	2.380.155
Renovados ⁽³⁾	31.600.106	29.897.291
Movimentação dos créditos renegociados por atraso		
Saldo Inicial	6.260.714	5.223.638
Contratações ⁽²⁾	2.537.886	2.380.155
Recebimento e apropriação de juros	(70.293)	(6.862)
Baixas para prejuízo	(1.634.807)	(1.336.217)
Saldo Final ⁽⁴⁾	7.093.500	6.260.714
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	1.382.830	988.573
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	19,5%	15,8%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 193.517 mil no Banco Múltiplo (R\$ 24.643 mil em 31.12.2012) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.394.415 mil (R\$ 5.250.608 mil em 31.12.2012) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

23 – PROVISÃO PARA PERDAS EM EMPRÉSTIMOS A CLIENTES

a) Movimentação

	R\$ mil				
	31.12.2013				
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	13.321.474	13.283.321	(11.087.563)	(4.820)	15.512.412
Empréstimos e títulos descontados	8.064.973	7.569.881	(6.204.787)	(4.820)	9.425.247
Financiamentos	1.304.550	1.531.078	(1.256.712)	-	1.578.916
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.866.673	3.794.814	(3.323.428)	-	4.338.059
Financiamentos imobiliários	82.635	382.333	(297.103)	-	167.865
Operações de crédito vinculadas a cessões	2.643	5.215	(5.533)	-	2.325
Outros créditos com características de concessão de crédito	211.208	205.587	(295.572)	-	121.223
Operações com cartão de crédito	37.333	168.632	(161.072)	-	44.893
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	60.585	10.211	(48.838)	-	21.958
Avais e fianças honrados	104.077	23.356	(76.824)	-	50.609
Outras	9.213	3.388	(8.838)	-	3.763
Operações de arrendamento mercantil	44.046	16.255	(40.727)	-	19.574
Total	13.576.728	13.505.163	(11.423.862)	(4.820)	15.653.209

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

R\$ mil						
	31.12.2012					
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Valores adicionados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	10.380.058	12.167.481	(9.286.303)	47.752	12.486	13.321.474
Empréstimos e títulos descontados	6.187.072	7.044.761	(5.186.926)	7.580	12.486	8.064.973
Financiamentos	793.701	1.577.735	(1.107.058)	40.172	-	1.304.550
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.367.862	3.372.652	(2.873.841)	-	-	3.866.673
Financiamentos imobiliários	31.423	168.546	(117.334)	-	-	82.635
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	3.787	(1.144)	-	-	2.643
Outros créditos com características de concessão de crédito	128.163	330.197	(247.152)	-	-	211.208
Operações com cartão de crédito	32.072	141.827	(136.566)	-	-	37.333
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	72.888	34.076	(46.379)	-	-	60.585
Avais e fianças honrados	6.133	154.112	(56.168)	-	-	104.077
Outras	17.070	182	(8.039)	-	-	9.213
Operações de arrendamento mercantil	70.291	36.404	(62.649)	-	-	44.046
Total	10.578.512	12.534.082	(9.596.104)	47.752	12.486	13.576.728

b) Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes

R\$ mil			
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Constituição de provisão	13.505.163	12.534.082	9.637.430
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	(1.990.988)	(2.471.898)	(2.809.526)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	11.514.175	10.062.184	6.827.904

c) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades

R\$ mil							
	31.12.2013						
	Individual		Coletivo		Total		
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Crédito líquido da provisão
Operações de crédito	7.160.532	1.070.188	543.233.972	14.442.224	550.394.504	15.512.412	534.882.092
Empréstimos e títulos descontados	2.583.304	688.796	224.163.964	8.736.451	226.747.268	9.425.247	217.322.021
Financiamentos	2.277.409	213.538	146.997.670	1.365.378	149.275.079	1.578.916	147.696.163
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.233.378	149.904	147.607.352	4.188.155	149.840.730	4.338.059	145.502.671
Financiamentos imobiliários	66.441	17.950	24.256.761	149.915	24.323.202	167.865	24.155.337
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	613	-	613	-	613
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	-	207.612	2.325	207.612	2.325	205.287
Outros créditos com características de concessão de crédito	331.106	43.749	28.832.292	77.474	29.163.398	121.223	29.042.175
Operações com cartão de crédito	150	1	17.535.255	44.892	17.535.405	44.893	17.490.512
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	202.059	-	11.033.152	21.958	11.235.211	21.958	11.213.253
Avais e fianças honrados	126.179	43.748	10.049	6.861	136.228	50.609	85.619
Outras	2.718	-	253.836	3.763	256.554	3.763	252.791
Operações de arrendamento mercantil	5.199	7	856.714	19.567	861.913	19.574	842.339
Total	7.496.837	1.113.944	572.922.978	14.539.265	580.419.815	15.653.209	564.766.606

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

R\$ mil							
	31.12.2012						
	Individual		Coletivo		Total		
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Crédito líquido da provisão
Operações de crédito	4.231.696	976.179	446.746.568	12.345.295	450.978.264	13.321.474	437.656.790
Empréstimos e títulos descontados	1.141.090	547.502	206.679.544	7.517.471	207.820.634	8.064.973	199.755.661
Financiamentos	1.111.444	279.166	117.009.686	1.025.384	118.121.130	1.304.550	116.816.580
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.979.162	149.511	110.112.993	3.717.162	112.092.155	3.866.673	108.225.482
Financiamentos imobiliários	-	-	12.854.199	82.635	12.854.199	82.635	12.771.564
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	733	-	733	-	733
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	-	89.413	2.643	89.413	2.643	86.770
Outros créditos com características de concessão de crédito	385.212	147.089	26.941.904	64.119	27.327.116	211.208	27.115.908
Operações com cartão de crédito	1.161	12	16.086.207	37.321	16.087.368	37.333	16.050.035
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	284.067	50.312	10.621.322	10.273	10.905.389	60.585	10.844.804
Avais e fianças honrados	96.765	96.765	10.547	7.312	107.312	104.077	3.235
Outras	3.219	-	223.828	9.213	227.047	9.213	217.834
Operações de arrendamento mercantil	655	291	1.027.050	43.755	1.027.705	44.046	983.659
Total	4.617.563	1.123.559	474.715.522	12.453.169	479.333.085	13.576.728	465.756.357

R\$ mil							
	01.01.2012						
	Individual		Coletivo		Total		
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Crédito líquido da provisão
Operações de crédito	2.534.404	440.520	347.222.999	9.939.538	349.757.403	10.380.058	339.377.345
Empréstimos e títulos descontados	742.842	233.221	158.272.959	5.953.851	159.015.801	6.187.072	152.828.729
Financiamentos	847.948	67.534	89.439.330	726.167	90.287.278	793.701	89.493.577
Financiamentos rurais e agroindustriais	943.614	139.765	91.825.478	3.228.097	92.769.092	3.367.862	89.401.230
Financiamentos imobiliários	-	-	7.684.382	31.423	7.684.382	31.423	7.652.959
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	850	-	850	-	850
Outros créditos com características de concessão de crédito	498.156	56.152	21.668.461	72.011	22.166.617	128.163	22.038.454
Operações com cartão de crédito	154	61	12.473.512	32.011	12.473.666	32.072	12.441.594
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	429.763	56.091	8.969.930	16.797	9.399.693	72.888	9.326.805
Avais e fianças honrados	64.691	-	12.007	6.133	76.698	6.133	70.565
Outras	3.548	-	213.012	17.070	216.560	17.070	199.490
Operações de arrendamento mercantil	2.718	744	1.506.583	69.547	1.509.301	70.291	1.439.010
Total	3.035.278	497.416	370.398.043	10.081.096	373.433.321	10.578.512	362.854.809

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****24 – ATIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Os ativos não correntes disponíveis para venda referem-se a imóveis não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Imóveis	43.892	58.319	850
Imobilizado retirado do uso	12	6.892	6.853
Total	43.904	65.211	7.703

O Banco realiza a venda desses bens, normalmente, por meio de leilões.

No exercício de 2013, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não correntes em R\$ 84.070 mil (R\$ 1.250.051 mil no exercício de 2012).

No exercício de 2012, o valor do ganho na alienação de ativos não correntes inclui o resultado na venda dos imóveis ao BB Progressivo II Fundo de Investimento Imobiliário (FII), conforme apresentado na Nota 6.g.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

25 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURES

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		Dividendos/JCP	
	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2013	Exercício/2012
	Total	ON	Total	ON								
Coligadas							57.048	163.723	36.771	45.924	26.786	35.973
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ⁽¹⁾	13,53	13,53	13,53	13,53	266.328	194.075	36.034	26.259	9.776	5.838	-	-
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽¹⁾	12,12	12,12	12,12	12,12	75.192	75.259	9.114	9.121	464	1.111	445	1.140
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP ⁽¹⁾	11,11	11,11	11,11	11,11	78.720	16.438	8.746	1.826	4.090	1.421	-	-
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE ⁽¹⁾	12,09	12,09	12,09	12,09	26.089	25.158	3.154	3.041	383	191	270	-
Itapebi Geração de Energia S.A. ⁽²⁾	-	-	19,00	19,00	-	398.514	-	75.718	22.058	35.291	26.071	34.832
Outros ⁽³⁾	-	-	-	-	-	1.850.321	-	47.758	-	2.072	-	1
							14.156.264	13.716.631	2.259.142	543.817	1.932.937	1.302.700
Joint Ventures												
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	8.928.509	9.876.165	4.464.254	4.938.083	(178.001)	(1.141.030)	-	-
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁴⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.333.492	2.629.727	2.443.722	2.665.868	750.465	470.153	958.372	495.772
Cielo S.A. ⁽⁵⁾	28,68	28,68	28,68	28,68	3.322.750	2.296.081	1.954.223	1.660.640	774.144	652.327	480.642	400.805
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁶⁾	50,00	49,00	50,00	49,00	2.537.039	2.296.802	1.560.221	1.440.102	124.507	(41.130)	-	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	74,99	49,99	74,99	49,99	1.597.619	1.226.728	1.198.134	919.984	447.344	330.048	169.241	204.701
Neoenergia S.A.	11,99	11,99	11,99	11,99	9.418.413	11.544.852	1.128.995	1.383.893	11.411	120.003	265.536	53.178
IRB-Brasil Resseguros S.A.	20,51	20,51	-	-	2.773.015	-	568.765	-	57.166	-	-	-
Elo Participações S.A.	49,99	49,99	49,99	49,99	922.679	25.452	461.247	12.723	88.127	(3.808)	14.436	-
Brasilecap Capitalização S.A. ⁽⁷⁾	66,66	49,99	66,66	49,99	302.599	182.474	312.462	232.386	123.405	112.083	43.329	114.447
Kepler Weber S.A.	17,56	17,56	17,56	17,56	365.798	314.866	64.241	55.297	10.325	3.399	1.381	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

CBSS – Alelo ⁽⁸⁾	-	-	49,99	49,99	-	451.925	-	355.469	52.975	80.008	-	19.101
BV Participações S.A. ⁽⁹⁾	-	-	50,00	49,99	-	104.373	-	52.186	(2.726)	(38.236)	-	14.696
Total			32.948.242	33.509.210	14.213.312	13.880.354	2.295.913	589.741	1.959.723	1.338.673		

(1) Embora os direitos de voto real e potencial detidos nessas coligadas sejam inferiores a 20%, foi evidenciada a existência de influência significativa por meio da participação na gestão da coligada ou na indicação da diretoria ou órgão diretor equivalente com participação nos processos de elaboração de políticas financeiras e operacionais.

(2) Investimento alienado em dezembro/2013 (Nota 6.f).

(3) Investimento no Banco Bladex S.A. foi reclassificado em conformidade com a IAS 39.

(4) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 693.836 mil.

(5) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 1.002.124 mil.

(6) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 291.702 mil.

(7) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

(8) Investimento transferido para Elo Participações S.A. em virtude de reorganização societária na área de cartões, conforme mencionado na Nota 6.

(9) Investimento incorporado pelo Banco Votorantim S.A. em virtude de reorganização societária, conforme mencionado na Nota 6.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		Dividendos/JCP	
	31.12.2012		01.01.2012		31.12.2012	01.01.2012	31.12.2012	01.01.2012	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2012	Exercício/2011
	Total	ON	Total	ON								
Coligadas							163.723	219.742	45.924	58.473	35.973	13.901
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ⁽¹⁾	13,53	13,53	13,53	13,53	194.075	150.931	26.259	20.421	5.838	(2.487)	-	-
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽¹⁾	12,12	12,12	12,12	12,12	75.259	75.445	9.121	9.144	1.111	1.283	1.140	860
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP ⁽¹⁾	11,11	11,11	11,11	11,11	16.438	3.649	1.826	405	1.421	(2.875)	-	-
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE ⁽¹⁾	12,09	12,09	12,09	12,09	25.158	23.576	3.041	2.850	191	85	-	185
Itapebi Geração de Energia S.A. ⁽¹⁾	19,00	19,00	19,00	19,00	398.514	396.095	75.718	75.258	35.291	27.337	34.832	11.554
Outros	-	-	-	-	1.850.321	1.666.614	47.758	111.664	2.072	35.130	1	1.302
							13.716.631	13.247.988	543.817	1.853.492	1.302.700	952.706
Joint Ventures												
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	9.876.165	9.920.006	4.938.083	4.960.003	(1.141.030)	105.331	-	128.344
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽²⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.629.727	2.776.595	2.665.868	2.776.004	470.153	557.440	495.772	87.581
Cielo S.A. ⁽³⁾	28,68	28,68	28,68	28,68	2.296.081	1.411.613	1.660.640	1.406.974	652.327	512.631	400.805	459.700
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁴⁾	50,00	49,00	50,00	49,99	2.296.802	2.228.305	1.440.102	1.405.854	(41.130)	45.707	-	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	74,99	49,99	74,99	49,99	1.226.728	897.055	919.984	672.737	330.048	289.269	204.701	134.131
Neoenergia S.A.	11,99	11,99	11,99	11,99	11.544.852	11.042.326	1.383.893	1.323.655	120.003	119.928	53.178	49.676
Elo Participações S.A.	49,99	49,99	49,99	49,99	25.452	33.069	12.723	16.531	(3.808)	(8.669)	-	-
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁵⁾	66,66	49,99	66,66	49,99	182.474	186.021	232.386	234.750	112.083	79.277	114.447	54.340
Kepler Weber S.A.	17,56	17,56	17,56	17,56	314.866	295.503	55.297	51.897	3.399	15.911	-	-
CBSS – Alelo	49,99	49,99	49,99	49,99	451.925	329.889	355.469	294.464	80.008	91.718	19.101	31.966
BV Participações S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	104.373	210.239	52.186	105.119	(38.236)	44.949	14.696	6.968

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Total	33.509.210	31.646.931	13.880.354	13.467.730	589.741	1.911.965	1.338.673	966.607

- (1) Embora os direitos de voto real e potencial detidos nessas coligadas sejam inferiores a 20%, foi evidenciada a existência de influência significativa por meio da participação na gestão da coligada ou na indicação da diretoria ou órgão diretor equivalente com participação nos processos de elaboração de políticas financeiras e operacionais.
- (2) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 693.836 mil.
- (3) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 1.002.124 mil.
- (4) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 291.702 mil.
- (5) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

b) Coligadas

Empresa	Localização		Descrição	Participação Estratégica
	Pais de constituição	Sede		
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Brasil	São Paulo (SP)	Empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário.	Sim
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Brasil	São Paulo (SP)	Atua no ramo de securitização em operações imobiliárias.	Sim
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Empresa especializada na exploração do seguro de crédito à exportação.	Sim
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Atua com a prestação de serviços de assessoria com fins de licitação.	Sim

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Informações financeiras resumidas das coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31.12.2013					R\$ mil
	Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	
Ativos correntes	144.446	179.530	80.571		69.377
Ativos não correntes	643.912	5.586	22.171		6.008
Passivos correntes	251.162	109.924	24.022		43.245
Passivos não correntes	270.868	-	-		6.051
Receitas	1.031.928	22.336	48.378		30.328
Lucro ou (prejuízo) do período	72.253	3.829	8.455		3.167
Outros resultados abrangentes	-	(44)	-		-
Resultado abrangente total	72.253	3.785	8.455		3.167
Patrimônio líquido ajustado	266.328	75.192	78.720		26.089
% de participação	13,53%	12,12%	11,11%		12,09%
Saldo do investimento	36.034	9.114	8.746		3.154

31.12.2012							R\$ mil
	Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	Itapebi Geração de Energia S.A.	Outros	
Ativos correntes	127.066	166.370	19.793	62.500	233.427	1.481.103	
Ativos não correntes	577.279	5.673	161	5.116	482.763	11.682.798	
Passivos correntes	211.492	96.784	3.516	38.009	94.389	7.058.219	
Passivos não correntes	298.778	-	-	4.449	223.287	4.255.361	
Receitas	843.287	646.770	40.565	26.219	331.415	97.352	
Lucro ou (prejuízo) do período	43.144	2.320	12.790	1.581	185.743	41.658	
Outros resultados abrangentes	-	27	-	-	-	-	
Resultado abrangente total	43.144	2.347	12.790	1.581	185.743	41.658	
Patrimônio líquido ajustado	194.075	75.259	16.438	25.158	398.514	1.850.321	
% de participação	13,53%	12,12%	11,11%	12,09%	19,00%	2,58%	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Saldo do investimento	26.259	9.121	1.826	3.041	75.718	47.758

c) Joint Ventures

O Banco do Brasil considera como *joint ventures* as sociedades controladas em conjunto quando o Banco participa de um acordo contratual, com uma ou mais partes, para empreender atividades por meio de entidades em que as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Empresa	Localização		Descrição	Participação Estratégica
	Pais de constituição	Sede		
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Sim
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Sim
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.	Sim
Neoenergia S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Holding de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.	Não
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Sim
CBSS – Alelo	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões-benefício e cartões pré-pago.	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Sim
Kepler Weber S.A.	Brasil	Porto Alegre (RS)	Atua na indústria e comércio de produtos e matérias-primas relacionadas a metalurgia, comércio exterior e comércio de produtos destinados a agroindústria.	Não
Elo Participações S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Sim
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Tem por objetivo exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.	Sim

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Informações financeiras resumidas das *joint ventures* não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2013							R\$ mil
	Banco Votorantim S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Cielo S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Neoenergia S.A.	Demais Joint Ventures	
Ativos correntes	59.925.181	5.279.451	10.835.184	8.852.925	76.464.034	1.317.889	17.552.180	
Caixa e equivalentes de caixa	206.299	213.977	14.984	227.673	557	138	33.676	
Outros ativos correntes	59.718.882	5.065.474	10.820.199	8.625.252	76.463.477	1.317.751	17.518.504	
Ativos não correntes	48.306.651	5.046.721	2.717.419	3.002.503	9.129.040	8.269.205	6.867.202	
Passivos correntes	65.015.507	5.259.949	6.615.110	8.451.219	8.884.070	65.565	18.776.228	
Passivos financeiros	60.474.256	-	1.094.700	-	-	1.002	115.807	
Outros passivos correntes	4.541.251	5.259.949	5.520.410	8.451.219	8.884.070	64.563	18.660.421	
Passivos não correntes	34.287.816	2.732.731	3.614.742	867.170	75.111.385	103.116	1.279.062	
Passivos financeiros	32.659.763	-	2.215.375	-	-	3.940	-	
Outros passivos não correntes	1.628.053	2.732.731	1.399.367	867.170	75.111.385	99.176	1.279.062	
Receitas	17.039.952	2.091.603	7.853.852	1.519.825	3.811.897	1.492.809	8.357.067	
Receita de juros	13.014.594	461.278	1.220.647	577.444	2.824.389	145.121	1.079.216	
Despesa de juros	(5.881.281)	-	(39.509)	-	-	(11.056)	-	
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(3.869.248)	-	-	-	-	-	-	
Depreciação e amortização	(33.499)	(9.366)	(318.086)	(63.969)	(29.060)	(3.178)	(25.259)	
Despesa de IR/CSLL	(3.869.248)	(358.976)	(1.412.583)	43.966	(376.996)	1.936	(578.886)	
Lucro ou (prejuízo) do período	(356.002)	1.000.754	2.699.247	249.013	596.498	648.340	698.922	
Outros resultados abrangentes	(39.026)	(11.747)	115	-	30	-	(2.474)	
Resultado abrangente total	(395.028)	989.007	2.699.362	249.013	596.528	648.340	696.448	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Patrimônio líquido ajustado	8.928.509	2.333.492	3.322.750	2.537.039	1.597.619	9.418.413	4.364.092
% de participação	50,00%	74,99%	28,68%	50,00%	74,99%	11,99%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	4.464.254	1.749.886	952.099	1.268.519	1.198.134	1.128.995	1.295.967
Ágio sobre investimentos	-	693.836	1.002.124	291.702	-	-	110.749

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	31.12.2012						
	Banco Votorantim S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Cielo S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Neoenergia S.A.	Demais Joint Ventures
Ativos correntes	47.684.915	2.955.669	7.323.155	6.422.512	215.245	7.067.349	2.338.398
Caixa e equivalentes de caixa	155.070	149.676	21.498	91.215	450	4.261.877	165.577
Outros ativos correntes	47.529.845	2.805.993	7.301.657	6.331.297	214.795	2.805.472	2.172.821
Ativos não correntes	75.902.049	5.539.688	2.753.954	4.039.803	68.670.003	15.271.764	8.677.468
Passivos Correntes	77.709.012	3.575.657	4.658.571	7.300.594	7.457.248	3.453.164	9.781.909
Passivos financeiros	68.885.340	-	952.833	-	-	1.155.418	32.642
Outros passivos correntes	8.823.672	3.575.657	3.705.738	7.300.594	7.457.248	2.297.746	9.749.267
Passivos não correntes	36.001.787	2.289.973	3.122.457	864.919	60.201.272	7.341.097	154.868
Passivos financeiros	35.142.825	-	1.949.098	-	-	6.468.111	101.112
Outros passivos não correntes	858.962	2.289.973	1.173.359	864.919	60.201.272	872.986	53.756
Receitas	15.049.354	1.670.748	6.461.580	1.425.172	6.425.832	17.334.307	6.104.593
Receita de juros	14.817.091	467.828	868.641	464.951	5.664.651	568.300	677.347
Despesa de juros	(9.825.065)	-	(4.262)	-	-	(804.853)	-
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(5.268.386)	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(29.443)	(7.179)	(296.776)	(35.195)	(17.707)	(683.022)	(33.665)
Despesa de IR/CSLL	1.615.634	(297.279)	(1.179.748)	(107.612)	(317.468)	(275.949)	(62.378)
Lucro ou (prejuízo) do período	(2.282.060)	626.955	2.274.502	(82.261)	440.094	987.178	263.453
Outros resultados abrangentes	114.333	5.048	1.428	-	27	-	-
Resultado abrangente total	(2.167.727)	632.003	2.275.930	(82.261)	440.121	987.178	263.453

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Patrimônio líquido ajustado	9.876.165	2.629.727	2.296.081	2.296.802	1.226.728	11.544.852	1.079.089
% de participação	50,00%	74,99%	28,68%	50,00%	74,99%	11,99%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	4.938.083	1.972.032	658.516	1.148.401	919.984	1.383.893	467.761
Ágio sobre investimentos	-	693.836	1.002.124	291.701	-	-	240.301

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas****d) Outras informações**

Conforme descrito em nossas políticas contábeis, o Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento em coligadas e *joint ventures* (Nota 3.n).

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação.

De acordo com as análises efetuadas pelo Banco, não foi identificada nenhuma evidência objetiva de perda nos investimentos em coligadas e *joint ventures*.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco está exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e *joint ventures* apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e *joint ventures* nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e *joint ventures* não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

26 – IMOBILIZADO DE USO

R\$ mil								
	Terrenos	Edificações	Móveis e Equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Outros	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 01.01.2012	239.312	4.874.600	1.436.081	1.824.883	4.426.600	9.764	537.619	13.348.859
Aquisições	119	630.281	503.069	468.252	578.231	1.804	67.022	2.248.778
Aquisição por combinação de negócios	318	1.049	1.145	628	-	-	-	3.140
Baixas ⁽¹⁾	(26.462)	(663.156)	(303.838)	(23.638)	(225.032)	(124)	(25.854)	(1.268.104)
Saldo em 31.12.2012	213.287	4.842.774	1.636.457	2.270.125	4.779.799	11.444	578.787	14.332.673
Aquisições	1.056	294.269	208.669	489.485	342.248	2.182	78.395	1.416.304
Baixas	(788)	(12.658)	(87.786)	(19.197)	(504.268)	(998)	(40.474)	(666.169)
Outras movimentações ⁽²⁾	(110)	(49.544)	1.167.148	39.381	(1.167.146)	-	(8.933)	(19.204)
Saldo em 31.12.2013	213.445	5.074.841	2.924.488	2.779.794	3.450.633	12.628	607.775	15.063.604
Depreciação acumulada								
Saldo em 01.01.2012		(2.764.212)	(776.405)	(1.195.359)	(2.868.959)	(7.333)	(337.819)	(7.950.087)
Despesa de depreciação		(151.880)	(122.692)	(87.697)	(543.336)	(264)	(44.282)	(950.151)
Baixas ⁽¹⁾		378.814	42.292	17.273	192.951	271	24.320	655.921
Saldo em 31.12.2012		(2.537.278)	(856.805)	(1.265.783)	(3.219.344)	(7.326)	(357.781)	(8.244.317)
Despesa de depreciação		(155.426)	(158.744)	(117.275)	(410.414)	(1.037)	(36.924)	(879.820)
Baixas		13.638	78.084	16.655	501.234	1.194	28.010	638.815
Outras movimentações		33.763	(738.196)	(28.001)	722.034	-	16.073	5.673
Saldo em 31.12.2013		(2.645.303)	(1.675.661)	(1.394.404)	(2.406.490)	(7.169)	(350.622)	(8.479.649)
Perda por imparidade								
Saldo em 01.01.2012		(4.145)	-	-	(960)	-	-	(5.105)
Perdas		(263)	-	-	-	-	-	(263)
Saldo em 31.12.2012		(4.408)	-	-	(960)	-	-	(5.368)
Perdas		(4.042)	-	-	-	-	-	(4.042)
Reversões		845	-	-	-	-	-	845
Saldo em 31.12.2013		(7.605)	-	-	(960)	-	-	(8.565)
Valor contábil								
Saldo em 01.01.2012	239.312	2.106.243	659.676	629.524	1.556.681	2.431	199.800	5.393.667
Saldo em 31.12.2012	213.287	2.301.088	779.652	1.004.342	1.559.495	4.118	221.006	6.082.988
Saldo em 31.12.2013	213.445	2.421.933	1.248.827	1.385.390	1.043.183	5.459	257.153	6.575.390

(1) Inclui os valores das baixas dos imóveis transferidos ao BB Progressivo Fundo de Investimento Imobiliário (FII) (Nota 6.g).

(2) Decorre principalmente da reclassificação de aproximadamente 45,4 mil terminais de autoatendimento do grupamento Equipamentos de processamento de dados para o grupamento Móveis e Equipamentos no montante de R\$ 1.167.146 mil.

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 225.948 mil (R\$ 295.874 mil em 31/12/2012).

Os valores das perdas e reversões por imparidade são registrados em Outras despesas na Demonstração do Resultado Consolidado.

As taxas de depreciação estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas na Nota 3.k.

Pagamentos futuros para arrendamentos operacionais

	R\$ mil						
	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Valores a pagar	974.133	791.035	673.487	531.450	392.200	945.130	4.307.435

As despesas de aluguéis e arrendamentos operacionais no exercício foram de R\$ 979.233 mil (R\$ 734.726 mil no exercício de 2012). O Banco do Brasil não mantém contratos de subarrendamento.

27 – ÁGIO E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****a) Ágio por segmento operacional e por unidade geradora de caixa**

	R\$ mil		
Segmento Operacional / Unidade Geradora de Caixa	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Bancário	625.729	621.368	591.582
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	591.582	591.582	591.582
BB Americas ⁽¹⁾	34.147	29.786	-
Total	625.729	621.368	591.582

(1) O ágio originado pela aquisição da participação no exterior é convertido pela taxa de câmbio de fechamento na data das demonstrações contábeis.

Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa de desconto desse fluxo. Os fluxos de caixa são descontados em função dos orçamentos para os próximos cinco anos (2013-2017) e das projeções de crescimento que são realizadas para o período de dez anos, com taxas que variam conforme o segmento operacional em questão.

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). Os fluxos de caixa têm por base o resultado de 2013 da unidade geradora de caixa, com crescimento pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), projetado por nove anos. Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

A taxa de desconto é determinada pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM referenciado em moeda brasileira na forma unitária. Esta metodologia é composta pela taxa livre de risco americana, pelo índice EMBI + BR¹, como prêmio pelo risco-Brasil, pelo beta da empresa, pela média geométrica histórica do prêmio do mercado americano, pelo fator de ajuste entre os prêmios do mercado brasileiro e americano, pelo diferencial entre as inflações brasileira e americana e pelo diferencial de produtividade entre as economias norte-americana e brasileira. Os parâmetros mencionados para apuração do custo de capital foram obtidos de fontes externas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos exercícios de 2013 e 2012, não houve registro de perda por imparidade sobre os ágios.

Premissas utilizadas no teste de valor recuperável

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de crescimento	Taxa de desconto
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	8,78% a.a.	11,34% a.a.

(1) Média geométrica dos nove anos de projeção

¹ Emerging Market Bond Index Plus – Brasil – correspondente à média ponderada dos prêmios pagos por uma carteira virtual de títulos da dívida externa brasileira em relação a papéis de prazo equivalente do Tesouro dos Estados Unidos. É a sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelos bônus do Tesouro dos Estados Unidos, considerado de risco zero.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Movimentação do ágio

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto do ágio no início do ano	621.368	591.582
Perda por imparidade acumulada no início do ano	-	-
Saldo contábil do ágio no início do ano	621.368	591.582
Ágio reconhecido exercício	-	25.724
Valor bruto do ágio ao final do ano	621.368	617.306
Variação cambial	4.361	4.062
Perda por imparidade acumulada ao final do ano	-	-
Saldo contábil do ágio ao final do ano	625.729	621.368

c) Ativos intangíveis de vida útil definida

	R\$ mil					
	Software	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Relacionados a carteiras de clientes	Relacionados a contratos ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 01.01.2012	1.772.408	10.804.766	3.180.417	3.727.165	178.815	19.663.571
Gerados internamente	80.077	-	-	-	-	80.077
Aquisições	186.986	1.338.285	-	4.662	187	1.530.120
Aquisições por combinações de negócios	13	-	3.694	-	10.585	14.292
Baixas	(345.522)	(2.877.009)	-	-	(21)	(3.222.552)
Variação cambial	-	-	21.258	1.693	1.996	24.947
Saldo em 31.12.2012	1.693.962	9.266.042	3.205.369	3.733.520	191.562	18.090.455
Saldo em 31.12.2012	1.693.962	9.266.042	3.205.369	3.733.520	191.562	18.090.455
Gerados internamente	76.705	-	-	-	-	76.705
Aquisições	228.259	1.044.273	-	-	-	1.272.532
Baixas	(19.966)	(1.539.950)	-	(2.310)	(143)	(1.562.369)
Variação cambial	-	-	(46.107)	(3.445)	(1.511)	(51.063)
Saldo em 31.12.2013	1.978.960	8.770.365	3.159.262	3.727.765	189.908	17.826.260
Amortização acumulada						
Saldo em 01.01.2012	(1.020.657)	(4.863.626)	(847.982)	(332.850)	(84.526)	(7.149.641)
Amortizações	(242.703)	(1.904.908)	(365.719)	(313.812)	(39.220)	(2.866.362)
Baixas	345.522	2.877.009	104	-	-	3.222.635
Saldo em 31.12.2012	(917.838)	(3.891.525)	(1.213.597)	(646.662)	(123.746)	(6.793.368)
Saldo em 31.12.2012	(917.838)	(3.891.525)	(1.213.597)	(646.662)	(123.746)	(6.793.368)
Amortizações	(99.631)	(1.882.319)	(365.093)	(433.812)	(39.513)	(2.820.368)
Baixas	17.998	1.539.950	61	-	-	1.558.009
Saldo em 31.12.2013	(999.471)	(4.233.894)	(1.578.629)	(1.080.474)	(163.259)	(8.055.727)
Perda por imparidade						
Saldo em 01.01.2012	-	(52.899)	-	-	-	(52.899)
Reversões ⁽³⁾	-	3.111	-	-	-	3.111
Saldo em 31.12.2012	-	(49.788)	-	-	-	(49.788)
Saldo em 31.12.2012	-	(49.788)	-	-	-	(49.788)
Reversões ⁽³⁾	-	48	-	-	-	48
Saldo em 31.12.2013	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Valor contábil						
Saldo em 01.01.2012	751.751	5.888.241	2.332.435	3.394.315	94.289	12.461.031
Saldo em 31.12.2012	776.124	5.324.729	1.991.772	3.086.858	67.816	11.247.299
Saldo em 31.12.2013	979.489	4.486.731	1.580.633	2.647.291	26.649	9.720.793

(1) Inclui o direito de utilização da rede Banco Postal para serviços de correspondente bancário no valor de R\$ 2.823.857 mil, adquirido no 2º semestre de 2011.

(2) Inclui, principalmente, as marcas adquiridas em combinações de negócios.

(3) Houve reversão de perda por imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 decorrente, principalmente, da rescisão de contratos de folhas de pagamento de prefeituras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos na Nota 3.I.

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	R\$ mil					
	2014 ⁽¹⁾	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Valores a amortizar	4.424.111	1.469.985	1.378.493	757.493	483.917	1.206.794
						9.720.793

(1) O custo do direito de utilização da rede do Banco Postal será amortizado como despesa, em 2014, no montante de R\$ 396.606 mil. Em virtude das adiantadas negociações entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT sobre os estudos de constituição de uma nova instituição financeira, o modelo de negócios atual deverá ser revisitado durante o 1º trimestre de 2014. Concretizado o novo modelo de negócios, o valor remanescente do ativo intangível de R\$ 1.949.602 mil será convertido em recebíveis no âmbito da parceria.

28 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil		
Outros ativos	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	18.262.402	13.469.225	11.874.180
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	15.544.218	11.831.497	17.179.248
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional	9.115.604	5.662.775	5.730.420
Superávit Previ – Fundos Previdenciais (Nota 45.f)	7.966.278	9.198.717	9.638.387
Títulos e créditos a receber	6.479.217	4.195.037	2.880.844
Devedores diversos no país	3.797.274	3.759.732	2.764.052
Rendas a receber	2.341.220	2.023.771	1.425.231
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	2.140.264	2.012.007	1.897.511
Negociação e intermediação de valores	1.169.336	499.453	245.594
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.116.919	31.253	-
Impostos pagos antecipadamente	785.162	754.148	315.281
Despesas pagas antecipadamente	552.031	612.154	646.647
Adiantamentos a empregados	282.030	273.188	228.654
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	198.676	212.334	235.132
Relações interfinanceiras/interdependências	32.865	20.005	37.198
Outros	2.201.544	1.670.868	2.621.390
Total	71.985.040	56.226.164	57.719.769

	R\$ mil		
Outros passivos	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	13.008.908	17.988.498	19.629.278
Credores diversos no país	12.168.320	10.085.844	8.107.307
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	8.134.976	10.119.807	8.879.868
Obrigações com bandeiras de cartão de crédito	7.772.138	7.002.397	5.207.137
Recebimentos por conta de terceiros	5.082.482	5.511.307	4.050.858
Encargos e obrigações trabalhistas	4.028.581	4.007.519	3.645.245
Carteira de câmbio líquida	2.287.293	2.228.648	814.305
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	2.161.357	1.510.981	1.175.467
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.148.815	1.478.390	1.290.906
Depósitos vinculados a garantias	1.060.628	1.352.710	-
Credores diversos no exterior	833.605	605.772	403.938
Obrigações por negociação e intermediação de valores	792.572	662.090	333.195
Impostos	667.011	1.262.221	2.065.818
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	419.129	778.839	1.277.575
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	418.823	370.896	323.754
Provisão para perdas sobre garantias prestadas	145.678	144.244	115.624
Outros	4.389.658	4.335.865	3.819.358
Total	64.519.974	69.446.028	61.139.633

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

29 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Brasil	431.459.971	421.521.525	398.057.489
Depósitos à vista	69.689.987	70.155.207	57.491.653
Sem remuneração	68.594.720	69.179.125	56.933.733
Com remuneração ⁽¹⁾	1.095.267	976.082	557.920
Depósitos a prazo	221.041.877	233.622.275	240.455.997
Depósitos de poupança	140.728.107	117.744.043	100.109.839
Exterior	29.965.438	28.409.428	19.956.446
Depósitos à vista	6.072.436	4.564.096	6.260.397
Sem remuneração	6.072.436	4.564.096	4.365.474
Com remuneração	-	-	1.894.923
Depósitos a prazo	23.893.002	23.845.332	13.696.049
Total	461.425.409	449.930.953	418.013.935

(1) Referem-se a "Special Accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

30 – VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Depósitos de instituições financeiras	25.961.441	15.390.251	13.031.470
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	207.616	89.413	-
Total	26.169.057	15.479.664	13.031.470

31 – OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Carteira própria	59.691.670	42.973.908	52.952.587
Títulos privados	34.060.889	9.553.997	663.897
Letras Financeiras do Tesouro	15.947.419	30.261.539	40.772.010
Letras do Tesouro Nacional	6.709.995	1.424.688	8.433.559
Notas do Tesouro Nacional	-	-	329.210
Outros títulos	2.973.367	1.733.684	2.753.911
Carteira de terceiros	164.225.469	161.677.165	125.947.274
Letras Financeiras do Tesouro	88.984.254	102.798.122	106.124.155
Letras do Tesouro Nacional	64.763.743	43.940.234	15.765.106
Notas do Tesouro Nacional	8.939.530	13.165.189	848.333
Outras	1.537.942	1.773.620	3.209.680
Total	223.917.139	204.651.073	178.899.861

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas****32 – OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Obrigações por empréstimos	15.134.816	10.116.793	8.644.876
Financiamentos à importação	54.747	84.822	39.306
Financiamentos à exportação	647	6.165	-
Total	15.190.210	10.207.780	8.684.182

Em 31.12.2013, a taxa média de juros aplicável às obrigações de curto prazo no exterior era de 1,74% a.a. (2,46% a.a. em 31.12.2012 e 1,70% a.a. em 01.01.2012).

33 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Obrigações por repasses	84.834.637	61.043.469	47.935.915
Dívidas subordinadas	47.369.209	37.180.574	27.186.028
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	110.678.199	58.829.491	22.956.849
Fundos financeiros e de desenvolvimento	7.661.423	5.088.607	4.002.255
Bônus perpétuos	20.874.324	15.061.071	2.845.792
Debêntures	7.570	37.813	68.053
Outras	610.694	830.093	1.042.620
Total	272.036.056	178.071.118	106.037.512

a) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque: (i) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); (ii) Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau); (iii) Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop); (iv) Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e (v) Poupança Rural. Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME). No exterior, caracteriza-se pelas captações do Banco em moeda estrangeira aplicadas em créditos para os clientes, neste caso o próprio governo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Do País – Instituições Oficiais

		R\$ mil		
Programas	Taxa de Atualização	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Tesouro Nacional – Crédito Rural		473.365	633.638	1.643.964
Pronaf	TMS (se disponível) 0,50% a.a. a 4,00% a.a.(se aplicado)	332.048	475.613	1.424.918
Cacau	Pré 6,35% a.a. IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a.	85.372	86.715	103.007
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	54.590	69.955	96.511
Outros		1.355	1.355	19.528
BNDES		42.685.432	40.284.112	27.227.981
Banco do Brasil ⁽¹⁾	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 9,41% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 4,00% a.a. Var.Camb. + 0,50% a.a. a 6,50 % a.a.	42.685.432	40.284.112	27.227.981
Caixa Econômica Federal		4.219.810	895.482	338.253
Finame		27.528.447	18.489.696	16.176.962
Banco do Brasil ⁽²⁾	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,90% a.a. a 5,50% a.a. Var.Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	27.528.447	18.489.696	16.176.962
Outras instituições oficiais		9.903.122	653.052	2.446.402
Suprimento Especial – Poupança Rural	TR	9.028.770	-	1.991.552
Funcafé	TMS (Rec. disponível), Pré 5,50% a.a. a 6,75% a.a. (Rec. aplicado)	874.324	652.912	451.475
Outros		28	140	3.375
Total		84.810.176	60.955.980	47.833.562

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 46 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 43 meses.

Notas:

TMS – Taxa Média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR – Taxa Referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Do Exterior

		R\$ mil		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Recursos livres – Resolução CMN nº 3.844/2010		23.984	87.012	101.876
Fundo especial de apoio às pequenas e médias empresas industriais – FAD 3		477	477	477
Total		24.461	87.489	102.353

		R\$ mil		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Obrigações por repasses				
Do País – Instituições Oficiais		84.810.176	60.955.980	47.833.562
Do Exterior		24.461	87.489	102.353
Total		84.834.637	61.043.469	47.935.915

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

b) Dívidas subordinadas

						R\$ mil		
Captações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					18.529.802	16.602.973	14.771.005	
Recursos aplicados ⁽¹⁾					17.925.347	15.938.342	13.811.498	
Recursos disponíveis ⁽²⁾					591.651	627.940	924.167	
Encargos a capitalizar					12.804	36.691	35.340	
CDBs subordinados emitidos no país								
					5.137.043	4.711.053	4.305.067	
	900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	1.468.869	1.344.943	1.227.011	
	1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.187.159	2.000.773	1.823.569	
	1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.481.015	1.365.337	1.254.487	
Dívidas subordinadas no exterior								
					7.644.863	6.673.140	4.683.538	
US\$ mil	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	710.925	619.378	576.210	
US\$ mil	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.584.030	1.382.336	1.260.310	
US\$ mil	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	3.563.218	3.105.980	2.847.018	
US\$ mil	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	1.786.690	1.565.446	-	
Letras financeiras subordinadas								
					16.057.992	9.196.989	3.429.443	
	1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.448.056	1.331.338	1.219.800	
	1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.319.658	1.210.944	1.107.259	
	335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	437.238	401.218	366.864	
	13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	17.433	15.997	14.627	
	700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	859.178	788.399	720.893	
	512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	586.275	537.769	-	
	215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	246.006	225.565	-	
	115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	131.614	120.632	-	
	35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	41.892	37.771	-	
	49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	56.523	51.846	-	
	690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	786.372	720.162	-	
	300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	353	316	-	
	873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	1.027.447	921.522	-	
	52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	59.799	54.852	-	
	308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	352.613	322.795	-	
	184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	211.397	193.503	-	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	13.697	12.564	-
7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	8.464	7.615	-
100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	117.746	105.833	-
20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	23.558	21.154	-
500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	590.094	528.771	-
315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	371.773	333.642	-
100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	113.379	103.998	-
10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	11.561	10.604	-
27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	31.476	28.413	-
40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	46.275	42.446	-
17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	20.317	18.324	-
22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	25.170	23.088	-
1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.133.034	1.025.908	-
5.233.500	111,00% do CDI	01/2013	01/2019	5.681.470	-	-
266.400	111,00% do CDI	02/2013	02/2019	288.124	-	-

Dívidas subordinadas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior (491) (3.581) (3.025)

Total das dívidas subordinadas ⁽³⁾ 47.369.209 37.180.574 27.186.028

(1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) São remunerados com base na taxa extra mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) O montante de R\$ 32.747.645 mil (R\$ 32.400.578 mil em 31.12.2012 e R\$ 24.522.493 mil em 01.01.2012) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), sendo o montante de R\$ 18.529.802 mil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 e o montante de R\$ 14.217.843 mil de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007.

Notas:

CDI – Taxa média dos depósitos interbancários.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

c) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

						R\$ mil		
Captações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	
Programa “Global Medium-Term Notes”					9.771.502	5.915.911	4.846.453	
	US\$	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	237.271	206.658	188.595
	US\$	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	2.268.011	1.978.662	1.819.507
	US\$	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.197.145	1.044.118	957.919
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	2.515.367	2.098.921	1.880.432
	JPY	24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	553.411	587.552	-
	EUR	700.000	3,75%	07/2013	07/2018	2.280.146	-	-
	CHF	275.000	2,50%	12/2013	06/2019	720.151	-	-
“Senior Notes”					5.682.804	4.952.108	934.260	
	US\$	500.000	3,88%	11/2011	01/2017	1.185.458	1.033.277	934.260
	US\$	1.925.000	3,88%	10/2012	10/2022	4.497.346	3.918.831	-
Notas Estruturadas	US\$	128.380	0,75 a 2,12%			302.680	688.797	-
Certificado de Depósito					10.325.498	9.681.191	5.924.484	
Curto Prazo ⁽¹⁾		0,15 a 4,40%			7.071.906	7.754.338	4.128.590	
Longo Prazo ⁽¹⁾		0,87 a 4,40%		11/2016	3.253.592	1.926.853	1.795.894	
Letras de Crédito Imobiliário					3.390.290	-	-	
Letras de Crédito do Agronegócio					77.887.575	32.898.221	6.595.550	
Curto Prazo ⁽²⁾					12.932.745	11.037.065	1.095.276	
Longo Prazo ⁽³⁾				12/2019	64.954.830	21.861.156	5.500.274	
Letras Financeiras					2.287.233	3.569.719	3.486.743	
Curto Prazo ⁽²⁾					-	3.536.300	3.486.743	
Longo Prazo		104,00% a 106,50% DI		01/2017	2.287.233	33.419	-	
Banco Patagonia	ARS				641.635	393.669	99.481	
Curto Prazo ⁽⁴⁾					387.824	224.275	99.481	
Longo Prazo ⁽⁴⁾				05/2015	253.811	169.394	-	
Entidade de Propósito Específico no Exterior ⁽⁵⁾					475.461	837.797	1.141.160	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

US\$	250.000	6,55%	12/2003	12/2013	-	88.174	156.772
US\$	250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	58.571	255.454	422.116
US\$	150.000	5,25%	04/2008	06/2018	253.526	270.252	281.962
US\$	200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	163.364	223.917	280.310

Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários pelo Banco, em poder de controlada no exterior (86.479) (107.922) (71.282)

Total 110.678.199 58.829.491 22.956.849

(1) Títulos emitidos no exterior em US\$, EUR, GBP, RMB e AUD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e/ou nacional com vencimento até 360 dias.

(3) Operações com prazo compreendido entre 12 meses até 72 meses.

(4) Títulos emitidos com taxas de 19,00% a.a. a 21,00% a.a. e Badlar+297ptos. a Badlar+435 pto.

(5) Os valores referentes à entidade de propósito específico (EPE) no exterior correspondem, principalmente, a títulos emitidos com lastro em ordens de pagamentos emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos Estados Unidos da América e pela agência do Banco em Nova Iorque para qualquer agência do Banco no Brasil (direitos de remessa).

Notas:

Libor – Taxa interbancária do mercado de Londres.

Badlar – Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

d) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Marinha Mercante	4.351.838	2.250.825	1.352.310
PIS/Pasep ⁽¹⁾	2.063.491	1.969.767	1.983.929
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	729.816	761.189	563.911
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	25.241	25.840	26.424
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá	21.995	25.007	27.705
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR / NPT	14.883	11.296	6.405
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	12.939	4.735	1.812
Outros	441.220	39.948	39.759
Total	7.661.423	5.088.607	4.002.255

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

e) Bônus perpétuos

	R\$ mil					
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Bônus perpétuos						
US\$	1.500.000	8,50%	10/2009	3.558.392	3.104.493	2.848.001
US\$	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	4.277.041	3.743.315	-
R\$	8.100.000	5,50%	09/2012	8.324.729	8.214.555	-
US\$	2.000.000	6,25%	01/2013	4.720.277	-	-
Total	13.350.000			20.880.439	15.062.363	2.848.001
Bônus perpétuos emitidos pelo Banco, em poder de controlada no exterior				(6.115)	(1.292)	(2.209)
Total				20.874.324	15.061.071	2.845.792

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 18.445.734 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 14.484.062 mil em 31.12.2012 e R\$ 2.718.895 mil em 01.01.2012), sendo o montante de R\$ 8.489.750 mil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 e o montante de R\$ 9.955.984 mil de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 (Nota 41).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de US\$ 1.500.000 mil, tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

Tesouro Norte-americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de US\$ 1.000.000 mil e US\$ 750.000 mil, respectivamente, e o bônus emitido em janeiro de 2013, no valor de US\$ 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução nº 4.192 de 01.03.2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com o U.S. Treasury de 10 anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012 e em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012 e em janeiro de 2013 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, impedindo que a instituição se torne inviável;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção do Títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

O bônus emitido em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, terá os juros devidos por períodos semestrais. Os juros relativos a cada semestre serão pagos em parcela única, atualizados pela taxa Selic, em até trinta dias corridos contados (i) após a realização do pagamento dos dividendos ou juros sobre o capital próprio do respectivo semestre, ou (ii) após aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, o que ocorrer antes.

Não haverá pagamento dos encargos financeiros referentes a um determinado semestre enquanto não for realizado (i) pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio), ou (ii) aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, relativos ao mesmo semestre. Os encargos financeiros não pagos não serão acumulados. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio) ou aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, até 30 de junho ou 31 de dezembro do exercício social seguinte, conforme o caso, os encargos financeiros que ainda não houverem sido pagos, deixarão de ser exigíveis definitivamente.

O pagamento dos juros será postergado caso o Banco esteja desenquadrado em relação aos limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor ou esse pagamento implique o aludido desenquadramento, devendo ser atualizado pela taxa Selic, *pro rata temporis*, até a efetivação de seu pagamento.

Eventuais amortizações ou resgate da dívida, parciais ou integrais, na hipótese de acordo entre as partes, somente poderão ser realizados se os dividendos estiverem sendo devidamente pagos e previamente autorizados pelo Bacen. O resgate da obrigação, ainda que parcial, apenas poderá ocorrer caso o Banco não esteja desenquadrado em relação aos seus limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor, e ainda, que o resgate não acarrete situação de desenquadramento, sendo o valor devido acrescido dos juros previstos, *pro rata temporis*, até a efetivação do seu pagamento. A dívida não poderá ser resgatada por iniciativa da União.

Em caso de dissolução ou liquidação do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. A presente captação foi autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I até o limite regulamentar (Resolução CMN n.º 4.192/2013), e o restante dos valores monetizados em Nível II, a partir de setembro de 2012.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****f) Debêntures**

					R\$ mil	
Empresa	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativos S.A.	CDI + 1,50%	03/2010	03/2014	7.570	37.813	68.053

g) Outras obrigações

				R\$ mil		
				31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Obrigações por empréstimos				554.792	749.413	926.847
Financiamentos à importação				55.902	80.680	115.773
Total				610.694	830.093	1.042.620

h) Obrigações de longo prazo, por prazo de exigibilidade

		R\$ mil
Ao final do exercício		31.12.2013
2014		46.590.243
2015		39.436.310
2016		17.663.432
2017		12.679.038
2018		13.312.125
A partir de 2019		121.800.832
Vencimento indeterminado		20.554.076
Total		272.036.056

34 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme a IAS 37. Existem processos no Conglomerado Banco do Brasil cuja perspectiva de êxito é provável, porém esses não envolvem valores significativos.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, em grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões para perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, tais como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, ou imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais

Em novembro de 2013, o Banco do Brasil e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento e Pagamento à Vista de Débitos Tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído por lei em 2013, relativos à contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata lei de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

Os principais processos incluídos nesses programas referem-se aos questionamentos: (i) calcular e recolher o PIS/PASEP e Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta de lei de 1991, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida por lei de 1998; ii) CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido, deduzido da despesa de CSLL na base de cálculo respectiva, determinada por lei de 1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa e; iii) IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre abonos pagos em dissídio coletivo alusivo ao período 1996/1997.

O resultado líquido resultante da adesão aos programas foi apurado conforme o quadro a seguir. O Banco do Brasil não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa.

	R\$ mil
Resultado líquido - Refis	Exercício/2013
Banco do Brasil e Controladas	247.814
Outras despesas operacionais (Nota 12)	(37.196)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 35.b)	289.168
Parcela atribuível aos acionistas não controladores	(4.158)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	339.229
Banco Votorantim	214.700
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	52.596
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	71.933
Total	587.043

Ações de natureza cível

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões

Em conformidade com IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Movimentação das provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis**

	R\$ mil	
	Exercício/2013	Exercício/2012
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	2.377.072	2.200.635
Constituição	1.079.580	626.942
Reversão da provisão	(108.328)	(150.600)
Baixa por pagamento	(799.200)	(464.285)
Ajuste combinação de negócios	28.982	28.982
Atualização monetária	279.854	135.398
Saldo final	2.857.960	2.377.072
Demandas fiscais		
Saldo inicial	164.471	186.307
Constituição	82.018	134.238
Reversão da provisão	(25.137)	(144.856)
Baixa por pagamento	(7.772)	(18.814)
Atualização monetária	8.166	7.596
Saldo final	221.746	164.471
Demandas cíveis		
Saldo inicial	3.801.617	3.081.787
Constituição	3.911.049	1.711.931
Reversão da provisão	(2.966.156)	(579.982)
Baixa por pagamento	(601.960)	(667.251)
Ajuste combinação de negócios	36.866	36.865
Atualização monetária	225.419	218.267
Saldo final	4.406.835	3.801.617
Total das demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	7.486.541	6.343.160

b) Passivos contingentes

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis**

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Demandas trabalhistas	123.365	54.971
Demandas fiscais ⁽¹⁾	8.439.618	4.679.074
Demandas cíveis	4.062.299	3.419.579
Total	12.625.282	8.153.624

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.221.343 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 206.037 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 61.025 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 765.133 mil.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos judiciais em garantia são depósitos de quantias em dinheiro e são efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros ativos.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Demandas trabalhistas	3.235.045	2.668.752
Demandas fiscais	7.499.915	6.284.634
Demandas cíveis	7.527.442	4.515.839
Total	18.262.402	13.469.225

35 – IMPOSTO DE RENDA**a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na Demonstração do Resultado Consolidado**

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Impostos correntes			
Do exercício	(6.538.748)	(5.433.582)	(3.781.314)
Ajuste de exercícios anteriores	7.231	(6.891)	1.928
Total	(6.531.517)	(5.440.473)	(3.779.386)
Impostos diferidos			
Variação da participação societária em controladas – BB Seguridade	3.859.369	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(236.128)	(243.581)	(329.147)
Decorrente de ganhos atuariais	(228.196)	(516.887)	(1.137.073)
Ajustes de combinação de negócios	175.618	191.036	(488.731)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	157.873	156.082	79.948
Ajustes decorrentes de provisão para perdas em empréstimos a clientes	(121.906)	515.052	234.242
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	(34.738)	(69.166)	93.891
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	374	(794)	(46.943)
Outros encargos diferidos	1.389.091	1.805.301	171.789
Total	4.961.357	1.837.043	(1.422.024)
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.570.160)	(3.603.430)	(5.201.410)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro	12.858.994	15.008.747	17.903.144
Despesa de IR (25%) e de CSLL (15%) pelas alíquotas legais	(5.143.598)	(6.003.499)	(7.161.258)
Encargos dos juros sobre o capital próprio	1.325.569	1.341.517	1.220.523
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	918.365	235.897	764.786
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	384.839	375.041	312.894
Resultado com conversão de investimentos no exterior	332.953	184.300	142.035
Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Nota 34)	289.168	-	-
Encargos sobre receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	322.544	263.314	(480.390)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.570.160)	(3.603.430)	(5.201.410)
Alíquota efetiva	12,21%	24,01%	29,05%

c) IR e CSLL lançados contra o patrimônio líquido

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(1.570.160)	(3.603.430)	(5.201.410)
IR e CSLL sobre outros resultados abrangentes	(752.881)	3.707.955	4.767.581
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado abrangente	(2.323.041)	104.525	(433.829)

d) IR e CSLL diferidos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado

Passivos

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivos fiscais diferidos			
Decorrentes de ganhos atuariais	(4.161.973)	(5.263.279)	(4.746.392)
Ganho por compra vantajosa em aquisições	(917.729)	(914.752)	(890.330)
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(605.783)	(320.327)	(249.068)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(138.161)	(298.468)	(455.597)
Atualização de depósitos judiciais	(88.924)	(88.924)	(88.924)
Outras diferenças temporárias	(241.428)	(266.520)	(1.776.589)
Total	(6.153.998)	(7.152.270)	(8.206.900)

Ativos

	R\$ mil				
	01.01.2012	31.12.2012	Constituições	Baixas	31.12.2013
Ativos fiscais diferidos					
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	8.079.468	10.211.762	6.070.731	(5.457.831)	10.824.662
Provisão com plano de benefícios pós-emprego	3.526.216	4.057.792	909.864	(1.713.666)	3.253.990
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	2.187.492	2.537.264	568.921	(111.568)	2.994.617
Contribuição social a compensar	2.487.845	2.031.422	572.515	(1.145.030)	1.458.907
Combinação de negócios	739.797	944.354	175.097	-	1.119.451
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	203.205	293.358	1.202.185	(623.982)	871.561
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	210.271	287.991	69.800	-	357.791
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	409.086	299.058	94.368	(155.764)	237.662
Outras provisões	1.286.289	2.967.414	1.099.704	(3.231.299)	835.819
Total	19.129.669	23.630.415	10.763.185	(12.439.140)	21.954.460

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A agência do Banco do Brasil de Nova Iorque possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 475.894 mil, cujo ativo fiscal diferido não foi reconhecido em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	R\$ mil
	Ativos fiscais diferidos
Em 2014	5.966.982
Em 2015	6.136.913
Em 2016	5.039.183
Em 2017	4.009.427
Em 2018	362.139
Em 2019	72.463
Em 2020	74.720
Em 2021	62.946
Em 2022	47.437
Em 2023	31.539
Em 2024	150.712
Total	21.954.460

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2013.

No decorrer do exercício de 2013, observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 11.316.441 mil, correspondentes a 257,16% da respectiva projeção de utilização para o período de 2013, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2012.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2013, está projetada para 4 anos nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporais ⁽²⁾
Em 2014	52%	27%
Em 2015	34%	27%
Em 2016	1%	25%
Em 2017	1%	21%
A partir de 2018	12%	-

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

f) Medida Provisória nº 627

A Medida Provisória nº 627 (MP 627/2013), de 11.11.2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Considerando que a MP 627/2013 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, o Banco aguardará a sua conversão em lei para uma análise conclusiva. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da MP 627/2013, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil.

36 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor patrimonial por ação ordinária**

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	73.192.297	64.453.959	63.685.299
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	26,06	22,65	22,23
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	24,40	25,60	24,80

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 48.400.000 mil em 31.12.2012), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal do Brasil é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do capital social no exercício encerrado em 31.12.2013, no valor de R\$ 5.600.000 mil, decorreu da utilização de reserva estatutária para margem operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.12.2013 e pelo Banco Central do Brasil em 13.02.2014.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Reserva de capital

O saldo da conta reserva de capital de R\$ 5.597.900 mil refere-se à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações e ao aumento da participação societária no Banco Patagonia decorrente da oferta pública de aquisição obrigatória de ações.

d) Reservas de lucros

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Reservas de lucros	19.972.166	16.132.046	24.121.302
Reserva legal	4.902.575	4.112.056	3.496.563
Reservas estatutárias	15.069.591	12.019.990	20.624.739
Margem operacional	10.802.484	7.744.180	16.589.585
Equalização de dividendos	4.267.107	4.275.810	4.035.154

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**e) Outros resultados abrangentes acumulados**

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior e ao efeito líquido de operações de *hedge* e do cálculo atuarial sobre os planos de benefícios. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes a variação cambial na conversão para moeda de apresentação, referente aos investimentos no Banco Patagonia S.A. e BB Americas.

f) Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

g) Juros sobre o capital próprio/dividendos

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2013				
Dividendos	279.429	0,098	21.05.2013	31.05.2013
Juros sobre o capital próprio	753.777	0,265	11.03.2013	28.03.2013
2º Trimestre/2013				
Dividendos	2.177.881	0,767	22.08.2013	30.08.2013
Juros sobre o capital próprio	802.241	0,283	11.06.2013	28.06.2013
3º Trimestre/2013				
Dividendos	187.733	0,067	21.11.2013	29.11.2013
Juros sobre o capital próprio	886.279	0,314	11.09.2013	30.09.2013
4º Trimestre/2013				
Dividendos	365.182	0,130	13.02.2014	24.02.2014
Juros sobre o capital próprio	871.626	0,310	11.12.2013	30.12.2013
Total destinado aos acionistas no exercício/2013	6.324.148	2,234		
Dividendos	3.010.225	1,062		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.313.923	1,172		
Lucro líquido do período ⁽²⁾	15.810.371			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2012				
Dividendos	181.408	0,063	10.05.2012	22.05.2012
Juros sobre o capital próprio	840.366	0,293	22.03.2012	22.05.2012
2º Trimestre/2012				
Dividendos	350.274	0,122	21.08.2012	31.08.2012
Juros sobre o capital próprio	850.328	0,297	21.06.2012	23.07.2012
3º Trimestre/2012				
Dividendos	304.244	0,106	16.11.2012	26.11.2012
Juros sobre o capital próprio	817.566	0,286	11.09.2012	20.09.2012
4º Trimestre/2012				
Dividendos	734.230	0,258	01.03.2013	14.03.2013
Juros sobre o capital próprio	845.532	0,297	12.12.2012	28.12.2012
Total destinado aos acionistas no exercício/2012	4.923.948	1,722		
Dividendos	1.570.156	0,549		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.353.792	1,173		
Lucro líquido do período ⁽²⁾	12.309.870			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2011				
Dividendos	449.024	0,157	19.05.2011	27.05.2011
Juros sobre o capital próprio	723.921	0,253	22.03.2011	27.05.2011
2º Trimestre/2011				
Dividendos	595.322	0,208	18.08.2011	26.08.2011
Juros sobre o capital próprio	736.680	0,258	21.06.2011	26.08.2011
3º Trimestre/2011				
Dividendos	360.714	0,126	17.11.2011	25.11.2011
Juros sobre o capital próprio	795.800	0,278	21.09.2011	25.11.2011
4º Trimestre/2011				
Dividendos	442.565	0,154	17.02.2012	29.02.2012
Juros sobre o capital próprio	794.907	0,277	21.12.2011	07.02.2012
Total destinado aos acionistas no exercício/2011	4.898.933	1,711		
Dividendos	1.847.625	0,645		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.051.308	1,066		
Lucro líquido do período ⁽²⁾	12.247.330			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Em conformidade com a legislação brasileira e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado em rubrica de despesas financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas, reclassificado para a conta de Resultados acumulados não apropriados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2013, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.325.569 mil (R\$ 1.341.517 mil no exercício de 2012).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

h) Participações acionárias (quantidade de ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.670.678.890	58,3	1.693.127.780	59,1	1.693.127.780	59,1
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.483.727.780	51,8
Fundo de Garantia à Exportação	-	-	-	-	139.400.000	4,9
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9	62.500.000	2,2
Caixa F1 Garantia Construção Naval	98.145.267	3,4	105.663.567	3,7	-	-
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	7.500.000	0,2
FGO Fundo de Investimento em Ações	896.508	-	9.466.808	-	-	-
FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	-	-	6.360.290	0,2	-	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	298.792.014	10,4	297.523.314	10,4	296.773.911	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar	5.522.648	0,2	5.522.648	0,2	3.696.348	0,1
Ações em tesouraria ⁽¹⁾	56.702.328	2,0	20.200.047	0,7	32	-
Outros acionistas	833.721.140	29,1	849.043.231	29,6	871.818.949	30,4
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Em 31.12.2013, inclui 12.680 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

	Ações ON		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	7	8	11
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	99.908	112.821	27.463
Comitê de Auditoria	75	75	823

i) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 01.01.2012	2.865.417.020	(32)
Movimentação	-	(20.200.015)
Saldos em 31.12.2012	2.865.417.020	(20.200.047)
Movimentação	-	(36.502.281)
Saldos em 31.12.2013	2.865.417.020	(56.702.328)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	848.930.393	29,6	871.791.466	30,4
Alienação de ações pelo FGO Fundo de Investimento em Ações	8.570.300		-	
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	7.518.300		-	
Alienação de ações pelo FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	6.360.290		-	
Aquisição de ações (programa de recompra)	(36.277.300)		(20.200.000)	
Aquisição de ações (pagamento baseado em ações)	(224.981)		(130.146)	
Subscrição de ações decorrentes de bônus	-		-	
Aquisição de ações pela Previ	(1.268.700)		(749.403)	
Aquisição de ações pelo BNDESPar	-		(1.826.300)	
Outras movimentações ⁽¹⁾	12.914		44.776	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	833.621.216	29,1	848.930.393	29,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

j) Ações em tesouraria

Em 13 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Até 31 de dezembro de 2012, foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.246 mil, referentes ao programa de recompra. O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente. Em 08.01.2013, o Banco comunicou o encerramento do programa de recompra de ações.

Em 13 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Até 31 de dezembro de 2013, foram adquiridas 36.277.300 ações, no montante de R\$ 857.137 mil, referentes ao programa de recompra. O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 20,34, R\$ 23,63 e R\$ 28,67, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía 56.702.328 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.324.407 mil, das quais 56.477.300 ações decorrentes dos programas de recompra, 224.981 ações decorrentes de aquisição para pagamento baseado em ações, e 47 ações remanescentes de incorporações.

l) Pagamento baseado em ações

Em novembro de 2011, o Banco aprovou pagamento, em ações ou instrumento baseado em ações, de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva, em que esses receberiam, a título de bonificação anual relativa ao exercício de 2011, e dentro do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2011, um valor entre dois e quatro honorários, de acordo com o atingimento da meta de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido – RSPL, fixada em 20%. Ficando o atingimento da meta de RSPL entre 100% e 105%, a remuneração de cada membro da Diretoria Executiva seria de dois honorários; se ficasse maior que 105% e até 115%, seria calculada de forma proporcional e, se ficasse acima de 115%, seria de quatro honorários.

No exercício de 2011, o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido foi de 22,6%. Em função do percentual de atingimento da meta, o Banco destinou R\$ 3.593 mil para pagamento baseado em ações, a ser efetuado em três parcelas anuais.

Em fevereiro de 2012, foram adquiridas 130.146 ações, todas colocadas em tesouraria, das quais 130.131 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva em 08.03.2012. As ações transferidas ficaram bloqueadas para movimentação, conforme cronograma apresentado no quadro a seguir. A primeira parcela anual foi desbloqueada em 08.03.2013.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Pagamento baseado em ações – Cronograma de desbloqueio	Quantidade de ações	Data de liberação
Primeira parcela	43.409	08.03.2013
Segunda parcela	43.361	10.03.2014
Terceira parcela	43.361	09.03.2015
Total	130.131	

O custo de aquisição mínimo, médio e máximo por ação adquirida em 2012 é de R\$ 27,38, R\$ 27,61 e R\$ 27,88, respectivamente.

No exercício de 2012, o Banco aprovou nova política de remuneração variável para a sua Diretoria Executiva. Tal política engloba, além do RSPL recorrente, o atingimento de diversos requisitos, avaliação individual e acordo de desempenho da Unidade à qual o dirigente está vinculado. Essa política prevê o pagamento de parte da remuneração variável em ações.

A política de remuneração de administradores das instituições financeiras determina que no mínimo 50% da remuneração variável deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais, pelo menos 40%, deve ser diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

No exercício de 2013, o Banco adquiriu 212.301 ações, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro.

Foram adquiridas ainda 19.792 ações em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, todas colocadas em tesouraria, das quais 7.112 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. As demais, 12.680 ações, ficaram em tesouraria para eventual pagamento futuro.

As ações adquiridas pelo Banco e pela BB DTVM para pagamento da remuneração variável totalizaram 224.981. O custo mínimo, médio e máximo por ação adquirida em 2013 é de R\$ 23,30, R\$ 26,38 e R\$ 27,61, respectivamente.

37 – LUCRO POR AÇÃO

	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	10.438.066	11.245.922	12.681.922
Média ponderada das ações em circulação – básico	2.834.080.029	2.861.260.055	2.861.404.718
Efeito diluidor			
Média dos bônus de subscrição “C”	-	-	8.445.079
Média ponderada das ações em circulação – diluída	2.834.080.029	2.861.260.055	2.869.849.797
Lucro por ação			
Lucro líquido por ação básico (em R\$)	3,68	3,93	4,43
Lucro líquido por ação diluído (em R\$)	3,68	3,93	4,42

O **lucro por ação básico** é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos exercícios apresentados.

O **lucro por ação diluído** é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação, incluindo o efeito diluidor potencial dos bônus de subscrição “C”.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

38 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e depósitos bancários	11.386.337	11.386.337	12.052.700	12.052.700	9.868.716	9.868.716
Depósitos compulsórios em bancos centrais	90.682.209	90.682.209	79.509.305	79.509.305	90.766.521	90.766.521
Empréstimos a instituições financeiras	65.119.694	63.649.951	48.846.310	46.907.675	49.099.299	48.468.957
Aplicações em operações compromissadas	183.390.984	183.334.231	182.299.378	182.215.907	132.617.331	132.616.691
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.991.047	18.991.047	16.925.114	16.925.114	23.025.880	23.025.880
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.385.074	90.385.074	83.293.853	83.293.853	77.095.331	77.095.331
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	643.283	512.725	4.602.366	4.428.438	7.997.917	7.743.430
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	564.766.606	565.876.719	465.756.357	467.468.446	362.854.809	362.219.950
Passivo						
Depósitos de clientes	461.425.409	461.436.131	449.930.953	449.829.385	418.013.935	418.484.295
Valores a pagar a instituições financeiras	26.169.057	26.245.888	15.479.664	15.540.542	13.031.470	13.476.959
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.433.119	3.433.119	2.556.566	2.556.566	2.184.747	2.184.747
Obrigações por operações compromissadas	223.917.139	223.335.833	204.651.073	204.267.049	178.899.861	178.880.220
Obrigações de curto prazo	15.190.210	15.200.013	10.207.780	10.250.009	8.684.182	9.134.682
Obrigações de longo prazo	272.036.056	273.881.452	178.071.118	179.936.331	106.037.512	103.275.011

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa imparcial, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios em bancos centrais

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios em bancos centrais equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

normalmente aceitas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado e o modelo *Black-Scholes*.

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados a valor presente considerando as condições normais de mercado, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, utilizando-se das taxas de juros disponíveis no mercado.

Na avaliação de instrumentos financeiros, principalmente para os derivativos *swaps*, futuros e termos de moedas, utiliza-se o método do valor presente. Quanto às opções, aplica-se o modelo *Black-Scholes*.

O modelo *Black-Scholes* é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada' e, exceto para a volatilidade, as variáveis de entrada são diretamente observáveis. O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias são as bases de origem das informações de mercado que proporcionam a alimentação dos modelos desenvolvidos. As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND - Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a *Bloomberg* e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

Os valores justos foram estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo dos empréstimos a clientes foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Ele é baseado em informações de Nível 2, em especial, taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes à operação.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

h) Obrigações de curto prazo

As obrigações de curto prazo tiveram seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, utilizando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas****Notas Explicativas****i) Obrigações de longo prazo**

As obrigações de longo prazo tiveram seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações reais de mercado e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro estudado, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política sobre a época do reconhecimento de transferências é a mesma para transferências dentro e fora dos níveis.

Quando da utilização da marcação a modelo, ou seja, marcação que envolve informações de Nível 2, a definição dos critérios para a alteração desse tipo de marcação para a utilização de preço a mercado no Banco segue a seguinte estrutura: preço de negociação, preço divulgado pela Anbima, média dos últimos 30 dias e modelo de regressão.

No último período apresentado, não houve mudança entre os níveis informados no quadro de hierarquia de níveis.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos – Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativo	922.749.747	60.393.078	862.356.669	-
Empréstimos a instituições financeiras	63.649.951	-	63.649.951	-
Aplicações em operações compromissadas	183.334.231	-	183.334.231	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.991.047	16.176.915	2.814.132	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	18.006.368	16.176.915	1.829.453	-
Títulos públicos	16.514.763	16.029.372	485.391	-
Títulos privados	1.491.605	147.543	1.344.062	-
Derivativos	984.679	-	984.679	-
Swaps	692.410	-	692.410	-
Operações a termo	1.452	-	1.452	-
Opções	259.062	-	259.062	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	31.755	-	31.755	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.385.074	43.998.581	46.386.493	-
Títulos públicos	43.978.538	43.296.046	682.492	-
Títulos privados	46.406.536	702.535	45.704.001	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	512.725	217.582	295.143	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	565.876.719	-	565.876.719	-
Passivo	1.003.532.436	-	1.003.532.436	-
Depósitos de clientes	461.436.131	-	461.436.131	-
Valores a pagar a instituições financeiras	26.245.888	-	26.245.888	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.433.119	-	3.433.119	-
Instrumentos de dívida	342.150	-	342.150	-
Derivativos	3.090.969	-	3.090.969	-
Swaps	573.243	-	573.243	-
Operações a termo	148.000	-	148.000	-
Opções	2.274.673	-	2.274.673	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	95.053	-	95.053	-
Obrigações por operações compromissadas	223.335.833	-	223.335.833	-
Obrigações de curto prazo	15.200.013	-	15.200.013	-
Obrigações de longo prazo	273.881.452	-	273.881.452	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos – Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativo	801.239.433	67.411.448	733.827.985	-
Empréstimos a instituições financeiras	46.907.675	-	46.907.675	-
Aplicações em operações compromissadas	182.215.907	-	182.215.907	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.925.114	15.771.344	1.153.770	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	16.376.030	15.771.344	604.686	-
Títulos públicos	16.135.342	15.666.549	468.793	-
Títulos privados	240.688	104.795	135.893	-
Derivativos	549.084	-	549.084	-
Swaps	346.219	-	346.219	-
Operações a termo	144.918	-	144.918	-
Opções	-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	57.947	-	57.947	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	83.293.853	47.493.922	35.799.931	-
Títulos públicos	47.217.099	46.552.778	664.321	-
Títulos privados	36.076.754	941.144	35.135.610	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.428.438	4.146.182	282.256	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	467.468.446	-	467.468.446	-
Passivo	862.379.882	-	862.379.882	-
Depósitos de clientes	449.829.385	-	449.829.385	-
Valores a pagar a instituições financeiras	15.540.542	-	15.540.542	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.556.566	-	2.556.566	-
Instrumentos de dívida	387.260	-	387.260	-
Derivativos	2.169.306	-	2.169.306	-
Swaps	681.858	-	681.858	-
Operações a termo	110.995	-	110.995	-
Opções	1.309.199	-	1.309.199	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	67.254	-	67.254	-
Obrigações por operações compromissadas	204.267.049	-	204.267.049	-
Obrigações de curto prazo	10.250.009	-	10.250.009	-
Obrigações de longo prazo	179.936.331	-	179.936.331	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil			
	Saldo em 01.01.2012	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos – Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativo	651.170.239	79.979.271	571.190.968	-
Empréstimos a instituições financeiras	48.468.957	-	48.468.957	-
Aplicações em operações compromissadas	132.616.691	-	132.616.691	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	23.025.880	21.458.845	1.567.035	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	22.386.932	21.458.845	928.087	-
Títulos públicos	22.117.688	21.384.953	732.735	-
Títulos privados	269.244	73.892	195.352	-
Derivativos	638.948	-	638.948	-
Swaps	184.082	-	184.082	-
Operações a termo	406.283	-	406.283	-
Opções	13.676	-	13.676	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	34.907	-	34.907	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	77.095.331	51.071.801	26.023.530	-
Títulos públicos	50.721.153	50.520.241	200.912	-
Títulos privados	26.374.178	551.560	25.822.618	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7.743.430	7.448.625	294.805	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	362.219.950	-	362.219.950	-
Passivo	725.435.914	-	725.435.914	-
Depósitos de clientes	418.484.295	-	418.484.295	-
Valores a pagar a instituições financeiras	13.476.959	-	13.476.959	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.184.747	-	2.184.747	-
Instrumentos de dívida	352.199	-	352.199	-
Derivativos	1.832.548	-	1.832.548	-
Swaps	665.080	-	665.080	-
Operações a termo	218.134	-	218.134	-
Opções	779.200	-	779.200	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	170.134	-	170.134	-
Obrigações por operações compromissadas	178.880.220	-	178.880.220	-
Obrigações de curto prazo	9.134.682	-	9.134.682	-
Obrigações de longo prazo	103.275.011	-	103.275.011	-

39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente as seguintes características: (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.); (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência registrados como ativos ou passivos, assim como os seus respectivos valores de mercado e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

a) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
	Valor de referência	Valor de referência	Valor de referência
Contratos de futuros			
Compromissos de compra	3.598.210	12.298.127	10.820.921
Risco de moedas	3.304.942	9.009.438	9.270.291
Risco de taxa de juros	135.893	3.151.687	1.061.535
Outros riscos	157.375	137.002	489.095
Compromissos de venda	11.280.667	7.824.835	16.929.788
Risco de taxa de juros	8.323.242	6.083.688	14.802.496
Risco de moedas	417.955	519.964	57.330
Outros riscos	2.539.470	1.221.183	2.069.962

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica. Os contratos têm seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa nas bolsas para garantia das operações.

	R\$ mil					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de operações a termo						
Posição ativa	7.180.478	259.062	4.956.388	144.918	4.396.571	406.283
Risco de moedas	7.171.743	256.971	4.932.948	144.170	4.395.088	406.090
Outros riscos	8.735	2.091	23.440	748	1.483	193
Posição passiva	5.180.123	(148.000)	5.033.403	(110.995)	3.876.454	(218.134)
Risco de moedas	5.164.438	(143.715)	5.012.151	(107.485)	3.876.454	(218.134)
Outros riscos	15.685	(4.285)	21.252	(3.510)	-	-

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

	R\$ mil					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de opções						
Posição comprada	215.487	1.452	-	-	315.470	13.676
Risco de moedas	215.487	1.452	-	-	315.470	13.676
Posição vendida	4.964.140	(2.274.673)	3.011.308	(1.309.199)	5.236.726	(779.200)
Risco de taxa de juros	4.689.648	(2.270.942)	2.636.001	(1.305.998)	976.795	(761.282)
Risco de moedas	216.568	(1.528)	13.514	(232)	3.380.272	(14.903)
Outros riscos	57.924	(2.203)	361.793	(2.969)	879.659	(3.015)

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de swap						
Posição ativa	31.734.234	692.410	10.601.805	346.219	6.639.599	184.082
Risco de taxa de juros	22.692.626	124.155	6.709.498	254.455	5.411.058	139.706
Risco de moedas	9.041.608	568.255	3.859.309	86.532	1.209.087	40.249
Outros riscos	-	-	32.998	5.232	19.454	4.127
Posição passiva	9.090.616	(573.243)	9.499.080	(681.858)	11.027.683	(665.080)
Risco de moedas	7.332.448	(442.911)	3.064.881	(276.788)	5.176.547	(233.636)
Risco de taxa de juros	1.227.432	(125.117)	6.426.661	(404.945)	5.572.332	(428.099)
Outros riscos	530.736	(5.215)	7.538	(125)	278.804	(3.345)

Os contratos de *swap* são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os *swaps* de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Nos *swaps* de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

	R\$ mil					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Outros contratos de derivativos						
Posição ativa	3.383.410	31.755	5.984.021	57.947	747.431	34.907
Risco de moedas	3.383.410	31.755	5.984.021	57.947	747.431	34.907
Posição passiva	7.046.452	(95.053)	3.353.018	(67.254)	3.341.416	(170.134)
Risco de moedas	7.046.452	(95.053)	3.353.018	(67.254)	3.341.416	(170.134)

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

b) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência – posição ativa	Vencimento em dias						
					31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
	0-30	31-180	181-360	Após 360			
Contratos de futuros	172.488	3.279.300	23.431	122.991	3.598.210	12.298.127	10.820.921
Contratos de operações a termo	856.634	4.330.794	1.254.852	738.198	7.180.478	4.956.388	4.396.571
Contratos de opções	8.369	58.136	148.982	-	215.487	-	315.470
Contratos de swap	23.089.029	1.605.393	2.197.112	4.842.700	31.734.234	10.601.805	6.639.599
Outros contratos de derivativos	1.687.032	1.305.925	319.916	70.537	3.383.410	5.984.021	747.431

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Valor de referência – posição passiva	R\$ mil						
	Vencimento em dias						
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Contratos de futuros	135.871	2.784.503	2.039.851	6.320.442	11.280.667	7.824.835	16.929.788
Contratos de operações a termo	901.032	3.203.861	847.620	227.610	5.180.123	5.033.403	3.876.454
Contratos de opções	304.386	2.406.555	2.253.199	-	4.964.140	3.011.308	5.236.726
Contratos de swap	184.646	4.691.498	1.220.100	2.994.372	9.090.616	9.499.080	11.027.683
Outros contratos de derivativos	4.342.340	2.060.401	581.265	62.446	7.046.452	3.353.018	3.341.416

c) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor justo

As operações de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) consistem em aplicar regras específicas e opcionais de contabilidade das operações de *hedge* financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. O principal objetivo da implementação de uma contabilidade de *hedge* consiste em registrar os ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto de *hedge* afetam o resultado contábil da entidade, de forma a reduzir a volatilidade do resultado contábil criada pelo registro dos derivativos ao valor justo.

Como parte do seu processo de gerenciamento de ativos e passivos, o Banco utiliza derivativos com o propósito de proteção, para reduzir sua exposição aos riscos de crédito e mercado. O Banco optou por utilizar o *hedge* de valor justo com o objetivo de se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. O Banco do Brasil utiliza como instrumento de *hedge* um *swap* (*Cross Currency Interest Rate Swap – CCIRS*) com o objetivo de proteger uma captação externa contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na IAS 39, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Instrumentos de <i>hedge</i> de valor justo			
Ativo	343.552	387.089	352.295
Swap	343.552	387.089	352.295
Itens objeto de <i>hedge</i> de valor justo			
Passivo	342.150	387.260	352.199
Outros passivos	342.150	387.260	352.199

Para os exercícios de 2013, 2012 e 2011, foram reconhecidos ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objetos de *hedge*.

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de <i>hedge</i>	46.230	(36.253)	(18.493)
Ganhos/(perdas) dos instrumentos de <i>hedge</i>	(43.537)	34.794	18.076
Efeito líquido	2.693	(1.459)	(417)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas****40 – GARANTIAS FINANCEIRAS E OUTROS COMPROMISSOS**

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Créditos contratados a liberar	149.933.684	141.516.316	119.395.981
Garantias prestadas	11.687.365	9.382.267	6.598.172
Créditos de exportação confirmados	2.177.818	1.634.685	1.037.372
Créditos abertos para importação	538.429	713.220	505.697

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil contratados, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. As cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso da contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue, como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Em atendimento à IAS 37, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco do Brasil constituiu provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas em 31.12.2013 no valor de R\$ 145.678 mil (R\$ 144.244 mil em 31.12.2012 e R\$ 115.624 mil em 01.01.2012).

41 – CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura a Unidade Contadoria e as Diretorias de Gestão de Riscos, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o investimento no Banco Votorantim avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil				
	31.12.2013	31.12.2012		01.01.2012	
	Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro
PR – Patrimônio de Referência	118.234.351	109.285.842	107.925.146	82.154.035	80.481.841
Nível I	85.500.897	77.099.943	76.769.399	60.791.381	60.615.163
Capital Principal (CP)	67.055.163	65.534.952	65.253.989	58.072.592	57.896.374
Patrimônio líquido	70.537.211	66.350.927	66.069.965	58.592.587	58.416.370
Ajustes prudenciais ⁽¹⁾	(3.482.048)	-	-	-	-
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ⁽¹⁾	(3.433.968)	-	-	-	-
Ativos diferidos ⁽¹⁾	(48.080)	-	-	-	-
Reservas de reavaliação ⁽²⁾	-	(4.644)	(4.645)	(4.730)	(4.731)
Ativo permanente diferido ⁽²⁾	-	(110.795)	(110.795)	(164.671)	(164.671)
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	-	(700.536)	(700.536)	(350.594)	(350.594)
Capital Complementar ⁽¹⁾	18.445.734	-	-	-	-
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	8.489.750	-	-	-	-
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ^{(3) (4)}	9.955.984	11.564.991	11.515.410	2.718.789	2.718.789
Nível II	32.733.454	36.024.829	36.074.411	24.877.817	24.877.818
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital ⁽⁵⁾	32.747.645	32.400.578	32.400.578	24.522.493	24.522.493
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	18.529.802	-	-	-	-
Recursos captados do FCO	18.529.802	16.602.973	16.602.973	14.771.005	14.771.005
Dívidas subordinadas autorizadas pelas normas anteriores à Res. CMN n.º 4.192/2013 ⁽⁶⁾	14.217.843	15.797.605	15.797.605	9.751.488	9.751.488
Recursos captados no exterior	5.400.925	6.001.028	6.001.028	4.228.367	4.228.367
Recursos captados com CDB	1.453.889	1.615.433	1.615.433	2.337.638	2.337.638
Recursos captados com Letras Financeiras	7.363.029	8.181.144	8.181.144	3.185.483	3.185.483
Dedução do Nível II ⁽¹⁾	(14.191)	-	-	-	-
Instrumentos de Captação emitidos por instituição financeira ⁽¹⁾	(14.191)	-	-	-	-
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	-	700.536	700.536	350.594	350.594
Instrumentos híbridos de capital e dívida ^{(2) (3)}	-	2.919.071	2.968.652	-	-
Reservas de reavaliação ⁽²⁾	-	4.644	4.645	4.730	4.731
Deduções do PR ⁽²⁾	-	(3.838.930)	(4.918.664)	(3.515.163)	(5.011.140)
Instrumentos financeiros excluídos do PR ⁽²⁾	-	(3.838.930)	(4.918.664)	(3.515.163)	(5.011.140)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽⁷⁾	813.623.083	722.140.677	727.589.825	568.439.491	575.691.627
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	761.431.384	688.456.770	691.604.972	538.728.982	543.656.409
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	15.239.976	1.885.244	1.885.244	822.200	822.200
Risco Operacional (RWA _{OPAD}) ⁽⁸⁾	36.951.723	31.798.663	34.099.609	28.888.309	31.213.018

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁹⁾	89.498.539	79.435.474	80.034.881	62.528.344	63.326.079
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	28.735.812	29.850.368	27.890.265	19.625.691	17.155.762
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	10,51%	10,68%	10,55%	10,69%	10,53%
Índice de Capital Principal (CP / RWA) ⁽¹⁾	8,24%	9,08%	8,97%	10,22%	10,06%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,53%	15,13%	14,83%	14,45%	13,98%

(1) Metodologia utilizada a partir de 01.10.2013, conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Metodologia utilizada até 30.09.2013, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007.

(3) Conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados pelo Bacen a compor o Nível I do PR estão limitados a 15% (quinze por cento) do total do Nível I, incluído o próprio valor do IHCD. Os IHCD que venham a ultrapassar esse limite são adicionados ao Nível II do PR.

(4) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(5) Até 30.09.2013 os valores foram apurados conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e após 01.10.2013 os valores foram apurados conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(6) Para 31.12.2013, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(7) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores foram obtidos a partir do Patrimônio de Referência Exigido, segundo os critérios da Resolução CMN n.º 3.490/2007, o qual foi convertido em RWA.

(8) Conforme alteração promovida pela Circular Bacen n.º 3.640/2013, com redação dada pela Circular Bacen n.º 3.675/2013, que substituiu a Circular Bacen n.º 3.383/2008. A partir de 01.10.2013 o valor do capital para o risco operacional (RWA_{OPAD}) não contempla o adicional de capital para o consolidado econômico-financeiro (Aconf).

(9) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% do RWA, a partir de 01.01.2019. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores referem-se ao Patrimônio de Referência Exigido e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.490/2007.

Índice de imobilização e capital excedente

	31.12.2013	31.12.2012		01.12.2012	
	Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro
Índice de imobilização	23,47%	25,85%	21,64%	27,19%	22,11%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização (R\$ mil)	31.362.914	26.395.969	30.604.958	18.738.571	22.445.587

Conforme definido pelo Banco Central do Brasil, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

42 – GESTÃO DE RISCOS**a) Governança dos riscos**

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo Banco envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da Instituição, abrangendo os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio *versus* risco;
- (ii) estrutura específica para avaliação/gestão de risco;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas Subsidiárias Integrais, é centralizada no Comitê de Risco Global (CRG), composto por membros do Conselho Diretor, tendo por finalidade principal estabelecer as estratégias para gestão de riscos, limites globais de exposição a riscos e níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), vinculada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri), responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito proporcionando sinergia de processos e especialização e contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basileia.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de resoluções que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a aplicação em todos os níveis do Banco.

Para os riscos do Pilar II, o qual enfatiza a necessidade de os bancos possuírem volume de capital adequado para suportar todos os riscos envolvidos nos negócios, o Banco instituiu conceitos, categorias e atividades de gestão para os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental, em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN 3.988/11 e da Circular Bacen 3.547/11.

Adicionalmente, o BB atribuiu a responsabilidade pela gestão desses riscos à Diris, em conjunto com a Diretoria de Estratégia e Organização (Direo), no caso dos riscos de estratégia e de reputação, e com a Unidade Desenvolvimento Sustentável, para o risco socioambiental.

O Comitê de Administração (CA), em conjunto com o Comitê de Risco Global (CRG) e o Subcomitê de Risco Operacional foram definidos como a estrutura de governança para deliberar os assuntos relacionados a esses riscos.

O risco de taxa de juros do *banking book* segue a governança estabelecida para risco de mercado e o risco de concentração e o risco de crédito da contraparte seguem a governança estabelecida para o risco de crédito.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foram criados os Subcomitês de Risco de Crédito (SRC), de Risco de Mercado e de Liquidez (SRML) e de Risco Operacional (SRO), que decidem e/ou instrumentalizam o CRG, tendo poder decisório por delegação.

Dentre as competências do SRC, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco de crédito, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre a implementação de ações que viabilizem o gerenciamento da carteira de crédito;
- (iii) estabelecer indicadores de apuração do risco da carteira de crédito e respectivas metas, planos de contingência afetos à gestão do risco de crédito, entre outros; e
- (iv) encaminhar ao CRG propostas sobre os assuntos relacionados a risco de crédito.

Dentre as competências do SRML, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos para gestão de risco de mercado e de liquidez, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) definir limites específicos de exposição a risco de mercado;
- (iii) analisar e propor ao CRG os limites globais de exposição a risco de mercado;
- (iv) analisar e propor ao CRG a alocação de capital para cobertura do risco de mercado;
- (v) propor ao CRG a reserva mínima e os limites globais de risco de liquidez;
- (vi) propor ao CRG os planos de contingência de liquidez; e
- (vii) avaliar os resultados de *backtesting* e adotar, quando necessário, as medidas corretivas nos modelos de gestão de riscos de mercado e de liquidez.

Dentre as competências do SRO, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco operacional, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre o estabelecimento de indicadores chave de risco e das faixas de tolerância, alerta e crítica para os respectivos indicadores;
- (iii) aprovar limites específicos de exposição ao risco operacional;

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

- (iv) aprovar planos de contingência afetos à gestão do risco operacional;
- (v) definir ações de mitigação para perdas e indicadores chave de risco situados nas faixas críticas;
- (vi) acompanhar e avaliar as medidas implementadas para gerenciamento do risco operacional associado aos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco; e
- (vii) propor limites globais de exposição ao risco operacional.

Os subcomitês reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quorum de instalação e a conveniência administrativa.

Quanto aos mecanismos de reporte dos níveis de exposição aos riscos à alta administração, destaca-se o painel de riscos, elaborado e reportado mensalmente aos subcomitês de riscos e ao CRG.

b) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

- a) planejamento: fase de coleta, análise dos dados e elaboração de propostas;
- b) decisão: as propostas são apreciadas e deliberadas de forma colegiada, nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;
- c) execução: as áreas intervenientes implementam as decisões tomadas; e
- d) acompanhamento: verificação sobre o cumprimento das deliberações e reporte aos subcomitês/CRG.

c) Risco de mercado

Risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Políticas

As políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de *hedge*, abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de suas posições próprias.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada para todo o Conglomerado, garantida a efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações locais, no caso de dependências no exterior.

Sistemas de mensuração de riscos e processos de comunicação e informação

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo Riskwatch, desenvolvido pela empresa canadense Algorithmics. A infraestrutura de tecnologia da informação vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

O aplicativo Riskwatch tem como principais objetivos:

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

- (i) consolidar informações gerenciais do Conglomerado, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de mercado, risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- (ii) fornecer medidas do risco de mercado e do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

Dentre as funções do aplicativo Riskwatch, destacam-se:

- (i) calcular indicadores de risco de mercado, tais como VaR (paramétrico e não-paramétrico), *duration*, *yield* etc.;
- (ii) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- (iii) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- (iv) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse;
- (v) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo CRG, estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Banco do Brasil, suas subsidiárias e controladas, as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na carteira de negociação.

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CRG estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites globais: aplicados às carteiras de negociação e de não negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao risco de taxas de juros da carteira de não negociação (Parcela RBan) e aprovados pelo CRG. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR, estresse e volume financeiro.

Limites específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das carteiras de negociação e de não negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na carteira de não negociação (fatores de risco da Parcela RBan) e aprovados pelo SRML. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse.

Limites operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidencição do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente aos gestores dos grupos e livros das carteiras de negociação e não negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos comitês estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do relatório de gestão de riscos de mercado.

Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado "Ficha de Extrapolação de Limites". Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

A comunicação dos riscos incorridos pelo Banco para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias mensais dos Comitês e Subcomitês Estratégicos de Riscos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR);

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

(iii) Estresse.

(i) Análise de sensibilidade**Método e objetivo da análise**

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- a) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos, para negociação e disponíveis para venda, e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- b) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, títulos públicos, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da análise de sensibilidade

Resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco	Exposição	R\$ mil			
		31.12.2013		31.12.2012	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(3.711)	3.789	(14.021)	13.963
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	(23)	23	(48)	48
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(924)	965	(1.015)	1.055
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(8.651)	9.108	(1.554)	1.116
Total		(13.309)	13.885	(16.638)	16.182

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e não negociação**

Fatores de risco	Exposição	R\$ mil			
		31.12.2013		31.12.2012	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(4.074.557)	4.154.789	(3.471.483)	3.542.502
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	2.244.765	(2.285.274)	2.730.206	(2.795.568)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(891.688)	950.951	(299.989)	316.941
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(131.537)	194.250	296.003	(289.442)
Total		(2.853.017)	3.014.716	(745.263)	774.433

(ii) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança unicaudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial)); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real *versus* dólar, real *versus* euro, real *versus* iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. (Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA)); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. (Exemplo: boi gordo, soja, milho).

Processo de backtesting

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores extremos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

Resultados do VaR**VaR mínimo, médio e máximo**

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro/2013	1.142.231	1.588.156	2.520.731
Janeiro a dezembro/2012	1.072.784	1.530.693	2.080.263

Grupo trading

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

Para efeito de gestão, o Banco do Brasil segrega as operações de *trading book* (carteira de negociação) das demais operações, estabelecendo estratégias e limites próprios. Os grupos a seguir demonstrados, *trading* internacional e *trading* doméstico, são subconjuntos da carteira de negociação.

VaR mínimo, médio e máximo do grupo *trading* internacional

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro/2013	4.393	19.184	64.400
Janeiro a dezembro/2012	2.732	24.915	90.612

VaR mínimo, médio e máximo do grupo *trading* doméstico

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro/2013	0,2	1.155	17.585
Janeiro a dezembro/2012	3	2.268	14.637

(iii) Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência nos requerimentos de capital regulatório e econômico.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da Instituição;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes retrospectivos;
- (ii) Testes prospectivos;
- (iii) Testes de análise de sensibilidade.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Teste retrospectivo**

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas da instituição, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 04/01/2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco do Brasil e para os seus grupos e livros, são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2013	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	(758.755)
Moedas estrangeiras	407.463	(1.412.644)
Commodities	8.956	(5.231)
Ações	-	-
Total	4.626.720	

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	(1.357.428)
Moedas estrangeiras	(38.637)	(1.003.006)
Commodities	(4.754)	(53.477)
Ações	3.802	(854)
Total	5.393.660	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2013	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	742.888
Moedas estrangeiras	407.463	753.013
Commodities	8.956	4.114
Ações	-	-
Total	4.626.720	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Fator de risco	R\$ mil 31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	1.476.064
Moedas estrangeiras	(38.637)	1.464.690
Commodities	(4.754)	4.719
Ações	3.802	1.052
Total	5.393.660	

Teste prospectivo

O método do teste prospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições sujeitas aos fatores de riscos subjacentes à exigência de capital para cobertura de riscos de mercado, mediante a aplicação de choques nos fatores de riscos de mercado, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Diretoria de Estratégia e Organização (Direo) e pela Diretoria de Finanças (Difin), considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
- (ii) extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular adversidades baseadas em características da carteira da Instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis. Seguem os resultados dos testes prospectivos de estresse da carteira de negociação, de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse, em 31/12/2013, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 17,27%; taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 2,03; variação negativa de 0,97% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das *commodities*; e variação negativa de 0,55% do Índice BOVESPA.

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil 31.12.2013	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	(17.676)
Moedas estrangeiras	407.463	(3.702)
Commodities	8.956	196
Ações	-	-
Total	4.626.720	

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse, em 31/12/2013, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 9,00%; taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 3,25; variação positiva de 5,80% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das *commodities*; e variação positiva de 18,82% do Índice BOVESPA.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2013	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	44.390
Moedas estrangeiras	407.463	8.217
Commodities	8.956	(1.045)
Ações	-	-
Total	4.626.720	

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31/12/2012, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) Para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam: com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, taxa média de juros anuais de 15,33%, para os fatores de riscos da parcela Pjur, e taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 1,93;
- (ii) Para os fatores de risco da parcela Pacs (ações), foi considerada a premissa de variação negativa de 8,58% correspondente ao pior retorno diário da série histórica observada do Índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2012, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) Para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja), foi adotada a premissa de variação negativa de 4,70% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2012, de acordo com metodologia vigente).

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	(566.717)
Moedas estrangeiras	(38.637)	3.836
Commodities	(4.754)	31.020
Ações	3.802	(373)
Total	5.393.660	

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31/12/2012, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) Para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam: com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, taxa média de juros anuais de 6,32%, para os fatores de riscos da parcela Pjur, e taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 3,15;
- (ii) Para os fatores de risco da parcela Pacs (ações), foi considerada a premissa de variação positiva de 5,58% correspondente ao maior retorno diário da série histórica observada do Índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2012, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) Para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja), foi adotada a premissa de variação positiva de 5,54% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2012, de acordo com metodologia vigente).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	57.123
Moedas estrangeiras	(38.637)	38.637
Commodities	(4.754)	(7.121)
Ações	3.802	242
Total	5.393.660	

Exposição cambial

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2013, é passiva no valor de US\$ 1.466.068 mil e, para o período de 31.12.2012, é passiva no valor de US\$ 1.295.956 mil. Esse posicionamento é o resultado da estratégia de *hedge* fiscal adotada pelo Banco e autorizada pelo Banco Central do Brasil, onde a posição vendida em moeda estrangeira tem o objetivo de proporcionar *hedge* para a participação em investimentos no exterior e a redução da volatilidade no resultado do Banco.

Balanço em moedas estrangeiras

Moeda	R\$ mil			
	Contas patrimoniais			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	137.688.048	144.684.286	104.285.492	119.889.056
Euro	17.324.518	16.724.629	13.500.711	11.413.102
Libra Esterlina	2.442.766	1.273.969	493.979	631.813
Iene	1.388.838	2.125.877	1.518.869	2.066.656
Franco Suíço	13.602	986.402	102.862	11.703
Dólar Canadense	4.964	2.004	2.892	2.093
Ouro	17.346	-	19.883	-
Demais moedas	10.644.929	12.567.222	10.066.621	10.938.831
Total	169.525.011	178.364.389	129.991.309	144.953.254
Posição líquida – contas patrimoniais		(8.839.378)		(14.961.945)

Moeda	R\$ mil			
	Derivativos			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	26.845.759	21.648.000	29.294.284	16.373.930
Euro	4.029.682	4.787.820	3.576.665	5.230.549
Libra Esterlina	1.024.842	2.468.934	333.548	363.735
Iene	565.379	27.744	1.022.137	557.440
Franco Suíço	1.027.333	5.003	-	90.803
Dólar Canadense	-	269	-	205
Demais moedas	917.743	68.002	770.988	67.301
Total	34.410.738	29.005.772	34.997.622	22.683.963
Posição líquida – derivativos	5.404.966		12.313.659	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Moeda	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
	Posição líquida	Posição líquida
Dólar dos EUA	(1.798.479)	(2.683.210)
Euro	(158.249)	433.725
Libra Esterlina	(275.296)	(168.021)
Iene	(199.403)	(83.090)
Franco Suíço	49.530	356
Dólar Canadense	2.691	594
Ouro	17.346	19.883
Demais moedas	(1.072.552)	(168.523)
Posição líquida total	(3.434.412)	(2.648.286)

Resumo	R\$ mil			
	31.12.2013		31.12.2012	
Totais – contas patrimoniais e derivativos	203.935.749	207.370.161	164.988.931	167.637.217
Posição líquida total		(3.434.412)		(2.648.286)
Posição líquida total – em US\$		(1.466.068)		(1.295.956)

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a Instituição não ter a capacidade de honrar seus compromissos financeiros no vencimento, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco do Brasil adota as seguintes métricas como limites de risco de liquidez: (i) Reserva de Liquidez (RL), (ii) Colchão de Liquidez e (iii) Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL).

A RL é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações patrimoniais e fora do balanço e das condições de mercado. Esta metodologia é utilizada diariamente como parâmetro para identificação de estados de contingência e consequente acionamento do plano de contingência de liquidez.

O Colchão de Liquidez é o limite de nível prudencial de liquidez adotado no controle diário do risco de liquidez em cenários de estresse.

O Indicador DRL é utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual. Visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez em moeda nacional com recursos estáveis. O limite mínimo do DRL é definido anualmente pelo CRG e seu monitoramento ocorre com periodicidade mensal.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Análise do risco de liquidez**

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez da Instituição. Enquanto os limites da Reserva de Liquidez e Colchão de Liquidez asseguram o controle do risco decorrente do fluxo de caixa diários em condições normais de mercado e em cenários de estresse, respectivamente, o Indicador DRL monitora a visão de médio e longo prazo da condição financeira da empresa, garantindo a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo da Instituição, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento de plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui um elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada pelos depósitos comerciais, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida tendo os seus vencimentos para fins de gestão de riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos com participações relevantes são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros. Destaca-se entre outras captações comerciais as emissões de Letras de Crédito do Agronegócio que tem disponibilidade diária para o poupador.

As captações realizadas no âmbito da tesouraria do Banco e as captações em operações compromissadas lastreadas em títulos são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazo.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, outras captações comerciais e depósitos sem maturidade definida (SMD), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir. As demais captações são apresentadas pelo fluxo futuro nos seus respectivos intervalos de vencimento.

A elevação observada de cerca de R\$ 129 bilhões no volume total das captações entre dezembro de 2013 e dezembro de 2012 deve-se, principalmente, ao bom desempenho da captação em depósitos judiciais, captações no mercado externo e emissão de letras de crédito do agronegócio contemplada em outras captações comerciais SMD.

Composição das captações

Passivo	31.12.2013						R\$ mil
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos a prazo fixo	323.966	437.189	1.103.626	3.406.118	-	5.270.899	0,5%
Captação de tesouraria	5.073.640	9.347.398	4.732.399	32.312.140	18.788.422	70.253.999	7,2%
Depósitos judiciais	101.668.711	-	-	-	-	101.668.711	10,4%
Captação no mercado externo	1.652.212	8.124.257	4.928.496	17.674.589	75.981.612	108.361.166	11,1%
Outras captações comerciais	12.728.225	1.185	347	274	-	12.730.031	1,3%
Depósitos Comerciais SMD	298.505.775	-	-	-	-	298.505.775	30,7%
Outras Captações Comerciais SMD	77.887.575	-	-	-	-	77.887.575	8,0%
Fundos e repasses	7.488.567	8.833.353	10.087.716	50.978.989	32.421.320	109.809.945	11,3%
Operações compromissadas	171.817.439	11.485.540	2.237.331	3.458.907	22.679	189.021.896	19,4%

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Total	677.146.110	38.228.922	23.089.915	107.831.017	127.214.033	973.509.997	100,0%

Passivo	31.12.2012						R\$ mil
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos a prazo fixo	2.080.822	1.391.012	408.632	4.292.328	-	8.172.794	1,0%
Captação de tesouraria	4.123.910	1.350.607	11.065.726	24.528.982	15.858.353	56.927.578	6,7%
Depósitos judiciais	86.252.349	-	-	-	-	86.252.349	10,2%
Captação no mercado externo	3.804.755	11.369.466	2.123.045	11.890.722	26.917.903	56.105.891	6,6%
Outras captações comerciais	16.092.027	2.679	832	1.234	-	16.096.772	1,9%
Depósitos Comerciais SMD	297.986.039	-	-	-	-	297.986.039	35,3%
Outras Captações Comerciais SMD	32.898.222	-	-	-	-	32.898.222	3,9%
Fundos e repasses	2.841.814	9.630.754	10.231.395	50.082.539	21.877.149	94.663.651	11,2%
Operações compromissadas	167.835.108	21.789.115	1.487.948	3.747.464	-	194.859.635	23,1%
Total	613.915.046	45.533.633	25.317.578	94.543.269	64.653.405	843.962.931	100,0%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente.

Contratos de garantias financeiras

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Pessoas físicas e pessoas jurídicas	16.339.061	11.219.430
Instituições financeiras	3.984.896	983.998
Cooperações em cessões de crédito	60.959	10.022
Demais cooperações	1.374.715	2.002.505
Total	21.759.630	14.215.955

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

O perfil de maturidade contratual do passivo com derivativos financeiros está apresentado na Nota 39.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito (decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador), à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco de Contraparte: possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- Risco País: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- Risco de *Commitment*: possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Risco de Intermediadora ou Conveniente: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;
- Risco de Concentração: possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir os interesses dos acionistas.

Política de crédito

A política de crédito do Banco do Brasil contém orientações que norteiam as ações de gerenciamento do risco de crédito no Conglomerado Financeiro. É aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente, aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários.

A política está estruturada em quatro blocos: Aspectos Gerais, Assunção de Risco de Crédito, Cobrança e Recuperação de Crédito e Gerenciamento do Risco de Crédito. Cada bloco contém um conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil.

Relacionamos abaixo alguns tópicos abordados na política de crédito do Banco do Brasil:

- conceito de risco de crédito	- condições para assunção de risco
- segregação de funções	- orientações para cobrança e recuperação de crédito
- decisões colegiadas	- perda esperada, capital regulatório
- apetite ao risco	- níveis de provisão e de capital
- limites de risco	- testes de estresse e análise de sensibilidade
- classificação de clientes	- planejamento de capital

Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota postura conservadora e utiliza mecanismos que proporcionam a cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito, em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, o Banco busca transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Para a vinculação em garantia, os bens são submetidos à avaliação técnica ou avaliação por meio de opinião de valor, cujo prazo de validade é de até doze meses. No caso de garantia pessoal, é analisada a situação econômico-

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

financeira dos avalistas ou fiadores, além das suas responsabilidades diretas e indiretas no Banco, sendo ponderadas as dívidas com terceiros, em especial as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente e aborda, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

O risco de crédito é mensurado por indicadores tais como atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, perda esperada e exigência de capital regulatório e econômico, entre outros.

A quantidade e a natureza das nossas operações, a diversidade e a complexidade de nossos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

O Banco utiliza informações fornecidas pelas diversas bases corporativas e considera, para a apuração do risco final de operações, natureza da operação, garantias, inadimplência, prazo, risco do cliente, limite de crédito, nível de endividamento, atrasos observados nos pagamentos das operações, bem como operações com riscos mais elevados, presentes no portfólio do cliente ou do grupo empresarial.

Os critérios de classificação do risco das operações no Banco do Brasil dividem-se, de acordo com as características das operações, conforme abaixo:

- (i) operações específicas: são assim consideradas as operações que possuam alguma característica que minimize o risco de crédito, tais como garantias ou produtos específicos;
- (ii) operações de clientes em situação de concordata, falência, recuperação judicial/extrajudicial ou similares constantes no Código Civil Brasileiro: esse tipo de situação é ponderada na classificação do risco das operações;
- (iii) operações de renegociação de dívidas: classificadas com base no risco final da operação renegociada; e
- (iv) demais operações: aquelas não enquadradas nas situações anteriores, subdividindo-se em dois subgrupos:
 - (a) clientes com endividamento igual ou inferior a R\$ 50 mil: classificação massificada em função do produto de crédito no qual a operação é contratada; e
 - (b) clientes com endividamento superior a R\$ 50 mil: ponderam-se aspectos relacionados ao devedor (limite de crédito e endividamento total) e aspectos da própria operação (natureza, finalidade, prazo e garantias) por meio de metodologia específica.

O quadro a seguir demonstra a classificação de risco utilizada pelo Banco ao se aplicar os critérios de apuração de risco, baseada em dados da operação (natureza, finalidade, garantias, prazos, risco do projeto) e do cliente (risco, limite de crédito e endividamento total) capturados diretamente dos sistemas operacionais.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Classificação de risco de crédito

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AA	Baixo Risco	Operações classificadas em menores <i>ratings</i> , consideradas como de baixa probabilidade de <i>default</i> .
A		
B		
C		
D	Médio Risco	Operações classificadas em <i>ratings</i> médios. Normalmente são operações de clientes recentes ou com histórico de restrições, podendo também ser operações renegociadas ou classificadas por atraso ou arrasto ⁽¹⁾ .
E		
F	Alto Risco	Operações de <i>ratings</i> mais elevados, com alta probabilidade de <i>default</i> , podendo ser operações em atraso, sujeitas a arrasto ⁽¹⁾ ou renegociadas.
G		
H		

(1) Mecanismo de mudança automática do risco de uma operação causada pela existência, no portfólio do cliente ou grupo ao qual pertença, de operações com risco mais elevado.

A classificação constante na tabela, que varia de risco AA ao risco H, é uma analogia ao definido pela norma do Banco Central do Brasil, onde é estabelecido que a classificação de risco de operações de crédito deve ser realizada em ordem decrescente de risco, a partir de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os aspectos relacionados ao devedor e seus garantidores. Pela tabela, quanto maior a classificação, maior é o risco da operação para a instituição financeira.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e complexidades dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que sua mensuração seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficiente para efetuar a de forma abrangente.

Exposição máxima ao risco de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários	11.386.337	12.052.700
Depósitos compulsórios em bancos centrais	90.682.209	79.509.305
Empréstimos a instituições financeiras	65.119.694	48.846.310
Aplicações em operações compromissadas	183.390.984	182.299.378
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.991.047	16.925.114
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.385.074	83.293.853
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	643.283	4.602.366
Empréstimos a clientes	580.419.815	479.333.085
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	1.041.018.443	906.862.111
Itens não registrados no balanço patrimonial	164.337.296	153.246.488
Total da exposição a risco de crédito	1.205.355.739	1.060.108.599

Os ativos representativos de caixa e depósitos bancários e depósitos compulsórios em bancos centrais não apresentam risco de crédito relevante. As demais exposições são detalhadas a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente e são apresentados na Nota 17.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por *rating* interno e apresentam baixo risco de crédito.

Operações compromissadas

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são representados por títulos e valores mobiliários mantidos para negociação e por instrumentos financeiros derivativos, cujas variações em seus valores, negativas ou positivas, impactam o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos por títulos públicos, predominantemente emitidos pelo Governo Federal, e também por títulos privados. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são avaliados pelo valor justo e as variações impactam diretamente o patrimônio líquido.

Na composição do valor dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e dos disponíveis para venda já é considerado o risco de crédito da contraparte.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos, em sua maioria, por títulos públicos federais e não apresentam risco de crédito relevante.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Os itens não registrados no balanço patrimonial estão apresentados na Nota 40.

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes estão classificados em:

- (i) não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável;
- (ii) vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável; e
- (iii) sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	545.031.533	447.093.965
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	11.211.977	10.201.028
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	24.176.305	22.038.092
Total de empréstimos a clientes	580.419.815	479.333.085
Perdas por redução ao valor recuperável	(15.653.209)	(13.576.728)
Total líquido	564.766.606	465.756.357

Empréstimos a Clientes – não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil	
Nível de risco	31.12.2013	31.12.2012
Baixo risco	539.461.131	441.120.201
Médio risco	5.120.495	5.849.737
Alto risco	449.907	124.027
Total	545.031.533	447.093.965

Integram essa categoria as operações de crédito em situação de normalidade e sem indícios de perda.

Os empréstimos classificados como “alto risco” não estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável em função dos critérios adotados e a inexistência de evidências com problemas de recuperabilidade dessas operações. Em 31.12.2013, apenas 0,08% das exposições dessa categoria estão concentradas em operações consideradas de alto risco.

Exposições classificadas como de médio e alto riscos são justificadas, principalmente, por empréstimos a clientes que, apesar de terem operações de crédito ativas, possuem baixo perfil de tomada de crédito, perfil de tomada de crédito antigo ou limites de crédito inativos e, consequentemente, sem contratação de novas operações, porém com manutenção e pagamentos de parcelas das operações existentes.

De modo prudencial, o Banco do Brasil atribui níveis de risco mais conservadores às operações desses clientes em função da escassez de informações para sua análise.

Empréstimos a Clientes – vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
1 a 60 dias	10.814.547	9.689.600
61 a 90 dias	19.621	32.646
Acima de 90 dias	377.809	478.782
Total	11.211.977	10.201.028

Integram essa categoria as operações vencidas sem indício de perda, ou vencidas com indício de perda que, conforme metodologia, não foi apurada perda por redução ao valor recuperável.

As operações com prazo de vencido superior a 90 dias foram consideradas sem perda por redução ao valor recuperável em função do prazo concedido para a regularização dos vencimentos, seja por pagamentos das parcelas em atraso ou por repactuação dos prazos, conforme critérios estabelecidos pelos gestores de produtos. Após o prazo concedido, atendidos os critérios, as operações passam para a situação de normalidade e as operações não regularizadas serão obrigatoriamente reclassificadas, podendo ser apurada perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos a Clientes – sujeitos a perda por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Avaliação coletiva	23.046.381	20.866.037
Avaliação individual	1.129.924	1.172.055
Total	24.176.305	22.038.092

Integram essa categoria as operações com indício de perda e para as quais, segundo metodologia adotada, foi apurada perda por redução ao valor recuperável.

Para empréstimos a clientes com operações de valores significativo e com problemas de recuperabilidade, o Banco efetua análise individualizada para mensuração de perdas incorridas. Para os demais empréstimos a clientes o Banco efetua análise massificada.

São considerados empréstimos com problemas de recuperabilidade as operações de clientes com dificuldade financeira, que são objeto de uma quebra de contrato como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

de juros ou principal, bem como as operações em que for provável que o mutuário entrará em falência ou passará por alguma reorganização financeira.

O problema de recuperabilidade é tratado como sendo inerente ao cliente e não exclusivamente em relação às operações. Assim, identificada alguma operação em tal situação, todas as demais operações do cliente são classificadas da mesma forma.

Para determinação da relevância da exposição e consequente mensuração individualizada de perdas, o Banco classifica o cliente e não apenas suas operações como relevantes e não-relevantes, com base em seu endividamento total. São considerados como relevantes os clientes com endividamento a partir do qual suas novas operações necessitam de despacho em alçada superior, pertencente ao nível decisório estratégico.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco do Brasil.

Na avaliação individual, são ponderados aspectos inerentes ao cliente e específicos das operações, tais como:

- (i) situação das operações do cliente;
- (ii) compartilhamento de risco (risco Banco do Brasil *versus* risco de terceiros);
- (iii) situação econômico-financeira do cliente;
- (iv) restrições de crédito inerentes ao cliente, tanto internas quanto externas (política de crédito do Conglomerado, histórico de atuação em crédito e registros em *bureaus* de crédito);
- (v) garantias das operações.

Ativos recebidos em garantia

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais – imóveis localizados em área rural (terrenos);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc);
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, por não estarem fixos ou presos ao solo, sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc);
- (v) operações do Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações - FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas - Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - Funproger etc);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (ações, Cédulas de Crédito Comercial - CCC, Cédulas de Crédito Industrial - CCI, Cédulas de Crédito à Exportação - CCE, Cédulas do Produtor Rural - CPR, cédulas rurais, cheques, duplicatas etc); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil - Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Percentual de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	100%
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	100%
Fundo de Garantia de Operações	100%
Fundo Garantidor para Investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de swap.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Os fundos de aval utilizados como garantia pelo Banco, mitigando o risco de crédito das operações, possuem as seguintes características:

- (i) limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: investimento ou capital de giro;
- (ii) público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- (iii) existência ou não da apresentação de contragarantias;
- (iv) limites máximos sobre o montante dos recursos que constituem o patrimônio líquido do fundo (índice de alavancagem); e
- (v) limites para perdas acumuladas, isto é, o índice máximo de inadimplência admitido (*stop loss*).

Os gestores dos fundos de aval realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo, previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapassem a alavancagem prevista para cada fundo.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas****Concentração**

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

São utilizados para gerenciar a concentração das exposições, o acompanhamento dos limites setoriais e as exposições individuais e por grupo empresarial. Adicionalmente, o Banco desenvolveu e implementou sistemática de mensuração e acompanhamento da concentração do risco de crédito na carteira de pessoas jurídicas. O modelo, baseado no Índice de *Herfindahl*, avalia a concentração a partir do risco de crédito dos tomadores e considera a inter-relação entre os diversos setores econômicos que compõem a carteira de crédito de pessoas jurídicas.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas****Exposições por atividade econômica**

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Banco do Brasil		
Pessoa jurídica	347.838.840	287.605.899
Serviços	42.455.106	27.298.758
Metalurgia e Siderurgia	36.673.306	32.038.297
Petroleiro	38.383.474	29.542.378
Agronegócio de Origem Vegetal	34.084.211	26.848.469
Construção Civil	32.195.027	25.461.553
Energia Elétrica	18.820.912	17.194.476
Automotivo	21.607.388	16.862.499
Transporte	17.886.949	12.751.194
Agronegócio de Origem Animal	13.462.420	12.730.992
Comércio Varejista	14.126.812	12.227.833
Têxteis e Confecções	11.837.393	10.740.435
Eletroeletrônico	10.834.897	10.254.926
Papel e Celulose	9.638.904	8.822.848
Insumos Agrícolas	8.697.788	7.889.091
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	6.686.603	7.082.036
Telecomunicações	6.824.053	7.038.138
Químico	7.911.184	6.663.332
Madeireiro e Moveleiro	7.035.197	6.343.628
Couro e Calçados	2.949.148	2.791.929
Bebidas	2.080.680	1.792.555
Demais atividades	3.647.388	5.230.532
Pessoa física	232.580.975	191.727.186
Total	580.419.815	479.333.085

Exposições por região geográfica

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Banco do Brasil		
Mercado interno	530.747.984	434.181.089
Sudeste	292.604.749	236.805.942
Sul	99.393.550	82.970.689
Centro Oeste	61.478.728	50.821.097
Nordeste	54.475.165	44.840.171
Norte	22.795.792	18.743.190

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Mercado externo	49.671.831	45.151.996
Total	580.419.815	479.333.085

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Os saldos relativos às operações renegociadas constam da Nota 22.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Imóveis	213.544	233.948
Máquinas e equipamentos	4.395	7.234
Veículos e afins	288	372
Outros	55	72
Total	218.282	241.626

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de Leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pela Diretoria de Gestão de Riscos e pela Diretoria de Gestão de Segurança. A Diretoria de Controles Internos atua de forma independente na segunda camada de controle e validação dos riscos. A gestão corporativa do risco operacional está centralizada na Diretoria de Gestão de Riscos.

Para garantir efetividade ao gerenciamento do risco operacional no Banco, bem como assegurar a realização das funções pelas áreas responsáveis, definiu-se cinco fases de gestão.

Fase de gestão	Síntese das atividades
Identificação	Consiste em identificar e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados a processos, produtos e serviços da organização.
Avaliação	É a quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Consiste, também, na avaliação qualitativa dos riscos identificados, analisando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de tolerância ao risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de retroalimentação do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

Política de risco operacional

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

A política de risco operacional, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional.

Essa política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com o objetivo de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais inerentes aos produtos, serviços, processos e sistemas no âmbito do Banco do Brasil.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Monitoramento**

O acompanhamento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes e acionamento das áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feito através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais, o qual contempla as ocorrências das redes interna e externa.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos para as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- (i) problemas trabalhistas;
- (ii) falhas nos negócios (planos econômicos, indenização cobrança e sucumbência, exclusão de cadastro restritivo, repetição de indébito e falhas em serviço);
- (iii) fraudes e roubos externos (roubos externos, fraude eletrônica externa, perdas com cartões); e
- (iv) fraudes internas.

O monitoramento é realizado mensalmente pela Diris com reporte ao SRO e ao CRG. Havendo extrapolação de algum limite específico, acima indicado, cabe ao gestor do produto, processo ou serviço ao qual esteja associado, indicar as causas bem como ações de mitigação para reenquadramento do limite extrapolado.

43 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios cujos passivos associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em valores a pagar a instituições financeiras respectivamente.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço e seus respectivos passivos associados

R\$ mil			
31.12.2013			
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Posição líquida
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra	59.729.156	59.691.670	37.486
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.477.637	4.474.827	2.810
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.724.932	33.703.766	21.166
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	21.526.587	21.513.077	13.510
Operações de crédito cedidas	206.281	207.616	(1.335)

R\$ mil			
31.12.2012			
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Posição líquida
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra	42.993.877	42.973.908	19.969
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.637.792	4.635.638	2.154
Ativos financeiros disponíveis para venda	34.893.074	34.876.868	16.206
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.463.011	3.461.402	1.609
Operações de crédito cedidas	88.167	89.413	(1.246)

Vendas com compromisso de recompra

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Conglomerado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Conglomerado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Conglomerado.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Conglomerado transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Conglomerado continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Conglomerado.

44 – COMPENSAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir referem-se a ativos e passivos financeiros que:

- são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado; ou
- estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado.

Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a IFRS 7, o Banco deve também apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem alguns ou todos critérios de compensação definidos na IAS 32. Os acordos similares incluem os Contratos Globais de Derivativos (CGD/ISDA) e os Contratos Globais de Operações Compromissadas (GMRA).

Parte das operações com instrumentos financeiros derivativos, transacionadas pelo Banco em ambientes que não bolsa de valores, são firmadas por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior, respectivamente. Tais contratos contemplam cláusulas de compensação, tais como:

- *Netting of payments*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e em relação à mesma operação;
- *Multiple Transaction Payment Netting*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e na mesma data;
- *Set off*: compensação no término antecipado das operações, processada caso a parte inocente (aquela que não está em default) opte por exercer o direito de compensação.

Também são firmadas por meio de contratos máster de compensação algumas operações compromissadas, tanto ativas quanto passivas, realizadas pelo Banco no exterior. Os contratos GMRA (*Global Master Repurchase Agreement*) são firmados com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

Por aplicar-se a ativos e passivos financeiros cujo direito condicional de compensação apenas ocorre no curso normal das operações, em caso de inadimplência, ou somente no caso de insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes, os acordos máster de compensação e acordos similares firmados pelo Banco não cumprem os critérios para apresentação de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado.

Os instrumentos financeiros recebidos ou oferecidos em garantia incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez. Essas garantias estão sujeitas às condições normais de mercado e incluem, quando apropriado, um ISDA *Credit Support Annex* (CSA). Isto significa que os títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação.

As garantias são aceitas e recebidas na forma de caixa ou de títulos negociáveis tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2013	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação	Saldo contábil	
	Valores brutos	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	672.446	-	672.446	(20.301)	(4.553)	-	647.592	312.233	984.679
Aplicações em operações compromissadas	320.785	-	320.785	(164.017)	-	(154.336)	2.432	183.070.199	183.390.984
Total	993.231	-	993.231	(184.318)	(4.553)	(154.336)	650.024	183.382.432	184.375.663

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2013	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados					Saldo contábil
	Valores brutos	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas		Valores líquidos	Valores não sujeitos a acordos de compensação	
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(612.596)	-	(612.596)	20.301	164.926	-	(427.369)	(2.478.373)	(3.090.969)
Obrigações por operações compromissadas	(4.466.131)	-	(4.466.131)	164.017	-	4.295.527	(6.587)	(219.451.008)	(223.917.139)
Total	(5.078.727)	-	(5.078.727)	184.318	164.926	4.295.527	(433.956)	(221.929.381)	(227.008.108)

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

									R\$ mil
31.12.2012	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação	Saldo contábil
	Valores brutos	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	398.601	-	398.601	(37.948)	(12.195)	-	348.458	150.483	549.084
Aplicações em operações compromissadas	369.236	-	369.236	(106.975)	-	(262.261)	-	181.930.142	182.299.378
Total	767.837	-	767.837	(144.923)	(12.195)	(262.261)	348.458	182.080.625	182.848.462

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2012	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados					R\$ mil
	Valores brutos	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas		Valores líquidos	Valores não sujeitos a acordos de compensação	Saldo contábil
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(536.043)	-	(536.043)	37.948	87.834	-	(410.261)	(1.633.263)	(2.169.306)
Obrigações por operações compromissadas	(3.061.803)	-	(3.061.803)	106.975	-	2.954.828	-	(201.589.270)	(204.651.073)
Total	(3.597.846)	-	(3.597.847)	144.923	87.834	2.954.828	(410.262)	(203.222.532)	(206.820.379)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

45 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2013			31.12.2012		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.509	104.071	219.580	116.867	101.994	218.861
Plano de Benefícios 1 – Previ	25.849	87.167	113.016	28.826	84.964	113.790
Plano Previ Futuro	72.584	660	73.244	70.609	544	71.153
Plano Informal	-	3.917	3.917	-	4.182	4.182
Outros Planos	17.076	12.327	29.403	17.432	12.304	29.736
Planos de Assistência Médica	116.806	95.065	211.871	118.534	94.253	212.787
Cassi	103.459	87.136	190.595	104.824	84.867	189.691
Outros Planos	13.347	7.929	21.276	13.710	9.386	23.096

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.835.959	2.243.701	1.164.046
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	1.137.810	1.521.578	495.401
Plano Previ Futuro	361.039	299.276	240.647
Plano Informal	192.370	297.589	297.618
Outros Planos	144.740	125.258	130.380
Planos de Assistência Médica	970.181	927.960	894.943
Cassi	895.454	817.542	799.390
Outros Planos	74.727	110.418	95.553
Total	2.806.140	3.171.661	2.058.989

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 45.f.1) e do Fundo de Contribuição (Nota 45.f.2). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou que venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 1º semestre de 2014, estão estimadas em R\$ 715.347 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Planos de Aposentadoria e Pensão	(35.459)	1.453.449	2.327.438
Plano de Benefícios 1 – Previ	598.311	1.355.234	2.981.314
Plano Previ Futuro	(361.039)	(299.276)	(240.647)
Plano Informal	(142.999)	463.240	(244.809)
Outros Planos	(129.732)	(65.749)	(168.420)
Planos de Assistência Médica	(1.323.661)	(1.302.529)	(1.132.022)
Cassi	(1.213.209)	(1.151.709)	(998.483)
Outros Planos	(110.452)	(150.820)	(133.539)
Total	(1.359.120)	150.920	1.195.416

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 45.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusc e Prevbe, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusc e Prevbe) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2013, 31.12.2012 e 31.12.2011.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos			R\$ mil
	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	
Saldo Inicial	(128.413.440)	(98.849.541)	(90.805.477)	(1.091.017)	(1.905.370)	(1.994.759)	(7.717.855)	(6.046.932)	(5.297.173)	(6.949.678)	(5.622.610)	(5.189.411)	
Custo de juros	(11.946.190)	(10.235.720)	(9.798.080)	(99.016)	(177.875)	(204.672)	(718.314)	(625.078)	(577.040)	(634.651)	(573.868)	(540.832)	
Custo do serviço passado	-	-	-	(43.983)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(565.900)	(514.081)	(517.332)	-	-	-	(136.080)	(95.589)	(84.607)	(41.725)	(38.113)	(49.031)	
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	9.268.627	7.502.104	6.718.424	192.084	297.318	297.618	536.639	487.418	503.816	426.885	403.496	371.864	
Passivos transferidos de outros planos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.576)	
Reduções / liquidações ⁽¹⁾	-	-	-	-	1.217.263	-	-	-	-	-	130.640	-	
Remensurações de ganhos / (perdas) atuariais ⁽²⁾	18.134.054	(26.316.202)	(4.447.076)	37.821	(522.353)	(3.557)	1.702.032	(1.437.674)	(591.928)	1.227.193	(1.249.223)	(208.624)	
Saldo Final	(113.522.849)	(128.413.440)	(98.849.541)	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.905.370)	(6.333.578)	(7.717.855)	(6.046.932)	(5.971.976)	(6.949.678)	(5.622.610)	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(113.522.849)	(128.413.440)	(98.849.541)	-	-	-	-	-	-	(5.033.968)	(4.921.429)	(4.477.749)	
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-	-	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.905.370)	(6.333.578)	(7.717.855)	(6.046.932)	(938.008)	(2.028.249)	(1.144.861)	

(1) No Plano Informal, refere-se substancialmente à migração do Grupo Especial para o Plano 1 da Previ. (Nota 45.f).

(2) A perda atuarial no exercício de 2012 decorre substancialmente da redução da taxa de desconto, que em 31.12.2011 era de 10,56% a.a. e em 31.12.2012 passou a ser 8,71% a.a.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	R\$ mil											
	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo Inicial	152.029.136	133.079.396	141.566.322	-	-	-	-	-	-	4.921.429	4.477.749	4.339.122
Receita de juros	13.708.711	13.460.271	14.934.610	-	-	-	-	-	-	475.875	474.934	478.661
Contribuições recebidas	1.137.977	1.521.818	495.904	192.084	297.318	297.618	536.639	487.418	503.816	149.825	157.399	155.699
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(9.268.627)	(7.502.104)	(6.718.424)	(192.084)	(297.318)	(297.618)	(536.639)	(487.418)	(503.816)	(426.885)	(403.496)	(371.864)
Transferência de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.576
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(13.186.457)	11.469.755	(17.199.016)	-	-	-	-	-	-	(86.276)	214.843	(130.445)
Saldo Final	144.420.740	152.029.136	133.079.396	-	-	-	-	-	-	5.033.968	4.921.429	4.477.749

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc), Grupo B' (Economus), Plus I e II (Economus), e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	R\$ mil											
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
1) Valor justo dos ativos do plano	144.420.740	152.029.136	133.079.396	-	-	-	-	-	-	5.033.968	4.921.429	4.477.749
2) Valor presente das obrigações atuariais	(113.522.849)	(128.413.440)	(98.849.541)	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.905.370)	(6.333.578)	(7.717.855)	(6.046.932)	(5.971.976)	(6.949.678)	(5.622.610)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	30.897.891	23.615.696	34.229.855	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.905.370)	(6.333.578)	(7.717.855)	(6.046.932)	(938.008)	(2.028.249)	(1.144.861)
4) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado⁽¹⁾	15.448.946	11.807.848	17.114.928	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.905.370)	(6.333.578)	(7.717.855)	(6.046.932)	(702.015)	(1.287.286)	(863.246)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros ativos (Nota 28) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				R\$ mil
		até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	acima 5 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,68	9.678.547	9.605.425	28.618.107	191.464.172	239.366.251
Plano Informal (Previ)	5,01	164.025	143.622	334.273	668.894	1.310.814
Plano de Associados (Cassi)	13,35	498.041	487.191	1.472.512	18.854.481	21.312.225
Regulamento Geral (Economus)	10,34	351.050	357.237	1.105.682	8.564.779	10.378.748
Regulamento Complementar 1 (Economus)	14,07	1.241	1.337	4.668	82.122	89.368
Plus I e II (Economus)	11,54	41.162	41.625	126.894	1.228.664	1.438.345
Grupo B' (Economus)	9,03	11.635	11.597	34.317	201.739	259.288
Pré-74 (Economus)	8,16	2.665	2.661	7.854	37.759	50.939
Prevmais (Economus)	14,73	8.838	9.179	28.583	493.100	539.700
Multifuturo I (Fusesc)	12,34	4.712	4.780	14.733	162.902	187.127
Plano I (Fusesc)	11,16	26.331	27.257	88.386	851.645	993.619
Plano BEP (Prevbep)	10,94	2.122	2.270	7.311	67.465	79.168

(1) Duração média ponderada da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos			R\$ mil
	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2011	
Custo do serviço corrente	(282.950)	(257.040)	(258.666)	-	-	-	(136.080)	(95.589)	(84.608)	(17.696)	(13.653)	(24.592)	
Custo dos juros	(5.973.094)	(5.117.860)	(4.899.040)	(99.016)	(177.875)	(204.672)	(718.314)	(625.078)	(577.041)	(106.479)	(91.889)	(298.536)	
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.854.355	6.730.134	7.467.305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	238.942
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	-	-	671.715	-	(259.387)	(40.137)	-	(91.006)	(31.347)	-	(106.314)	(77.356)	
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	(43.983)	-	-	-	(9.912)	(9.913)	-	-	-	-
Despesa com funcionários da ativa	-	-	-	-	-	-	(358.815)	(330.124)	(295.574)	(135.779)	(131.300)	-	-
Efeito do ativo/passivo não reconhecido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92)
Outros ajustes/reversões	-	-	-	-	900.502	-	-	-	-	19.770	126.587	-	(134)
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	598.311	1.355.234	2.981.314	(142.999)	463.240	(244.809)	(1.213.209)	(1.151.709)	(998.483)	(240.184)	(216.569)	(161.768)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d.6) Valores reconhecidos no patrimônio líquido pela adoção da norma internacional IAS 19 (R1)

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos			R\$ mil
	31.12.2013	Exerc/2013	31.12.2012	31.12.2013	Exerc/2013	31.12.2012	31.12.2013	Exerc/2013	31.12.2012	31.12.2013	Exerc/2013	31.12.2012	
Outros resultados abrangentes acumulados	(3.579.299)	861.910	(4.441.209)	(71.280)	37.821	(109.101)	(875.240)	1.702.032	(2.577.272)	(87.244)	608.169	(695.413)	
Efeitos fiscais	1.531.582	(368.811)	1.900.393	28.511	(15.129)	43.640	350.096	(680.813)	1.030.909	32.278	(245.227)	277.505	
Ajustes de avaliação patrimonial líquidos de efeitos fiscais	(2.047.717)	493.099	(2.540.816)	(42.769)	22.692	(65.461)	(525.144)	1.021.219	(1.546.363)	(54.966)	362.942	(417.908)	

d.7) Composição dos ativos dos planos, apresentados como porcentagem do total

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Renda fixa	30,7%	31,5%	30,2%	81,5%	88,9%	90,9%
Renda variável	59,7%	59,6%	62,2%	9,1%	6,4%	4,3%
Investimentos imobiliários	5,7%	5,2%	4,0%	3,6%	2,1%	1,8%
Empréstimos e financiamentos	3,3%	3,3%	3,2%	2,0%	2,0%	1,8%
Outros	0,6%	0,4%	0,4%	3,8%	0,6%	1,2%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	7,2%	8,1%	5,5%	-	-	-
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	-	0,1%

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Taxa de inflação (a.a.)	6,66%	4,20%	4,20%	6,66%	4,20%	4,20%	6,66%	4,20%	4,20%	6,66%	4,20%	4,20%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,41%	4,33%	6,10%	6,15%	4,33%	6,10%	6,50%	4,33%	6,10%	6,45%	4,33%	6,10%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,50%	8,71%	10,56%	-	-	-	-	-	-	13,55%	8,71%	10,56%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,25%	0,14%	-	-	-	-	-	-	-	0,43%	0,52%	0,65%
Tábua de sobrevivência ⁽²⁾	AT-2000	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-83
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado		

(1) As premissas atuariais agrupadas são apresentadas através de médias ponderadas.
(2) Em 2012, os planos Prevmais, Multifuturo I e Plano de Benefícios I (Fusesc) incluídos nos montantes de Outros Planos já utilizavam a AT-2000.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,41%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	R\$ mil								
	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor apurado - Previ	138.817.850	132.282.188	121.969.218	(114.220.748)	(105.150.551)	(97.420.089)	24.597.102	27.131.637	24.549.129
Incorporação dos valores do Contrato 97	13.663.084	13.198.959	13.188.500	(13.663.084)	(13.198.959)	(13.188.500)	-	-	-
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.056.555	1.013.754	-	(1.056.555)	(1.013.754)	-	-	-	-
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(9.116.749)	5.534.235	(2.078.322)	-	-	-	(9.116.749)	5.534.235	(2.078.322)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	-	-	-	15.417.538	(9.050.176)	11.759.048	15.417.538	(9.050.176)	11.759.048
Valor apurado – Banco	144.420.740	152.029.136	133.079.396	(113.522.849)	(128.413.440)	(98.849.541)	30.897.891	23.615.696	34.229.855

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

		R\$ mil						
		31.12.2013	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	113.522.849	111.568.410	115.303.230	113.658.440	113.388.642	111.411.909	115.720.493
	Superávit/(déficit) do plano	30.897.891	32.852.330	29.117.510	30.762.300	31.032.098	33.008.831	28.700.247
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	1.004.111	976.703	1.043.724	-	-	992.395	1.016.136
	Superávit/(déficit) do plano	(1.004.111)	(976.703)	(1.043.724)	-	-	(992.395)	(1.016.136)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	6.333.578	6.199.515	6.465.197	6.334.368	6.332.808	6.199.674	6.473.001
	Superávit/(déficit) do plano	(6.333.578)	(6.199.515)	(6.465.197)	(6.334.368)	(6.332.808)	(6.199.674)	(6.473.001)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	4.674.634	4.624.173	4.722.678	-	-	4.584.179	4.768.251
	Superávit/(déficit) do plano	(684.827)	(634.361)	(732.865)	-	-	(594.366)	(778.438)
Regulamento Complementar	Valor presente da obrigação atuarial	27.882	29.013	26.783	-	-	26.969	28.840

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

1 (Economus)	Superávit/(déficit) do plano	(615)	(1.747)	484	-	-	298	(1.573)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	327.519	316.676	338.223	-	-	321.538	333.718
	Superávit/(déficit) do plano	(327.519)	(316.676)	(338.223)	-	-	(321.538)	(333.718)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	115.589	113.108	117.997	-	-	113.347	117.911
	Superávit/(déficit) do plano	(115.589)	(113.108)	(117.997)	-	-	(113.347)	(117.911)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	181.785	181.833	181.776	-	-	176.599	187.247
	Superávit/(déficit) do plano	63.026	62.978	63.035	-	-	68.211	57.563
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	74.543	73.835	75.223	-	-	72.718	76.453
	Superávit/(déficit) do plano	45.738	46.447	45.059	-	-	47.563	43.829
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	531.311	526.334	535.391	531.313	531.309	520.482	535.563
	Superávit/(déficit) do plano	38.873	43.850	34.793	38.871	38.875	49.702	34.621
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	38.713	38.152	39.255	38.919	38.498	37.892	39.568
	Superávit/(déficit) do plano	42.905	43.466	42.363	42.699	43.120	43.726	42.050

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Plano 1 (Previ)	15.448.946	11.807.848	17.114.928	-	-	-
Plano Informal (Previ)	-	-	-	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.905.370)
Plano de Associados (Cassi)	-	-	-	(6.333.578)	(7.717.855)	(6.046.932)
Regulamento Geral (Econumus)	-	-	-	(353.961)	(763.359)	(472.542)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	-	-	-	(218)	(3.537)	(769)
Plus I e II (Econumus)	-	-	-	(327.519)	(391.916)	(348.691)
Grupo B' (Econumus)	-	-	-	(115.589)	(134.705)	(105.564)
Prevmais (Econumus)	31.513	-	2.526	-	(9.165)	-
Multifuturo I (Fusesc)	22.870	4.910	6.348	-	-	-
Plano I (Fusesc)	19.436	-	35.646	-	(8.253)	-
Plano BEP (Prevbep)	21.453	18.739	19.800	-	-	-
Total	15.544.218	11.831.497	17.179.248	(8.134.976)	(10.119.807)	(8.879.868)

f) Destinações do superávit – Plano 1

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	740.643	1.608.379	1.524.374
Atualização	78.060	183.275	167.125
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(603.066)	(37.257)	(83.120)
Contribuição amortizante antecipada Grupo Especial ⁽¹⁾	(43.513)	(1.013.754)	-
Saldo Final	172.124	740.643	1.608.379
Fundo de Destinação			
Saldo Inicial	2.373.525	3.684.325	7.594.993
Atualização	148.012	331.001	489.911
Valores transferidos para o Plano 1	(223.687)	-	-
Transferência para os Fundos de Contribuição e de Utilização	(1.769.790)	(1.641.801)	(4.400.579)
Valores revertidos para o Plano 1 (Nota 45 f.2)	(528.060)	-	-
Saldo Final	-	2.373.525	3.684.325
Fundo de Contribuição			
Saldo Inicial	726.637	1.096.433	-
Constituição ⁽²⁾	-	-	1.398.467
Atualização	55.745	100.619	110.247
Contribuições ao Plano 1	(491.231)	(470.415)	(412.281)
Valores revertidos para o Plano 1 (Nota 45.f.2)	(291.151)	-	-
Saldo Final	-	726.637	1.096.433
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	5.357.912	3.249.250	-
Valores transferidos do Fundo de Destinação	1.769.790	1.641.801	3.002.112
Atualização	666.452	466.861	247.138
Saldo Final	7.794.154	5.357.912	3.249.250
Total dos fundos de destinação do superávit	7.966.278	9.198.717	9.638.387

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

(2) Fundo constituído no primeiro semestre de 2011.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas**

inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros ativos. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundos de Destinação e de Contribuição**Fundo de Destinação**

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Outros ativos, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros ativos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco é transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Reversão dos Fundos de Destinação e de Contribuição

Em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, exigindo a sua recomposição. Dessa forma, conforme previsto no artigo 18 da Resolução CGPC n.º 26/2008, a utilização da Reserva Especial do plano foi interrompida e os valores contabilizados nos Fundos de Destinação e de Contribuições dos participantes e do patrocinador foram revertidos à Reserva de Contingência.

f.3) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, poderá ser utilizado pelo Banco após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****46 – PARTES RELACIONADAS**

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil (Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal).

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Benefícios de curto prazo	42.648	37.157	28.126
Honorários	24.320	22.953	19.107
Diretoria Executiva	21.748	20.321	16.940
Comitê de Auditoria	2.072	2.057	1.603
Conselho de Administração	211	284	302
Conselho Fiscal	289	291	262
Participações no lucro	16.729	8.393	6.863
Outros	1.599	5.811	2.156
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	2.968	9.109	3.501
Total	45.616	46.266	31.627

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ.

O Banco não concede empréstimos a seus diretores, membros de seu Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, porque essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com o Tesouro Nacional e os órgãos da administração direta do governo federal que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos e operações compromissadas. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas. Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento. Em 26.09.2012, o Banco firmou contrato de mútuo com o Governo Federal no valor de R\$ 8.100.000 mil, cujos termos e condições estão descritos na Nota 33.e.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados na Nota 33.

O Banco é patrocinador da Fundação Banco do Brasil (FBB), cujos objetivos são a promoção, o apoio, os incentivos e o patrocínio de ações de âmbito educacional, cultural, social, filantrópico, recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico-tecnológica e assistência às comunidades urbano-rurais. No exercício de 2013, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 115.539 mil (R\$ 38.289 mil no exercício de 2012 e R\$ 42.527 mil no exercício de 2011).

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à alienação da participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimentos S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

							R\$ mil
							31.12.2013
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativo							
Empréstimos a instituições financeiras	-	42.181.597	-	-	-	7.086	42.188.683
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	21.421.483	166.656	-	-	-	21.588.139
Empréstimos a clientes	448.382	5.762	430.590	95.429	-	6.161.426	7.141.589
Outros ativos	-	102.909	11.974.189	551	-	-	12.077.649
Total	448.382	63.711.751	12.571.435	95.980	-	6.168.512	82.996.060
Passivo							
Depósitos de clientes	568.307	4.957.044	519.173	811	4.836	10.105.469	16.155.640
Obrigações por operações compromissadas	-	5.894.871	1.358.646	-	-	5.116.048	12.369.565
Obrigações de longo prazo	473.365	31.889.552	-	-	-	74.431.730	106.794.647
Outros passivos ⁽⁷⁾	8.324.729	22.265.207	145.509	12.753	-	-	30.748.198
Total	9.366.401	65.006.674	2.023.328	13.564	4.836	89.653.247	166.068.050
Demonstração do Resultado Consolidado							
Exercício/2013							
Receitas de juros e prestação de serviços	38.597	4.652.116	1.334.400	5.002	-	412.978	6.443.093
Despesas com captação	(81.854)	(4.790.708)	(65.455)	(6.405)	(337)	(3.536.633)	(8.481.392)
Total líquido	(43.257)	(138.592)	1.268.945	(1.403)	(337)	(3.123.655)	(2.038.299)
Garantias e outras coobrigações⁽⁸⁾	-	1.344.595	6.800.000	-	-	-	8.144.595

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controladas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Controle Conjunto – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(4) Coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(5) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.

(7) Inclui Bônus Perpétuos com o Governo Federal (Nota 33.e).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição deduzido dos valores utilizados nas operações com o Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

R\$ mil							
31.12.2012							
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativo							
Empréstimos a instituições financeiras	-	33.617.623	-	-	-	-	33.617.623
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	43.741	170.460	-	-	-	214.201
Empréstimos a clientes	651.090	37.130	7.029	38	-	2.024.255	2.719.542
Outros ativos	-	334.054	1.038.321	411	-	-	1.372.786
Total	651.090	34.032.548	1.215.810	449	-	2.024.255	37.924.152
Passivo							
Depósitos de clientes	836.011	3.792.807	1.176.911	1.764	4.485	6.985.661	12.797.639
Obrigações por operações compromissadas	-	5.309.356	-	-	-	6.570.501	11.879.857
Obrigações de longo prazo	633.638	25.320.236	-	-	-	59.665.342	85.619.216
Outros passivos ⁽⁷⁾	8.214.555	987.295	7.902	-	-	14.934	9.224.686
Total	9.684.204	35.409.694	1.184.813	1.764	4.485	73.236.438	119.521.398
Demonstração do Resultado Consolidado							
	Exercício/2012						
Receitas de juros e prestação de serviços	82.514	2.416.549	101.243	1.086	-	316.527	2.917.919
Despesas com captação	(69.462)	(2.112.547)	(130.993)	(4.923)	(740)	(3.144.660)	(5.463.325)
Total líquido	13.052	304.002	(29.750)	(3.837)	(740)	(2.828.133)	(2.545.406)
Garantias e outras coobrigações⁽⁸⁾	-	907.966	6.800.000	-	-	-	7.707.966

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controladas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Controle Conjunto – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(4) Coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(5) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.

(7) Inclui Bônus Perpétuos com o Governo Federal (Nota 33.e).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição deduzido dos valores utilizados nas operações com o Banco.

R\$ mil							
01.01.2012							
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativo							
Empréstimos a instituições financeiras	-	20.590.919	18.434	-	-	-	20.609.353
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	61.940	94.313	-	-	-	156.253
Empréstimos a clientes	836.224	49.612	7.861	-	-	523.750	1.417.447
Outros ativos	-	181.572	-	-	-	-	181.572
Total	836.224	20.884.043	120.608	-	-	523.750	22.364.625
Passivo							
Depósitos de clientes	717.309	5.337.322	424.597	255.241	6.542	6.029.402	12.770.413
Obrigações por operações compromissadas	-	1.680.647	830.169	-	-	1.113.044	3.623.860
Obrigações de longo prazo	1.643.963	14.326.735	-	-	-	43.735.159	59.705.857
Outros passivos	-	1.251.984	70.248	31	-	1.125.124	2.447.387
Total	2.361.272	22.596.688	1.325.014	255.272	6.542	52.002.729	78.547.517

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controladas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Controle Conjunto – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(4) Coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(5) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição deduzido dos valores utilizados nas operações com o Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

47 – ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

	R\$ mil		
	31.12.2013		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	11.386.337	-	11.386.337
Depósitos compulsórios em bancos centrais	90.682.209	-	90.682.209
Empréstimos a instituições financeiras	56.858.854	8.260.840	65.119.694
Aplicações em operações compromissadas	183.187.678	203.306	183.390.984
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.991.047	-	18.991.047
Instrumentos de dívida e patrimônio	18.006.368	-	18.006.368
Derivativos	984.679	-	984.679
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.426.504	63.958.570	90.385.074
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	223.346	419.937	643.283
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	252.705.578	312.061.028	564.766.606
Ativos não correntes disponíveis para venda	43.904	-	43.904
Investimentos em coligadas e joint ventures	-	14.213.312	14.213.312
Ativo imobilizado	-	6.575.390	6.575.390
Ativos Intangíveis	-	10.346.522	10.346.522
Ágio sobre investimentos	-	625.729	625.729
Outros	-	9.720.793	9.720.793
Ativos fiscais	11.683.583	21.954.897	33.638.480
Correntes	11.683.583	437	11.684.020
Diferidos	-	21.954.460	21.954.460
Outros ativos	43.474.003	28.511.037	71.985.040
Total	695.663.043	466.504.839	1.162.167.882
Passivo			
Depósitos de clientes	383.466.222	77.959.187	461.425.409
Valores a pagar a instituições financeiras	24.318.761	1.850.296	26.169.057
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.433.119	-	3.433.119
Instrumentos de dívida	342.150	-	342.150
Derivativos	3.090.969	-	3.090.969
Obrigações por operações compromissadas	213.777.149	10.139.990	223.917.139
Obrigações de curto prazo	13.837.773	1.352.437	15.190.210
Obrigações de longo prazo	46.590.243	225.445.813	272.036.056
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	7.456.554	29.987	7.486.541
Passivos fiscais	5.454.383	6.153.998	11.608.381
Correntes	5.454.383	-	5.454.383
Diferidos	-	6.153.998	6.153.998
Outros passivos	50.765.481	13.754.493	64.519.974
Patrimônio líquido	-	76.381.996	76.381.996
Total	749.099.685	413.068.197	1.162.167.882

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil		
	31.12.2012		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	12.052.700	-	12.052.700
Depósitos compulsórios em bancos centrais	79.509.305	-	79.509.305
Empréstimos a instituições financeiras	45.705.877	3.140.433	48.846.310
Aplicações em operações compromissadas	181.930.845	368.533	182.299.378
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.925.114	-	16.925.114
Instrumentos de dívida e patrimônio	16.376.030	-	16.376.030
Derivativos	549.084	-	549.084
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.836.791	62.457.062	83.293.853
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.039.528	562.838	4.602.366
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	216.932.447	248.823.910	465.756.357
Ativos não correntes disponíveis para venda	65.211	-	65.211
Investimentos em coligadas e joint ventures	-	13.880.354	13.880.354
Ativo imobilizado	-	6.082.988	6.082.988
Ativos Intangíveis	-	11.868.667	11.868.667
Ágio sobre investimentos	-	621.368	621.368
Outros	-	11.247.299	11.247.299
Ativos fiscais	9.025.487	23.646.323	32.671.810
Correntes	9.025.487	15.908	9.041.395
Diferidos	-	23.630.415	23.630.415
Outros ativos	32.737.927	23.488.237	56.226.164
Total	619.761.232	394.319.345	1.014.080.577
Passivo			
Depósitos de clientes	321.302.199	128.628.754	449.930.953
Valores a pagar a instituições financeiras	14.166.534	1.313.130	15.479.664
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.556.566	-	2.556.566
Instrumentos de dívida	387.260	-	387.260
Derivativos	2.169.306	-	2.169.306
Obrigações por operações compromissadas	195.386.514	9.264.559	204.651.073
Obrigações de curto prazo	9.513.864	693.916	10.207.780
Obrigações de longo prazo	42.438.548	135.632.570	178.071.118
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	6.343.095	65	6.343.160
Passivos fiscais	5.035.984	7.152.270	12.188.254
Correntes	5.035.984	-	5.035.984
Diferidos	-	7.152.270	7.152.270
Outros passivos	54.176.594	15.269.434	69.446.028
Patrimônio líquido	-	65.205.981	65.205.981
Total	650.919.898	363.160.679	1.014.080.577

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

	R\$ mil		
	01.01.2012		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	9.868.716	-	9.868.716
Depósitos compulsórios em bancos centrais	90.766.521	-	90.766.521
Empréstimos a instituições financeiras	25.305.619	23.793.680	49.099.299
Aplicações em operações compromissadas	132.598.250	19.081	132.617.331
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	23.025.880	-	23.025.880
Instrumentos de dívida e patrimônio	22.386.932	-	22.386.932
Derivativos	638.948	-	638.948
Ativos financeiros disponíveis para venda	14.256.753	62.838.578	77.095.331
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.695.133	4.302.784	7.997.917
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	168.825.515	194.029.294	362.854.809
Ativos não correntes disponíveis para venda	7.703	-	7.703
Investimentos em coligadas e joint ventures	-	13.467.730	13.467.730
Ativo imobilizado	-	5.393.667	5.393.667
Ativos Intangíveis	-	13.052.613	13.052.613
Ágio sobre investimentos	-	591.582	591.582
Outros	-	12.461.031	12.461.031
Ativos fiscais	7.782.822	19.142.618	26.925.440
Correntes	7.782.822	12.949	7.795.771
Diferidos	-	19.129.669	19.129.669
Outros ativos	35.400.810	22.318.959	57.719.769
Total	511.533.722	358.359.004	869.892.726
Passivo			
Depósitos de clientes	268.813.370	149.200.565	418.013.935
Valores a pagar a instituições financeiras	11.090.528	1.940.942	13.031.470
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.184.747	-	2.184.747
Instrumentos de dívida	352.199	-	352.199
Derivativos	1.832.548	-	1.832.548
Obrigações por operações compromissadas	170.859.634	8.040.227	178.899.861
Obrigações de curto prazo	7.900.279	783.903	8.684.182
Obrigações de longo prazo	19.439.029	86.598.483	106.037.512
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	5.468.730	-	5.468.730
Passivos fiscais	3.911.682	8.229.154	12.140.836
Correntes	3.911.682	22.254	3.933.936
Diferidos	-	8.206.900	8.206.900
Outros passivos	47.557.859	13.581.774	61.139.633
Patrimônio líquido	-	64.291.820	64.291.820
Total	537.225.858	332.666.868	869.892.726

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas

48 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO

Principais ajustes promovidos ao patrimônio líquido e ao resultado do Banco resultantes da aplicação das IFRS:

		R\$ mil		
	Referência	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em BR GAAP		69.526.297	60.925.250	59.107.796
Ajustes de IFRS		3.666.000	3.528.709	4.577.503
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(894.478)	(719.978)	(525.677)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	2.062.802	1.305.490	677.594
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(2.148.137)	(1.512.447)	(966.976)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	<u>907.834</u>	<u>927.826</u>	<u>951.687</u>
Ganho		985.537	985.537	985.537
Baixa de ágios (líquido dos efeitos tributários)		(440.595)	(440.595)	(440.595)
Alocação do preço de compra (líquido dos efeitos tributários)		362.892	382.884	406.745
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>476.398</u>	<u>288.515</u>	<u>320.286</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		425.821	337.906	253.260
Cessão de créditos com coobrigação		(68.284)	(207.607)	(478.678)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		(44.986)	(77.497)	34.757
Provisões técnicas – Contratos de seguros		29.228	26.896	26.703
Outros ajustes		134.619	208.817	484.244
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	5.833.370	5.528.604	6.816.234
Mudanças na proporção detida por acionistas não controladores	(f)	-	-	-
Outros ajustes		23.564	135.852	255.455
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(g)	(2.595.353)	(2.425.153)	(2.951.100)
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em IFRS		73.192.297	64.453.959	63.685.299
Participações de acionistas não controladores		3.189.699	752.022	606.521
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		76.381.996	65.205.981	64.291.820

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

R\$ mil				
	Referência	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2011
Resultado atribuível ao Controlador em BR GAAP		15.757.937	12.205.120	12.125.990
Ajustes de IFRS		(5.319.871)	(959.198)	555.932
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(174.500)	(194.301)	(33.685)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	757.312	627.896	386.401
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(635.690)	(545.471)	(881.892)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	<u>(19.992)</u>	<u>(23.861)</u>	<u>968.850</u>
Ganho		-	-	985.537
Baixa de ágios (líquido dos efeitos tributários)		-	-	(440.595)
Alocação do preço de compra (líquido dos efeitos tributários)		(19.992)	(23.861)	423.908
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>187.883</u>	<u>(31.771)</u>	<u>61.745</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		87.915	84.646	192.316
Cessão de créditos com coobrigação		139.323	271.071	(133.696)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		32.511	(112.254)	(38.112)
Provisões técnicas – Contratos de seguros		2.332	193	8.936
Outros ajustes		(74.198)	(275.427)	32.301
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	304.766	(1.287.630)	585.605
Mudanças na proporção detida por acionistas não controladores	(f)	(9.648.423)	-	-
Outros ajustes		219.604	(30.007)	245.236
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(g)	3.689.169	525.947	(776.328)
Resultado atribuível ao Controlador em IFRS		10.438.066	11.245.922	12.681.922
Participações de acionistas não controladores		850.768	159.395	19.812
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		11.288.834	11.405.317	12.701.734

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IAS 39, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados em nossas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas em função do prazo médio calculado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado em até dez anos, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Formação de *joint ventures* – Parceria BB Mapfre

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a formação das joint ventures SH1 e SH2 em parceria com a Mapfre foi registrada como uma troca de participações societárias considerando o valor contábil dos patrimônios líquidos contribuídos e recebidos. Para fins de equalização dessa parceria, houve aporte de recursos oriundos do Banco.

Em conformidade com a IFRS 10 – Demonstrações consolidadas, as participações societárias recebidas na formação da Parceria são registradas a valor justo, o valor contábil dos ativos contribuídos pelo Banco, incluindo qualquer ágio, são baixados e o resultado da transação é reconhecido na proporção da participação societária da Mapfre nas novas sociedades constituídas.

d) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Os ajustes apresentados nessa categoria refletem os efeitos líquidos da reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido dos investimentos em participações societárias avaliados por equivalência patrimonial, apurados em conformidade com as IFRS. Nesse grupamento, destacam-se as diferenças de práticas relacionadas à amortização de ágio sobre investimentos detidos pela BB Seguros Participações S.A. e os ajustes de reconciliação de patrimônio líquido e resultado do Banco Votorantim S.A.

e) Provisão para perdas em empréstimos a clientes

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a: i) situação econômico-financeira do devedor; (ii) grau de endividamento; (iii) capacidade de geração de resultados; (iv) fluxo de caixa; (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos; (vi) limite de crédito; (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e (viii) valor da operação.

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as regras do BR GAAP, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil.

Segundo as IFRS, a partir das disposições da IAS 39, o Banco classifica seus empréstimos a clientes em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade). O conjunto de operações em imparidade é segregado em função de sua relevância, gerando segmentos de operações sujeitas a tratamento individualizado (análise individual de imparidade) e/ou tratamento coletivo (análise coletiva de imparidade).

A avaliação individual envolve a valoração de cada operação, onde são ponderados aspectos inerentes ao cliente tomador e específicos das operações, tais como: situação das operações, compartilhamento de risco de crédito, situação econômico-financeira do cliente, restrições de crédito e garantias atreladas. A apuração da provisão de forma coletiva é realizada mediante a aplicação dos índices de perdas históricas em operações de natureza semelhante, considerando produtos similares e aspectos relacionados ao cliente tomador e à operação (nível de risco, situação original e prazo de exigibilidade).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda incorrida, a partir da ocorrência de eventos de perda.

f) Mudanças na proporção detida por acionistas não controladores

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade gerou um ganho na alienação de investimentos permanentes registrados em Receitas não operacionais.

Em conformidade com a IFRS 10, as mudanças na participação societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultam na perda de controle da subsidiária pela controladora constituem transações patrimoniais. Desta forma, o Banco reconheceu diretamente no patrimônio líquido a diferença entre o valor ajustado das participações de acionistas não controladores e o valor justo da contrapartida recebida e atribuiu essa diferença ao acionista controlador.

g) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS.

49 – EVENTOS SUBSEQUENTESParceria estratégica

O Banco do Brasil S.A., dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, comunica que firmou, em 27/02/2014, com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), "Acordo de Condições Gerais de Associação" (Acordo) e submeteu-o, em 05/03/2014, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O Acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios. A efetivação do negócio está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

Notas Explicativas

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013
Notas Explicativas
BALANÇO PATRIMONIAL

		Em milhares de Reais			
A T I V O		BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO CIRCULANTE		650.448.226	584.517.607	749.138.334	638.251.446
Disponibilidades	(Nota 6)	10.520.371	11.189.103	11.834.158	12.310.731
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	229.610.974	218.807.767	227.258.441	217.970.217
Aplicações no mercado aberto		183.159.259	181.524.760	187.854.433	189.117.422
Aplicações em depósitos interfinanceiros		46.451.715	37.283.007	39.404.008	28.852.795
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	43.308.435	38.257.904	113.913.434	59.447.613
Carteira própria		22.124.613	21.520.600	88.429.987	40.160.278
Vinculados a compromissos de recompra		16.794.521	15.598.409	20.334.621	17.298.906
Vinculados ao Banco Central		15	16	15	16
Vinculados à prestação de garantias		3.836.104	830.017	4.493.312	1.437.168
Instrumentos financeiros derivativos		553.182	308.862	655.499	551.245
Relações Interfinanceiras		93.985.807	82.619.938	94.104.784	83.274.821
Pagamentos e recebimentos a liquidar		24.538	14.211	24.538	14.211
Créditos vinculados	(Nota 9.a)	92.984.827	81.708.213	93.048.714	82.296.773
Depósitos no Banco Central		90.682.209	79.509.305	90.746.096	80.097.865
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		163.644	156.002	163.644	156.002
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.138.974	2.042.906	2.138.974	2.042.906
Repasse interfinanceiros		611	508	55.321	49.874
Correspondentes		975.831	897.006	976.211	913.963
Relações Interdependências		670.056	467.615	670.744	467.615
Transferências internas de recursos		670.056	467.615	670.744	467.615
Operações de Crédito	(Nota 10)	168.573.496	157.763.669	188.116.629	174.365.484
Setor público		1.068.488	1.224.240	1.098.043	1.263.598
Setor privado		174.628.935	164.543.109	195.760.528	182.447.865
(Provisão para operações de crédito)		(7.124.335)	(8.003.805)	(8.742.350)	(9.346.104)
Operações de crédito vinculadas à cessão		408	125	408	125
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	534	11.811	703.051	1.129.562
Setor público		534	11.811	534	11.811
Setor privado		--	--	752.176	1.204.836
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(49.659)	(87.085)
Outros Créditos		102.942.276	74.259.209	109.561.745	86.693.097
Créditos por avais e fianças honrados		136.228	107.456	442.422	107.503
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	17.025.091	15.381.834	17.524.195	17.275.866
Rendas a receber		3.595.710	2.610.369	2.059.030	1.781.222
Negociação e intermediação de valores		35.292	14.193	251.258	313.161
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	--	--	3.739.624	2.191.786
Diversos	(Nota 11.b)	83.189.969	56.977.892	87.030.697	65.948.206
(Provisão para outros créditos)		(1.040.014)	(832.535)	(1.485.481)	(924.647)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	836.277	1.140.591	2.975.348	2.592.306
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		301.871	333.183	553.570	557.201
(Provisão para desvalorizações)		(143.042)	(175.237)	(165.221)	(195.286)
Despesas antecipadas		677.448	982.645	2.586.999	2.230.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013
Notas Explicativas
BALANÇO PATRIMONIAL

		Em milhares de Reais			
A T I V O		BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO NÃO CIRCULANTE		574.010.371	463.587.376	554.776.789	511.056.102
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		539.248.425	427.030.105	532.102.352	487.400.184
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	35.493.088	23.501.030	3.873.345	1.353.217
Aplicações no mercado aberto		203.306	368.839	203.306	396.531
Aplicações em depósitos interfinanceiros		35.289.782	23.132.191	3.670.039	956.686
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	84.560.570	63.219.786	88.025.296	124.909.554
Carteira própria		34.640.059	33.602.337	38.688.797	87.403.656
Vinculados a compromissos de recompra		48.148.592	26.597.913	46.240.231	32.233.089
Vinculados ao Banco Central		--	51.443	--	51.443
Vinculados à prestação de garantias		1.336.596	2.712.130	2.266.862	4.359.666
Instrumentos financeiros derivativos		435.323	255.963	865.157	863.335
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		--	--	(35.751)	(1.635)
Relações Interfinanceiras		155.154	125.681	155.154	125.681
Créditos vinculados	(Nota 9.a)	3.666	23.282	3.666	23.282
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		3.666	23.282	3.666	23.282
Repasse interfinanceiros		151.488	102.399	151.488	102.399
Operações de Crédito	(Nota 10)	357.713.961	278.615.286	372.086.512	295.347.202
Setor público		27.705.997	11.570.315	28.145.421	11.634.221
Setor privado		343.151.130	277.297.948	357.643.512	294.799.408
(Provisão para operações de crédito)		(13.350.370)	(10.342.265)	(13.909.625)	(11.175.715)
Operações de crédito vinculadas à cessão		207.204	89.288	207.204	89.288
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	--	477	587.874	753.191
Setor público		--	477	--	3.730
Setor privado		--	--	605.547	790.290
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(17.673)	(40.829)
Outros Créditos		60.902.689	60.336.270	66.215.605	63.594.405
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	--	266	949	266
Rendas a receber		33.506	32.555	34.474	36.727
Negociação e intermediação de valores		865.007	247.298	1.011.466	287.902
Créditos específicos	(Nota 11.a)	1.390.451	1.263.075	1.390.451	1.263.571
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	--	--	17.331	2.162
Diversos	(Nota 11.b)	59.017.316	59.324.154	64.183.270	62.555.301
(Provisão para outros créditos)		(403.591)	(531.078)	(422.336)	(551.524)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	422.963	1.231.575	1.158.566	1.316.934
Despesas antecipadas		422.963	1.231.575	1.158.566	1.316.934
PERMANENTE		34.761.946	36.557.271	22.674.437	23.655.918
Investimentos		17.262.877	17.930.511	3.536.188	3.597.372
Participações em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	17.184.915	17.910.998	1.644.173	2.132.005
No país		14.314.834	15.303.464	1.372.326	1.731.400
No exterior		2.870.081	2.607.534	271.847	400.605
Outros investimentos	(Nota 14.b)	126.667	68.764	2.014.045	1.556.260
(Imparidade acumulada)		(48.705)	(49.251)	(122.030)	(90.893)
Imobilizado de Uso	(Nota 15)	6.271.209	5.760.635	7.258.491	6.636.978
Imóveis de uso		5.350.039	3.996.388	5.967.995	4.504.260
Outras imobilizações de uso		8.015.866	8.666.137	9.095.123	9.663.518
(Depreciação acumulada)		(7.094.696)	(6.901.890)	(7.804.627)	(7.530.800)
Intangível	(Nota 16)	11.185.162	12.812.153	11.824.059	13.351.179
Ativos intangíveis		17.978.516	18.210.354	18.955.191	18.937.366
(Amortização acumulada)		(6.793.354)	(5.398.201)	(7.131.132)	(5.586.187)
Diferido		42.698	53.972	55.699	70.389
Gastos de organização e expansão		1.668.051	1.649.247	1.696.577	1.686.535
(Amortização acumulada)		(1.625.353)	(1.595.275)	(1.640.878)	(1.616.146)
TOTAL DO ATIVO		1.224.458.597	1.048.104.983	1.303.915.123	1.149.307.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013
Notas Explicativas
BALANÇO PATRIMONIAL

		Em milhares de Reais			
		BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE		783.736.092	670.456.746	812.028.739	725.824.397
Depósitos	(Nota 17.a)	388.416.293	342.814.617	395.192.185	353.051.671
Depósitos à vista		73.591.657	72.958.427	75.818.389	74.759.878
Depósitos de poupança		140.728.107	117.744.043	140.728.107	117.744.043
Depósitos interfinanceiros		28.747.646	16.730.889	24.850.168	14.272.152
Depósitos a prazo		145.348.883	135.381.258	153.795.521	146.275.598
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	219.614.390	200.237.562	228.235.770	214.649.038
Carteira própria		62.352.028	40.867.670	71.036.165	56.385.430
Carteira de terceiros		157.262.362	159.369.892	157.048.739	158.016.969
Carteira de livre movimentação		--	--	150.866	246.639
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	23.934.892	23.026.715	25.167.346	24.846.154
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		16.323.035	14.573.365	16.326.298	14.581.314
Recursos de debêntures		--	--	7.571	--
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		7.611.857	8.453.350	8.833.477	10.264.840
Relações Interfinanceiras		34.862	24.456	34.862	24.456
Recebimentos e pagamentos a liquidar		500	339	500	339
Correspondentes		34.362	24.117	34.362	24.117
Relações Interdependências		4.807.165	5.160.084	4.825.539	5.179.603
Recursos em trânsito de terceiros		4.800.328	5.157.790	4.813.518	5.177.054
Transferências internas de recursos		6.837	2.294	12.021	2.549
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	16.047.009	13.784.386	15.480.736	12.972.062
Empréstimos no país - outras instituições		--	--	297.226	404.753
Empréstimos no exterior		16.047.009	13.784.386	15.183.510	12.567.309
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	31.456.475	16.710.092	32.268.744	17.756.624
Tesouro Nacional		--	--	62.368	77.354
BNDES		12.378.775	11.279.551	12.810.221	11.952.855
Caixa Econômica Federal		4.219.810	895.482	4.219.810	895.482
Finame		4.954.768	3.882.007	5.273.223	4.177.881
Outras instituições		9.903.122	653.052	9.903.122	653.052
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	24.079	804	24.079	481
Repasses do exterior		24.079	804	24.079	481
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	24.162.216	646.621	2.977.391	1.325.523
Instrumentos financeiros derivativos		24.162.216	646.621	2.977.391	1.325.523
Outras Obrigações		75.238.711	68.051.409	107.822.087	96.018.785
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		276.183	350.729	358.009	418.640
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	10.493.750	12.075.195	10.569.094	13.576.002
Sociais e estatutárias		1.164.727	1.648.250	1.413.174	1.817.691
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	19.696.585	19.016.935	22.222.882	24.030.336
Negociação e intermediação de valores		70.911	326.172	1.262.640	625.465
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	--	--	19.733.882	15.179.674
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	5.219.026	3.121.529	5.219.026	3.121.529
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	2.179.794	--	3.251.281	108.244
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	320.248	242.577	320.248	242.577
Diversas	(Nota 20.e)	35.817.487	31.270.022	43.471.851	36.898.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013
Notas Explicativas
BALANÇO PATRIMONIAL

		Em milhares de Reais			
		BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		370.862.776	316.441.989	419.661.589	361.983.734
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		370.444.561	316.070.620	419.227.134	361.596.443
Depósitos	(Nota 17.a)	95.218.952	117.886.156	95.820.823	119.033.730
Depósitos interfinanceiros		2.068.108	2.240.244	2.305.091	2.296.504
Depósitos a prazo		93.150.844	115.645.912	93.515.732	116.737.226
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	10.165.886	9.277.362	11.228.808	11.137.834
Carteira própria		2.625.005	1.735.163	3.687.927	3.608.690
Carteira de terceiros		7.540.881	7.542.199	7.540.881	7.529.144
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	86.054.840	35.066.493	97.885.746	45.823.969
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		67.242.063	21.894.575	75.071.734	28.546.998
Recursos de debêntures		--	--	762.389	799.306
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		18.812.777	13.171.918	22.051.623	16.477.665
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	19.545.465	18.769.719	1.834.473	1.108.971
Empréstimos no país - outras instituições		--	--	1.890	3.780
Empréstimos no exterior		19.545.465	18.769.719	1.832.583	1.105.191
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	53.351.742	44.241.940	54.836.239	45.762.002
Tesouro Nacional		473.365	633.638	474.365	635.925
BNDES		30.306.657	29.004.561	31.157.753	29.809.896
Finame		22.571.720	14.603.741	23.204.121	15.316.181
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	11.828.004	3.503.966	382	87.009
Repasses do exterior		11.828.004	3.503.966	382	87.009
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	330.036	1.522.373	717.019	2.113.959
Instrumentos financeiros derivativos		330.036	1.522.373	717.019	2.113.959
Outras Obrigações		93.949.636	85.802.611	156.903.644	136.528.969
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	10.925.595	12.827.792	10.925.595	12.827.792
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	4.776.577	6.129.169	6.654.063	6.893.169
Negociação e intermediação de valores		1.089.127	1.150.106	806.851	605.683
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	--	--	57.995.462	45.053.852
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	2.442.396	1.967.079	2.442.396	1.967.079
Operações especiais		2.131	2.126	2.131	2.126
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	26.660.104	37.184.155	29.267.233	40.567.935
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	12.070.441	14.819.786	12.064.326	14.818.494
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 20.c e 20.d)	27.019.552	--	27.019.552	--
Diversas	(Nota 20.e)	8.963.713	11.722.398	9.726.035	13.792.839
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		418.215	371.369	434.455	387.291
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 24)	69.859.729	61.206.248	72.224.795	61.499.417
Capital		54.000.000	48.400.000	54.000.000	48.400.000
De domiciliados no país		43.852.577	39.467.977	43.852.577	39.467.977
De domiciliados no exterior		10.147.423	8.932.023	10.147.423	8.932.023
Reservas de Capital		5.684	1	6.023	1
Reservas de Reavaliação		4.564	4.645	4.564	4.645
Reservas de Lucros		20.305.598	16.413.044	19.972.166	16.132.046
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(3.132.049)	(3.150.194)	(3.132.049)	(3.150.194)
(Ações em Tesouraria)		(1.324.068)	(461.248)	(1.324.407)	(461.248)
Participação dos Não Controladores		--	--	2.698.498	574.167
TOTAL DO PASSIVO		1.224.458.597	1.048.104.983	1.303.915.123	1.149.307.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013
Notas Explicativas
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de Reais							
		BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
		2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		54.984.485	103.584.695	94.134.150	61.445.539	115.337.095	107.150.842
Operações de crédito	(Nota 10.b)	35.245.665	67.640.226	62.371.214	38.949.460	74.418.316	69.489.330
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	3.990	12.252	19.961	878.678	1.768.243	1.871.395
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 8.b)	17.234.831	30.752.196	26.142.978	16.769.343	30.314.943	27.982.048
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8.e)	(994.041)	(1.062.480)	(482.309)	265.858	1.156.331	(1.434.485)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	132.244	326.017	4.242	280.378	605.959	147.273
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 9.b)	2.645.846	4.701.936	5.799.435	2.647.125	4.712.917	5.924.965
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		715.950	1.214.548	278.629	357.922	607.254	283.506
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	--	--	--	1.296.775	1.753.132	2.886.810
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(42.726.439)	(78.760.188)	(66.645.745)	(47.040.565)	(86.626.510)	(77.095.973)
Operações de captação no mercado	(Nota 17.d)	(29.419.207)	(52.657.236)	(47.667.421)	(31.447.703)	(56.625.845)	(52.153.050)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 18.c)	(6.038.083)	(12.392.115)	(7.951.070)	(5.347.147)	(11.185.018)	(7.376.206)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	(3.870)	(11.754)	(17.692)	(785.041)	(1.593.410)	(1.525.315)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(9.034)	(13.164)	(1.407)	(43.448)	(70.638)	(37.290)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	--	--	--	(866.003)	(1.075.250)	(2.132.244)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Notas 10.f e 10.g)	(7.256.245)	(13.685.919)	(11.008.155)	(8.551.223)	(16.076.349)	(13.871.868)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		12.258.046	24.824.507	27.488.405	14.404.974	28.710.585	30.054.869
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(5.568.171)	(13.153.699)	(11.901.871)	(6.210.533)	(14.090.646)	(12.828.097)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22.a)	5.087.111	9.870.545	9.318.869	8.691.436	16.753.530	14.485.551
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22.b)	2.987.802	5.918.107	5.924.711	3.304.336	6.546.984	6.585.614
Despesas de pessoal	(Nota 22.c)	(8.374.090)	(16.436.920)	(14.798.015)	(9.354.859)	(18.351.162)	(16.503.443)
Outras despesas administrativas	(Nota 22.d)	(7.541.164)	(14.588.451)	(13.646.895)	(8.538.751)	(16.398.789)	(15.488.144)
Despesas tributárias	(Nota 25.c)	(1.679.634)	(3.287.749)	(3.249.378)	(2.451.734)	(4.759.457)	(4.416.434)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 14)	2.955.736	5.188.499	2.881.500	276.640	605.585	263.603
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	--	--	--	1.703.681	3.230.354	2.349.113
Outras receitas operacionais	(Nota 22.e)	3.760.415	6.554.609	7.132.340	4.516.632	7.817.849	8.345.878
Outras despesas operacionais	(Nota 22.f)	(2.764.347)	(6.372.339)	(5.465.003)	(4.357.914)	(9.535.540)	(8.449.835)
RESULTADO OPERACIONAL		6.689.875	11.670.808	15.586.534	8.194.441	14.619.939	17.226.772
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(Nota 23) 74.027	9.947.914	1.237.541	269.559	10.176.139	1.209.972
Receitas não operacionais		98.392	10.011.038	1.338.482	351.816	10.365.535	1.412.900
Despesas não operacionais		(24.365)	(63.124)	(100.941)	(82.257)	(189.396)	(202.928)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		6.763.902	21.618.722	16.824.075	8.464.000	24.796.078	18.436.744
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(Nota 25.a) (236.149)	(3.779.944)	(2.934.518)	(1.286.854)	(5.993.494)	(4.240.584)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(750.704)	(2.028.407)	(1.579.687)	(864.528)	(2.204.278)	(1.835.262)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		--	--	--	(583.476)	(840.369)	(155.778)
LUCRO LÍQUIDO		(Nota 24.g) 5.777.049	15.810.371	12.309.870	5.729.142	15.757.937	12.205.120
LUCRO POR AÇÃO		(Nota 24.e)					
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.823.470.630	2.834.080.029	2.861.260.055			
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,05	5,58	4,30			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais										
BB - Múltiplo	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas			
EVENTOS										
Saldo divulgado em 31.12.2011	33.122.569	--	4.730	3.496.562	20.800.988	(60.124)	783.966	(1)	--	58.148.690
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1)	(Nota 4.i)	--	--	--	--	1.135.354	--	--	--	1.135.354
Saldo ajustado em 31.12.2011	33.122.569	--	4.730	3.496.562	20.800.988	1.075.230	783.966	(1)	--	59.284.044
Aumento de capital - capitalização de reservas	15.277.431	--	--	--	(15.277.431)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.h)	--	--	--	--	(80.237)	776.749	--	--	696.512
Ajustes de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	(Nota 4.i)	--	--	--	--	(5.705.902)	--	--	--	(5.705.902)
Transações com pagamento baseado em ações	--	1	--	--	--	--	--	(1)	--	--
Programa de recompra de ações	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(461.246)	--	(461.246)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	6.918	6.918
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.c)	--	(85)	--	--	--	--	--	85	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	12.309.870	12.309.870
Destinações: - Reservas	--	--	--	615.494	7.263.083	--	--	--	(7.878.577)	--
- Dividendos	(Nota 24.f)	--	--	--	(485.652)	--	--	--	(1.084.504)	(1.570.156)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.f)	--	--	--	--	--	--	--	(3.353.792)	(3.353.792)
Saldo em 31.12.2012	48.400.000	1	4.645	4.112.056	12.300.988	(4.710.909)	1.560.715	(461.248)	--	61.206.248
Mutações do período	15.277.431	1	(85)	615.494	(8.600.000)	(5.786.139)	776.749	(461.247)	--	1.922.294
Saldo em 30.06.2013	48.400.000	5.684	4.605	4.613.722	17.819.362	(7.921.923)	208.641	(662.374)	--	62.527.717
Aumento de capital - capitalização de reservas	(Nota 24.b)	5.600.000	--	--	(5.600.000)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.h)	--	--	--	--	40.321	(329.430)	--	--	(289.109)
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	(Nota 4.i)	--	--	--	--	4.870.342	--	--	--	4.870.342
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	(721.694)	--	(721.694)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	6.244	6.244
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	--	--	(41)	--	--	--	--	--	41	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	5.777.049	5.777.049
Destinações: - Reservas	--	--	--	288.853	3.371.394	--	--	--	(3.660.247)	--
- Dividendos	(Nota 24.f)	--	--	--	(187.733)	--	--	--	(365.182)	(552.915)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.f)	--	--	--	--	--	--	--	(1.757.905)	(1.757.905)
Saldo em 31.12.2013	54.000.000	5.684	4.564	4.902.575	15.403.023	(3.011.260)	(120.789)	(1.324.068)	--	69.859.729
Mutações do período	5.600.000	--	(41)	288.853	(2.416.339)	4.910.663	(329.430)	(721.694)	--	7.332.012
Saldo divulgado em 31.12.2012	48.400.000	1	4.645	4.112.056	12.300.988	(140.361)	1.560.715	(461.248)	--	65.776.796
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1)	(Nota 4.i)	--	--	--	--	(4.570.548)	--	--	--	(4.570.548)
Saldo ajustado em 31.12.2012	48.400.000	1	4.645	4.112.056	12.300.988	(4.710.909)	1.560.715	(461.248)	--	61.206.248
Aumento de capital - capitalização de reservas	(Nota 24.b)	5.600.000	--	--	(5.600.000)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.h)	--	--	--	--	(200.303)	(1.681.504)	--	--	(1.881.807)
Ajustes de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	(Nota 4.i)	--	--	--	--	1.899.952	--	--	--	1.899.952
Transações com pagamento baseado em ações	--	5.683	--	--	--	--	--	(5.683)	--	--
Programa de recompra de ações	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(857.137)	--	(857.137)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	6.250	6.250
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.c)	--	(81)	--	--	--	--	--	81	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	15.810.371	15.810.371
Destinações: - Reservas	--	--	--	790.519	9.169.197	--	--	--	(9.959.716)	--
- Dividendos	(Nota 24.f)	--	--	--	(467.162)	--	--	--	(2.543.063)	(3.010.225)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.f)	--	--	--	--	--	--	--	(3.313.923)	(3.313.923)
Saldo em 31.12.2013	54.000.000	5.684	4.564	4.902.575	15.403.023	(3.011.260)	(120.789)	(1.324.068)	--	69.859.729
Mutações do período	5.600.000	5.683	(81)	790.519	3.102.035	1.899.649	(1.681.504)	(862.820)	--	8.653.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Em milhares de Reais

BB - Consolidado		Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
EVENTOS					Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos divulgados em 31.12.2011												
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1)	(Nota 4.I)	33.122.569	--	4.730	3.496.562	20.624.740	(60.124)	783.966	(1)	--	443.928	58.416.370
							1.135.354	--	--	--	--	1.135.354
Saldos ajustados em 31.12.2011												
Aumento de capital - capitalização de reservas		33.122.569	--	4.730	3.496.562	20.624.740	1.075.230	783.966	(1)	--	443.928	59.551.724
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.h)	15.277.431	--	--	--	(15.277.431)	--	--	--	--	--	--
Ajustes de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	(Nota 4.I)	--	--	--	--	--	(80.237)	776.749	--	--	--	696.512
Transações com pagamento baseado em ações		--	1	--	--	--	(5.705.902)	--	--	--	--	(5.705.902)
Programa de recompra de ações	(Nota 24.I)	--	--	--	--	--	--	--	(1)	--	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	(461.246)	--	--	(461.246)
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	6.918	--	6.918
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	85	--	85
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	130.239	130.239
Resultado não realizado	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
- Dividendos	(Nota 24.f)	--	--	--	615.494	7.263.083	--	--	--	--	--	--
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.f)	--	--	--	--	(485.852)	--	--	--	--	--	--
		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2012		48.400.000	1	4.645	4.112.056	12.019.990	(4.710.909)	1.560.715	(461.248)	--	574.167	61.499.417
Mutações do Período		15.277.431	1	(85)	615.494	(8.604.750)	(5.786.139)	776.749	(461.247)	--	130.239	1.947.693
Saldos em 30.06.2013												
Aumento de capital - capitalização de reservas	(Nota 24.b)	48.400.000	6.023	4.605	4.613.722	17.533.837	(7.921.923)	208.641	(602.713)	--	2.479.122	64.721.314
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.h)	5.600.000	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	(Nota 4.I)	--	--	--	--	--	40.321	(329.430)	--	--	--	(289.109)
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	6.244	6.244
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	41	41
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Resultado não realizado	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.729.142	5.729.142
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
- Dividendos	(Nota 24.f)	--	--	--	288.853	3.371.394	--	--	--	--	--	--
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.f)	--	--	--	--	(187.733)	--	--	--	--	--	--
		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(3.011.260)	(120.789)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Mutações do período		5.600.000	--	(41)	288.853	(2.464.246)	4.910.663	(329.430)	(721.694)	--	219.376	7.503.481
Saldos divulgados em 31.12.2012												
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1)	(Nota 4.I)	48.400.000	1	4.645	4.112.056	12.019.990	(140.361)	1.560.715	(461.248)	--	574.167	66.069.965
							(4.570.548)	--	--	--	--	(4.570.548)
Saldos ajustados em 31.12.2012												
Aumento de capital - capitalização de reservas	(Nota 24.b)	48.400.000	1	4.645	4.112.056	12.019.990	(4.710.909)	1.560.715	(461.248)	--	574.167	61.499.417
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.h)	5.600.000	--	--	--	--	(5.600.000)	--	--	--	--	--
Ajustes de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios	(Nota 4.I)	--	--	--	--	--	(200.303)	(1.681.504)	--	--	--	(1.881.807)
Transações com pagamento baseado em ações		--	6.022	--	--	--	1.899.952	--	--	--	--	1.899.952
Programa de recompra de ações	(Nota 24.I)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Resultado não realizado	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
- Dividendos	(Nota 24.f)	--	--	--	790.519	9.169.197	--	--	--	--	--	--
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.f)	--	--	--	--	(467.162)	--	--	--	--	--	--
		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(3.011.260)	(120.789)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Mutações do período		5.600.000	6.022	(81)	790.519	3.049.601	1.699.649	(1.681.504)	(863.159)	--	2.124.331	10.725.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013
Notas Explicativas
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de Reais						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Fluxos de caixa provenientes das operações						
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.763.902	21.618.722	16.824.075	8.464.000	24.796.078	18.436.744
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.443.438	584.837	8.274.615	19.689.970	30.554.348	31.831.198
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos) (Notas 10.f e 10.g)	7.256.245	13.685.919	11.008.155	8.551.223	16.076.349	13.871.868
Depreciações e amortizações (Nota 22.d)	1.875.310	3.795.859	3.771.471	1.945.822	3.930.076	3.983.094
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos (Notas 15 e 16)	2.578	2.530	2.255	5.397	6.194	4.174
Resultado de participação em coligadas e controladas (Nota 14.a)	(2.955.736)	(5.188.499)	(2.881.500)	(276.640)	(605.585)	(263.603)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 23)	(14.826)	(33.001)	(1.168.680)	(22.175)	(62.719)	(1.101.185)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos (Nota 23)	(99)	(9.821.827)	(1.236)	(191.025)	(10.015.818)	(25.692)
(Ganho) Perda de capital (Nota 23)	6.837	15.628	21.551	7.949	17.888	16.267
Resultado da conversão de moeda estrangeira (Nota 14.a)	305.148	545.532	260.993	247.844	581.690	357.502
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 23)	(23.017)	(25.012)	12.583	(15.923)	(15.896)	15.437
Amortização de ágios em investimentos (Notas 14.c e 22.d)	49.984	101.004	115.437	166.696	322.055	358.602
Despesas com provisões civis, trabalhistas e fiscais (Nota 28.a)	199.402	2.464.408	2.668.104	383.501	2.945.790	3.617.165
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (Nota 21.e)	--	--	--	11.503.167	22.947.811	16.682.632
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit (Nota 27)	(560.283)	(1.300.992)	(3.896.665)	(560.283)	(1.300.992)	(3.896.665)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(1.699.667)	(3.663.956)	(1.637.853)	(1.478.206)	(3.445.340)	(1.632.620)
Resultado dos não controladores	--	--	--	(583.476)	(840.369)	(155.778)
Outros ajustes	1.562	7.244	--	6.099	13.214	--
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.207.340	22.203.559	25.098.690	28.153.970	55.350.426	50.267.942
Variações Patrimoniais						
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	18.015.909	(4.689.050)	(24.169.366)	2.894.307	(52.746.773)	(45.572.066)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	18.672.616	(7.654.986)	(51.391.405)	18.006.334	2.659.889	(41.358.310)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(1.614.472)	20.798.273	5.173.484	(5.508.740)	(9.659.963)	(11.644.478)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	2.673.608	(767.392)	622.627	2.666.686	(757.990)	607.338
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(11.940.775)	(11.172.904)	11.227.086	(11.853.830)	(10.648.231)	13.561.991
(Aumento) Redução em operações de crédito	(51.837.895)	(103.245.574)	(99.373.647)	(52.953.882)	(105.936.978)	(104.461.499)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	3.870	11.754	17.693	208.436	536.133	867.427
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	(19.753.303)	(25.965.323)	(12.487.214)	(19.959.639)	(22.605.761)	(15.079.735)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	595.377	1.170.939	2.920.525	(389.993)	(146.059)	2.296.734
Imposto de renda e contribuição social pagos	4.032.295	20.265.352	29.312.672	1.444.608	13.677.706	30.611.596
(Redução) Aumento em depósitos	13.216.462	22.934.472	31.896.031	12.678.910	18.927.607	29.699.845
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	4.032.295	20.265.352	29.312.672	1.444.608	13.677.706	30.611.596
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	36.205.594	51.896.524	35.953.519	36.527.472	52.382.968	38.346.833
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	20.782.114	35.241.867	25.416.066	19.048.445	26.757.504	14.336.678
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.484.350	(2.535.220)	(606.674)	5.622.469	(8.851.491)	1.672.151
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	43.726	46.846	42.739	46.096	47.164	40.717
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	29.223.249	17.514.509	929.324	31.048.277	2.603.653	4.695.876
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento						
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(5.681.657)	(9.149.677)	(3.882.222)	(4.200.374)	(7.679.908)	(6.248.363)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	3.186.894	(17.398.291)	3.377.406	(951.731)	(1.875.763)	2.280.886
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	877.909	1.751.182	1.623.953	--	--	--
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(841.579)	(1.349.393)	(1.605.080)	(969.983)	(1.536.415)	(2.016.987)
(Aquisição) Alienação de investimentos	697.231	12.312.960	(1.509.548)	3.753.765	13.494.641	(583.958)
(Aquisição) Baixa de intangíveis/diferidos	(1.037.135)	(1.321.305)	(1.586.384)	(4.886.283)	(5.213.245)	(2.054.971)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.798.337)	(15.154.524)	(3.581.875)	(7.254.606)	(2.810.690)	(8.623.393)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento						
Variação da participação dos acionistas não controladores	--	--	--	219.376	2.124.331	130.239
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada	2.310.013	10.185.545	9.995.102	2.490.272	10.372.136	9.791.496
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	625.371	5.818.077	12.214.362	620.140	5.813.253	12.215.278
(Aquisição) Alienação de ações em tesouraria	(721.694)	(862.820)	(461.247)	(721.694)	(863.159)	(461.247)
Dividendos pagos	(2.365.614)	(3.379.273)	(1.278.492)	(2.365.614)	(3.379.273)	(1.278.492)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.757.905)	(3.313.923)	(4.148.698)	(1.757.905)	(3.313.923)	(4.148.698)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.909.829)	8.447.606	16.321.027	(1.515.425)	10.753.365	16.248.576
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	24.515.083	10.807.591	13.668.476	22.278.246	10.546.328	12.321.059
Início do período	46.441.221	58.184.424	42.878.095	48.041.034	57.805.818	43.852.139
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	1.699.667	3.663.956	1.637.853	1.478.206	3.445.340	1.632.620
Fim do período	72.655.971	72.655.971	58.184.424	71.797.486	71.797.486	57.805.818
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	24.515.083	10.807.591	13.668.476	22.278.246	10.546.328	12.321.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de Reais						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Receitas	56.481.231	115.183.339	100.833.211	66.438.190	133.259.059	116.994.793
Receitas de intermediação financeira	54.984.485	103.584.695	94.134.150	61.445.539	115.337.095	107.150.842
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	8.074.913	15.788.652	15.243.580	11.995.772	23.300.514	21.071.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.256.245)	(13.685.919)	(11.008.155)	(8.551.223)	(16.076.349)	(13.871.868)
Lucro na alienação de investimentos/participação societária (Nota 23)	99	9.821.827	1.236	191.025	10.015.818	25.692
Outras receitas/despesas	677.979	(325.916)	2.462.400	1.357.077	681.981	2.618.962
Despesas da Intermediação Financeira	(35.470.194)	(65.074.269)	(55.637.590)	(38.489.342)	(70.550.161)	(63.224.105)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.713.270)	(9.066.125)	(8.601.499)	(5.252.515)	(10.011.312)	(9.467.355)
Materiais, energia e outros	(222.370)	(460.914)	(498.875)	(244.284)	(500.976)	(535.432)
Serviços de terceiros (Nota 22.d)	(964.176)	(1.908.961)	(1.763.637)	(967.324)	(1.932.967)	(1.766.910)
Comunicações (Nota 22.d)	(711.664)	(1.367.701)	(1.311.493)	(759.417)	(1.462.321)	(1.410.206)
Processamento de dados (Nota 22.d)	(572.226)	(1.119.937)	(1.046.378)	(422.894)	(838.222)	(813.517)
Transporte (Nota 22.d)	(637.990)	(1.147.315)	(1.171.361)	(666.074)	(1.198.368)	(1.214.679)
Serviços de vigilância e segurança (Nota 22.d)	(440.735)	(818.024)	(817.675)	(455.165)	(845.012)	(840.936)
Serviços do sistema financeiro (Nota 22.d)	(300.853)	(709.261)	(583.181)	(388.109)	(897.001)	(743.601)
Propaganda e publicidade (Nota 22.d)	(218.492)	(371.097)	(356.237)	(298.388)	(493.383)	(473.791)
Outras	(644.764)	(1.162.915)	(1.052.672)	(1.030.860)	(1.843.062)	(1.668.283)
Valor Adicionado Bruto	16.297.767	41.042.945	36.594.122	22.696.333	52.697.586	44.303.333
Despesas de amortização/depreciação (Nota 22.d)	(1.925.294)	(3.896.863)	(3.886.908)	(2.112.518)	(4.252.131)	(4.341.696)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	14.372.473	37.146.082	32.707.214	20.583.815	48.445.455	39.961.637
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.955.736	5.188.499	2.881.500	276.640	605.585	263.603
Resultado de participações em coligadas/controladas	2.955.736	5.188.499	2.881.500	276.640	605.585	263.603
Valor Adicionado a Distribuir	17.328.209	42.334.581	35.588.714	20.860.455	49.051.040	40.225.240
Valor Adicionado Distribuído	17.328.209	42.334.581	35.588.714	20.860.455	49.051.040	40.225.240
Pessoal	7.954.448	16.278.008	14.353.059	8.952.865	18.179.883	16.134.489
Salários e honorários	5.229.883	10.267.727	9.252.998	5.916.726	11.599.871	10.401.537
Participação de empregados e administradores no lucro	750.704	2.028.407	1.579.687	864.528	2.204.278	1.835.262
Benefícios e treinamentos	1.154.683	2.233.595	2.052.148	1.255.483	2.434.115	2.255.337
FGTS	329.293	632.769	585.402	378.827	729.946	672.519
Outros encargos	489.885	1.115.510	882.824	537.301	1.211.673	969.834
Impostos, Taxas e Contribuições	3.086.127	9.255.010	8.208.539	5.005.109	13.128.500	10.861.235
Federais	2.731.476	8.548.057	7.538.292	4.406.219	11.963.701	9.845.064
Estaduais	355	822	715	390	887	788
Municipais	354.296	706.131	669.532	598.500	1.163.912	1.015.383
Remuneração de Capitais de Terceiros	510.585	991.192	717.246	589.863	1.144.351	868.618
Aluguéis (Nota 22.d)	510.585	991.192	717.246	589.863	1.144.351	868.618
Remuneração de Capitais Próprios	5.777.049	15.810.371	12.309.870	6.312.618	16.598.306	12.360.898
Juros sobre capital próprio da União	1.024.945	1.932.180	1.981.700	1.024.945	1.932.180	1.981.700
Juros sobre capital próprio de outros acionistas	732.960	1.381.743	1.372.092	732.960	1.381.743	1.372.092
Dividendos da União	322.377	1.755.109	927.779	322.377	1.755.109	927.779
Dividendos de outros acionistas	230.538	1.255.116	642.377	230.538	1.255.116	642.377
Lucro retido	3.466.229	9.486.223	7.385.922	3.418.322	9.433.789	7.281.172
Participação dos não controladores nos lucros retidos	--	--	--	583.476	840.369	155.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES**

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 – REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS**a) Aquisições****BB Americas (antigo EuroBank)**

Em 19.01.2012, o Banco concluiu a aquisição, mediante pagamento à vista de US\$ 6 milhões (R\$ 10,651 milhões), da totalidade do capital social e votante da instituição financeira norte-americana BB Americas, representado por 835.855 ações ordinárias.

Os valores do investimento e do ágio foram apurados com base no patrimônio líquido ajustado do BB Americas de dezembro/2011, convertidos à taxa de câmbio de 17.01.2012.

	R\$ mil
Valor pago na aquisição	10.651
Valor do patrimônio líquido ajustado em 31.12.2011	(27.203)
Valor total do ágio	37.854
Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	18.058
Ágio do valor justo de bens	19.796
Aporte de capital	90.098

O BB Americas, sociedade de capital fechado com sede no estado da Flórida, possui uma rede de quatro agências localizadas nas cidades de Miami, Pompano Beach e Boca Raton.

A aquisição do BB Americas contribuirá para a expansão dos negócios do Banco do Brasil nos Estados Unidos, permitindo a atuação no mercado varejista norte-americano, com foco no atendimento das comunidades brasileira e hispânica residentes naquele País.

b) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros**BB Seguridade Participações S.A.**

Em 20.12.2012, o Banco constituiu a empresa BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), com os objetivos de: consolidar, sob uma única sociedade, todas as atividades do Banco do Brasil nos ramos de seguros, capitalização, previdência complementar aberta e atividades afins, incluindo quaisquer expansões futuras dessas atividades, no Brasil ou no exterior, orgânicas ou não; proporcionar ganhos de escala nessas operações; e obter redução de custos e despesas no segmento de seguridade.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

A empresa passou a deter as seguintes participações societárias:

- a) 100% das ações de emissão da BB Cor;
- b) 100% das ações de emissão da BB Seguros Participações S.A. que, por sua vez, detém participação nas seguintes sociedades:
 - (i) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da BB Mapfre SH1 Participações S.A., que atua no ramo de seguros de pessoas em parceria com o Grupo Mapfre;
 - (ii) 50,0% do total das ações (sendo 49,0% ações ON) de emissão da Mapfre BB SH2 Participações S.A., que atua no ramo de seguros patrimoniais também em parceria com o Grupo Mapfre;
 - (iii) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., que atua no ramo de previdência em parceria com a Principal Financial Group;
 - (iv) 66,7% do total das ações (com 49,9% ações ON) de emissão da Brasilcap Capitalização S.A., que atua no ramo de capitalização em parceria com a Icatu Seguros S.A. e a Cia. de Seguros Aliança da Bahia; e
 - (v) 100% das ações de emissão da Nossa Caixa Capitalização S.A., que atua no ramo de capitalização.

Abertura de capital da BB Seguridade Participações S.A.

Em 20.02.2013, por meio de assembleia geral extraordinária, o Banco do Brasil decidiu pela realização de Oferta Pública de Ações (OPA) da BB Seguridade. A ata da assembleia foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 14.03.2013, sob o n.º 20130248401, e publicada no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, em 25.03.2013.

A oferta, cujo emissor foi a BB Seguridade Participações S.A., consistiu na distribuição pública secundária de ações, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM n.º 400/2003.

Em 25.04.2013, foram ofertadas 500 milhões de ações, 100% Ordinárias, negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa sob o *ticker* BBSE3, com preço fixado em R\$ 17,00. A liquidação da Oferta Base (500 milhões de ações), acrescida do Lote Adicional (100 milhões de ações), produziu um ganho bruto no resultado do Banco do Brasil de R\$ 8,374 bilhões, resultante da alienação de 30% das ações.

Em 20.05.2013, foi encerrada a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade com o exercício integral do lote suplementar da oferta (75 milhões de ações). Com isso, o Banco do Brasil obteve um ganho bruto total na operação de R\$ 9,820 bilhões, e passou a deter 66,25% das ações ordinárias da BB Seguridade.

Os recursos arrecadados foram integralmente revertidos ao Banco do Brasil, acionista vendedor. A BB Seguridade não recebeu quaisquer recursos decorrentes da oferta.

BB Cor Participações S.A.

Em 27.12.2012, o Banco constituiu a empresa BB Cor Participações S.A. (BB Cor), que passou a deter 100% de participação no capital da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora).

O objetivo do Banco é ampliar a participação de mercado da BB Corretora, que passará a comercializar, dentro e fora dos canais de distribuição do Banco, produtos de terceiros nos ramos em que o Banco não possua acordos de exclusividade com empresas parceiras.

A BB Cor deterá também participação acionária no capital social de outras sociedades que atuem no mercado como corretoras na comercialização de seguros, previdência aberta, capitalização e/ou planos de saúde e odontológicos de que o Banco venha participar no futuro.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****IRB - Brasil Resseguros S.A.**

Em 24.05.2013, a BB Seguros Participações e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) detidas pela União para a BB Seguros.

Ademais, na mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a BB Seguros, a União, o Bradesco Auto Re-Companhia de Seguros S.A., o Itaú Seguros S.A., o Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Além da celebração do Acordo de Acionistas, o processo de reestruturação societária do IRB envolveu, entre outras, as seguintes etapas:

- conversão das ações preferencias do IRB em ações ordinárias (proporção 1:1);
- criação de *golden share* (ação preferencial com direito a veto em determinadas deliberações), detida pela União; e
- aumento do capital social do IRB por seus atuais acionistas, com emissão de novas ações, renunciando a União ao seu direito de preferência.

Em 20.08.2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para a homologação do aumento de capital do IRB, a qual era condição precedente para o pagamento pela BB Seguros da aquisição das ações ordinárias.

Em 27.08.2013, a BB Seguros passou a deter 20,5% do capital do IRB por meio da transferência das ações e do pagamento efetuado à União, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil (exceto em quantidade e valor unitário da ação)	
Quantidade de ações	212.421 ações
Valor unitário da ação (em R\$)	2.577,00
Valor total pago na aquisição	547.409
Valor do patrimônio líquido ajustado em 31.08.2013	527.951
Valor total do ágio	19.458

A eficácia de todos os atos relacionados à Operação está condicionada à aprovação dos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, cabendo observar que, em 16.04.2013, a operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE) e, em 16.09.2013, pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), restando pendente apenas a aprovação final do Tribunal de Contas da União (TCU).

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças (Acordo) com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental terá seu capital social inicial de R\$ 5 milhões, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- A BB Seguros será detentora de 49,99% das ações ON e de 100% das ações PN, representando 74,99% de participação do capital social total, e
- A Odontoprev deterá 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

A BB Seguros e a Odontoprev responderão pela constituição do capital social inicial da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

Notas Explicativas

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

As próximas etapas a serem concluídas são:

- Constituição da sociedade; e
- Obtenção da autorização da Agência Nacional de Saúde (ANS) para que a Brasildental venha a operar e oferecer seus produtos no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 30.11.2013, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. incorporou a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência), recebendo todo o seu acervo líquido pelo valor de R\$ 23.020 mil. O capital social da Brasilprev não foi aumentado em decorrência da incorporação, visto que era a única acionista da Brasilprev Nosso Futuro e o valor do acervo líquido da incorporada já estava representado em seu patrimônio líquido.

c) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior**BB USA Holding Company Inc.**

Em 03.05.2013, o Banco do Brasil adquiriu a totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., que anteriormente pertenciam ao BB AG Viena.

O valor da transação foi efetivado com base no Patrimônio Líquido Ajustado da BB USA Holding Company Inc. de 30.04.2013 pelo valor de US\$ 644 mil (R\$ 1.293 mil).

A BB USA Holding Company Inc. é uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de White Plains no Estado de Nova Iorque.

Bloco Europa

A partir de 01.01.2014, as agências do Banco do Brasil em Madri e Paris passaram a ser vinculadas ao BB AG Viena, subsidiária integral do Banco do Brasil na Áustria.

A medida faz parte do processo de consolidação das atividades na Europa sob a licença do BB AG Viena. A integração das unidades europeias busca ampliar o volume de negócios, através da otimização do capital investido naquelas agências, aprimorar a governança e aumentar a eficiência operacional.

d) Reorganização Societária na área de cartões – Alelo

A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), empresa atuante na área de cartões pré-pagos, até então controlada pelo BB Banco de Investimento S.A. e pela Bradescard na proporção de 49,99% e 50,01%, respectivamente, foi transferida, a partir de agosto/2013, para a Elo Participações, que passou a deter 100% do seu capital social.

O objetivo da reestruturação foi maximizar a governança da Alelo por meio da estrutura de governança própria da Elo Participações. Os atos societários se realizaram de modo que as participações finais indiretas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco S.A. na Alelo e na Elo Participações não sofreram alterações.

e) Reorganização Societária – Banco Votorantim

Em 31.07.2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

valor contábil em 30.06.2013, data-base da operação, no montante de R\$ 98.920 mil; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados.

Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A incorporação implicou em um aumento do capital social do Banco Votorantim, no mesmo montante do patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 de ações ordinárias e 262.199.310 de ações preferenciais, todas sem valor nominal, atribuídas à Votorantim Finanças e ao Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detinha no capital social da empresa, em substituição das ações da BV Participações que foram extintas.

f) Reorganização Societária – Itapebi

Em 16.12.2013, foi aprovada a alienação de participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimento S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referentes à venda dessa participação.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis individuais contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior (BB-Banco Múltiplo) e as demonstrações contábeis consolidadas contemplam também as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das entidades sob controle conjunto, da Entidade de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, e dos fundos de investimentos financeiros (BVIA Fundo de Investimento em Participações, BV Financeira FIDC I, BV Financeira FIDC II, BV Financeira FIDC III, BV Financeira FIDC IV, BV Financeira FIDC V e BV Financeira FIDC VI) que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen (BB-Consolidado).

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro,

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 33 – Benefícios a Empregados e CPC 41 – Resultado por Ação.

Os pronunciamentos CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, CPC 17 – Contratos de Construção, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 35 – Demonstrações Separadas, não conflitantes com as normas do Bacen, poderão ser aplicados pelo Banco na medida em que ocorrerem eventos ou transações abrangidos por esses CPCs.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto – a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas – consolidação das participações em investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme pronunciamento CPC 18, ocasionando a redução nos ativos totais do Conglomerado.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 11.02.2014.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

			31.12.2013	31.12.2012
Segmento Bancário		Atividade	% de Participação	
Banco do Brasil – AG. Viena	(1) (4)	Bancária	100%	100%
BB Leasing Company Ltd.	(1) (4)	Arrendamento	100%	100%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(1) (4)	Arrendamento	100%	100%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1) (4)	Corretora	100%	100%
BB Securities LLC.	(1) (4)	Corretora	100%	100%
BB Securities Ltd.	(1) (4)	Corretora	100%	100%
BB USA Holding Company, Inc.	(1) (4)	Holding	100%	100%
Brasileira American Merchant Bank	(1) (4)	Bancária	100%	100%
BB Americas	(1) (4)	Banco Múltiplo	100%	100%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1) (4)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1) (4)	Banco Múltiplo	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2) (4)	Banco Múltiplo	50%	50%
Segmento Investimentos		Atividade	% de Participação	
BB Banco de Investimento S.A.	(1) (4)	Banco de Investimento	100%	100%
Kepler Weber S.A.	(2) (4)	Indústria	17,56%	17,56%
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	(3) (5)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2) (4)	Energia	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos		Atividade	% de Participação	
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1) (4)	Administração de Ativos	100%	100%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização		Atividade	% de Participação	
BB Seguridade Participações S.A.	(1) (4)	Holding	66,25%	100%
BB Cor Participações S.A.	(1) (4)	Holding	66,25%	100%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1) (4)	Corretora	66,25%	100%
BB Seguros Participações S.A.	(1) (4)	Holding	66,25%	100%
Nossa Caixa Capitalização S.A.	(1) (4)	Capitalização	66,25%	100%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2) (4)	Holding	49,68%	74,99%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2) (4)	Seguradora	49,68%	74,99%
Mapfre Vida S.A.	(2) (4)	Previdência	49,68%	74,99%
Vida Seguradora S.A.	(2) (4)	Seguradora	49,68%	74,99%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2) (4)	Seguradora/Previdência	49,68%	74,99%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	(2) (6)	Seguradora/Previdência	--	74,99%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2) (4)	Capitalização	44,16%	66,66%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2) (4)	Holding	33,13%	50%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2) (4)	Seguradora	33,13%	50%
Brasilveículos Companhia de Seguros	(2) (4)	Seguradora	33,13%	50%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2) (4)	Seguradora	33,13%	50%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(2) (4)	Seguradora	33,13%	50%
BB Mapfre Assistência S.A.	(2) (4)	Prestação de Serviços	33,13%	50%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2) (4)	Corretora	50%	50%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	(3) (4)	Seguradora	12,09%	12,09%
IRB – Brasil Resseguros S.A.	(2) (4)	Resseguradora	13,58%	--
Segmento Meios de Pagamento		Atividade	% de Participação	
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1) (4)	Prestação de Serviços	100%	100%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1) (4)	Holding	100%	100%
Elo Participações S.A.	(2) (4)	Holding	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS – Alelo	(2) (4)	Prestação de Serviços	24,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2) (4)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2) (4)	Prestação de Serviços	28,68%	28,68%
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	(3) (4)	Prestação de Serviços	13,53%	13,53%
Outros Segmentos		Atividade	% de Participação	
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1) (4)	Aquisição de Créditos	100%	100%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1) (4)	Aquisição de Créditos	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1) (4)	Consórcio	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (5)	Turismo	100%	100%
BB Money Transfers Inc.	(1) (4)	Prestação de Serviços	100%	100%
BB Tecnologia e Serviços S.A. (antiga Cobra Tecnologia S.A)	(1) (4)	Informática	99,97%	99,97%
BV Participações S.A.	(2) (6)	Holding	--	50%

(1) Controladas.

(2) Controladas em conjunto incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro/2013.

(5) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2013.

(6) Empresas descontinuadas durante o exercício/2013.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Informações para efeito de comparabilidade

As informações financeiras estão sendo apresentadas de forma retrospectiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência da mudança no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012, que alterou a forma de contabilização do ganho/perda atuarial para o Patrimônio Líquido. Demonstramos a seguir os saldos reapresentados:

Balanço Patrimonial

R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	31.12.2012			31.12.2012		
	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados	Divulgação Anterior	Ajustes ⁽¹⁾	Saldos Ajustados
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Outros Créditos - Diversos ⁽²⁾	60.502.795	(1.178.641)	59.324.154	63.733.942	(1.178.641)	62.555.301
Investimentos – No país ⁽³⁾	19.346.074	(4.042.610)	15.303.464	5.774.010	(4.042.610)	1.731.400
Intangível – Ativos intangíveis ⁽³⁾	13.249.326	4.042.610	17.291.936	13.976.338	4.042.610	18.018.948
TOTAL DO ATIVO	1.049.283.624	(1.178.641)	1.048.104.983	1.150.486.189	(1.178.641)	1.149.307.548
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias ⁽⁴⁾	6.119.049	10.120	6.129.169	6.883.049	10.120	6.893.169
Outras Obrigações – Diversas ⁽⁵⁾	8.340.611	3.381.787	11.722.398	10.411.052	3.381.787	13.792.839
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.776.796	(4.570.548)	61.206.248	66.069.965	(4.570.548)	61.499.417
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽⁶⁾	1.420.354	(4.570.548)	(3.150.194)	1.420.354	(4.570.548)	(3.150.194)
TOTAL DO PASSIVO	1.049.283.624	(1.178.641)	1.048.104.983	1.150.486.189	(1.178.641)	1.149.307.548

(1) Refere-se aos ajustes realizados em 31.12.2011 e 31.12.2012, conforme Nota 4.I – Benefícios a Empregados;

(2) Inclui o Ativo Atuarial e os Ativos Fiscais Diferidos;

(3) Inclui o Ágio na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa);

(4) Inclui os Passivos Fiscais Diferidos;

(5) Inclui os Passivos Atuariais;

(6) Inclui os ganhos/perdas atuariais líquidos dos efeitos tributários.

Foram realizadas, ainda, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

- Receitas de Equalização de Taxas – Lei n.º 8.427/1992 (Safrá Agrícola) do grupamento Outras Receitas Operacionais para Receitas de Operações de Crédito – R\$ 3.388.971 mil no BB-Banco Múltiplo e BB-Consolidado;
- Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas emitidas no Exterior do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Operações de Captação no Mercado – R\$ 1.044.292 mil no BB-Banco Múltiplo e R\$ 1.040.918 mil no BB-Consolidado;
- Despesas com Demandas Judiciais do grupamento Outras Despesas Administrativas para Outras Despesas Operacionais – R\$ 1.349.674 mil no BB-Banco Múltiplo e R\$ 1.357.334 mil no BB-Consolidado;
- Despesas com Amortização de ágios em investimentos do grupamento Outras Despesas Operacionais para Outras Despesas Administrativas – R\$ 589.361 mil no BB-Banco Múltiplo e R\$ 832.526 mil no BB-Consolidado.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Demonstração do Resultado

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	Exercício/2012			Exercício/2012		
	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	90.745.179	3.388.971	94.134.150	103.761.871	3.388.971	107.150.842
Operações de crédito	58.982.243	3.388.971	62.371.214	66.100.359	3.388.971	69.489.330
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(65.601.453)	(1.044.292)	(66.645.745)	(76.055.055)	(1.040.918)	(77.095.973)
Operações de captação no mercado	(46.623.129)	(1.044.292)	(47.667.421)	(51.112.132)	(1.040.918)	(52.153.050)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.143.726	2.344.679	27.488.405	27.706.816	2.348.053	30.054.869
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(9.557.192)	(2.344.679)	(11.901.871)	(10.480.044)	(2.348.053)	(12.828.097)
Outras despesas administrativas	(14.407.208)	760.313	(13.646.895)	(16.012.952)	524.808	(15.488.144)
Outras receitas operacionais	10.521.311	(3.388.971)	7.132.340	11.734.849	(3.388.971)	8.345.878
Outras despesas operacionais	(5.748.982)	283.979	(5.465.003)	(8.965.945)	516.110	(8.449.835)

4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	R\$ mil Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****i) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias - 4%, veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso e; na conta Outros Ativos Intangíveis, o direito de utilização da rede do Banco Postal, que é amortizado de acordo com o prazo contratual. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade**

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:Imobilizado de uso

Terrenos e edificações - na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Sistemas de processamento de dados - na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

Outros itens de imobilizado - embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são devidamente baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento - O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares - Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

Outros Ativos Intangíveis – Direito de Utilização da Rede do Banco Postal - A metodologia de apuração do valor recuperável do direito de utilização da rede do Banco Postal consiste em calcular o valor presente dos fluxos de resultado produzidos por meio da estratégia de atuação para o Banco Postal, que são projetados com base nos valores realizados e nas premissas definidas no plano de negócios, e são descontados com base na taxa de custo médio ponderado de capital (*WACC – Weighted average cost of capital*).

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM n.º 695/2012 (Nota 27). A partir de 30.06.2010, a periodicidade das avaliações passou a ser semestral e não mais anual como ocorria até 31.12.2009.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- a) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- b) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas ExplicativasAdoção Inicial da Deliberação CVM n.º 695/2012 – CPC 33 (R1)

Por meio da Deliberação n.º 695/2012, de 13.12.2012, a CVM recepcionou o pronunciamento técnico CPC 33 (R1). As principais alterações são: i) exclusão da possibilidade de utilização do método do corredor; ii) os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial). As remensurações do valor líquido de ativo ou passivo atuarial reconhecido contra ajustes de avaliação patrimonial não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente; iii) a despesa/receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto; iv) inclusão de novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; e v) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do referido pronunciamento, aplicável aos exercícios iniciados a partir de 01.01.2013, ocasionou os seguintes efeitos no patrimônio líquido do Banco:

	R\$ mil				
31.12.2013	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos	Total
Aumento/(redução) no ativo atuarial	861.910	--	--	87.221	949.131
Redução no passivo atuarial	--	37.821	1.702.032	520.948	2.260.801
Efeito no ativo e passivo fiscal diferido	(368.811)	(15.129)	(680.813)	(245.227)	(1.309.980)
Efeito no patrimônio líquido	493.099	22.692	1.021.219	362.942	1.899.952

	R\$ mil				
31.12.2012	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos	Total
Redução no ativo atuarial	(4.441.209)	--	--	--	(4.441.209)
Aumento no passivo atuarial	--	(109.101)	(2.577.272)	(695.413)	(3.381.786)
Efeito no ativo e passivo fiscal diferido	1.900.393	43.640	1.030.909	277.505	3.252.447
Efeito no patrimônio líquido	(2.540.816)	(65.461)	(1.546.363)	(417.908)	(4.570.548)

Efeitos apresentados de forma retrospectiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

	R\$ mil				
31.12.2011	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos	Total
Aumento no ativo atuarial	3.742.924	--	--	--	3.742.924
Aumento no passivo atuarial	--	(162.896)	(1.240.517)	(270.218)	(1.673.631)
Efeito no ativo e passivo fiscal diferido	(1.601.596)	65.158	496.207	106.292	(933.939)
Efeito no patrimônio líquido	2.141.328	(97.738)	(744.310)	(163.926)	1.135.354

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização**Apuração do Resultado**

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (ou custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo os valores apurados com base em métodos e premissas atuariais.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata-die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice/endosso ou início do risco, o que ocorrer primeiro.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR – Incurred But Not Reported): constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada monetariamente de acordo com o indexador e a taxa de juros definida no plano.

Provisão para Resgates: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

Teste de adequação de passivos - TAP

Para as operações de seguro, resseguro e de previdência complementar, são realizados Teste de Adequação de Passivos conforme regras e procedimentos instituídos pela Circular Susep n.º 457/2012. O teste de adequação de passivos é realizado semestralmente e tem o objetivo de verificar se as provisões constituídas estão adequadas, devendo essa avaliação ser feita com o uso de estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos.

A metodologia utilizada considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, levando em conta premissas de cancelamento, sinistralidade, longevidade, anuitização, outras despesas relacionadas às operações e as receitas inerentes ao negócio.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ publicada pela Susep, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor.

O teste realizado para a data-base de 31.12.2013 não apresentou insuficiência em quaisquer dos grupos de contratos de seguros, resseguros e previdência complementar.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Para apuração do valor das obrigações nas ações de natureza trabalhista, são considerados os valores médios dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 24 meses, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas ações de natureza cível são considerados os valores médios dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 meses e, nas ações referentes a planos econômicos, são considerados os valores médios dos pagamentos realizados nos últimos 24 meses.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****p) Despesas Associadas a Captações de Recursos**

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24. e).

5 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, ao ambiente regulatório e às semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em “Outros Segmentos”.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****c) Segmento de Gestão de Recursos**

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Composição por segmento

R\$ mil								
	2º Semestre/2013							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas	73.759.247	836.209	1.033.624	4.142.717	1.810.516	923.288	(2.215.521)	80.290.080
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	40.339.183	--	--	--	--	--	(153.123)	40.186.060
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	16.919.557	53.242	36.069	74.179	235.014	52.078	(334.938)	17.035.201
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	2.927.484	--	--	--	19	53	(53)	2.927.503
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.267.764	--	--	29.011	1.296.775
Rendas de prestação de serviços	5.536.323	249.376	500.860	821.140	1.458.134	529.534	(403.931)	8.691.436
Rendas com tarifas, taxas e comissões	3.129.683	19.417	155.236	--	--	--	--	3.304.336
Resultado de participações em coligadas e controladas	264.016	12.624	--	--	--	--	--	276.640
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.710.969	--	--	(7.288)	1.703.681
Outras receitas	4.643.001	501.550	341.459	268.665	117.349	341.623	(1.345.199)	4.868.448
Despesas	(69.545.303)	(326.474)	(202.026)	(2.100.464)	(1.007.062)	(776.534)	2.131.783	(71.826.080)
Despesas de captação no mercado	(31.542.606)	(104.870)	--	--	(5.936)	(10.110)	215.819	(31.447.703)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(6.132.173)	--	--	--	--	(15)	--	(6.132.188)
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(8.558.412)	--	11	--	56	7.122	--	(8.551.223)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(866.003)	--	--	--	(866.003)
Despesas de pessoal	(8.887.034)	(29.483)	(30.170)	(196.612)	(99.578)	(115.172)	3.190	(9.354.859)
Outras despesas administrativas	(6.211.304)	(33.197)	(14.293)	(396.904)	(148.801)	(142.277)	520.542	(6.426.234)
Depreciação	(451.163)	(1.376)	--	(13.085)	(10.103)	(2.754)	--	(478.481)
Amortização do diferido	(9.930)	--	--	(17.562)	(1.948)	(523)	--	(29.963)
Amortização de ativos intangíveis	(1.432.724)	(6)	--	--	(4.533)	(114)	--	(1.437.377)
Amortização de ágio em investimentos	(49.492)	(42.042)	--	(74.671)	--	--	--	(166.205)
Amortização de ágio por diferença de valor de mercado de ativos	(491)	--	--	--	--	--	--	(491)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(43.448)	--	--	--	--	--	--	(43.448)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(3.508)	--	--	--	(2.686)	--	--	(6.194)
Outras despesas	(6.223.018)	(115.500)	(157.574)	(535.627)	(733.533)	(512.691)	1.392.232	(6.885.711)
Lucro antes da tributação e participações ⁽¹⁾	4.213.944	509.735	831.598	2.042.253	803.454	146.754	(83.738)	8.464.000
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽²⁾	(200.763)	(101.127)	(193.374)	(517.378)	(255.316)	(10.032)	(8.864)	(1.286.854)
Participações no lucro	(833.279)	--	(992)	(24.140)	(1.375)	(4.742)	--	(864.528)
Participação dos não controladores	(104.731)	--	--	(478.740)	--	(5)	--	(583.476)
Lucro Líquido ⁽³⁾	3.075.171	408.608	637.232	1.021.995	546.763	131.975	(92.602)	5.729.142
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.217.435.342	5.903.659	689.319	88.908.626	6.080.062	4.004.768	(19.106.653)	1.303.915.123
Investimento em coligadas e controladas	7.755.075	2.374.447	83	(272.326)	44.810	--	(8.264.914)	1.637.175
Passivos	1.147.834.122	2.495.981	151.399	82.833.118	4.582.743	1.881.023	(8.088.058)	1.231.690.328

(1) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 83.738 mil refere-se à realização de resultados de períodos anteriores no montante de R\$ 164.253 mil e eliminação de resultado não realizado de R\$ 80.515 mil decorrente da cessão de créditos à Ativos S.A.

(2) Foi revertido ativo fiscal diferido no montante de R\$ 8.864 mil (destacado nas transações intersegmentos) incidente sobre o resultado não realizado.

(3) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 92.602 mil refere-se a resultado, líquido de efeitos tributários, obtido em operações de cessão de crédito do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

	Exercício 2013								R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total	
Receitas	148.519.413	1.574.325	1.705.539	6.927.213	3.218.512	1.783.842	(3.071.912)	160.656.932	
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	77.011.876	--	--	--	--	--	(218.063)	76.793.813	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	31.144.798	248.521	60.096	126.978	392.248	76.625	(577.992)	31.471.274	
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	5.318.815	--	--	--	63	62	(64)	5.318.876	
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.701.867	--	--	51.265	1.753.132	
Rendas de prestação de serviços	10.777.150	538.074	972.220	1.586.930	2.669.463	1.032.014	(822.321)	16.753.530	
Rendas com tarifas, taxas e comissões	6.185.090	39.265	322.629	--	--	--	--	6.546.984	
Resultado de participações em coligadas e controladas	579.438	26.147	--	--	--	--	--	605.585	
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.220.199	--	--	10.155	3.230.354	
Outras receitas ⁽¹⁾	17.502.246	722.318	350.594	291.239	156.738	675.141	(1.514.892)	18.183.384	
Despesas	(131.262.116)	(704.154)	(319.895)	(3.359.802)	(1.769.017)	(1.426.132)	2.980.262	(135.860.854)	
Despesas de captação no mercado	(56.781.729)	(199.879)	--	--	(11.331)	(27.538)	394.632	(56.625.845)	
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(12.778.380)	--	--	--	--	(48)	--	(12.778.428)	
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(16.084.143)	(34)	9	--	(170)	7.989	--	(16.076.349)	
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(1.075.250)	--	--	--	(1.075.250)	
Despesas de pessoal	(17.447.195)	(52.573)	(59.245)	(393.510)	(179.454)	(225.759)	6.574	(18.351.162)	
Outras despesas administrativas	(11.827.484)	(75.061)	(25.676)	(749.893)	(243.538)	(243.863)	1.018.857	(12.146.658)	
Depreciação	(863.768)	(2.935)	--	(22.253)	(17.054)	(6.212)	--	(912.222)	
Amortização do diferido	(26.445)	--	--	(32.545)	(5.133)	(1.623)	--	(65.746)	
Amortização de ativos intangíveis	(2.941.044)	(10)	--	--	(10.790)	(264)	--	(2.952.108)	
Amortização de ágio em investimentos	(100.511)	(89.950)	--	(131.103)	--	--	--	(321.564)	
Amortização de ágio por diferença de valor de mercado de ativos	(491)	--	--	--	--	--	--	(491)	
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(70.638)	--	--	--	--	--	--	(70.638)	
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(3.508)	--	--	--	(2.686)	--	--	(6.194)	
Outras despesas	(12.336.780)	(283.712)	(234.983)	(955.248)	(1.298.861)	(928.814)	1.560.199	(14.478.199)	
Lucro antes da tributação e participações ⁽²⁾	17.257.297	870.171	1.385.644	3.567.411	1.449.495	357.710	(91.650)	24.796.078	
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽³⁾	(3.736.338)	(210.787)	(416.783)	(1.074.915)	(475.481)	(73.712)	(5.478)	(5.993.494)	
Participações no lucro	(2.151.017)	--	(1.876)	(42.129)	(2.323)	(6.933)	--	(2.204.278)	
Participação dos não controladores	(192.276)	--	--	(648.084)	--	(9)	--	(840.369)	
Lucro Líquido ⁽⁴⁾	11.177.666	659.384	966.985	1.802.283	971.691	277.056	(97.128)	15.757.937	
Saldos Patrimoniais									
Ativos	1.217.435.342	5.903.659	689.319	88.908.626	6.080.062	4.004.768	(19.106.653)	1.303.915.123	
Investimento em coligadas e controladas	7.755.075	2.374.447	83	(272.326)	44.810	--	(8.264.914)	1.637.175	
Passivos	1.147.834.122	2.495.981	151.399	82.833.118	4.582.743	1.881.023	(8.088.058)	1.231.690.328	

(1) Inclui o ganho com a alienação de ações da BB Seguridade no valor de R\$ 9.820.460 mil.

(2) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 91.650 mil refere-se à realização de resultados de períodos anteriores no montante de R\$ 240.622 mil e a eliminação de resultado não realizado de R\$ 148.972 mil decorrente da cessão de créditos à Ativos S.A.

(3) Foi revertido ativo fiscal diferido no montante de R\$ 5.478 mil (destacado nas transações intersegmentos) incidente sobre o resultado não realizado

(4) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 97.128 mil refere-se a resultado, líquido de efeitos tributários, obtido em operações de cessão de crédito do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil								
	Exercício 2012							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas	129.810.332	1.165.787	1.250.870	6.414.990	2.533.195	1.553.089	(2.134.762)	140.593.501
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	71.887.117	--	--	--	--	--	(242.886)	71.644.231
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	26.285.618	218.692	57.423	72.423	288.461	23.556	(398.610)	26.547.563
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	6.072.385	--	--	--	(115)	(10)	(22)	6.072.238
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.829.919	--	--	56.891	2.886.810
Rendas de prestação de serviços	10.102.472	507.699	815.613	998.288	2.197.747	1.033.561	(1.169.829)	14.485.551
Rendas com tarifas, taxas e comissões	6.187.671	33.353	364.590	--	--	--	--	6.585.614
Resultado de participações em coligadas e controladas	230.212	32.393	--	998	--	--	--	263.603
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.361.964	--	--	(12.851)	2.349.113
Outras receitas	9.044.857	373.650	13.244	151.398	47.102	495.982	(367.455)	9.758.778
Despesas	(116.178.035)	(726.372)	(215.422)	(4.318.896)	(1.364.702)	(1.301.663)	1.948.333	(122.156.757)
Despesas de captação no mercado	(52.271.879)	(255.303)	--	--	(1.222)	(33.441)	408.795	(52.153.050)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(8.901.417)	--	--	--	(31)	(73)	--	(8.901.521)
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(13.873.844)	356	551	--	(64)	1.133	--	(13.871.868)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(2.132.244)	--	--	--	(2.132.244)
Despesas de pessoal	(15.709.857)	(50.089)	(57.970)	(354.273)	(135.452)	(201.587)	5.785	(16.503.443)
Outras despesas administrativas	(10.915.209)	(98.902)	(24.912)	(964.112)	(214.592)	(205.890)	1.277.171	(11.146.446)
Depreciação	(924.750)	(2.613)	--	(14.611)	(13.886)	(6.944)	--	(962.804)
Amortização do diferido	(173.456)	--	--	(23.359)	(5.097)	(3.634)	--	(205.546)
Amortização de ativos intangíveis	(2.810.703)	(8)	--	--	(3.913)	(120)	--	(2.814.744)
Amortização de ágio em investimentos	(116.184)	(81.613)	--	(160.805)	--	--	--	(358.602)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(37.292)	--	--	--	--	--	--	(37.292)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	2.117	--	--	--	(6.291)	--	--	(4.174)
Outras despesas	(10.445.561)	(238.200)	(133.091)	(669.492)	(984.154)	(851.107)	256.582	(13.065.023)
Lucro antes da tributação e participações ⁽¹⁾	13.632.297	439.415	1.035.448	2.096.094	1.168.493	251.426	(186.429)	18.436.744
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽²⁾	(2.595.261)	(84.581)	(417.468)	(752.462)	(397.558)	(72.608)	79.354	(4.240.584)
Participações no lucro	(1.776.606)	--	(505)	(36.634)	(1.894)	(19.623)	--	(1.835.262)
Participação dos não controladores	(156.050)	--	--	--	--	272	--	(155.778)
Lucro Líquido ⁽³⁾	9.104.380	354.834	617.475	1.306.998	769.041	159.467	(107.075)	12.205.120
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.083.599.518	6.180.755	921.453	69.427.954	4.654.755	4.095.177	(19.572.064)	1.149.307.548
Investimento em coligadas e controladas	8.640.327	2.559.159	72	522.588	--	--	(9.597.139)	2.125.007
Passivos	1.018.427.232	3.502.307	789.959	64.755.850	3.707.762	1.577.854	(4.952.833)	1.087.808.131

(1) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 186.429 mil refere-se à eliminação de resultado não realizado, sendo: R\$ 183.099 mil referente à Ativos S.A. e R\$ 3.330 mil da BB Tecnologia e Serviços, antiga Cobra Tecnologia.

(2) Foi ativado no BB-Consolidado o montante de R\$ 79.354 mil (destacado nas transações intersegmentos) referente ao crédito tributário incidente sobre o resultado não realizado.

(3) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 107.075 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades	10.520.371	11.189.103	11.834.158	12.310.731
Disponibilidades em moeda nacional	9.163.811	7.911.931	10.005.556	8.713.507
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.356.560	3.277.172	1.811.002	3.577.404
Aplicações em ouro	--	--	17.600	19.820
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	62.135.600	46.995.321	59.963.328	45.495.087
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	20.118.178	16.228.931	22.624.314	20.760.206
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.017.422	30.766.390	37.127.196	24.517.998
Aplicações em moeda estrangeira	--	--	211.818	216.883
Total	72.655.971	58.184.424	71.797.486	57.805.818

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

7 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Aplicações no Mercado Aberto	183.362.565	181.893.599	188.057.739	189.513.953
Revendas a liquidar - posição bancada	20.118.179	16.228.931	22.612.836	22.009.970
Letras Financeiras do Tesouro	678	--	830.385	3.145.040
Letras do Tesouro Nacional	20.000.000	11.352.573	21.405.495	12.692.699
Notas do Tesouro Nacional	--	4.876.358	125.907	5.727.161
Outros títulos	117.501	--	251.049	445.070
Revendas a liquidar - posição financiada	163.244.386	165.664.668	165.291.264	167.261.653
Letras Financeiras do Tesouro	89.412.016	107.322.605	88.929.186	104.449.107
Letras do Tesouro Nacional	64.619.972	44.809.832	66.675.571	48.362.285
Notas do Tesouro Nacional	9.009.092	13.163.392	9.553.241	14.081.422
Outros títulos	203.306	368.839	133.266	368.839
Revendas a liquidar - posição vendida	--	--	153.639	242.330
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	--	--	153.639	242.330
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	81.741.497	60.415.198	43.074.047	29.809.481
Total	265.104.062	242.308.797	231.131.786	219.323.434
Ativo circulante	229.610.974	218.807.767	227.258.441	217.970.217
Ativo não circulante	35.493.088	23.501.030	3.873.345	1.353.217

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	8.927.192	15.974.282	14.134.309	9.266.336	16.590.004	14.753.915
Posição bancada	486.108	936.280	892.735	543.600	1.076.204	1.084.660
Posição financiada	8.441.084	15.038.002	13.241.574	8.711.589	15.486.034	13.652.899
Posição vendida	--	--	--	11.147	27.766	16.356
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.186.959	2.358.918	1.887.440	209.493	416.969	504.605
Total	10.114.151	18.333.200	16.021.749	9.475.829	17.006.973	15.258.520

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

R\$ mil										
Vencimento em Dias	BB-Banco Múltiplo									
	31.12.2013								31.12.2012	
	Valor de Mercado					Total			Total	
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado
1-Títulos para Negociação	--	2.463.598	2.872.990	3.177.889	8.078.686	16.799.025	16.593.163	(205.862)	15.318.467	15.491.858
Títulos Públicos	--	2.463.598	2.872.990	3.167.965	8.078.686	16.789.920	16.583.239	(206.681)	15.276.361	15.449.668
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	666.456	867.687	1.780.183	3.313.937	3.314.326	389	4.279.920	4.279.999
Letras do Tesouro Nacional	--	1.522.742	2.206.534	2.300.278	6.269.564	12.501.921	12.299.118	(202.803)	8.769.437	8.916.886
Notas do Tesouro Nacional	--	940.856	--	--	28.939	974.062	969.795	(4.267)	2.227.004	2.252.783
Títulos Privados	--	--	--	9.924	--	9.105	9.924	819	42.106	42.190
Debêntures	--	--	--	--	--	--	--	--	42.106	42.190
Notas Promissórias	--	--	--	9.924	--	9.105	9.924	819	--	--
2-Títulos Disponíveis para Venda	293.400	1.698.225	15.742.512	8.203.874	62.416.670	88.903.673	88.354.681	(548.992)	79.959.346	80.886.642
Títulos Públicos	--	364.090	11.505.242	6.429.292	25.378.109	44.267.644	43.676.733	(590.911)	45.659.453	46.732.049
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	9.624.691	4.081.095	10.747.183	24.446.044	24.452.969	6.925	27.982.783	27.982.962
Letras do Tesouro Nacional	--	359.865	1.111.566	2.307.808	2.947.343	6.891.425	6.726.582	(164.843)	6.569.061	6.576.021
Notas do Tesouro Nacional	--	4.194	--	--	3.217.577	3.672.861	3.221.771	(451.090)	3.424.312	3.440.096
Títulos da Dívida Agrária	--	31	564	1.528	5.593	8.075	7.716	(359)	8.004	7.721
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	38.861	3.652.048	3.541.879	3.690.909	149.030	2.927.616	3.792.818
Títulos de governos estrangeiros	--	--	768.421	--	4.189.357	5.068.239	4.957.778	(110.461)	4.191.926	4.341.375
Outros	--	--	--	--	619.008	639.121	619.008	(20.113)	555.751	591.056
Títulos Privados	293.400	1.334.135	4.237.270	1.774.582	37.038.561	44.636.029	44.677.948	41.919	34.299.893	34.154.593
Debêntures	--	813.154	1.293.109	1.234.558	31.318.969	34.337.201	34.659.790	322.589	25.498.378	25.500.848
Notas promissórias	--	144.440	853.622	--	--	996.222	998.062	1.840	1.738.009	1.736.531
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	55.645	54.911	55.645	734	--	--
Cotas de fundos de investimentos	292.727	--	--	--	1.526.161	2.095.729	1.818.888	(276.841)	1.107.374	986.063
Ações	673	--	--	--	--	810	673	(137)	857	871
Cédulas de produto rural - commodities	--	62.560	330.514	304.944	1.854	697.847	699.872	2.025	932.261	932.908
Certificados de depósito bancário	--	309.134	--	--	--	309.200	309.134	(66)	714.642	714.884
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	29.510	28.775	29.510	735	43.082	43.856
Letras Financeiras	--	--	1.756.577	235.080	1.437.842	3.419.418	3.429.499	10.081	2.100.316	1.966.732
Outros	--	4.847	3.448	--	2.668.580	2.695.916	2.676.875	(19.041)	2.164.974	2.271.900

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil											
Vencimento em Dias	BB-Banco Múltiplo										
	31.12.2013								31.12.2012		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	--	--	70.741	152.605	21.181.965	21.932.656	21.405.311	(527.345)	4.534.365	4.428.438	(105.927)
Títulos Públicos	--	--	70.741	152.605	--	224.078	223.346	(732)	4.245.359	4.250.646	5.287
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	70.741	83.835	--	154.740	154.576	(164)	4.123.983	4.122.864	(1.119)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	--	--	--	--	26.842	26.643	(199)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	68.770	--	69.338	68.770	(568)	94.534	101.139	6.605
Títulos Privados	--	--	--	--	21.181.965	21.708.578	21.181.965	(526.613)	289.006	177.792	(111.214)
Debêntures	--	--	--	--	21.007.836	21.404.623	21.007.836	(396.787)	--	--	--
Outros	--	--	--	--	174.129	303.955	174.129	(129.826)	289.006	177.792	(111.214)
Total	293.400	4.161.823	18.686.243	11.534.368	91.677.321	127.635.354	126.353.155	(1.282.199)	99.812.178	100.806.938	994.760

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil											
Vencimento em Dias	BB-Banco Múltiplo										
	31.12.2013								31.12.2012		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	293.400	4.161.823	18.686.243	11.534.368	91.677.321	127.635.354	126.353.155	(1.282.199)	99.812.178	100.806.938	994.760
Carteira própria	293.400	3.852.689	7.126.301	4.426.206	40.701.681	57.226.679	56.400.277	(826.402)	54.348.104	55.016.479	668.375
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	9.461.682	5.697.577	49.620.972	65.236.569	64.780.231	(456.338)	41.870.650	42.196.930	326.280
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	15	--	28	15	(13)	51.490	51.459	(31)
Vinculados à prestação de garantias	--	309.134	2.098.260	1.410.570	1.354.668	5.172.078	5.172.632	554	3.541.934	3.542.070	136

R\$ mil											
Vencimento em Anos	BB-Banco Múltiplo										
	31.12.2013								31.12.2012		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado		Valor de custo	Valor de mercado	
Por Categoria	293.400	34.382.434	44.982.119	41.874.634	4.820.568	127.635.354	126.353.155		99.812.178	100.806.938	
1 – Títulos para negociação	--	8.514.475	8.049.749	28.939	--	16.799.025	16.593.163		15.318.467	15.491.858	
2 – Títulos disponíveis para venda	293.400	25.644.613	36.924.207	20.837.115	4.655.346	88.903.673	88.354.681		79.959.346	80.886.642	
3 – Títulos mantidos até o vencimento	--	223.346	8.163	21.008.580	165.222	21.932.656	21.405.311		4.534.365	4.428.438	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

R\$ mil						
	BB–Banco Múltiplo					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	42.755.253	84.125.247	126.880.500	37.949.042	62.963.823	100.912.865
Carteira própria	22.124.613	34.640.059	56.764.672	21.520.600	33.602.337	55.122.937
Vinculados a compromissos de recompra	16.794.521	48.148.592	64.943.113	15.598.409	26.597.913	42.196.322
Vinculados ao Banco Central	15	--	15	16	51.443	51.459
Vinculados à prestação de garantias	3.836.104	1.336.596	5.172.700	830.017	2.712.130	3.542.147

R\$ mil				
	BB–Banco Múltiplo			
	31.12.2013		31.12.2012	
Por Categoria				
Títulos para negociação	16.593.163	13%	15.491.858	15%
Títulos disponíveis para venda	88.354.681	70%	80.886.642	80%
Títulos mantidos até o vencimento	21.932.656	17%	4.534.365	5%
Valor contábil da carteira	126.880.500	100%	100.912.865	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(527.345)		(105.927)	
Valor de mercado da carteira	126.353.155		100.806.938	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil											
Vencimento em Dias	BB-Consolidado										
	31.12.2013								31.12.2012		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para Negociação	3.094.561	16.099.055	5.043.942	6.454.724	53.827.850	85.832.337	84.520.132	(1.312.205)	72.401.254	74.711.317	2.310.063
Títulos Públicos	13.920	15.771.403	3.416.565	5.458.869	41.004.965	66.980.133	65.665.722	(1.314.411)	54.950.295	57.010.899	2.060.604
Letras Financeiras do Tesouro	--	513	714.034	1.626.070	4.972.728	7.296.888	7.313.345	16.457	10.859.168	10.857.445	(1.723)
Letras do Tesouro Nacional	--	3.267.070	2.457.108	2.989.619	24.202.775	33.824.635	32.916.572	(908.063)	22.556.667	23.162.309	605.642
Notas do Tesouro Nacional	--	2.434.983	9.443	832.701	11.272.058	15.055.878	14.549.185	(506.693)	17.322.364	18.767.769	1.445.405
Títulos da Dívida Agrária	--	23	402	4.116	108.510	113.051	113.051	--	124.457	124.456	(1)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	1.626	80.070	83.809	81.696	(2.113)	92.731	92.265	(466)
Títulos de governos estrangeiros	18	302.317	26.006	261	234.632	505.191	563.234	58.043	557.993	604.805	46.812
Outros	13.902	9.766.497	209.572	4.476	134.192	10.100.681	10.128.639	27.958	3.436.915	3.401.850	(35.065)
Títulos Privados	3.080.641	327.652	1.627.377	995.855	12.822.885	18.852.204	18.854.410	2.206	17.450.959	17.700.418	249.459
Debêntures	1.997	87.117	342.408	38.947	5.065.666	5.575.675	5.536.135	(39.540)	5.085.316	5.193.167	107.851
Notas promissórias	--	--	99.264	42.055	--	140.500	141.319	819	122.772	122.772	--
Ações	1.473.798	--	--	--	--	1.459.735	1.473.798	14.063	1.944.733	1.997.674	52.941
Cotas de fundos de investimentos	1.451.216	115.011	--	37.223	518.191	2.093.885	2.121.641	27.756	3.127.306	3.194.118	66.812
Cédulas de produto rural-commodities	--	7.243	20.250	19.718	44.278	94.421	91.489	(2.932)	182.332	185.495	3.163
Certificados de depósito bancário	--	104.628	825.712	210.670	251.544	1.385.609	1.392.554	6.945	2.025.777	2.032.971	7.194
<i>Eurobonds</i>	--	520	15.132	--	141.297	158.314	156.949	(1.365)	193.235	193.932	697
Letras Financeiras	--	--	--	82.269	197.088	279.227	279.357	130	216.294	216.410	116
Outros	153.630	13.133	324.611	564.973	6.604.821	7.664.838	7.661.168	(3.670)	4.553.194	4.563.879	10.685

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil											
BB-Consolidado											
Vencimento em Dias	31.12.2013								31.12.2012		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	992.306	3.084.131	16.596.547	10.713.359	69.725.983	101.905.327	101.112.326	(793.001)	93.906.515	95.321.417	1.414.902
Títulos Públicos	53.875	1.650.399	11.963.873	8.358.311	29.306.105	52.114.457	51.332.563	(781.894)	54.534.638	55.915.034	1.380.396
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	9.691.194	4.244.341	10.822.815	24.751.356	24.758.350	6.994	28.111.273	28.111.452	179
Letras do Tesouro Nacional	--	1.434.461	1.502.103	3.870.737	5.371.977	12.468.676	12.179.278	(289.398)	12.525.695	12.611.058	85.363
Notas do Tesouro Nacional	--	213.877	--	200.103	4.491.218	5.440.116	4.905.198	(534.918)	5.856.605	6.008.286	151.681
Títulos da Dívida Agrária	--	2.061	953	4.269	11.947	19.366	19.230	(136)	22.928	23.633	705
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	38.861	3.799.784	3.696.909	3.838.645	141.736	2.997.832	3.924.791	926.959
Títulos de governos estrangeiros	--	--	769.623	--	4.189.357	5.069.424	4.958.980	(110.444)	4.430.206	4.583.303	153.097
Outros	53.875	--	--	--	619.007	668.610	672.882	4.272	590.099	652.511	62.412
Títulos Privados	938.431	1.433.732	4.632.674	2.355.048	40.419.878	49.790.870	49.779.763	(11.107)	39.371.877	39.406.383	34.506
Debêntures	--	817.252	1.371.651	1.337.064	32.852.435	36.058.042	36.378.402	320.360	27.072.620	27.110.736	38.116
Notas promissórias	--	144.440	1.006.827	--	--	1.149.427	1.151.267	1.840	1.966.340	1.964.866	(1.474)
Cêdulas de crédito bancário	--	--	--	--	61.219	60.455	61.219	764	--	--	--
Cotas de fundos de investimentos	321.990	157	237	282.464	2.403.257	3.288.252	3.008.105	(280.147)	2.405.101	2.436.408	31.307
Ações	613.180	--	--	--	--	648.007	613.180	(34.827)	769.166	770.339	1.173
Cêdulas de produto rural --commodities	--	157.903	432.259	416.234	86.068	1.094.295	1.092.464	(1.831)	1.106.304	1.107.055	751
Certificados de depósito bancário	--	309.134	2.163	--	34.092	345.134	345.389	255	744.097	744.378	281
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	29.510	28.775	29.510	735	43.082	43.856	774
Letras Financeiras	--	--	1.759.516	235.080	1.599.893	3.583.928	3.594.489	10.561	2.218.730	2.085.117	(133.613)
Eurobonds	--	--	2	--	--	--	2	2	445.278	450.593	5.315
Outros	3.261	4.846	60.019	84.206	3.353.404	3.534.555	3.505.736	(28.819)	2.601.159	2.693.035	91.876
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	--	602.095	242.134	990.340	13.839.362	14.785.616	15.673.931	888.315	12.909.853	12.952.681	42.828
Títulos Públicos	--	498.288	200.937	990.340	13.490.829	14.161.634	15.180.394	1.018.760	12.440.041	12.592.677	152.636
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	70.741	83.835	12.889	167.629	167.465	(164)	4.129.837	4.128.722	(1.115)
Notas do Tesouro Nacional	--	447.319	--	300.569	11.603.706	11.329.750	12.351.594	1.021.844	7.520.837	7.664.956	144.119
Letras do Tesouro Nacional	--	50.969	130.196	537.166	1.874.234	2.594.917	2.592.565	(2.352)	694.825	697.851	3.026
Títulos da Dívida Agrária	--	--	--	--	--	--	--	--	7	7	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	68.770	--	69.338	68.770	(568)	94.535	101.141	6.606
Títulos Privados	--	103.807	41.197	--	348.533	623.982	493.537	(130.445)	469.812	360.004	(109.808)
Debêntures	--	--	--	--	18.444	19.063	18.444	(619)	17.282	18.690	1.408
Cotas de fundos de investimento	--	1.824	--	--	--	1.824	1.824	--	--	--	--
Certificados de depósito bancário	--	101.983	41.197	--	147.501	290.681	290.681	--	163.523	163.522	(1)
Eurobonds	--	--	--	--	8.182	8.182	8.182	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	174.406	304.232	174.406	(129.826)	289.007	177.792	(111.215)
Total	4.086.867	19.785.281	21.882.623	18.158.423	137.393.195	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)	179.217.622	182.985.415	3.767.793

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil											
Vencimento em Dias	BB-Consolidado										
	31.12.2013								31.12.2012		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
	Por Carteira	4.086.867	19.785.281	21.882.623	18.158.423	137.393.195	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)	179.217.622	182.985.415
Carteira própria	4.086.867	18.923.875	10.048.034	9.422.870	78.640.434	121.596.303	121.122.080	(474.223)	124.479.982	127.640.497	3.160.515
Vinculados a compromissos de recompra	--	552.272	9.713.236	7.321.116	55.873.316	74.098.631	73.459.940	(638.691)	48.913.095	49.498.336	585.241
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	15	--	28	15	(13)	51.490	51.459	(31)
Vinculados à prestação de garantias	--	309.134	2.121.353	1.414.422	2.915.196	6.828.318	6.760.105	(68.213)	5.773.055	5.796.758	23.703
Provisão para desvalorizações de títulos livres	--	--	--	--	(35.751)	--	(35.751)	(35.751)	--	(1.635)	(1.635)
R\$ mil											
Vencimento em Anos	BB-Consolidado										
	31.12.2013								31.12.2012		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado		Valor de custo	Valor de mercado	
	Por Categoria	4.086.867	59.826.327	95.361.355	27.623.041	14.408.799	202.523.280	201.306.389	179.217.622	182.985.415	
1 – Títulos para negociação	3.094.562	27.597.721	46.930.982	4.798.041	2.098.826	85.832.337	84.520.132	72.401.254	74.711.317		
2 – Títulos disponíveis para venda	992.305	30.394.037	42.189.557	21.970.837	5.565.590	101.905.327	101.112.326	93.906.515	95.321.417		
3 – Títulos mantidos até o vencimento	--	1.834.569	6.240.816	854.163	6.744.383	14.785.616	15.673.931	12.909.853	12.952.681		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

R\$ mil						
	BB-Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	113.257.935	87.160.139	200.418.074	58.896.368	124.046.219	182.942.587
Carteira própria	88.429.987	38.688.797	127.118.784	40.160.278	87.403.656	127.563.934
Vinculados a compromissos de recompra	20.334.621	46.240.231	66.574.852	17.298.906	32.233.089	49.531.995
Vinculados ao Banco Central	15	--	15	16	51.443	51.459
Vinculados à prestação de garantias	4.493.312	2.266.862	6.760.174	1.437.168	4.359.666	5.796.834
Provisão para desvalorizações de títulos livres	--	(35.751)	(35.751)	--	(1.635)	(1.635)

R\$ mil				
	BB-Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
Por Categoria				
1-Títulos para negociação	84.520.132	42%	74.711.317	41%
2-Títulos disponíveis para venda	101.112.326	51%	95.321.417	52%
3-Títulos mantidos até o vencimento	14.785.616	7%	12.909.853	7%
Valor contábil da carteira	200.418.074	100%	182.942.587	100%
Marcação a mercado da categoria 3	888.315		42.828	
Valor de mercado da carteira	201.306.389		182.985.415	

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	10.114.151	18.333.200	16.021.749	9.475.829	17.006.973	15.258.520
Títulos de renda fixa	5.655.217	9.464.940	8.475.403	5.669.010	10.321.269	10.829.235
Títulos de renda variável	1.465.463	2.954.056	1.645.826	1.624.504	2.986.701	1.894.293
Total	17.234.831	30.752.196	26.142.978	16.769.343	30.314.943	27.982.048

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco Votorantim reclassificou títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 1.900.798 mil, e títulos de Notas do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 198.958 mil, passando da categoria "Títulos disponíveis para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento", em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gera impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido na respectiva data-base.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 546.642 mil (R\$ 683.971 mil em 31.12.2012).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de commodities.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado						R\$ mil
	31.12.2013			31.12.2012			31.12.2013			31.12.2012			
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	
Contratos de Futuros													
Compromissos de Compra	3.598.208	--	--	12.298.127	--	--	12.602.133	--	--	25.829.761	--	--	
DI	135.893	--	--	3.151.687	--	--	2.713.399	--	--	8.235.604	--	--	
Moedas	3.304.942	--	--	9.009.438	--	--	4.139.017	--	--	10.122.399	--	--	
Índice	--	--	--	--	--	--	47.973	--	--	129.028	--	--	
Cupom cambial	152.679	--	--	130.879	--	--	5.692.290	--	--	7.219.578	--	--	
Commodities	4.694	--	--	6.123	--	--	9.454	--	--	21.055	--	--	
SCC (1)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	102.097	--	--	
Compromissos de Venda	11.280.667	--	--	7.824.835	--	--	44.125.001	--	--	46.314.994	--	--	
DI	8.323.242	--	--	6.083.688	--	--	27.762.473	--	--	35.202.008	--	--	
Moedas	417.955	--	--	519.964	--	--	1.218.356	--	--	2.717.229	--	--	
T-Note	--	--	--	--	--	--	--	--	--	172.242	--	--	
Índice	--	--	--	5.661	--	--	--	--	--	11.918	--	--	
Cupom cambial	290.023	--	--	391.527	--	--	12.887.888	--	--	7.264.532	--	--	
Libor	1.999.704	--	--	775.919	--	--	1.999.704	--	--	775.919	--	--	
Commodities	14.696	--	--	48.076	--	--	21.533	--	--	69.416	--	--	
SCC (1)	235.047	--	--	--	--	--	235.047	--	--	101.730	--	--	
Operações a Termo													
Posição Ativa	7.180.478	184.818	259.062	4.956.386	126.937	144.917	7.187.094	204.343	278.869	4.976.836	147.389	165.468	
Termo de moeda	7.171.743	183.878	256.971	4.932.949	125.674	144.173	7.178.359	203.403	276.778	4.953.396	146.121	164.720	
Termo de mercadoria	8.735	940	2.091	23.437	1.263	744	8.735	940	2.091	23.440	1.268	748	
Posição Passiva	5.180.123	(316.185)	(142.502)	5.033.403	(254.151)	(112.251)	5.192.973	(341.149)	(167.863)	5.053.850	(274.598)	(133.121)	
Termo de moeda	5.164.438	(313.479)	(138.217)	5.012.151	(251.465)	(108.742)	5.177.288	(338.443)	(163.579)	5.032.598	(271.912)	(129.612)	
Termo de mercadoria	15.685	(2.706)	(4.285)	21.252	(2.686)	(3.509)	15.685	(2.706)	(4.284)	21.252	(2.686)	(3.509)	

(1) Swap cambial com ajuste periódico.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Por Indexador	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado						R\$ mil
	31.12.2013			31.12.2012			31.12.2013			31.12.2012			
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	
Contratos de Opções													
De Compra - Posição Comprada	215.487	3.471	1.452	--	--	--	2.108.665	43.218	53.157	2.616.595	54.999	35.042	
Moeda estrangeira	215.487	3.471	1.452	--	--	--	1.760.949	21.730	30.577	2.374.145	27.799	10.576	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	261.716	20.292	21.463	127.284	8.918	5.066	
Ações	--	--	--	--	--	--	86.000	1.196	1.117	83.000	2.471	2.419	
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	32.166	15.811	16.981	
De Venda - Posição Comprada	--	--	--	--	--	--	2.870.736	13.486	8.573	9.308.148	18.005	25.281	
Moeda estrangeira	--	--	--	--	--	--	586.075	2.515	451	1.576.416	3.773	8.223	
Índice DI	--	--	--	--	--	--	1.964.000	247	--	7.300.000	5.051	7.763	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	74.561	1.447	539	96.040	2.583	3.386	
Ações	--	--	--	--	--	--	219.600	7.366	6.090	330.249	6.570	5.890	
Commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	--	243	3	4	
Outros	--	--	--	--	--	--	26.500	1.911	1.493	5.200	25	15	
De Compra - Posição Vendida	23.662.280	(402.018)	(747.682)	1.324.902	(70.661)	(198.119)	4.340.278	(189.800)	(416.572)	5.349.227	(158.713)	(268.322)	
Moeda estrangeira	1.081	(75)	(19)	6.362	(369)	(71)	1.436.456	(15.916)	(33.160)	3.361.794	(38.546)	(17.792)	
Pré-fixados	23.661.199	(401.943)	(747.663)	1.318.001	(70.214)	(198.033)	2.344.824	(102.193)	(323.495)	1.318.001	(70.214)	(198.032)	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	542.298	(71.235)	(59.763)	392.478	(42.450)	(44.400)	
Ações	--	--	--	--	--	--	16.700	(456)	(154)	259.250	(6.444)	(6.857)	
Commodities	--	--	--	539	(78)	(15)	--	--	--	539	(78)	(15)	
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	17.165	(981)	(1.226)	
De Venda - Posição Vendida	23.934.610	(23.111.317)	(22.932.672)	1.686.407	(1.147.369)	(1.111.079)	5.767.504	(2.034.090)	(1.957.906)	11.057.083	(1.172.426)	(1.137.158)	
Moeda estrangeira	215.487	(3.471)	(1.509)	7.152	(123)	(161)	1.120.449	(7.385)	(2.110)	1.665.321	(7.596)	(12.594)	
Pré-fixados	23.661.199	(23.105.697)	(22.928.960)	1.318.001	(1.138.412)	(1.107.964)	2.344.824	(2.015.367)	(1.947.447)	1.318.001	(1.138.412)	(1.107.965)	
Índice DI	--	--	--	--	--	--	1.962.750	(102)	--	7.299.000	(4.674)	(7.019)	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	145.556	(4.940)	(3.418)	153.404	(6.145)	(1.813)	
Ações	--	--	--	--	--	--	136.001	(4.147)	(2.728)	254.050	(6.664)	(4.751)	
Commodities	57.924	(2.149)	(2.203)	361.254	(8.834)	(2.954)	57.924	(2.149)	(2.203)	361.807	(8.874)	(2.980)	
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.500	(61)	(36)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

												R\$ mil
Por Indexador	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012			31.12.2013			31.12.2012		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swaps												
Posição Ativa	31.569.769	621.177	691.924	10.609.346	186.844	353.327	37.296.513	867.304	1.036.163	18.420.272	651.860	1.055.188
DI	353.692	27.694	27.367	3.586.875	84.766	85.664	3.099.199	70.401	115.476	4.341.764	126.744	128.608
Moeda estrangeira	8.872.143	500.834	566.498	3.866.850	28.909	93.639	10.079.132	551.663	653.261	5.932.540	293.855	344.943
Pré-fixado	22.338.834	91.597	96.788	3.122.623	70.498	168.792	22.441.253	95.822	102.722	4.740.658	90.318	196.447
IPCA	5.100	1.052	1.271	32.998	2.671	5.232	1.303.815	68.538	60.401	2.564.763	53.472	244.207
IGPM	--	--	--	--	--	--	256.575	52.692	60.929	394.552	59.514	110.472
Commodities	--	--	--	--	--	--	477	--	16	1.246	4	161
Outros	--	--	--	--	--	--	116.062	28.188	43.358	444.749	27.953	30.350
Posição Passiva	9.090.618	(427.171)	(574.318)	9.374.401	(418.890)	(679.220)	15.273.355	(730.578)	(955.240)	15.714.678	(601.099)	(1.278.313)
DI	141.346	(1.186)	(2.480)	2.879.964	(51.334)	(51.989)	2.608.350	(31.912)	(62.593)	3.035.137	(65.814)	(64.510)
Moeda estrangeira	7.332.449	(318.128)	(443.985)	2.940.202	(181.162)	(274.150)	8.178.170	(297.589)	(441.226)	3.558.735	(115.185)	(217.616)
Pré-fixado	1.086.087	(109.397)	(122.638)	3.546.697	(186.206)	(352.956)	1.752.844	(147.743)	(168.349)	5.446.677	(217.599)	(442.458)
TMS	530.736	1.540	(5.215)	--	--	--	530.736	1.540	(5.215)	--	--	--
TR	--	--	--	7.538	(188)	(125)	3.933	(1.083)	(1.215)	13.490	(1.297)	(1.769)
IGPM	--	--	--	--	--	--	166.000	(46.675)	(56.058)	266.650	(50.081)	(88.323)
IPCA	--	--	--	--	--	--	1.807.744	(195.531)	(205.856)	3.323.836	(150.303)	(460.973)
Libor	--	--	--	--	--	--	191.916	(8.828)	(12.277)	--	--	--
Commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	--	369	(4)	(10)
Outros	--	--	--	--	--	--	33.662	(2.757)	(2.451)	69.784	(816)	(2.654)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	3.883.044	31.628	36.067	5.449.357	60.598	66.581	5.119.037	27.583	142.927	8.251.772	51.583	126.618
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	5.297.622	(88.006)	(95.078)	3.353.018	(57.912)	(68.325)	8.169.623	(88.689)	(193.925)	4.613.640	(58.263)	(618.265)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado						R\$ mil
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2013	31.12.2012	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2013	31.12.2012	
Contratos futuros	308.359	6.063.818	2.063.282	6.443.416	14.878.875	20.122.962	4.860.281	13.573.584	9.818.367	28.474.902	56.727.134	72.144.755	
Contratos a termo	1.757.666	7.534.654	2.102.472	965.809	12.360.601	9.989.789	1.759.834	7.551.952	2.102.472	965.809	12.380.067	10.030.686	
Contratos de opções	42.945.505	2.464.691	2.402.181	--	47.812.377	3.011.309	7.141.875	4.963.558	2.587.299	394.451	15.087.183	28.331.053	
Contratos de swaps	23.273.676	6.296.890	3.417.212	7.672.609	40.660.387	19.983.747	23.691.623	7.408.079	4.986.004	16.484.162	52.569.868	34.134.950	
Derivativos de crédito	--	--	--	--	--	--	1.953	95.656	21.475	339.680	458.764	1.917.836	
Outros (1)	4.664.025	3.482.967	900.690	132.984	9.180.666	8.802.375	6.647.114	4.898.664	1.402.854	340.028	13.288.660	12.865.412	

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Composição da Carteira de Derivativos por valor referencial, local de negociação e contraparte (31.12.2013)

	BB-Banco Múltiplo					BB-Consolidado						R\$ mil
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros	
BM&FBovespa	12.879.171	--	57.925	--	--	54.727.430	--	18.278	--	--	--	
Balcão												
Instituições financeiras	1.999.704	--	42.632.749	35.166.392	9.180.666	1.999.704	19.466	13.452.753	43.325.830	458.764	10.519.781	
Cliente	--	12.360.601	5.121.703	5.493.995	--	--	12.360.601	1.616.152	9.244.038	--	2.768.879	

Composição da Carteira de Derivativos de Crédito

	BB-Banco Múltiplo				BB-Consolidado				R\$ mil
	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2013		31.12.2012		
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	
Posição Ativa – Risco Transferido									
Swaps de créditos – derivativos com bancos	--	--	--	--	206.934	967	1.563.278	6.983	
Posição Passiva – Risco Recebido									
Swaps de créditos – derivativos com bancos	--	--	--	--	251.830	(2.904)	354.558	(4.303)	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos nos Ativos Ponderados pelo Risco, referentes à exposição pelo risco de crédito (RWA_{CAPD}), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Letras Financeiras do Tesouro	924.907	1.638.888	935.737	1.682.541
Notas do Tesouro Nacional	--	--	974.615	822.035
Letras do Tesouro Nacional	--	--	372.270	904.178
Títulos de governos estrangeiros	--	--	11.712	240.922
<i>Eurobonds</i>	--	--	--	56.196
Outros	--	--	191.651	187.703
Total	924.907	1.638.888	2.485.985	3.893.575

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013Composição da Carteira de Derivativos Designados para *Hedge*

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Hedge de Risco de Mercado				
Instrumentos de Hedge				
Ativo	343.552	387.089	4.075.360	5.663.119
Futuro	--	--	3.595.161	3.811.931
Swap	343.552	387.089	480.199	1.851.188
Passivo	--	--	17.665.374	23.334.672
Futuro	--	--	17.665.374	21.277.102
Swap	--	--	--	2.057.570
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	--	--	16.926.492	25.125.015
Operações de crédito	--	--	15.822.393	22.023.528
Títulos e valores mobiliários	--	--	640.999	2.173.596
Operações de arrendamento mercantil	--	--	463.100	927.891
Investimentos externos	--	--	--	--
Outros ativos	--	--	--	--
Passivo	342.150	387.261	3.719.542	5.014.884
Outros passivos	342.150	387.261	3.719.542	5.014.884
Hedge de Fluxo de Caixa				
Instrumentos de Hedge				
Passivo	--	--	300.422	275.376
Empréstimo - Bonds (Principal)	--	--	300.422	275.376
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	--	--	199.417	181.760
Investimentos Externos	--	--	199.417	181.760

O Banco, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge*

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	--	--	(36.253)	(1.520.258)	(2.671.409)	(2.682.508)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	--	--	18.932	1.504.081	2.676.929	2.659.181
Efeito Líquido	--	--	(17.321)	(16.177)	5.520	(23.327)
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	21.827	21.827	--	1.950.329	2.500.922	2.991.249
Perda dos instrumentos de <i>hedge</i>	(10.202)	(10.202)	(10.351)	(1.954.215)	(2.501.797)	(2.947.269)
Efeito Líquido	11.625	11.625	(10.351)	(3.886)	(875)	43.980

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante

	R\$ mil							
	BB-Banco Múltiplo				BB-Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Operações de termo	210.211	48.851	129.535	15.382	229.958	48.911	149.879	15.589
Mercado de opções	1.452	--	--	--	40.859	20.871	60.167	156
Contratos de swaps	309.047	382.877	113.429	239.898	272.096	764.067	239.819	815.369
Derivativos de crédito	--	--	--	--	895	72	6.983	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	32.472	3.595	65.898	683	111.691	31.236	94.397	32.221
Total	553.182	435.323	308.862	255.963	655.499	865.157	551.245	863.335
Passivo								
Operações de termo	(137.133)	(5.369)	(100.550)	(11.701)	(162.494)	(5.369)	(121.221)	(11.900)
Mercado de opções	(23.680.354)	--	(184.542)	(1.124.656)	(2.333.728)	(40.750)	(259.585)	(1.145.895)
Contratos de swaps	(254.053)	(320.265)	(296.216)	(383.004)	(289.410)	(665.830)	(326.893)	(951.420)
Derivativos de crédito	--	--	--	--	(2.904)	--	(4.303)	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	(90.676)	(4.402)	(65.313)	(3.012)	(188.855)	(5.070)	(613.521)	(4.744)
Total	(24.162.216)	(330.036)	(646.621)	(1.522.373)	(2.977.391)	(717.019)	(1.325.523)	(2.113.959)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Swap	4.798	267.774	(46.771)	73.425	502.090	(114.805)
Termo	45.966	101.223	158.167	242.533	304.996	165.754
Opções	(1.021.638)	(1.461.125)	(130.375)	(88.436)	(110.351)	(99.060)
Futuro	(2.638)	131.193	(333.390)	31.593	517.372	(1.220.599)
Derivativos de crédito	--	--	--	2.158	2.810	18.575
Outros	(20.529)	(101.545)	(129.940)	4.585	(60.586)	(184.350)
Total	(994.041)	(1.062.480)	(482.309)	265.858	1.156.331	(1.434.485)

9 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos Vinculados

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	90.682.209	79.509.305	90.746.096	80.097.865
Exigibilidade adicional sobre depósitos	26.218.854	27.451.495	26.218.854	27.618.289
Depósitos de poupança	25.455.147	20.361.605	25.455.147	20.361.605
Depósitos à vista	16.275.235	15.152.436	16.317.471	15.216.673
Depósitos a prazo	13.396.071	16.305.833	13.414.844	16.660.511
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	9.028.770	--	9.028.770	--
Recursos de microfinanças	308.132	237.936	311.010	240.787
Sistema Financeiro da Habitação	2.138.974	2.042.906	2.138.974	2.042.906
Fundo de compensação de variações salariais	2.324.579	2.153.301	2.324.579	2.153.301
Provisão para perdas em créditos vinculados	(193.863)	(117.467)	(193.863)	(117.467)
Demais	8.258	7.072	8.258	7.072
Tesouro Nacional - crédito rural	167.310	179.284	167.310	179.284
Total	92.988.493	81.731.495	93.052.380	82.320.055
Ativo circulante	92.984.827	81.708.213	93.048.714	82.296.773
Ativo não circulante	3.666	23.282	3.666	23.282

1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Resultado das Aplicações Compulsórias

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.602.692	4.590.072	5.665.803	2.603.971	4.601.052	5.791.333
Exigibilidade adicional sobre depósitos	1.174.824	2.107.372	2.768.794	1.174.824	2.109.400	2.821.995
Depósitos de poupança	796.213	1.387.296	1.146.006	796.213	1.387.296	1.146.006
Exigibilidade sobre recursos a prazo	616.888	1.080.637	1.751.003	618.167	1.089.589	1.823.332
Recursos do crédito rural	14.767	14.767	--	14.767	14.767	--
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	30.359	87.449	112.401	30.359	87.450	112.401
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	106.831	163.844	112.281	106.831	163.845	112.281
Desvalorização de Créditos Vinculados	(76.472)	(76.395)	120	(76.472)	(76.395)	120
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - crédito rural	12.795	24.415	21.231	12.795	24.415	21.231
Total	2.645.846	4.701.936	5.799.435	2.647.125	4.712.917	5.924.965

10 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Operações de Crédito ⁽¹⁾	546.762.162	454.725.025	582.932.197	490.234.505
Empréstimos e títulos descontados	220.393.663	205.452.570	236.355.182	221.272.727
Financiamentos	152.132.201	124.302.502	171.650.595	143.435.719
Financiamentos rurais e agroindustriais	149.840.731	112.092.156	150.139.533	112.263.199
Financiamentos imobiliários	24.187.342	12.787.651	24.578.662	13.157.380
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	613	733	613	16.067
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽²⁾	207.612	89.413	207.612	89.413
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	43.373.351	32.980.668	39.126.505	33.426.898
Operações com cartão de crédito	17.533.567	16.084.427	17.533.567	16.084.427
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽³⁾	11.238.040	10.905.389	11.683.692	11.351.558
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽⁴⁾	14.240.134	5.673.953	9.241.406	5.673.953
Avais e fianças honrados	136.228	107.456	442.422	107.503
Diversos	225.382	209.443	225.418	209.457
Operações de Arrendamento Mercantil	534	12.288	1.358.257	2.010.667
Total da Carteira de Crédito	590.136.047	487.717.981	623.416.959	525.672.070
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.142.418)	(18.867.399)	(23.661.823)	(21.210.060)
(Provisão para operações de crédito)	(20.474.705)	(18.346.070)	(22.651.975)	(20.521.819)
(Provisão para outros créditos)	(667.713)	(521.329)	(942.516)	(560.327)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(67.332)	(127.914)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	568.993.629	468.850.582	599.755.136	504.462.010

(1) Em 31.12.2013, no BB-Consolidado, houve perda não realizada no montante de R\$ 77.081 mil, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito, objeto de *hedge* de risco de mercado, no Banco Votorantim.

(2) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(4) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Receitas de Operações de Crédito

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Receitas de Operações de Crédito	35.245.665	67.640.226	62.371.214	38.949.460	74.418.316	69.489.330
Empréstimos e títulos descontados	20.202.753	39.369.824	38.376.962	21.754.566	42.363.140	41.020.567
Financiamentos	5.827.791	11.096.035	8.308.722	7.532.189	13.875.982	12.001.244
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.265.138	7.646.539	6.838.370	4.276.863	7.667.427	6.863.885
Recuperação de créditos baixados c/ prejuízo ⁽¹⁾	1.293.485	2.834.745	3.405.429	1.555.604	3.430.237	3.747.662
Equalização de taxas – Safra agrícola	2.175.269	3.990.782	3.388.971	2.175.269	3.990.782	3.388.971
Financiamentos de moedas estrangeiras	435.620	870.349	803.098	445.217	892.491	832.168
Financiamentos habitacionais	846.973	1.434.533	847.106	849.978	1.440.305	852.581
Adiantamento sobre contratos de câmbio	126.905	274.906	324.385	246.702	557.684	683.069
Avais e fianças honrados	5.996	17.688	12.183	10.160	21.852	12.278
Demais	65.735	104.825	65.988	102.912	178.416	86.905
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	3.990	12.252	19.961	878.678	1.768.243	1.871.395
Total	35.249.655	67.652.478	62.391.175	39.828.138	76.186.559	71.360.725

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 40.216 mil no segundo semestre de 2013 (com impacto no resultado de R\$ 23.007 mil), R\$ 61.096 mil no exercício de 2013 (com impacto no resultado de R\$ 34.953 mil) e R\$ 115.199 mil no exercício de 2012 (com impacto no resultado de R\$ 65.906 mil). O valor contábil dessas operações era de R\$ 101.265 mil, R\$ 109.355 mil e R\$ 79.940 mil, respectivamente.

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	R\$ mil							
	BB-Banco Múltiplo				BB-Consolidado			
	31.12.2013	%	31.12.2012	%	31.12.2013	%	31.12.2012	%
Setor Público	28.774.485	4,7	12.794.555	2,4	29.243.464	4,6	12.897.819	2,1
Governo	14.060.701	2,3	5.525.808	1,0	14.431.236	2,3	5.525.808	0,9
Administração direta	13.727.151	2,3	5.162.687	1,0	14.097.686	2,3	5.162.687	0,9
Administração indireta	333.550	--	363.121	--	333.550	--	363.121	--
Atividades Empresariais	14.713.784	2,4	7.268.747	1,4	14.812.228	2,3	7.372.011	1,2
Indústria	9.175.667	1,5	3.000.276	0,6	9.274.111	1,5	3.075.975	0,5
Intermediários financeiros	307.555	--	187.291	--	307.555	--	201.729	--
Outros serviços	5.230.562	0,9	4.081.180	0,8	5.230.562	0,8	4.094.307	0,7
Setor Privado	561.361.562	95,3	474.923.426	97,6	594.173.495	95,4	512.774.251	97,9
Rural	110.111.346	18,7	86.444.098	17,8	110.410.150	17,8	86.615.273	16,5
Indústria	173.131.065	29,4	149.117.457	30,6	181.171.643	29,0	156.878.959	29,9
Comércio	63.796.650	10,8	56.117.868	11,6	67.487.742	10,9	59.820.066	11,4
Intermediários financeiros	15.870.538	2,7	6.686.888	1,4	11.081.228	1,8	7.076.867	1,4
Pessoas físicas	103.134.010	17,5	100.634.343	20,7	122.066.115	19,6	120.195.271	22,9
Habitação	18.176.084	3,1	10.105.762	2,1	18.351.791	2,9	10.187.997	2,0
Outros serviços	77.141.869	13,1	65.817.010	13,4	83.604.826	13,4	71.999.818	13,8
Total	590.136.047	100,0	487.717.981	100,0	623.416.959	100,0	525.672.070	100,0

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

											R\$ mil
BB-Banco Múltiplo											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2013	31.12.2012
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	17.202.897	6.355.054	14.449.975	2.088.388	219.014	281.225	47.589	19.419	156.003	40.819.564	37.912.554
31 a 60	16.178.945	4.807.712	5.292.510	1.218.038	106.392	152.093	29.383	14.543	240.863	28.040.479	25.749.525
61 a 90	14.920.980	3.442.792	4.682.230	781.446	70.677	116.797	32.226	11.155	61.624	24.119.927	20.924.287
91 a 180	36.706.905	9.036.664	11.210.300	2.128.968	249.130	470.368	87.347	43.280	238.769	60.171.731	52.057.640
181 a 360	55.189.572	15.670.041	19.118.568	3.430.681	379.706	727.654	153.523	78.731	343.273	95.091.749	79.940.204
Acima de 360	201.179.792	48.084.202	55.439.113	10.389.708	1.445.714	3.721.944	874.217	475.757	3.284.408	324.894.855	258.114.584
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	157.040	103.010	212.248	74.262	22.811	30.291	19.827	4.399	27.897	651.785	665.963
Demais ⁽¹⁾	611.022	--	--	--	--	--	--	--	--	611.022	753.042
Subtotal	342.147.153	87.499.475	110.404.944	20.111.491	2.493.444	5.500.372	1.244.112	647.284	4.352.837	574.401.112	476.117.799
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	--	--	106.284	120.693	55.899	80.854	56.325	67.769	338.273	826.097	615.982
31 a 60	--	--	38.073	72.157	30.520	55.359	38.765	45.753	193.730	474.357	374.059
61 a 90	--	--	27.924	58.335	25.515	55.154	31.933	42.735	153.982	395.578	285.300
91 a 180	--	--	73.370	146.319	73.042	128.688	90.181	115.200	473.270	1.100.070	839.186
181 a 360	--	--	118.764	252.103	117.060	225.930	200.417	182.791	704.357	1.801.422	1.406.713
Acima de 360	--	--	224.939	542.400	281.887	663.638	497.413	525.080	2.477.099	5.212.456	4.246.745
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	8.455	42.529	14.674	22.288	18.775	19.362	67.709	193.792	132.900
15 a 30	--	--	145.399	83.017	38.111	53.752	26.785	36.294	124.489	507.847	326.216
31 a 60	--	--	4.304	226.284	73.273	97.391	52.121	65.289	252.448	771.110	522.186
61 a 90	--	--	5	3.436	124.480	105.440	58.912	64.738	266.966	623.977	429.336
91 a 180	--	--	4	1.661	3.785	176.956	220.717	183.487	545.929	1.132.539	846.841
181 a 360	--	--	5	3	1.390	10.845	9.076	201.659	1.166.917	1.389.895	996.212
Acima de 360	--	--	1	--	--	1	3.938	9.324	1.292.531	1.305.795	578.506
Subtotal	--	--	747.527	1.548.937	839.636	1.676.296	1.305.358	1.559.481	8.057.700	15.734.935	11.600.182
Total	342.147.153	87.499.475	111.152.471	21.660.428	3.333.080	7.176.668	2.549.470	2.206.765	12.410.537	590.136.047	487.717.981

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 36.094 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

BB-Consolidado											R\$ mil
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2013	31.12.2012
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	17.283.555	8.892.766	14.700.946	2.197.414	239.933	291.445	58.921	20.783	163.358	43.849.121	42.483.168
31 a 60	16.386.869	5.756.437	5.554.934	1.373.261	123.952	157.732	32.446	15.848	280.593	29.682.072	27.637.892
61 a 90	15.055.893	4.953.401	4.909.542	975.820	103.675	125.900	36.587	13.906	66.064	26.240.788	22.330.994
91 a 180	37.104.842	11.092.750	11.778.643	2.467.791	288.405	500.446	102.060	50.860	280.217	63.666.014	56.414.257
181 a 360	56.219.401	17.870.858	20.378.569	4.038.617	486.601	763.217	179.555	261.745	362.132	100.560.695	85.133.634
Acima de 360	203.899.057	53.376.986	59.351.800	12.214.408	1.592.260	3.769.311	978.430	495.580	3.334.144	339.011.976	274.571.886
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	157.419	134.164	213.261	75.267	24.140	30.906	20.300	4.568	28.014	688.039	724.644
Demais ⁽¹⁾	611.023	--	--	--	--	--	--	--	--	611.023	753.273
Subtotal	346.718.059	102.077.362	116.887.695	23.342.578	2.858.966	5.638.957	1.408.299	863.290	4.514.522	604.309.728	510.049.748
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	--	--	131.955	150.438	70.149	90.025	63.014	73.731	369.079	948.391	762.989
31 a 60	--	--	63.818	101.843	44.258	64.745	45.516	52.570	227.744	600.494	517.449
61 a 90	--	--	51.394	91.247	44.872	69.105	41.769	50.688	188.663	537.738	418.944
91 a 180	--	--	150.619	232.882	112.806	157.586	111.428	132.366	558.902	1.456.589	1.216.887
181 a 360	--	--	243.310	390.009	184.800	270.898	236.372	212.290	849.682	2.387.361	2.057.231
Acima de 360	--	--	410.744	796.593	380.958	735.293	553.871	565.571	2.699.821	6.142.851	5.764.451
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	9.306	55.959	21.945	26.315	21.971	21.687	81.473	238.656	244.003
15 a 30	--	--	194.909	103.797	45.748	58.681	30.765	40.055	155.995	629.950	515.309
31 a 60	--	--	6.162	263.596	90.371	108.174	59.239	369.612	285.689	1.182.843	659.465
61 a 90	--	--	7	5.940	143.322	115.405	73.158	71.743	316.061	725.636	523.017
91 a 180	--	--	11	2.654	6.634	193.570	238.700	206.169	655.363	1.303.101	1.051.573
181 a 360	--	--	16	54	1.446	12.307	11.234	204.062	1.382.673	1.611.792	1.247.626
Acima de 360	--	--	16	60	44	73	4.017	9.438	1.328.181	1.341.829	643.378
Subtotal	--	--	1.262.267	2.195.072	1.147.353	1.902.177	1.491.054	2.009.982	9.099.326	19.107.231	15.622.322
Total	346.718.059	102.077.362	118.149.962	25.537.650	4.006.319	7.541.134	2.899.353	2.873.272	13.613.848	623.416.959	525.672.070

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 36.094 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

R\$ mil

Nível de Risco	% Provisão	BB-Banco Múltiplo							
		31.12.2013				31.12.2012			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente
AA	0	342.147.153	--	--	--	163.212.225	--	--	--
A	0,5	87.499.475	437.497	37.976	475.473	105.309.651	526.548	87.116	613.664
B	1	111.152.471	1.111.525	1	1.111.526	160.851.583	1.608.516	13	1.608.529
C	3	21.660.428	649.813	61.242	711.055	32.763.668	982.910	90.361	1.073.271
D	10	3.333.080	333.308	58.765	392.073	7.974.256	797.426	83.728	881.154
E	30	7.176.668	2.153.000	601.069	2.754.069	3.396.406	1.018.922	384.887	1.403.809
F	50	2.549.470	1.274.735	324.142	1.598.877	1.531.994	765.997	226.245	992.242
G	70	2.206.765	1.544.736	144.072	1.688.808	1.862.513	1.303.759	175.286	1.479.045
H	100	12.410.537	12.410.537	--	12.410.537	10.815.685	10.815.685	--	10.815.685
Total		590.136.047	19.915.151	1.227.267	21.142.418	487.717.981	17.819.763	1.047.636	18.867.399

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

R\$ mil

Nível de Risco	% Provisão	BB-Consolidado							
		31.12.2013				31.12.2012			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente
AA	0	346.718.059	--	--	--	168.535.041	--	--	--
A	0,5	102.077.362	510.387	241.833	752.220	125.622.056	628.110	172.058	800.168
B	1	118.149.962	1.181.500	7.504	1.189.004	167.406.924	1.674.069	13	1.674.082
C	3	25.537.650	766.130	67.201	833.331	35.295.322	1.058.860	90.361	1.149.221
D	10	4.006.319	400.632	70.757	471.389	8.709.195	870.920	90.333	961.253
E	30	7.541.134	2.262.340	604.573	2.866.913	3.917.635	1.175.291	401.486	1.576.777
F	50	2.899.353	1.449.677	327.782	1.777.459	1.788.143	894.072	226.245	1.120.317
G	70	2.873.272	2.011.290	146.369	2.157.659	2.149.328	1.504.530	175.286	1.679.816
H	100	13.613.848	13.613.848	--	13.613.848	12.248.426	12.248.426	--	12.248.426
Total		623.416.959	22.195.804	1.466.019	23.661.823	525.672.070	20.054.278	1.155.782	21.210.060

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

R\$ mil

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Saldo Inicial	19.489.530	18.867.399	17.236.001	21.640.997	21.210.060	19.014.978
Reforço/(reversão)	7.221.420	13.594.630	11.110.720	8.536.356	15.995.582	13.952.236
Provisão mínima requerida	7.003.673	13.414.999	11.795.061	8.245.902	15.685.345	14.552.391
Provisão adicional	217.747	179.631	(684.341)	290.454	310.237	(600.155)
Variação cambial – provisões no exterior	13.923	21.682	7.041	(9.080)	(5.514)	14.115
Baixas para prejuízo	(5.582.455)	(11.341.293)	(9.486.363)	(6.506.450)	(13.538.305)	(11.786.561)
Valores adicionados ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	15.292
Saldo Final	21.142.418	21.142.418	18.867.399	23.661.823	23.661.823	21.210.060

(1) Referem-se aos saldos originados do BB Américas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Saldo Inicial	874.491	842.284	938.612	1.062.286	915.844	1.084.733
Reforço/(reversão)	34.825	91.289	(102.565)	14.867	80.767	(80.368)
Variação cambial – provisões no exterior	154	251	239	(2.456)	(2.082)	(1.640)
Baixas para prejuízo / outros ajustes	(133.578)	(157.932)	5.998	(109.396)	(29.228)	(86.881)
Saldo Final	775.892	775.892	842.284	965.301	965.301	915.844

R\$ mil

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 ano ⁽¹⁾	534	11.811	752.710	1.216.647
De 1 a 5 anos	--	477	601.762	788.012
Acima de 5 anos	--	--	3.785	6.008
Total Valor Presente	534	12.288	1.358.257	2.010.667

R\$ mil

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Receitas de Arrendamento Mercantil	3.990	12.252	19.961	878.678	1.768.243	1.871.395
Arrendamento financeiro	3.990	12.252	19.961	878.678	1.768.243	1.871.395
Despesas de Arrendamento Mercantil	(3.870)	(11.754)	(17.692)	(785.041)	(1.593.410)	(1.525.315)
Arrendamento financeiro	(3.870)	(11.754)	(17.692)	(784.347)	(1.590.072)	(1.520.838)
Arrendamento operacional	--	--	--	(58)	(116)	(116)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	--	--	--	(636)	(3.222)	(4.361)
Total	120	498	2.269	93.637	174.833	346.080

R\$ mil

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2013	% da carteira	31.12.2012	% da carteira
Maior Devedor	19.646.829	3,2	15.043.938	2,9
10 Maiores devedores	66.914.403	10,7	55.711.823	10,6
20 Maiores devedores	91.941.723	14,7	75.293.256	14,3
50 Maiores devedores	124.444.208	20,0	101.900.850	19,4
100 Maiores devedores	148.324.784	23,8	120.806.547	23,0

R\$ mil

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**k) Créditos Renegociados**

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	17.851.537	34.135.854	32.276.944	19.209.138	37.351.267	36.006.290
Renegociados por atraso ⁽²⁾	1.247.707	2.537.886	2.380.155	1.375.450	2.952.146	2.817.198
Renovados ⁽³⁾	16.603.830	31.597.968	29.896.789	17.833.688	34.399.121	33.189.092
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso						
Saldo Inicial	7.018.378	6.260.714	5.223.638	8.226.410	7.265.675	6.039.018
Contratações ⁽²⁾	1.247.707	2.537.886	2.380.155	1.375.450	2.952.146	2.817.198
Recebimento e apropriação de juros	(301.030)	(70.293)	(6.863)	(485.074)	(324.506)	(112.673)
Baixas para prejuízo	(871.555)	(1.634.807)	(1.336.216)	(924.776)	(1.701.305)	(1.477.868)
Saldo Final ⁽⁴⁾	7.093.500	7.093.500	6.260.714	8.192.010	8.192.010	7.265.675
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		4.767.705	4.329.824		4.933.966	4.553.265
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		67,2%	69,2%		60,2%	62,7%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		1.382.830	988.573		1.408.352	1.114.266
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		19,5%	15,8%		17,2%	15,3%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando *internet*, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 193.517 mil no Banco Múltiplo (R\$ 24.643 mil em 31.12.2012) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.394.415 mil (R\$ 5.250.608 mil em 31.12.2012) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Créditos contratados a liberar	158.529.128	141.468.432	146.983.600	138.611.766
Garantias prestadas ⁽¹⁾	12.957.636	10.974.691	17.373.241	15.927.569
Créditos de exportação confirmados	2.150.712	1.604.942	2.174.783	1.634.685
Créditos abertos para importação contratados	491.976	604.173	538.429	713.220
Recursos vinculados ⁽²⁾	1.051.800	1.307.462	1.060.628	1.352.710
Operações de crédito vinculadas ⁽²⁾	982.978	1.219.553	982.995	1.219.553

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 139.787 mil no BB-Banco Múltiplo (R\$ 139.787 mil em 31.12.2012) e R\$ 145.678 mil no BB-Consolidado (R\$ 144.244 mil em 31.12.2012), apurada conforme Resolução n.º 2.682/1999.

(2) Em 31.12.2013, não há operações inadimplentes e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nestas operações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

m) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

			R\$ mil	
Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾		31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos e títulos descontados			3.402.755	3.625.759
Proger Urbano Investimento	18/2005		3.402.707	3.625.278
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005		20	390
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006		28	91
Financiamentos			707.323	410.495
Proger Exportação	27/2005		5.169	556
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006		113	9.278
FAT Giro Setorial Veículos MPE	08/2006		--	10
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006		428	4.007
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006		1.787	27.271
FAT Taxista	02/2009		195.550	142.330
FAT Turismo - Investimento	01/2012		97.950	14.084
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012		406.326	212.959
Financiamentos rurais e agroindustriais			780.592	1.675.141
Proger Rural Custeio	02/2006		2.504	4.099
Proger Rural Investimento	13/2005		46.809	87.499
Pronaf Custeio	04/2005		8.162	13.277
Pronaf Investimento	05/2005		700.728	1.320.793
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005		22.385	180.588
Giro Rural - Fornecedores	14/2006		4	68.885
Total			4.890.670	5.711.395

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

11 – OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	1.390.451	1.263.075	1.390.451	1.263.075
Outros	--	--	--	496
Total	1.390.451	1.263.075	1.390.451	1.263.571

b) Diversos

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 25.e)	22.312.756	24.364.319	27.461.707	28.243.654
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 28.c)	16.250.494	11.928.602	18.496.440	13.912.147
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	17.533.567	16.084.427	17.533.567	16.084.427
Ativos atuariais (Nota 27.e)	15.544.218	11.831.497	15.544.218	11.831.497
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 28.d)	14.606.013	13.986.906	14.606.013	13.986.906
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.996.386	9.372.247	13.225.990	10.650.417
Créditos vinculados a operações adquiridas ⁽¹⁾ (Nota 10.a)	14.240.134	5.673.953	9.241.406	5.673.953
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 27.f)	7.966.278	9.198.717	7.966.278	9.198.717
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola	6.333.283	3.228.136	6.333.283	3.228.136
Aquisição de recebíveis	4.200.708	3.755.228	4.200.708	3.755.228
Título e créditos a receber - empresas não financeiras	--	--	4.016.626	2.793.935
Títulos e créditos a receber - outros	1.349.593	1.171.718	2.406.375	3.074.443
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	2.278.509	439.809	2.277.876	439.809
Devedores diversos - país	1.232.332	1.468.850	1.842.828	1.848.065
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	2.559.304	1.290.778	1.671.864	1.290.778
Título e créditos a receber - Tesouro Nacional	1.373.702	1.149.609	1.373.702	1.149.609
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.116.919	31.253	1.116.919	31.253
Adiantamentos e antecipações salariais	281.522	272.870	315.353	285.213
Devedores diversos - exterior	179.638	90.288	269.082	148.763
Devedores por depósitos em garantia - outros	12.807	137.586	164.241	183.153
Devedores por compra de valores e bens	61.847	85.195	62.009	85.213
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	--	223.673	--	223.673
Outros	777.275	516.385	1.087.482	384.518
Total	142.207.285	116.302.046	151.213.967	128.503.507
Ativo circulante	83.189.969	56.977.892	87.030.697	65.948.206
Ativo não circulante	59.017.316	59.324.154	64.183.270	62.555.301

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

12 – CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

R\$ mil				
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Outros Créditos				
Câmbio comprado a liquidar	14.296.217	13.226.152	14.766.729	14.365.123
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	28.916	25.434	28.916	25.434
Direitos sobre vendas de câmbio	15.561.219	19.952.335	15.585.514	20.702.935
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(13.008.908)	(17.988.498)	(13.015.143)	(17.997.703)
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.341	5.903	5.341	5.903
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	142.306	160.774	153.787	174.440
Total	17.025.091	15.382.100	17.525.144	17.276.132
Ativo circulante	17.025.091	15.381.834	17.524.195	17.275.866
Ativo não circulante	--	266	949	266
Outras Obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	18.532.315	22.452.554	18.553.333	23.203.204
(Importação financiada)	(16.289)	(20.274)	(16.289)	(20.274)
Obrigações por compras de câmbio	13.615.311	12.954.530	14.052.666	14.084.421
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(10.720.483)	(10.491.956)	(11.153.787)	(10.923.409)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	5.662	5.009	55.937	56.728
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	2.829	3.124	2.829	3.124
Total	21.419.345	24.902.987	21.494.689	26.403.794
Passivo circulante	10.493.750	12.075.195	10.569.094	13.576.002
Passivo não circulante	10.925.595	12.827.792	10.925.595	12.827.792
Carteira de Câmbio Líquida	(4.394.254)	(9.520.887)	(3.969.545)	(9.127.662)
Contas de Compensação				
Créditos abertos para importação	694.994	933.731	775.933	1.094.253
Créditos de exportação confirmados	2.150.712	1.604.942	2.174.783	1.634.685

b) Resultado de Operações de Câmbio

R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Semestre/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Semestre/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Rendas de câmbio	4.876.224	9.647.976	9.724.027	5.746.952	11.270.412	10.670.803
Despesas de câmbio	(4.743.980)	(9.321.959)	(9.719.785)	(5.466.574)	(10.664.453)	(10.523.530)
Resultado de operações de câmbio	132.244	326.017	4.242	280.378	605.959	147.273

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

13 – OUTROS VALORES E BENS

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Bens não de Uso Próprio	265.950	299.147	459.678	482.803
Veículos e afins	288	372	162.824	143.266
Bens em regime especial	159.202	162.471	160.810	162.557
Imóveis	95.999	105.541	117.133	134.554
Imóveis habitacionais	6.010	23.457	6.604	23.457
Máquinas e equipamentos	4.395	7.234	5.103	8.158
Outros	56	72	7.204	10.811
Material em Estoque	35.921	34.036	93.892	74.398
Subtotal	301.871	333.183	553.570	557.201
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(143.042)	(175.237)	(165.221)	(195.286)
Despesas Antecipadas	1.100.411	2.214.220	3.745.565	3.547.325
Despesas de seguros, resseguros, previdência e capitalização diferidas ⁽²⁾	--	--	2.437.940	1.305.045
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	702	3.471	330.719	376.266
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	525.427	1.538.305	288.107	1.027.801
Direitos sobre custódia de depósitos judiciais	253.253	446.365	253.253	446.365
Despesas de pessoal - programa de alimentação	105.988	100.500	105.988	100.500
Despesas com programa de relacionamento - milhas	89.081	--	89.081	--
Prêmio pago a clientes - parcerias varejistas	50.826	56.070	50.826	56.070
Outros	75.134	69.509	189.651	235.278
Total	1.259.240	2.372.166	4.133.914	3.909.240
Ativo circulante	836.277	1.140.591	2.975.348	2.592.306
Ativo não circulante	422.963	1.231.575	1.158.566	1.316.934

(1) O Banco reconheceu, no exercício/2013, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 25.007 mil (provisão no valor de R\$ 12.974 mil no exercício/2012) no BB-Banco Múltiplo e no valor de R\$ 15.892 mil (provisão no valor de R\$ 15.860 mil no exercício/2012) no BB-Consolidado.

(2) Referem-se principalmente a comissões pagas aos corretores e representantes pela comercialização de produtos.

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

14 – INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado						R\$ mil
	Saldo	Movimentações – Exercício/2013			Saldo	Resultado	Saldo	Movimentações – Exercício/2013			Saldo	Resultado	
	Contábil				Contábil	Equivalência	Contábil				Contábil	Equivalência	
	31.12.2012	Dividendos	Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2013	Exercício/2012	31.12.2012	Dividendos	Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2013	Exercício/2012	
No País	15.303.464	(2.501.106)	(2.722.581)	4.235.057	14.314.834	2.269.871	1.731.400	(15.823)	(362.608)	19.357	1.372.326	(95.551)	
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	856.656	--	--	--	--	--	--	--
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾	4.468.031	(786.357)	(2.199.021)	1.698.083	3.180.736	--	--	--	--	--	--	--	--
Banco Votorantim S.A. ⁽³⁾	3.811.149	--	(341.481)	(35.699)	3.433.969	(877.731)	--	--	--	--	--	--	--
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.550.675	(51.555)	--	217.075	3.716.195	127.139	--	--	--	--	--	--	--
BB Banco de Investimento S.A. ⁽⁴⁾	2.676.091	(799.074)	(457.957)	1.347.555	2.766.615	1.124.347	--	--	--	--	--	--	--
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	131.494	(736.175)	7	736.175	131.501	617.481	--	--	--	--	--	--	--
BB Tecnologia e Serviços S.A. ⁽⁵⁾	141.563	(12.204)	--	32.280	161.639	17.934	--	--	--	--	--	--	--
BV Participações S.A. ⁽⁶⁾	52.186	--	(49.460)	(2.726)	--	(38.237)	--	--	--	--	--	--	--
BB Administradora de Consórcios S.A.	98.539	(89.040)	--	145.595	155.094	135.887	--	--	--	--	--	--	--
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	287.102	--	--	--	--	--	--	--
Cadam S.A.	27.999	--	--	(2.070)	25.929	5.783	27.999	--	--	(2.070)	25.929	5.783	
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	19.124	(26.446)	(101)	26.446	19.023	15.097	--	--	--	--	--	--	--
BB-Elo Cartões Participações S.A. ⁽⁴⁾	15.031	--	380.016	68.671	463.718	(3.812)	--	--	--	--	--	--	--
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	7.133	(94)	--	97	7.136	100	--	--	--	--	--	--	--
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	8.753	--	--	3.258	12.011	1.946	--	--	--	--	--	--	--
Cia. Hidromineral Piratuba	2.311	(50)	--	201	2.462	6	2.311	(50)	--	201	2.462	6	
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec ⁽⁶⁾	2.286	(111)	(13)	116	2.278	173	--	--	--	--	--	--	--
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽⁷⁾	228	--	--	--	228	--	228	--	--	--	228	--	--
Itapebi ⁽⁸⁾	--	--	--	--	--	--	75.719	(15.773)	(82.004)	22.058	--	30.972	
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ⁽⁹⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	998	
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	--	--	--	--	--	--	1.827	--	2.831	4.089	8.747	1.421	
Outras participações ⁽¹⁰⁾	--	--	--	--	--	--	4.831	--	29.042	(4.921)	28.952	(134.731)	
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	290.871	--	(54.571)	--	236.300	--	1.618.485	--	(312.477)	--	1.306.008	--	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

	BB-Banco Múltiplo					BB-Consolidado					R\$ mil	
	Saldo Contábil	Movimentações – Exercício/2013			Saldo Contábil	Resultado Equivalência	Saldo Contábil	Movimentações – Exercício/2013			Saldo Contábil	Resultado Equivalência
	31.12.2012	Dividendos	Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2013	Exercício/2012	31.12.2012	Dividendos	Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2013	Exercício/2012
No Exterior	2.607.534	--	(690.895)	953.442	2.870.081	611.629	400.605	--	(714.986)	586.228	271.847	359.154
Brasilian American Merchant Bank	915.829	--	50.161	57.393	1.023.383	8.144	--	--	--	--	--	--
Banco Patagonia	825.133	--	(127.804)	276.271	973.600	224.218	--	--	--	--	--	--
Banco do Brasil AG. Viena (Áustria)	260.921	--	52.180	18.902	332.003	16.067	--	--	--	--	--	--
BB Leasing Company Ltd	92.126	--	13.526	1.171	106.823	1.518	--	--	--	--	--	--
BB Americas	57.001	--	21.724	(8.725)	70.000	(12.897)	--	--	--	--	--	--
BB Securities LLC	55.919	--	9.038	23.395	88.352	15.425	--	--	--	--	--	--
BB USA Holding Company ⁽¹¹⁾	--	--	5.266	(1.193)	4.073	--	--	--	--	--	--	--
Outras participações no exterior	47.760	--	(49.230)	1.470	--	1.547	47.760	--	(49.230)	1.470	--	1.547
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	352.845	--	(80.998)	--	271.847	--	352.845	--	(80.998)	--	271.847	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	--	(545.532)	545.532	--	260.993	--	--	(545.532)	545.532	--	260.993
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e controladas	--	--	(36.158)	36.158	--	96.509	--	--	(36.158)	36.158	--	96.509
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	(3.068)	3.068	--	105	--	--	(3.068)	3.068	--	105
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS	17.910.998	(2.501.106)	(3.413.476)	5.188.499	17.184.915	2.881.500	2.132.005	(15.823)	(1.077.594)	605.585	1.644.173	263.603
Imparidade Acumulada	(4.267)	--	--	--	(4.267)	--	(6.998)	--	--	--	(6.998)	--

(1) O controle da BB Seguros Participações S.A. e da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. foi transferido para a BB Seguridade Participações S.A. (Nota 2.b).

(2) Redução na participação societária do Banco para 66,25% (Nota 2.b). Em 30.12.2013, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 24,50.

(3) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(4) O investimento na Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) foi transferido do BB Banco de Investimento S.A. para a Elo Participações S.A., investida da BB-Elo Cartões Participações S.A. (Nota 2.d).

(5) Empresa incorporada pelo Banco Votorantim (Nota 2.e).

(6) As informações referem-se ao período de dezembro/2012 a novembro/2013.

(7) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

(8) A participação na empresa Itapebí foi transferida para o grupo Neoenergia (Nota 2.f).

(9) A empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.) foi incorporada pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Nota 2.b).

(10) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.

(11) Participação societária transferida do BB AG Viena (Nota 2.c).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

						R\$ mil
Saldos em 31.12.2013	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/ (Prejuízo) Líquido Exerc/2013	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No País						
Banco Votorantim S.A.	7.125.762	7.140.683	(512.076)	43.114.693	9.581.043	50
BB Seguridade Participações S.A.	5.646.767	5.988.063	2.346.166	1.325.000	--	66,25
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	3.716.195	217.075	3.000	--	100
BB Banco de Investimento S.A.	1.821.082	2.766.615	1.347.555	2.541	--	100
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ⁽¹⁾	166.408	266.327	72.254	508.185	--	13,53
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	131.501	736.175	100.000	--	100
BB Tecnologia e Serviços S.A.	121.807	171.554	33.089	248.458	248.587	99,97
Cadam S.A.	183.904	119.798	(13.088)	--	4.762	21,64
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽²⁾	68.482	75.198	3.828	8	--	12,12
BB Administradora de Consórcios S.A.	98.539	155.094	145.595	14	--	100
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	19.023	26.446	398.158	--	100
BB-Elo Cartões Participações S.A.	406.515	463.718	68.671	10.000	--	100
Cia. Hidromineral Piratuba	4.078	16.005	709	663	--	15,52
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Bescval	6.312	7.163	89	10.168.639	--	99,62
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.818	78.720	8.455	3.859	2.953	11
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48
No Exterior						
Banco Patagonia	258.360	1.651.055	468.548	424.101.958	--	58,96
Brasilian American Merchant Bank	564.476	1.023.383	57.393	241.023	--	100
Banco do Brasil AG. Viena (Áustria)	60.686	332.003	18.902	188	--	100
BB Leasing Company Ltd.	--	106.823	1.171	1.000	--	100
BB Securities LLC	11.710	88.352	23.395	5.000	--	100
BB Americas	129.981	70.000	(8.725)	835.855	--	100
BB USA Holding Company	--	4.073	(1.193)	3	--	100

(1) Participação direta do BB-Banco Múltiplo de 4,51%.

(2) Participação direta do BB-Banco Múltiplo de 3,03%.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Outros Investimentos

					R\$ mil
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
Investimentos por incentivos fiscais	10.833	11.386	98.533	91.121	
Títulos patrimoniais	58	58	146	146	
Ações e cotas	56.912	53.796	62.210	58.261	
Outros investimentos ⁽¹⁾	3.027	3.206	1.797.319	1.406.414	
Outras participações no exterior	55.837	318	55.837	318	
Total	126.667	68.764	2.014.045	1.556.260	
(Imparidade Acumulada)	(44.438)	(44.984)	(115.032)	(83.895)	

(1) Inclui, no BB-Consolidado, o montante de R\$ 1.019.478 mil (R\$ 996.686 mil em 31.12.2012), relativo aos investimentos da *holding* Neoenergia S.A.

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos Ágios							R\$ mil
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado			
	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012	
Saldo Inicial	591.288	643.716	696.872	1.816.124	1.972.891	2.106.963	
Aquisições ⁽¹⁾	--	--	37.854	19.458	19.458	200.103	
Baixas ⁽²⁾	--	--	--	(56.313)	(56.313)	--	
Amortizações ⁽³⁾	(49.984)	(101.004)	(115.437)	(166.696)	(322.055)	(358.602)	
Variação Cambial ⁽⁴⁾	(33.157)	(34.565)	24.427	(33.157)	(34.565)	24.427	
Saldo Final	508.147	508.147	643.716	1.579.416	1.579.416	1.972.891	

(1) No BB-Banco Múltiplo, refere-se à aquisição do BB Americas em 2012 (Nota 2.a). No BB-Consolidado, refere-se à aquisição de participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. em 2013 (Nota 2.b) e nas empresas Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (Nota 2.b) e Vida Seguradora S.A. em 2012.

(2) Baixa decorrente da reestruturação societária da Alelo (Nota 2.d).

(3) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(4) Incidente sobre os ágios do BB Americas e do Banco Patagonia.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	R\$ mil							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
BB-Banco Múltiplo	99.439	98.011	99.427	98.377	38.284	39.041	35.568	508.147
Banco Votorantim	56.720	57.981	60.466	61.133	--	--	--	236.300
Banco Patagonia	36.807	37.323	35.399	32.230	32.853	33.507	28.399	236.518
BB Americas	5.912	2.707	3.562	5.014	5.431	5.534	7.169	35.329
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(39.776)	(39.204)	(39.771)	(39.351)	(15.314)	(15.616)	(14.227)	(203.259)
Total líquido	59.663	58.807	59.656	59.026	22.970	23.425	21.341	304.888
Outras participações								
BB-BI	96.394	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	725.684
Cielo	96.394	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	725.684
BB Elo Participações	6.655	6.242	6.869	7.560	8.321	9.163	--	44.810
Alelo ⁽²⁾	6.655	6.242	6.869	7.560	8.321	9.163	--	44.810
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	100.467
Vida Seguradora	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	100.467
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	16.272	18.064	19.877	21.841	--	--	--	76.054
Brasilveículos	16.272	18.064	19.877	21.841	--	--	--	76.054
BB Seguros	17.308	12.971	11.225	10.743	11.040	10.028	5.256	78.571
Brasilcap	15.507	11.022	9.154	8.593	8.780	7.659	--	60.715
IRB-Brasil Resseguros	1.801	1.949	2.071	2.150	2.260	2.369	5.256	17.856
Brasilprev	6.048	6.048	6.048	5.530	4.802	4.802	12.405	45.683
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	6.048	6.048	6.048	5.530	4.802	4.802	12.405	45.683
BB-Consolidado	252.184	253.974	273.370	291.618	229.457	225.584	53.229	1.579.416
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(97.856)	(98.226)	(105.735)	(112.796)	(89.103)	(89.082)	(20.976)	(613.774)
Total líquido	154.328	155.748	167.635	178.822	140.354	136.502	32.253	965.642

(1) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

(2) Ágio transferido do BB Banco de Investimento para a Elo Participações, conforme reorganização societária (Nota 2.d).

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa de desconto que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$), com exceção do Banco Patagonia, cujo modelo foi ajustado ao mercado argentino e referenciado em Pesos Argentinos (ARS).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	Taxa de Desconto ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,70%	11,34%
Banco Patagonia	14,50%	28,38%
BB Americas	2,00%	5,62%
Alelo	3,70%	11,54%
Vida Seguradora	3,00%	11,30%
Brasilveículos	3,20%	11,30%
Brasilcap	3,00%	11,30%
IRB-Brasil Resseguros	3,20%	10,30%
Brasileprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	3,00%	11,30%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos oito anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo é apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão da companhia na BM&FBovespa.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação CIEL3 ⁽¹⁾
Cielo	R\$ 65,65

(1) Preço de fechamento da ação em 30.12.2013.

Nos exercícios de 2012 e 2013, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

15 – IMOBILIZADO DE USO

R\$ mil

	BB-Banco Múltiplo							
	31.12.2012	Exercício/2013			31.12.2013			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão p/ imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	1.927.474	1.382.876	(203.999)	(2.578)	5.171.342	(2.060.583)	(6.986)	3.103.773
Móveis e equipamentos de uso	1.185.571	170.720	(153.217)	--	2.837.306	(1.634.232)	--	1.203.074
Sistemas de processamento de dados	1.098.886	340.887	(407.339)	--	3.377.023	(2.343.629)	(960)	1.032.434
Imobilizações em curso	994.006	(707.101)	--	--	286.905	--	--	286.905
Terrenos	185.054	628	--	--	185.682	--	--	185.682
Instalações	156.042	82.510	(34.983)	--	913.376	(709.807)	--	203.569
Sistemas de segurança	147.149	45.255	(24.376)	--	372.206	(204.178)	--	168.028
Sistemas de comunicação	60.259	32.662	(11.825)	--	220.992	(139.896)	--	81.096
Sistemas de transporte	3.174	2.183	(502)	--	7.226	(2.371)	--	4.855
Móveis e equipamentos em estoque	3.020	(1.227)	--	--	1.793	--	--	1.793
Total	5.760.635	1.349.393	(836.241)	(2.578)	13.373.851	(7.094.696)	(7.946)	6.271.209

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil								
	BB-Consolidado							
	31.12.2012	Exercício/2013			31.12.2013			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão p/ imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	2.044.069	1.385.920	(209.982)	(2.578)	5.327.532	(2.103.117)	(6.986)	3.217.429
Móveis e equipamentos de uso	1.385.438	241.741	(192.716)	(108)	3.467.064	(2.031.677)	(1.032)	1.434.355
Sistemas de processamento de dados	1.225.116	336.312	(426.037)	--	3.671.353	(2.535.002)	(960)	1.135.391
Imobilizações em curso	1.013.496	(705.425)	--	--	308.071	--	--	308.071
Terrenos	547.552	99.897	--	--	647.449	--	--	647.449
Instalações	192.897	84.930	(40.997)	--	970.929	(734.099)	--	236.830
Sistemas de segurança	149.521	45.772	(24.884)	--	377.655	(207.246)	--	170.409
Sistemas de comunicação	65.274	45.197	(14.582)	--	263.383	(167.494)	--	95.889
Sistemas de transporte	10.595	3.304	(3.024)	--	36.867	(25.992)	--	10.875
Móveis e equipamentos em estoque	3.020	(1.227)	--	--	1.793	--	--	1.793
Total	6.636.978	1.536.421	(912.222)	(2.686)	15.072.096	(7.804.627)	(8.978)	7.258.491

16 – INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

R\$ mil									
	BB-Banco Múltiplo								
	31.12.2012	Exercício/2013				31.12.2013			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Provisão p/ imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	5.418.495	1.524.300	(480.025)	(1.927.326)	48	8.770.366	(4.185.134)	(49.740)	4.535.492
Ágio na aquisição de sociedade incorporada ⁽²⁾	4.042.610	--	--	(617.846)	--	4.961.028	(1.536.264)	--	3.424.764
Outros ativos intangíveis ⁽³⁾	2.648.518	191	(2.501)	(300.000)	--	2.826.208	(480.000)	--	2.346.208
Softwares	702.530	265.739	--	(89.571)	--	1.470.654	(591.956)	--	878.698
Total	12.812.153	1.790.230	(482.526)	(2.934.743)	48	18.028.256	(6.793.354)	(49.740)	11.185.162

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Refere-se ao custo do direito de utilização da rede do Banco Postal para serviços de correspondente bancário (Nota 31.b).

R\$ mil									
	BB-Consolidado								
	31.12.2012	Exercício/2013				31.12.2013			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Provisão p/ imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	5.418.495	1.524.300	(480.025)	(1.927.326)	48	8.770.366	(4.185.134)	(49.740)	4.535.492
Ágio na aquisição de sociedade incorporada ⁽²⁾	4.042.610	--	--	(617.846)	--	4.961.028	(1.536.264)	--	3.424.764
Outros ativos intangíveis ⁽³⁾	2.665.725	2.590	(4.005)	(302.250)	(3.556)	2.846.322	(483.267)	(4.551)	2.358.504
Softwares	1.224.349	388.792	(3.156)	(104.686)	--	2.431.766	(926.467)	--	1.505.299
Total	13.351.179	1.915.682	(487.186)	(2.952.108)	(3.508)	19.009.482	(7.131.132)	(54.291)	11.824.059

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Refere-se principalmente ao custo do direito de utilização da rede do Banco Postal para serviços de correspondente bancário (Nota 31.b).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Estimativa de Amortização

						R\$ mil
BB-Banco Múltiplo						
Exercício	2014 ⁽¹⁾	2015	2016	2017	2018	Total
Valores a amortizar	4.748.477	2.190.461	2.190.375	1.669.929	385.920	11.185.162

						R\$ mil
BB-Consolidado						
Exercício	2014 ⁽¹⁾	2015	2016	2017	2018	Total
Valores a amortizar	4.876.257	2.318.241	2.318.154	1.797.708	513.699	11.824.059

(1) O custo do direito de utilização da rede do Banco Postal será amortizado como despesa, em 2014, no montante de R\$ 396.606 mil. Em virtude das adiantadas negociações entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT sobre os estudos de constituição da nova Instituição Financeira, divulgadas em novembro/2013, o modelo de negócios atual deverá ser revisitado durante o 1º trimestre de 2014, motivo pelo qual o restante do intangível de R\$ 1.949.602 mil será convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria (Nota 31.b).

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). Os fluxos de caixa têm por base o resultado de 2013 da unidade geradora de caixa, com crescimento pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), projetado por nove anos. Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	Taxa de Desconto ⁽¹⁾
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	8,78% a.a.	11,34% a.a.

(1) Média geométrica dos nove anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos exercícios de 2012 e 2013, não houve perda por imparidade sobre o ágio de incorporação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**17 – DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO****a) Depósitos**

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos à Vista	73.591.657	72.958.427	75.818.389	74.759.878
Pessoas físicas	32.481.255	30.583.585	32.614.732	30.651.601
Pessoas jurídicas	27.437.211	26.932.192	29.595.017	28.789.127
Vinculados	7.049.414	7.555.584	7.072.664	7.566.356
Governos	2.790.445	3.774.800	2.790.445	3.774.800
Moedas estrangeiras	1.355.823	1.178.480	1.355.823	1.178.480
Empresas ligadas	776.660	896.232	732.097	824.249
Especiais do Tesouro Nacional	559.571	824.699	559.571	824.699
Instituições do sistema financeiro	569.415	573.878	527.120	512.500
Domiciliados no exterior	131.480	29.272	130.537	28.361
Outros	440.383	609.705	440.383	609.705
Depósitos de Poupança	140.728.107	117.744.043	140.728.107	117.744.043
Pessoas físicas	132.510.762	110.270.220	132.510.762	110.270.220
Pessoas jurídicas	7.951.473	7.212.425	7.951.473	7.212.425
Empresas ligadas	250.253	244.793	250.253	244.793
Instituições do sistema financeiro	15.619	16.605	15.619	16.605
Depósitos Interfinanceiros	30.815.754	18.971.133	27.155.259	16.568.656
Depósitos a Prazo	238.499.727	251.027.170	247.311.253	263.012.824
Moeda Nacional	112.789.676	140.394.785	115.179.497	145.937.903
Judiciais	101.669.497	86.261.246	101.768.835	86.346.242
Moedas estrangeiras	17.920.965	17.620.533	24.243.332	23.978.073
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	5.208.690	5.952.981	5.208.690	5.952.981
Funproger (Nota 17.f)	201.236	198.610	201.236	198.610
Outros	709.663	599.015	709.663	599.015
Total	483.635.245	460.700.773	491.013.008	472.085.401
Passivo circulante	388.416.293	342.814.617	395.192.185	353.051.671
Passivo não circulante	95.218.952	117.886.156	95.820.823	119.033.730

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	BB-Banco Múltiplo						R\$ mil	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	111.824.215	16.883.840	16.640.828	31.006.028	62.144.816	--	238.499.727	251.027.170
Depósitos de poupança	140.728.107	--	--	--	--	--	140.728.107	117.744.043
Depósitos à vista	73.591.657	--	--	--	--	--	73.591.657	72.958.427
Depósitos interfinanceiros	1.689.483	14.003.050	13.055.113	1.414.293	639.289	14.526	30.815.754	18.971.133
Total	327.833.462	30.886.890	29.695.941	32.420.321	62.784.105	14.526	483.635.245	460.700.773

(1) Inclui o valor de R\$ 111.697.626 mil (R\$ 138.021.226 mil em 31.12.2012), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

	BB-Consolidado						31.12.2013	31.12.2012
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	111.873.706	23.191.676	18.730.139	31.331.370	62.181.281	3.081	247.311.253	263.012.824
Depósitos de poupança	140.728.107	--	--	--	--	--	140.728.107	117.744.043
Depósitos à vista	75.818.389	--	--	--	--	--	75.818.389	74.759.878
Depósitos interfinanceiros	1.527.616	9.696.532	13.626.020	1.263.898	622.157	419.036	27.155.259	16.568.656
Total	329.947.818	32.888.208	32.356.159	32.595.268	62.803.438	422.117	491.013.008	472.085.401

(1) Inclui o valor de R\$ 113.214.820 mil (R\$ 143.123.684 mil em 31.12.2012), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	R\$ mil			
	BB- Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Carteira Própria	64.977.033	42.602.833	74.724.092	59.994.120
Títulos privados	34.122.356	9.553.997	41.630.853	19.642.180
Letras Financeiras do Tesouro	21.191.216	30.307.570	15.966.088	30.341.365
Letras do Tesouro Nacional	6.709.995	1.424.688	12.974.134	5.740.101
Títulos no exterior	2.953.466	1.316.578	2.973.368	1.838.920
Notas do Tesouro Nacional	--	--	1.172.757	2.165.001
Outros	--	--	6.892	266.553
Carteira de Terceiros	164.803.243	166.912.091	164.589.620	165.546.113
Letras Financeiras do Tesouro	89.405.617	107.311.069	88.984.254	103.044.579
Letras do Tesouro Nacional	64.763.743	44.659.712	64.583.676	46.641.515
Notas do Tesouro Nacional	9.025.901	13.165.189	9.483.748	14.086.398
Títulos no exterior	1.607.982	1.776.121	1.537.942	1.773.621
Carteira de Livre Movimentação	--	--	150.866	246.639
Total	229.780.276	209.514.924	239.464.578	225.786.872
Passivo circulante	219.614.390	200.237.562	228.235.770	214.649.038
Passivo não circulante	10.165.886	9.277.362	11.228.808	11.137.834

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**d) Despesas com Operações de Captação no Mercado**

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Despesas de Captações com Depósitos	(14.026.982)	(26.122.053)	(27.899.510)	(14.616.143)	(27.281.304)	(29.298.352)
Depósitos a prazo	(5.407.400)	(10.261.467)	(13.692.272)	(5.937.754)	(11.327.518)	(15.019.897)
Depósitos judiciais	(4.098.705)	(7.703.528)	(6.871.449)	(4.098.596)	(7.703.382)	(6.870.821)
Depósitos de poupança	(4.252.648)	(7.676.350)	(6.867.289)	(4.252.648)	(7.676.350)	(6.867.289)
Depósitos interfinanceiros	(268.229)	(480.708)	(468.500)	(327.145)	(574.054)	(540.345)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(10.215.201)	(17.955.852)	(15.659.707)	(10.771.257)	(19.032.055)	(16.891.270)
Carteira de terceiros	(8.477.377)	(15.091.047)	(13.281.503)	(8.557.802)	(15.282.183)	(13.564.921)
Carteira própria	(1.737.824)	(2.864.805)	(2.369.696)	(2.203.731)	(3.739.213)	(3.279.504)
Carteira de livre movimentação	--	--	(8.508)	(9.724)	(10.659)	(46.845)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(3.845.200)	(6.107.970)	(2.550.995)	(4.683.549)	(7.763.095)	(4.291.054)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(2.556.699)	(3.727.834)	(1.085.597)	(2.610.530)	(3.817.446)	(1.161.608)
Letras financeiras	(858.524)	(1.572.101)	(869.523)	(1.210.404)	(2.182.274)	(1.401.551)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(429.977)	(808.035)	(595.875)	(862.615)	(1.763.375)	(1.727.895)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(228.673)	(445.704)	(363.317)	(228.673)	(445.704)	(363.422)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(716.605)	(1.377.464)	(680.974)	(716.605)	(1.374.029)	(677.497)
Outras	(386.546)	(648.193)	(512.918)	(431.476)	(729.658)	(631.455)
Total	(29.419.207)	(52.657.236)	(47.667.421)	(31.447.703)	(56.625.845)	(52.153.050)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

R\$ mil										
Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			31.12.2013			31.12.2012		
		Forma ⁽²⁾	Data Inicial	Data Final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					224.913	719.632	944.545	325.502	1.536.768	1.862.270
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	--	4.060	4.060	6.910	5.844	12.754
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	202.257	668.763	871.020	277.831	1.269.113	1.546.944
Giro Rural – Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2014	2.316	11.914	14.230	5.773	128.905	134.678
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	11.813	7	11.820	19.219	63.248	82.467
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	341	1.859	2.200	324	2.956	3.280
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	8.186	33.029	41.215	15.445	66.702	82.147
Proger Urbano					148.006	3.223.491	3.371.497	218.136	3.415.019	3.633.155
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	147.996	3.223.478	3.371.474	217.587	3.414.695	3.632.282
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	10	13	23	545	320	865
Empreendedor Popular	01/2006	RA	11/2005	--	--	--	--	4	4	8
Outros					187.860	704.788	892.648	58.264	399.292	457.556
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	423	5.123	5.546	116	--	116
Integrar Área Urbana	25/2005	RA	11/2005	--	--	--	--	102	--	102
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	RA	09/2007	--	474	--	474	7.850	8.866	16.716
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	903	425	1.328	1.222	3.898	5.120
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2006	--	4.641	1.668	6.309	9.986	24.993	34.979
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	72.164	195.143	267.307	11.791	141.551	153.342
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	99.311	97.737	197.048	16.124	9.069	25.193
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	9.944	404.692	414.636	11.073	210.915	221.988
Total					560.779	4.647.911	5.208.690	601.902	5.351.079	5.952.981

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar - Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2013 é de R\$ 201.236 mil (R\$ 198.610 mil em 31.12.2012).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

18 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo				31.12.2013	31.12.2012
	até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	de 1 a 3 Anos	de 3 a 5 Anos		
No Exterior						
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	235.568	2.006.249	17.708.904	--	19.950.721	21.758.081
Tomados junto a banqueiros no exterior	2.762.188	10.889.755	1.150.318	188.356	14.990.617	9.856.328
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	--	428.631	--	428.631	623.151
Importação	97.108	51.701	67.953	1.303	218.065	289.492
Exportação	4.068	372	--	--	4.440	27.053
Total	3.098.932	12.948.077	19.355.806	189.659	35.592.474	32.554.105
Passivo circulante					16.047.009	13.784.386
Passivo não circulante					19.545.465	18.769.719

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

						R\$ mil
	BB-Consolidado					
	até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	de 1 a 3 Anos	de 3 a 5 Anos	31.12.2013	
No País	295.302	1.924	1.890	--	299.116	408.533
Tomados pelas empresas não financeiras	295.302	--	--	--	295.302	402.826
Demais linhas de crédito	--	1.924	1.890	--	3.814	5.707
No Exterior	3.735.123	11.448.387	1.629.454	203.129	17.016.093	13.672.500
Tomados junto a banqueiros no exterior	3.562.109	11.235.095	1.155.746	201.826	16.154.776	12.497.974
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	--	428.631	--	428.631	623.151
Exportação	94.482	209.643	--	--	304.125	365.702
Importação	78.532	3.649	45.077	1.303	128.561	185.673
Total	4.030.425	11.450.311	1.631.344	203.129	17.315.209	14.081.033
Passivo circulante					15.480.736	12.972.062
Passivo não circulante					1.834.473	1.108.971

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

		R\$ mil			
Programas	Taxas de Atualização	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Tesouro Nacional - Crédito Rural		473.365	633.638	536.733	713.279
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	332.048	475.613	332.048	475.613
Cacau	Pré 6,35% a.a. IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a.	85.372	86.715	85.372	86.715
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	54.590	69.955	54.590	69.955
Outros	--	1.355	1.355	64.723	80.996
BNDES		42.685.432	40.284.112	43.967.974	41.762.751
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 9,41% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 4,00% a.a. Var.Camb. + 0,50% a.a. a 6,50% a.a.	42.685.432	40.284.112	42.685.432	40.284.112
Banco Votorantim	Pré 0,80% a.a. a 7,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 4,50% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic - 1,30% a.a. a 2,50% a.a. Var.Camb. + 1,30% a.a. a 3,00% a.a.	--	--	1.282.542	1.478.639
Caixa Econômica Federal		4.219.810	895.482	4.219.810	895.482
Finame		27.526.488	18.485.748	28.477.344	19.494.062
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,90% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	27.526.488	18.485.748	27.528.447	18.489.696
Banco Votorantim	Pré 0,30% a.a. a 8,30% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 1,40% a.a.	--	--	948.897	1.004.366
Outras Instituições Oficiais		9.903.122	653.052	9.903.122	653.052
Suprimento Especial – Poupança Rural	TR	9.028.770	--	9.028.770	--
Funcafé	TMS (Rec. disponível) Pré 5,50% a.a. a 6,75% a.a. (Rec. aplicado)	874.324	652.912	874.324	652.912
Outros	--	28	140	28	140
Total		84.808.217	60.952.032	87.104.983	63.518.626
Passivo circulante		31.456.475	16.710.092	32.268.744	17.756.624
Passivo não circulante		53.351.742	44.241.940	54.836.239	45.762.002

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Do Exterior

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	11.851.606	3.504.292	23.984	87.013
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477	477
Total	11.852.083	3.504.770	24.461	87.490
Passivo circulante	24.079	804	24.079	481
Passivo não circulante	11.828.004	3.503.966	382	87.009

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.421.449)	(5.152.111)	(3.170.360)	(1.822.529)	(4.014.169)	(2.410.077)
Despesas de Obrigações por Repasses	(2.491.056)	(4.737.461)	(2.927.330)	(2.363.831)	(4.572.466)	(3.057.469)
BNDES	(1.270.409)	(2.507.436)	(2.004.278)	(1.312.904)	(2.598.762)	(2.111.620)
Do Exterior	(790.713)	(1.409.888)	(35.279)	(601.937)	(1.113.731)	-
Finame	(295.379)	(616.595)	(689.079)	(311.659)	(652.292)	(743.347)
Tesouro Nacional	(49.789)	(81.854)	(123.135)	(52.565)	(85.993)	(126.943)
Caixa Econômica Federal	(26.446)	(38.387)	(20.388)	(26.446)	(38.387)	(20.388)
Outras	(58.320)	(83.301)	(55.171)	(58.320)	(83.301)	(55.171)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(731.431)	(1.738.260)	(1.198.847)	(766.640)	(1.834.100)	(1.254.129)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(394.147)	(764.283)	(654.532)	(394.147)	(764.283)	(654.532)
Total	(6.038.083)	(12.392.115)	(7.951.070)	(5.347.147)	(11.185.018)	(7.376.206)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

19 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

						R\$ mil	
CAPTAÇÕES	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento		31.12.2013	31.12.2012
Banco do Brasil						109.989.732	58.093.208
Programa "Global Medium - Term Notes"						10.113.652	6.303.172
	R\$	350.000	9,75%	07/2007	07/2017	342.150	387.261
	US\$	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	237.271	206.658
	US\$	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	2.268.011	1.978.662
	US\$	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.197.145	1.044.118
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	2.515.367	2.098.921
	JPY	24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	553.411	587.552
	EUR	700.000	3,75%	07/2013	07/2018	2.280.146	--
	CHF	275.000	2,50%	12/2013	06/2019	720.151	--
"Senior Notes"						5.682.804	4.952.108
	USD	500.000	3,88%	11/2011	01/2017	1.185.458	1.033.277
	USD	1.925.000	3,88%	10/2012	10/2022	4.497.346	3.918.831
Notas Estruturadas	USD	128.380	0,75% a 2,12%			302.680	688.797
Certificados de Depósitos						10.325.498	9.681.191
Curto Prazo ⁽¹⁾			0,15% a 4,40%			7.071.906	7.754.338
Longo Prazo ⁽¹⁾			0,87% a 4,40%		11/2016	3.253.592	1.926.853
Letras de Crédito Imobiliário						3.390.290	--
Letras de Crédito do Agronegócio						77.887.575	32.898.221
Curto Prazo ⁽²⁾						12.932.745	11.037.065
Longo Prazo ⁽³⁾					12/2019	64.954.830	21.861.156
Letras Financeiras						2.287.233	3.569.719
Curto Prazo ⁽²⁾						--	3.536.300
Longo Prazo		104,00% a 106,50% DI			01/2017	2.287.233	33.419
Banco Patagonia						641.635	393.669
Curto Prazo ⁽⁴⁾						387.824	224.275
Longo Prazo ⁽⁴⁾					05/2015	253.811	169.394
Entidade de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽⁵⁾						475.461	837.797
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior							
	USD	250.000	6,55%	12/2003	12/2013	--	88.174
	USD	250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	58.571	255.454
	USD	150.000	5,25%	04/2008	06/2018	253.526	270.252
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	163.364	223.917
Banco Votorantim						12.018.845	11.410.259
Programa "Global Medium - Term Notes"						3.381.188	3.948.660
Curto Prazo ⁽²⁾						750.245	1.467.177
Longo Prazo ⁽⁶⁾					07/2020	2.630.943	2.481.483
Credit Linked Notes						54.965	57.067
Curto Prazo ⁽²⁾						24.980	31.275
Longo Prazo ⁽⁶⁾					06/2018	29.985	25.792

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

						R\$ mil	
CAPTAÇÕES	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento		31.12.2013	31.12.2012
Debêntures						752.209	748.029
Pós-fixado		100,00% a 111,00% DI	06/2006	07/2027		752.209	748.029
Letras de Crédito Imobiliário		93,50% a 98,00% DI	02/2012	07/2015		93.918	66.265
Letras de Crédito do Agronegócio						1.266.062	1.106.694
Pós-fixado		90,00% a 98,00% DI	12/2007	03/2020		1.265.250	2.584
Pré-fixado		9,22% a 9,60%	06/2013	08/2014		812	1.104.110
Letras Financeiras						6.470.503	5.483.544
Pré-fixado		5,10% a 13,95%	09/2010	11/2022		343.092	90.269
Pós-fixado		3,11% a 7,60% + IPCA	01/2011	12/2020		207.080	135.100
Pós-fixado		100,00% a 112,02% DI	04/2011	04/2019		5.843.861	5.159.520
Pós-fixado		108,30% a 109,30% Selic	01/2012	04/2015		75.337	97.159
Pós-fixado		3,67% a 5,57% + IGPM	06/2013	11/2015		1.133	1.496
Empresas não Financeiras						20.202	55.146
Cibrasec							
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁷⁾		10,30%				2.451	3.869
Kepler Weber S.A.							
Debêntures		TJLP+3,80%	09/2007	10/2020		10.180	13.465
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros							
Debêntures		CDI+1,50%	03/2010	03/2014		7.571	37.812
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁸⁾						(92.783)	(119.956)
Total						123.053.092	70.670.123
Passivo circulante						25.167.346	24.846.154
Passivo não circulante						97.885.746	45.823.969

(1) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, GBP, RMB e AUD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e/ou nacional com vencimento até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 2.164 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 19,00% a.a. a 21,00% a.a. e Badlar+297ptos. a Badlar+435 ptos.

(5) A Entidade de Propósito Específico (EPE) "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company" foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. A EPE declara não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados da EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta.

(6) Operações com vencimento superior a 360 dias, sendo os certificados emitidos em moeda estrangeira e nacional.

(7) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM e IPCA e prazo médio de vencimento de 134 meses.

(8) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado BB, em poder de dependências/controladas no exterior.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Obrigações legais (Nota 28.d)	12.602.564	13.073.718	12.602.564	13.881.845
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	5.651.543	6.799.319	6.241.771	7.452.894
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.729.026	3.842.067	5.429.259	4.641.641
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	184.580	140.580	2.016.385	2.020.124
Impostos e contribuições a recolher	906.963	850.144	1.605.069	1.453.973
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	81.660	123.421	701.527	1.156.167
Outras	316.826	316.855	280.370	316.861
Total	24.473.162	25.146.104	28.876.945	30.923.505
Passivo circulante	19.696.585	19.016.935	22.222.882	24.030.336
Passivo não circulante	4.776.577	6.129.169	6.654.063	6.893.169

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Marinha Mercante	4.351.838	2.250.825	4.351.838	2.250.825
Pasep ⁽¹⁾	2.063.491	1.969.767	2.063.491	1.969.767
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	729.816	761.189	729.816	761.189
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	25.241	25.840	25.241	25.840
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá	21.995	25.007	21.995	25.007
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR/NPT	14.883	11.296	14.883	11.296
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	12.939	4.735	12.939	4.735
Outros	441.219	39.949	441.219	39.949
Total	7.661.422	5.088.608	7.661.422	5.088.608
Passivo circulante	5.219.026	3.121.529	5.219.026	3.121.529
Passivo não circulante	2.442.396	1.967.079	2.442.396	1.967.079

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

c) Dívidas Subordinadas

						R\$ mil	
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					18.529.802	16.602.973	
Recursos aplicados ⁽¹⁾					17.925.347	15.938.342	
Recursos disponíveis ⁽²⁾					591.651	627.940	
Encargos a capitalizar					12.804	36.691	
CDBs Subordinados Emitidos no País					5.137.043	4.711.053	
	900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	1.468.869	1.344.943	
	1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.187.159	2.000.773	
	1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.481.015	1.365.337	
Dívidas Subordinadas no Exterior					7.644.863	6.673.140	
USD mil	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	710.925	619.378	
USD mil	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.584.030	1.382.336	
USD mil	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	3.563.218	3.105.980	
USD mil	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	1.786.690	1.565.446	
Letras Financeiras Subordinadas					16.057.992	9.196.989	
	1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.448.056	1.331.338	
	1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.319.658	1.210.944	
	335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	437.238	401.218	
	13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	17.433	15.997	
	700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	859.178	788.399	
	512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	586.275	537.769	
	215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	246.006	225.565	
	115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	131.614	120.632	
	35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	41.892	37.771	
	49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	56.523	51.846	
	690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	786.372	720.162	
	300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	353	316	
	873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	1.027.447	921.522	
	52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	59.799	54.852	
	308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	352.613	322.795	
	184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	211.397	193.503	
	12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	13.697	12.564	
	7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	8.464	7.615	
	100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	117.746	105.833	
	20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	23.558	21.154	
	500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	590.094	528.771	
	315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	371.773	333.642	
	100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	113.379	103.998	
	10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	11.561	10.604	
	27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	31.476	28.413	
	40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	46.275	42.446	
	17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	20.317	18.324	
	22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	25.170	23.088	
	1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.133.034	1.025.908	
	5.233.500	111,00% do CDI	01/2013	01/2019	5.681.470	--	
	266.400	111,00% do CDI	02/2013	02/2019	288.124	--	
Total das Dívidas Subordinadas do BB-Banco Múltiplo					47.369.700	37.184.155	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

						R\$ mil	
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	
Banco Votorantim							
CDBs Subordinados Emitidos no País					1.071.487	1.081.280	
	57.500	IPCA+7,93%	03/2008	03/2013	--	108.244	
	260.000	CDI+1,67%	08/2009	08/2014	415.180	377.837	
	7.500	IPCA+7,86%	08/2009	08/2014	13.376	11.713	
	5.250	IPCA+7,92%	08/2009	08/2014	9.390	8.217	
	2.500	IPCA+7,95%	08/2009	08/2014	4.475	3.915	
	19.500	IPCA+8,00%	08/2009	08/2014	34.991	30.599	
	250.000	CDI+1,64%	12/2009	12/2014	385.618	351.056	
	135.000	CDI+1,67%	12/2009	12/2014	208.457	189.699	
Nota Subordinada	USD mil	Pré 7,38%	01/2010	01/2020	1.481.180	1.346.054	
Letras Financeiras Subordinadas					1.126.440	1.068.271	
	94.950	CDI+1,30%	11/2010	11/2016	95.793	95.587	
	30.000	CDI+1,60%	12/2010	12/2016	30.026	30.020	
	324.900	CDI+1,94%	05/2011	05/2017	329.258	328.186	
	35.550	IGPM+7,55%	05/2011	05/2017	46.246	45.900	
	1.400	IPCA+7,76%	05/2011	05/2017	1.959	1.719	
	4.650	IPCA+7,85%	05/2011	05/2017	6.524	5.718	
	7.500	IPCA+7,95%	05/2011	05/2017	10.515	9.206	
	45.000	IPCA+7,95%	07/2011	07/2016	62.032	54.314	
	15.000	IGPM+7,70%	07/2011	07/2017	19.181	19.148	
	6.922	IPCA+8,02%	07/2011	07/2019	9.509	8.320	
	25.000	IPCA+7,90%	08/2011	08/2016	34.400	30.137	
	1.250	115,00% do CDI	08/2011	08/2017	1.580	1.446	
	10.050	IGPM+7,70%	08/2011	08/2017	12.864	12.861	
	20.000	IPCA+7,76%	08/2011	08/2017	27.249	23.902	
	11.000	IPCA+7,85%	08/2011	08/2017	15.056	13.196	
	25.000	IPCA+7,93%	08/2011	08/2017	34.315	30.053	
	33.000	117,00% do CDI	09/2011	09/2017	33.893	33.645	
	15.000	IGPM+6,74%	09/2011	09/2017	18.523	18.655	
	250.000	119,00% do CDI	10/2011	10/2017	255.850	254.208	
	18.000	IGPM+6,71%	10/2011	10/2017	22.076	22.266	
	1.128	IPCA+7,00%	11/2012	11/2016	--	1.148	
	16.920	IPCA+7,10%	11/2012	11/2016	--	17.207	
	5.640	IPCA+7,20%	11/2012	11/2016	--	5.710	
	5.640	IPCA+7,25%	11/2012	11/2020	--	5.719	
	1.194	IPCA+7,00%	11/2013	11/2016	1.214	--	
	17.908	IPCA+7,10%	11/2013	11/2016	18.208	--	
	5.976	IPCA+7,20%	11/2013	11/2016	6.046	--	
	5.969	IPCA+7,25%	11/2013	11/2020	6.052	--	
	27.500	IPCA+8,10%	11/2013	11/2023	28.071	--	
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim					3.679.107	3.495.605	
Dívidas subordinadas emitidas pelo BB-Banco Múltiplo, em poder de controlada no exterior, eliminadas no BB-Consolidado					(491)	(3.581)	
Total das Dívidas Subordinadas do BB-Consolidado⁽⁴⁾					51.048.317	40.676.179	

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente.

(4) O montante de R\$ 32.747.645 mil (R\$ 32.400.578 mil em 31.12.2012) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), sendo o montante de R\$ 18.529.802 mil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 e o montante de R\$ 14.217.843 mil de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007. Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil (Nota 29.f).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

					R\$ mil	
Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	31.12.2013	31.12.2012
Bônus Perpétuos						
	USD mil	1.500.000	8,50%	10/2009	3.558.392	3.104.493
	USD mil	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	4.277.041	3.743.315
	USD mil	2.000.000	6,25%	01/2013	4.720.277	--
	R\$ mil	8.100.000	5,50%	09/2012	8.324.729	8.214.555
Total BB-Banco Múltiplo					20.880.439	15.062.363
Valores eliminados no BB-Consolidado					(6.116)	(1.292)
Total BB-Consolidado					20.874.323	15.061.071
Passivo circulante					320.248	242.577
Passivo não circulante					20.554.075	14.818.494

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 18.445.734 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 14.484.062 mil em 31.12.2012), sendo o montante de R\$ 8.489.750 mil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 e o montante de R\$ 9.955.984 mil de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 (Nota 29.f).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, tem opção de resgate por iniciativa do Banco do Brasil (Banco) a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e o bônus emitido em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução n.º 4.192 de 01.03.2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com o U.S. Treasury de 10 anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012 e em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012 e em janeiro de 2013 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente.

O bônus emitido em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, terá os juros devidos por períodos semestrais. Os juros relativos a cada semestre serão pagos em parcela única, atualizados pela taxa Selic, em até trinta dias corridos contados (i) após a realização do pagamento dos dividendos ou juros sobre o capital próprio do respectivo semestre, ou (ii) após aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, o que ocorrer antes.

Não haverá pagamento dos encargos financeiros referentes a um determinado semestre enquanto não for realizado (i) pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio), ou (ii) aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, relativos ao mesmo semestre. Os encargos financeiros não pagos não serão acumulados. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio) ou aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, até 30 de junho ou 31 de dezembro do exercício social seguinte, conforme o caso, os encargos financeiros que ainda não houverem sido pagos, deixarão de ser exigíveis definitivamente.

O pagamento dos juros será postergado caso o Banco esteja desenquadrado em relação aos limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor ou esse pagamento implique o aludido desenquadramento, devendo ser atualizado pela taxa Selic, *pro rata temporis*, até a efetivação de seu pagamento.

Eventuais amortizações ou resgate da dívida, parciais ou integrais, na hipótese de acordo entre as partes, somente poderão ser realizados se os dividendos estiverem sendo devidamente pagos e previamente autorizados pelo Bacen. O resgate da obrigação, ainda que parcial, apenas poderá ocorrer caso o Banco não esteja desenquadrado em relação aos seus limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor, e ainda, que o resgate não acarrete situação de desenquadramento, sendo o valor devido acrescido dos juros previstos, *pro rata temporis*, até a efetivação do seu pagamento. A dívida não poderá ser resgatada por iniciativa da União.

Em caso de dissolução ou liquidação do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. A presente captação foi autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I até o limite regulamentar (Resolução CMN n.º 4.192/2013), e o restante dos valores monetizados em Nível II, a partir de setembro de 2012.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

e) Diversas

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Operações com cartão de crédito/débito	17.409.035	15.054.758	17.409.035	15.054.758
Passivos atuariais (Nota 27.e)	8.134.976	10.119.807	8.134.976	10.119.807
Provisões para pagamentos a efetuar	3.823.052	3.737.040	6.744.857	5.353.071
Credores diversos no país	2.343.410	1.873.475	6.177.422	4.912.992
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	4.511.016	3.945.650	4.811.852	4.208.172
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.959.477	2.496.821	3.425.747	2.945.490
Recursos vinculados a operações de crédito	1.051.800	1.307.462	1.060.628	1.352.710
Credores diversos no exterior	129.015	84.292	870.196	554.799
Obrigações por convênios oficiais	711.949	1.011.941	711.949	1.011.941
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	692.248	647.850	692.256	647.850
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	534.975	800.262	534.975	800.262
Obrigações por aquisição de bens e direitos	517.694	721.253	530.579	732.021
Obrigações por operações vinculadas a cessão	209.474	89.413	264.918	1.844.135
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	230.556	217.028	230.556	217.028
Provisões para garantias prestadas	139.787	139.787	145.678	144.244
Coobrigações em Cessões de Crédito	1.411	2.610	1.411	2.610
Outras	1.381.325	742.971	1.450.851	789.576
Total	44.781.200	42.992.420	53.197.886	50.691.466
Passivo circulante	35.817.487	31.270.022	43.471.851	36.898.627
Passivo não circulante	8.963.713	11.722.398	9.726.035	13.792.839

21 – OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

a) Créditos das Operações

BB-Consolidado	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Prêmios diretos de seguros a receber	2.232.640	1.454.249
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	1.120.978	656.213
Crédito de operações de seguros com seguradoras	392.069	80.808
Crédito de operações com capitalização	11.252	--
Crédito de operações de previdência complementar	16	2.678
Total	3.756.955	2.193.948
Ativo circulante	3.739.624	2.191.786
Ativo não circulante	17.331	2.162

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Provisões Técnicas

BB—Consolidado	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Seguros	8.722.993	5.393.434
Provisão de prêmios não ganhos	4.788.037	3.159.605
Provisão de sinistros a liquidar	2.856.839	1.474.351
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	644.026	445.662
Provisão complementar de cobertura	226.438	190.828
Outras provisões	207.653	122.988
Previdência	62.689.440	50.545.598
Provisão matemática de benefícios a conceder	60.270.487	48.334.700
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.032.773	870.870
Provisão de excedente financeiro	442.926	428.331
Provisão de insuficiência de contribuição	424.618	415.477
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	14.621	15.624
Outras provisões	504.015	480.596
Capitalização	6.316.911	4.294.494
Provisão matemática para capitalização	6.005.339	4.077.525
Provisão para sorteios e resgates	256.566	150.443
Outras provisões	55.006	66.526
Total	77.729.344	60.233.526
Passivo circulante	19.733.882	15.179.674
Passivo não circulante	57.995.462	45.053.852

c) Provisões Técnicas por Produto

BB—Consolidado	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Seguros	8.722.993	5.393.434
Vida	3.685.813	2.278.323
Ramos elementares	2.744.006	1.300.378
Auto	1.859.889	1.571.647
Dpvat	433.285	243.086
Previdência	62.689.440	50.545.598
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	41.363.459	30.827.149
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	15.252.001	14.096.010
Planos tradicionais	6.073.980	5.622.439
Capitalização	6.316.911	4.294.494
Total	77.729.344	60.233.526

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d) Garantia das Provisões Técnicas

BB-Consolidado	31.12.2013				31.12.2012			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
	R\$ mil				R\$ mil			
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	56.201.307	--	56.201.307	--	44.593.171	--	44.593.171
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.291.376	4.678.669	2.786.984	11.757.029	3.249.862	4.190.789	2.206.084	9.646.735
Títulos públicos	1.867.399	2.338.568	2.804.407	7.010.374	627.578	2.052.271	1.224.747	3.904.596
Títulos privados	1.319.635	194.925	863.378	2.377.938	609.168	160.376	999.971	1.769.515
Direitos creditórios	1.761.615	--	60.350	1.821.965	1.116.250	--	68.338	1.184.588
Imóveis	14.916	--	--	14.916	10.806	--	--	10.806
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	8.619	--	--	8.619	1.363	--	--	1.363
Total	9.263.560	63.413.469	6.515.119	79.192.148	5.615.027	50.996.607	4.499.140	61.110.774

e) Resultado Financeiro e Operacional por Segmento

BB-Consolidado	2º Semestre/2013				Exercício/2013				Exercício/2012			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
	R\$ mil				R\$ mil				R\$ mil			
Resultado financeiro	238.127	811.093	247.555	1.296.775	374.192	987.190	391.750	1.753.132	494.766	1.991.352	400.692	2.886.810
Receitas financeiras	372.155	2.530.319	257.527	3.160.001	569.282	3.212.623	423.221	4.205.126	606.884	4.256.810	406.322	5.270.016
Despesas financeiras	(134.028)	(1.719.226)	(9.972)	(1.863.226)	(195.090)	(2.225.433)	(31.471)	(2.451.994)	(112.118)	(2.265.458)	(5.630)	(2.383.206)
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(14.722)	(680.557)	(170.724)	(866.003)	(30.578)	(743.224)	(301.448)	(1.075.250)	(98.904)	(1.712.648)	(320.692)	(2.132.244)
Resultado operacional	1.504.948	90.830	107.903	1.703.681	2.842.350	140.215	247.789	3.230.354	2.026.790	68.586	253.737	2.349.113
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	4.099.581	8.362.536	2.137.633	14.599.750	7.873.283	17.381.161	4.170.185	29.424.629	6.238.435	13.820.627	2.563.440	22.622.502
Variação das provisões técnicas	(560.961)	(8.245.210)	(1.830.993)	(10.637.164)	(1.158.027)	(17.172.363)	(3.542.171)	(21.872.561)	(912.488)	(13.610.865)	(27.035)	(14.550.388)
Sinistros retidos	(1.560.293)	(11.465)	--	(1.571.758)	(2.979.245)	(12.809)	--	(2.992.054)	(2.481.325)	--	--	(2.481.325)
Despesas de comercialização	(473.379)	(2.106)	(110.889)	(586.374)	(893.661)	(26.312)	(217.036)	(1.137.009)	(817.832)	(103.782)	(173.469)	(1.095.083)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(87.848)	(87.848)	--	--	(163.189)	(163.189)	--	--	(2.109.199)	(2.109.199)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(12.925)	--	(12.925)	--	(29.462)	--	(29.462)	--	(37.394)	--	(37.394)
Total	1.728.353	221.366	184.734	2.134.453	3.185.964	384.181	338.091	3.908.236	2.422.652	347.290	333.737	3.103.679

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização

	R\$ mil		
BB-Consolidado	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Seguros	4.099.581	7.873.283	6.238.435
Prêmios emitidos	4.755.742	8.917.044	6.855.229
Prêmios de cosseguros cedidos	(66.368)	(129.711)	(45.371)
Prêmios restituídos	(17.459)	(25.245)	(17.237)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(572.334)	(888.805)	(554.186)
Previdência	8.362.536	17.381.161	13.820.627
Prêmios emitidos	7.144.520	15.255.635	11.883.137
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	1.218.016	2.125.526	1.970.805
Prêmios restituídos	--	--	(33.315)
Capitalização	2.137.633	4.170.185	2.563.440
Comercialização de títulos de capitalização	2.137.633	4.170.185	2.563.440
Total	14.599.750	29.424.629	22.622.502

22 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Rendas de cartões	1.258.937	2.328.475	2.083.301	2.609.701	4.812.754	4.130.904
Administração de fundos	991.080	1.943.769	1.751.358	1.899.955	3.702.253	3.216.787
Cobrança	707.132	1.385.138	1.290.488	720.007	1.411.187	1.316.430
Seguros, previdência e capitalização	165.377	380.035	616.180	585.957	1.198.844	987.762
Operações de crédito e garantias prestadas	534.458	988.560	590.389	575.281	1.071.428	673.147
Arrecadações	460.051	895.071	835.610	458.613	891.346	831.649
Interbancária	371.982	726.082	697.444	371.982	726.082	697.444
Rendas do mercado de capitais	18.669	29.745	21.261	248.364	560.295	453.849
Conta corrente	148.770	318.519	348.481	151.328	323.457	351.961
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	142.815	277.221	263.714	142.815	277.221	263.714
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	140.330	269.467	253.140
De coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	154.923	263.747	252.633
Prestados a ligadas	11.881	47.936	337.327	49.381	87.692	67.855
Outros serviços	275.959	549.994	483.316	582.799	1.157.757	988.276
Total	5.087.111	9.870.545	9.318.869	8.691.436	16.753.530	14.485.551

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Rendas de Tarifas Bancárias

				R\$ mil		
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Pacote de serviços	1.667.107	3.344.486	3.548.646	1.667.551	3.345.420	3.549.685
Operações de crédito e cadastro	576.635	1.154.489	1.234.805	698.060	1.386.154	1.467.892
Rendas de cartões	431.760	847.970	587.525	448.304	875.954	607.687
Administração de Fundos de Investimento	--	--	37	155.268	322.747	364.898
Transferência de recursos	129.419	243.116	193.977	129.658	243.626	194.675
Contas de depósito	105.571	206.600	259.115	105.834	207.111	259.759
Outras	77.310	121.446	100.606	99.661	165.972	141.018
Total	2.987.802	5.918.107	5.924.711	3.304.336	6.546.984	6.585.614

c) Despesas de Pessoal

				R\$ mil		
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Proventos	(3.903.650)	(7.537.798)	(7.048.184)	(4.565.526)	(8.822.043)	(8.157.337)
Encargos sociais	(1.443.751)	(2.731.158)	(2.529.111)	(1.633.692)	(3.106.996)	(2.872.138)
Provisões administrativas de pessoal	(1.153.679)	(2.360.394)	(2.146.522)	(1.153.679)	(2.360.394)	(2.146.522)
Benefícios	(1.099.896)	(2.130.710)	(1.956.434)	(1.190.565)	(2.316.959)	(2.145.931)
Demandas trabalhistas ⁽¹⁾	(514.620)	(1.225.502)	(724.978)	(515.592)	(1.226.757)	(726.667)
Previdência complementar	(212.942)	(380.901)	(326.608)	(216.127)	(386.642)	(337.281)
Honorários de diretores e conselheiros	(13.632)	(26.133)	(24.543)	(37.627)	(72.778)	(62.238)
Treinamento	(31.920)	(44.324)	(41.635)	(42.051)	(58.593)	(55.329)
Total	(8.374.090)	(16.436.920)	(14.798.015)	(9.354.859)	(18.351.162)	(16.503.443)

(1) Inclui o valor positivo de R\$ 309.829 mil no exercício de 2012, referente ao ressarcimento ao Banco do Brasil pelo governo do Estado de São Paulo de valores antecipados pelo Banco a ex-empregados do Banco Nossa Caixa (BNC), grupos A e B, a título de complemento de aposentadoria.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d) Outras Despesas Administrativas

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Amortização	(1.487.672)	(3.060.622)	(2.985.592)	(1.634.037)	(3.339.909)	(3.378.892)
Serviços de terceiros	(964.176)	(1.908.961)	(1.763.637)	(987.324)	(1.932.967)	(1.766.910)
Comunicações	(711.664)	(1.367.701)	(1.311.483)	(759.417)	(1.462.321)	(1.410.206)
Transporte	(637.990)	(1.147.315)	(1.171.361)	(666.074)	(1.198.368)	(1.214.679)
Aluguéis	(510.585)	(991.192)	(717.246)	(589.863)	(1.144.351)	(868.618)
Depreciação	(437.622)	(836.241)	(901.316)	(478.481)	(912.222)	(962.804)
Serviços do sistema financeiro	(300.853)	(709.261)	(583.181)	(388.109)	(897.001)	(743.601)
Serviços de vigilância e segurança	(440.735)	(818.024)	(817.675)	(455.165)	(845.012)	(840.936)
Processamento de dados	(572.226)	(1.119.937)	(1.046.378)	(422.894)	(838.222)	(813.517)
Serviços técnicos especializados	(138.790)	(262.455)	(188.265)	(451.562)	(810.901)	(669.115)
Manutenção e conservação de bens	(296.169)	(563.127)	(526.898)	(338.779)	(637.787)	(594.627)
Propaganda e publicidade	(218.492)	(371.097)	(356.237)	(298.388)	(493.383)	(473.791)
Água, energia e gás	(159.102)	(338.078)	(372.043)	(167.947)	(356.058)	(389.606)
Promoções e relações públicas	(150.955)	(230.856)	(208.905)	(166.944)	(260.981)	(250.147)
Material	(63.268)	(122.836)	(126.833)	(76.337)	(144.918)	(145.825)
Viagem no país	(58.850)	(106.477)	(128.602)	(73.575)	(133.393)	(154.395)
Outras	(392.015)	(634.271)	(441.243)	(583.855)	(990.995)	(810.475)
Total	(7.541.164)	(14.588.451)	(13.646.895)	(8.538.751)	(16.398.789)	(15.488.144)

e) Outras Receitas Operacionais

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Atualização de depósitos em garantia	743.759	1.325.823	1.142.777	738.589	1.314.003	1.129.716
Atualização das destinações do superávit - Plano 1 (Nota 27.f)	428.157	948.269	1.081.756	428.157	948.269	1.081.756
Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais	798.805	801.736	70.626	798.805	801.736	70.626
Recuperação de encargos e despesas	520.164	1.011.006	1.158.541	375.169	726.668	908.200
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.d)	224.266	598.311	1.355.234	224.266	598.311	1.355.234
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	297.866	588.063	500.665
Rendas de títulos e créditos a receber	227.696	474.519	391.250	227.696	474.519	391.250
Operações com cartões	188.410	320.164	344.487	184.160	312.384	344.925
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	--	--	75.671	42.700	209.747	500.912
Dividendos recebidos	19.159	44.320	36.623	13.226	22.822	30.884
Reversão de provisões - obrigações atuariais	7.766	19.113	500.990	7.766	19.113	500.990
Outras ⁽¹⁾	602.233	1.011.348	974.385	1.178.232	1.802.214	1.530.720
Total	3.760.415	6.554.609	7.132.340	4.516.632	7.817.849	8.345.878

(1) Inclui, no 2º semestre/2013 e no Exercício/2013, o montante de R\$ 209.421 mil relativo ao efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários – Refis (Notas 25.b e 28.d).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

f) Outras Despesas Operacionais

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	(1.150.700)	(2.118.634)	(1.794.195)
Demandas cíveis e fiscais	(290.148)	(1.789.390)	(1.349.674)	(357.957)	(1.888.460)	(1.403.646)
Operações com cartões crédito/débito	(878.579)	(1.575.881)	(1.329.379)	(877.953)	(1.574.979)	(1.328.663)
Atualização das obrigações atuariais	(525.601)	(974.320)	(825.449)	(525.601)	(974.320)	(825.449)
Descontos concedidos em renegociação	(158.174)	(271.790)	(223.450)	(271.550)	(467.431)	(396.459)
Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(2.622)	(5.244)	(7.519)	(209.168)	(372.374)	(389.416)
Autoatendimento	(152.323)	(263.198)	(209.512)	(152.323)	(263.198)	(209.512)
Falhas/fraudes e outras perdas	(101.579)	(227.432)	(196.954)	(116.045)	(255.749)	(222.089)
Atualização de depósitos em garantia ⁽²⁾	(144.276)	(250.126)	(274.870)	(144.276)	(250.126)	(274.870)
Bônus de relacionamento negocial	(105.005)	(210.741)	(214.626)	(105.005)	(210.741)	(214.626)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(62.909)	(129.374)	(149.179)	(62.909)	(129.374)	(149.179)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	--	--	(7.164)	(765)	(43.485)	(104.232)
Atualização de JCP/Dividendos	(31.229)	(40.507)	(25.056)	(31.229)	(40.507)	(25.056)
Convênio INSS	(14.467)	(27.614)	(23.983)	(14.467)	(27.614)	(23.983)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(11.966)	(23.335)	(23.860)	(11.966)	(23.335)	(23.860)
Previ - Ajuste atuarial	(10.097)	(19.032)	(20.216)	(10.097)	(19.032)	(20.216)
Despesas com Proagro	(10.339)	(18.915)	(15.947)	(10.339)	(18.915)	(15.947)
Outras	(265.033)	(545.440)	(568.165)	(305.564)	(857.266)	(1.028.437)
Total	(2.764.347)	(6.372.339)	(5.465.003)	(4.357.914)	(9.535.540)	(8.449.835)

(1) Referem-se principalmente a comissões por financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

(2) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28.d.

23 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2ºSem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Receitas não Operacionais	98.392	10.011.038	1.338.482	351.816	10.365.535	1.412.900
Lucro na alienação de investimentos / participação societária ⁽¹⁾	99	9.821.827	1.236	191.025	10.015.818	25.692
Lucro na alienação de valores e bens	18.718	40.686	1.178.604	40.103	104.844	1.200.788
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	29.117	49.175	41.423	29.468	49.644	42.019
Ganhos de capital	6.851	14.534	12.672	8.956	17.930	20.943
Rendas de aluguéis	5.693	12.864	17.908	9.779	17.447	18.909
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	5.793	9.616	15.272	5.793	9.616	15.272
Outras rendas não operacionais	32.121	62.336	71.367	66.692	150.236	89.277
Despesas não Operacionais	(24.365)	(63.124)	(100.941)	(82.257)	(189.396)	(202.928)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(3.892)	(7.685)	(9.924)	(17.928)	(42.125)	(99.603)
Perdas de capital	(13.688)	(30.162)	(34.223)	(16.905)	(35.818)	(37.210)
Desvalorização de outros valores e bens	(6.100)	(24.163)	(54.006)	(13.545)	(33.748)	(57.456)
Outras despesas não operacionais	(685)	(1.114)	(2.788)	(33.879)	(77.705)	(8.659)
Total	74.027	9.947.914	1.237.541	269.559	10.176.139	1.209.972

(1) Inclui, no exercício/2013, o ganho com a alienação das ações da BB Seguridade S.A. no valor de R\$ 9.820.460 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	31.12.2013	31.12.2012
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil (R\$ mil)	69.859.729	61.206.248
Valor patrimonial por ação (R\$)	24,87	21,51
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	24,40	25,60
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	72.224.795	61.499.417

(1) Reconciliado com o Banco do Brasil (Nota 24.g).

O valor patrimonial por ação é calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 48.400.000 mil em 31.12.2012) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no exercício/2013, no valor de R\$ 5.600.000 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.12.2013, aguardando autorização pelo Banco Central do Brasil.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 4.564 mil (R\$ 4.645 mil em 31.12.2012), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas ligadas/controladas.

No exercício de 2013, foram realizadas reservas no montante de R\$ 81 mil (R\$ 85 mil no exercício de 2012) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. Conforme Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2013	31.12.2012
Reservas de capital	5.684	1
Reservas de lucros	20.305.598	16.413.044
Reserva legal	4.902.575	4.112.056
Reservas estatutárias	15.403.023	12.300.988
Margem operacional	11.135.916	8.025.178
Equalização de dividendos	4.267.107	4.275.810

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

e) Lucro por Ação

	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	5.777.049	15.810.371	12.309.870
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.823.470.630	2.834.080.029	2.861.260.055
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,05	5,58	4,30

f) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data-base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	753.777	0,265	11.03.2013	28.03.2013
Dividendos pagos	279.429	0,098	21.05.2013	31.05.2013
2º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	802.241	0,283	11.06.2013	28.06.2013
Dividendos pagos	2.177.881	0,767	22.08.2013	30.08.2013
3º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	886.279	0,314	11.09.2013	30.09.2013
Dividendos pagos	187.733	0,067	21.11.2013	29.11.2013
4º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	871.626	0,310	11.12.2013	30.12.2013
Dividendos a pagar	365.182	0,130	13.02.2014	24.02.2014
Total destinado aos acionistas no exercício de 2013	6.324.148	2,234		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.313.923	1,172		
Dividendos	3.010.225	1,062		
Lucro líquido do período	15.810.371			

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data-base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2012				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	840.366	0,293	22.03.2012	22.05.2012
Dividendos pagos	181.408	0,063	10.05.2012	22.05.2012
2º Trimestre/2012				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	850.328	0,297	21.06.2012	23.07.2012
Dividendos pagos	350.274	0,122	21.08.2012	31.08.2012
3º Trimestre/2012				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	817.566	0,286	11.09.2012	20.09.2012
Dividendos pagos	304.244	0,106	16.11.2012	26.11.2012
4º Trimestre/2012				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	845.532	0,297	12.12.2012	28.12.2012
Dividendos pagos	734.230	0,258	01.03.2013	14.03.2013
Total destinado aos acionistas no exercício de 2012	4.923.948	1,722		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.353.792	1,173		
Dividendos	1.570.156	0,549		
Lucro líquido do período	12.309.870			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2013, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.325.569 mil (R\$ 1.341.517 mil no exercício de 2012).

g) Reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	R\$ mil				
	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012	31.12.2013	31.12.2012
Banco do Brasil	5.777.049	15.810.371	12.309.870	69.859.729	61.206.248
Resultado não realizado	(47.907)	(52.434)	(104.750)	(333.432)	(280.998)
Participações dos não controladores	--	--	--	2.698.498	574.167
Consolidado	5.729.142	15.757.937	12.205.120	72.224.795	61.499.417

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	R\$ mil							
	2º Semestre/2013				2º Semestre/2012			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(380.985)	69.862	(29.541)	(340.664)	(79.431)	(106.588)	45.658	(140.361)
Agências e Subsidiárias no Exterior	310.934	(241.105)	896	70.725	968.760	300.286	(1.963)	1.267.083
Coligadas e controladas	(103.826)	(148.013)	58.763	(193.076)	358.217	(115.001)	48.988	292.204
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	1.533	44	(15)	1.562	(9.297)	16.250	(5.525)	1.428
Ganhos/(Perdas) atuariais – Planos de Benefícios (Nota 27.d)	(7.540.938)	8.448.752	(3.578.410)	(2.670.596)	(1.490.281)	(5.318.121)	2.237.854	(4.570.548)
Total	(7.713.282)	8.129.540	(3.548.307)	(3.132.049)	(252.032)	(5.223.174)	2.325.012	(3.150.194)

	R\$ mil							
	Exercício/2013				Exercício/2012			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(140.361)	(350.689)	150.386	(340.664)	(60.124)	(141.730)	61.493	(140.361)
Agências e Subsidiárias no Exterior	1.267.083	(1.196.037)	(321)	70.725	741.662	527.402	(1.981)	1.267.083
Coligadas e controladas	292.204	(814.065)	328.785	(193.076)	42.304	417.784	(167.884)	292.204
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	1.428	203	(69)	1.562	--	2.164	(736)	1.428
Ganhos/(Perdas) atuariais – Planos de Benefícios (Nota 27.d)	(4.570.548)	3.209.932	(1.309.980)	(2.670.596)	1.135.354	(8.958.351)	3.252.449	(4.570.548)
Total	(3.150.194)	849.344	(831.199)	(3.132.049)	1.859.196	(8.152.731)	3.143.341	(3.150.194)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

i) Participação dos não Controladores

	R\$ mil	
	Patrimônio Líquido	
	31.12.2013	31.12.2012
Banco Patagonia S.A.	677.455	574.103
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27
Cobra Tecnologia S.A.	45	37
BB Seguridade S.A.	2.020.971	--
Participação dos não Controladores	2.698.498	574.167

j) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

Acionistas	31.12.2013		31.12.2012	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.670.678.890	58,3	1.693.127.780	59,1
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9
Caixa F1 Garantia Construção Naval	98.145.267	3,4	105.663.567	3,7
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
FGO Fundo de Investimento em Ações	896.508	--	9.466.808	0,3
FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	--	--	6.360.290	0,2
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	298.792.014	10,4	297.523.314	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar ⁽¹⁾	5.522.648	0,2	5.522.648	0,2
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	56.702.328	2,0	20.200.047	0,7
Outros acionistas	833.721.140	29,1	849.043.231	29,6
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.326.961.469	81,2	2.336.615.977	81,5
Residentes no exterior	538.455.551	18,8	528.801.043	18,5

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Em 31.12.2013, inclui 12.680 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2013	31.12.2012
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	7	8
Diretoria Executiva	99.908	112.821
Comitê de Auditoria	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,003% do capital do Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

k) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	848.930.393	29,6	871.791.466	30,4
Alienação de ações pelo FGO – Investimento em ações	8.570.300		--	
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	7.518.300		--	
Alienação de ações pelo FGEDUC – Investimento Multimercado	6.360.290		--	
Aquisição de ações - programa de recompra (Nota 24.I)	(36.277.300)		(20.200.000)	
Aquisição de ações - pagamento baseado em ações (Nota 24.m)	(224.981)		(130.146)	
Aquisição de ações pela Previ	(1.268.700)		(749.403)	
Aquisição de ações pelo BNDESPar	--		(1.826.300)	
Outras movimentações ⁽¹⁾	12.914		44.776	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	833.621.216	29,1	848.930.393	29,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

l) Ações em Tesouraria

Em 13 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08 de janeiro de 2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.246 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Até 31 de dezembro de 2013, foram adquiridas 36.277.300 ações, no montante de R\$ 857.137 mil, referentes ao programa de recompra. O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 20,34, R\$ 23,63 e R\$ 28,67, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía 56.702.328 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.324.407 mil, das quais 56.477.300 ações decorrentes dos programas de recompra, 224.981 ações decorrentes de aquisição para pagamento baseado em ações, e 47 ações remanescentes de incorporações.

m) Pagamento Baseado em Ações

Em fevereiro de 2012 foram adquiridas 130.146 ações, todas colocadas em tesouraria, das quais 130.131 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva em 08.03.2012. As ações transferidas ficaram bloqueadas para movimentação, conforme cronograma apresentado no quadro a seguir. A primeira parcela anual foi desbloqueada em 08.03.2013.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma de desbloqueio	Quantidade de ações	Data de liberação
Primeira parcela	43.409	08.03.2013
Segunda parcela	43.361	10.03.2014
Terceira parcela	43.361	09.03.2015
Total	130.131	

O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 27,38, R\$ 27,61 e R\$ 27,88, respectivamente.

A Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, vigente a partir de 2012, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras, determina que no mínimo 50% da remuneração variável deve ser paga

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais, pelo menos 40% deve ser diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

Em decorrência dessa Resolução, o Banco do Brasil aprovou nova política de remuneração variável para a Diretoria Executiva, válida a partir do exercício de 2012. Tal política prevê o pagamento de parte da remuneração variável em ações.

No exercício de 2013 o Banco adquiriu 212.301 ações, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro.

Foram adquiridas ainda 19.792 ações em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, todas colocadas em tesouraria, das quais 7.112 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. As demais, 12.680 ações, ficaram em tesouraria para eventual pagamento futuro.

As ações adquiridas pelo Banco e pela BB DTVM para pagamento da remuneração variável totalizaram 224.981. O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 23,30, R\$ 26,38 e R\$ 27,61, respectivamente.

25 – TRIBUTOS**a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL**

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Valores Correntes	416.974	(4.658.738)	(4.122.519)	(1.124.460)	(7.771.011)	(6.854.101)
IR e CSLL no país ⁽¹⁾	462.891	(4.576.853)	(4.050.534)	(859.640)	(7.335.116)	(6.501.872)
Imposto de Renda no exterior	(45.917)	(81.885)	(71.985)	(264.820)	(435.895)	(352.229)
Valores Diferidos	(653.123)	878.794	1.188.001	(162.394)	1.777.517	2.613.517
Passivo Fiscal Diferido	137.341	(414.200)	(827.122)	255.366	(90.610)	(745.058)
Operações de <i>leasing</i> – ajuste da carteira e depreciação incentivada	912	2.434	1.048	78.067	160.307	(76.601)
Marcação a mercado	84.743	3.339	(5.840)	125.613	169.056	153.873
Ganhos atuariais	(85.535)	(228.196)	(516.887)	(85.535)	(228.196)	(516.887)
Atualização de depósitos judiciais	(132.971)	(236.128)	(243.581)	(132.971)	(236.128)	(243.581)
Lucros do exterior	158.725	--	--	158.725	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	2.659	(62.972)	--	2.659	(62.972)	--
Créditos recuperados ⁽²⁾	108.808	107.323	(61.862)	108.808	107.323	(61.862)
Ativo Fiscal Diferido	(790.464)	1.292.994	2.015.123	(417.760)	1.868.127	3.358.575
Diferenças temporárias	(709.939)	1.186.735	1.992.903	(315.757)	1.721.894	3.335.679
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--	(1.255)	41.348	687	(1.255)
Marcação a mercado	(80.525)	122.697	43.184	(143.351)	161.984	43.860
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	(16.438)	(19.709)	--	(16.438)	(19.709)
Total	(236.149)	(3.779.944)	(2.934.518)	(1.286.854)	(5.993.494)	(4.240.584)

(1) Contempla os efeitos tributários da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários - Refis - Lei n.º 12.865/2013 (Nota 25.b).

(2) Conforme artigo 12 da Lei n.º 9.430/1996.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Resultado Antes dos Tributos e Participações	6.763.902	21.618.722	16.824.075	8.464.000	24.796.078	18.436.744
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(2.705.561)	(8.647.489)	(6.729.630)	(3.385.600)	(9.918.431)	(7.374.698)
Encargos sobre JCP	703.162	1.325.569	1.341.516	703.162	1.325.569	1.341.516
Resultado de participação em controladas e coligadas	1.182.294	2.075.399	1.152.600	110.656	242.234	105.441
Participação de empregados no lucro	294.032	803.030	625.345	337.807	871.288	726.066
Créditos Tributários Ativados - Períodos Anteriores	--	--	52.871	--	--	52.871
Efeitos tributários Refis (Nota 28.d)	218.760	218.760	--	377.622	377.622	--
Outros valores	71.164	444.787	622.780	569.499	1.108.224	908.220
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(236.149)	(3.779.944)	(2.934.518)	(1.286.854)	(5.993.494)	(4.240.584)

c) Despesas Tributárias

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Cofins	(1.139.770)	(2.220.031)	(2.218.609)	(1.586.282)	(3.078.065)	(2.912.362)
ISSQN	(305.102)	(611.562)	(580.474)	(411.928)	(807.533)	(742.470)
PIS/Pasep	(185.213)	(360.765)	(360.521)	(263.985)	(512.983)	(485.959)
Outras	(49.549)	(95.391)	(89.774)	(189.539)	(360.876)	(275.643)
Total	(1.679.634)	(3.287.749)	(3.249.378)	(2.451.734)	(4.759.457)	(4.416.434)

d) Passivo Fiscal Diferido

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	4.669.398	5.915.093	4.669.398	5.915.093
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais	415.027	386.239	415.027	386.239
Decorrentes da marcação a mercado	377.472	266.428	435.566	338.604
Decorrentes de créditos recuperados ⁽²⁾	106.752	214.075	106.752	214.075
Dependências no exterior	10.061	12.865	11.761	14.570
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	133	2.568	358.779	551.816
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	70.668	--	70.668	--
Outros	2.032	2.051	173.820	32.497
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	5.651.543	6.799.319	6.241.771	7.452.894
Imposto de Renda	2.981.625	3.645.623	3.384.314	4.245.809
Contribuição social	1.787.689	2.184.628	1.968.915	2.230.175
Cofins	758.907	833.606	764.338	840.352
PIS/Pasep	123.322	135.462	124.204	136.558

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

(2) Conforme artigo 12 da Lei n.º 9.430/1996.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

R\$ mil				
	BB-Banco Múltiplo			
	31.12.2012	Exercício 2013		31.12.2013
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	22.332.853	9.264.878	(10.743.902)	20.853.829
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.394.724	6.044.127	(5.330.271)	13.108.580
Provisões passivas	6.205.428	2.116.886	(1.963.352)	6.358.962
Ajustes patrimoniais negativos de planos de Benefícios	3.262.568	--	(2.811.673)	450.895
Marcação a mercado	308.681	991.264	(613.963)	685.982
Outras provisões	161.452	112.601	(24.643)	249.410
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	2.031.422	--	(572.515)	1.458.907
Prejuízo fiscal/Base negativa	44	--	(24)	20
Total dos Créditos Tributários Ativados	24.364.319	9.264.878	(11.316.441)	22.312.756
Imposto de Renda	13.823.456	5.630.336	(6.441.798)	13.011.994
Contribuição Social	10.300.915	3.364.086	(4.437.882)	9.227.119
Cofins	206.407	232.650	(375.708)	63.349
PIS/Pasep	33.541	37.806	(61.053)	10.294

R\$ mil				
	BB-Consolidado			
	31.12.2012	Exercício 2013		31.12.2013
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	25.577.595	11.019.097	(11.259.714)	25.336.978
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.595.663	6.796.744	(5.457.958)	14.934.449
Provisões passivas	7.071.939	2.339.711	(1.991.385)	7.420.265
Ajustes patrimoniais negativos de planos de Benefícios	3.262.568	--	(2.811.673)	450.895
Marcação a mercado	509.001	1.339.404	(920.695)	927.710
Outras provisões	1.138.424	543.238	(78.003)	1.603.659
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	2.031.422	--	(572.515)	1.458.907
Prejuízo fiscal/Base negativa	85.568	43.907	(11.872)	117.603
Superveniência de Depreciação	549.069	143.236	(144.086)	548.219
Total dos Créditos Tributários Ativados	28.243.654	11.206.240	(11.988.187)	27.461.707
Imposto de Renda	16.476.328	6.861.113	(6.883.795)	16.453.646
Contribuição Social	11.525.705	4.026.717	(4.623.354)	10.929.068
Cofins	207.845	273.901	(413.795)	67.951
PIS/Pasep	33.776	44.509	(67.243)	11.042

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Não Ativado

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Créditos tributários no exterior	536.821	420.262	536.821	420.262
Diferenças temporárias	--	--	87.485	125.231
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	--	--	--	3.654
Parcela dos ajustes negativos da marcação a mercado	--	--	--	329
Total dos Créditos Tributários não Ativados	536.821	420.262	624.306	549.476
Imposto de Renda	335.513	262.664	390.201	344.771
Contribuição Social	201.308	157.598	234.105	204.705

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2013, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2014	6.457.997	6.175.296	7.463.792	6.556.146
Em 2015	6.260.224	5.778.401	7.676.349	6.206.135
Em 2016	5.289.245	4.708.320	6.303.255	4.979.665
Em 2017	4.305.290	3.710.612	5.015.186	4.054.028
Em 2018	--	--	452.981	345.007
Em 2019	--	--	90.640	107.349
Em 2020	--	--	93.463	258.550
Em 2021	--	--	78.736	39.679
Em 2022	--	--	59.336	31.085
Em 2023	--	--	39.451	11.001
Em 2024	--	--	188.518	61.500
Total de Créditos Tributários em 31.12.2013	22.312.756	20.372.629	27.461.707	22.650.145

No decorrer do exercício de 2013, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 11.316.441 mil, correspondente a 257,16% da respectiva projeção de utilização para o período de 2013, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2012.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (70%), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2013, está projetada para 4 anos, nas seguintes proporções:

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2014	60%	27%	52%	27%
Em 2015	40%	27%	34%	27%
Em 2016	--	25%	1%	25%
Em 2017	--	21%	1%	21%
Em 2018	--	--	2%	--
A partir de 2019	--	--	10%	--

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****26 – PARTES RELACIONADAS**

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal:

	R\$ mil		
	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Benefícios de curto prazo	18.532	42.648	37.157
Honorários	12.475	24.320	22.953
Diretoria Executiva	11.106	21.748	20.321
Comitê de Auditoria	1.130	2.072	2.057
Conselho de Administração	97	211	284
Conselho Fiscal	142	289	291
Participações no lucro	5.053	16.729	8.393
Outros	1.004	1.599	5.811
Benefícios de rescisão de trabalho	2.968	2.968	9.109
Total	21.500	45.616	46.266

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com o Tesouro Nacional e os órgãos da Administração Direta do Governo Federal que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento. Em 26.09.2012, o Banco firmou contrato de mútuo com o Governo Federal no valor de R\$ 8.100.000 mil cujos termos e condições estão descritos na nota 20.d.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco é patrocinador da Fundação Banco do Brasil (FBB) cujos objetivos são a promoção, apoio, incentivo e patrocínio de ações de âmbito educacional, cultural, social, filantrópico, recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico-tecnológica e assistência às comunidades urbano-rurais. No exercício 2013, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 115.539 mil (R\$ 38.289 mil no exercício de 2012).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à alienação da participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimentos S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	R\$ mil	
	Exercício/2013	Exercício/2012
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	13.177.301	2.257.964
Cessão com transferência substancial de riscos e benefícios (sem coobrigação)	--	105.828
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários	136.373	294.070

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	R\$ mil						
	31.12.2013						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	42.181.597	--	--	--	7.086	42.188.683
Títulos e valores mobiliários	--	21.421.483	166.656	--	--	--	21.588.139
Operações de crédito	448.382	5.762	430.590	95.429	--	6.161.426	7.141.589
Valores a receber de ligadas	--	50.869	22.192	--	--	--	73.061
Outros ativos	--	52.040	11.951.997	551	--	--	12.004.588
Passivos							
Depósitos à vista	568.307	21.244	175.606	102	1.279	779.146	1.545.684
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.664	--	1.664
Depósitos a prazo remunerados	--	4.935.800	343.567	709	1.893	9.326.323	14.608.292
Captações mercado aberto	--	5.894.871	1.358.646	--	--	5.116.048	12.369.565
Obrigações por empréstimos e repasses	473.365	31.889.552	--	--	--	74.431.730	106.794.647
Outros passivos ⁽⁷⁾	8.324.729	22.265.207	145.509	12.753	--	--	30.748.198
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	1.344.595	6.800.000	--	--	--	8.144.595
2º Semestre/2013							
Rendas de juros e prestação de serviços	12.312	2.687.919	750.234	4.150	--	336.993	3.791.608
Despesas com captação	(49.789)	(2.775.459)	(12.594)	(5.346)	(172)	(2.860.594)	(5.703.954)
Exercício/2013							
Rendas de juros e prestação de serviços	38.597	4.652.116	1.334.400	5.002	--	412.978	6.443.093
Despesas com captação	(81.854)	(4.790.708)	(65.455)	(6.405)	(337)	(3.536.633)	(8.481.392)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.

(7) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido de Capital de Dívida – Bônus Perpétuos com o Governo Federal (Nota 20.d).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil							
	31.12.2012						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	33.617.623	--	--	--	--	33.617.623
Títulos e valores mobiliários	--	43.741	170.460	--	--	--	214.201
Operações de crédito	651.090	37.130	7.029	38	--	2.024.255	2.719.542
Valores a receber de ligadas	--	62.183	15.045	--	--	--	77.228
Outros ativos	--	271.871	1.023.276	411	--	--	1.295.558
Passivos							
Depósitos à vista	836.011	59.756	205.880	739	1.034	897.966	2.001.386
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.233	--	1.233
Depósitos a prazo remunerados	--	3.733.051	971.031	1.025	2.218	6.087.695	10.795.020
Captações mercado aberto	--	5.309.356	--	--	--	6.570.501	11.879.857
Obrigações por empréstimos e repasses	633.638	25.320.236	--	--	--	59.665.342	85.619.216
Outros passivos ⁽⁷⁾	8.214.555	987.295	7.902	--	--	14.934	9.224.686
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	907.966	6.800.000	--	--	--	7.707.966
2º Semestre/2012							
Rendas de juros e prestação de serviços	36.588	1.251.909	78.755	343	--	157.933	1.525.528
Despesas com captação	(44.103)	(1.117.324)	(87.252)	(2.208)	(452)	(1.989.245)	(3.240.584)
Exercício/2012							
Rendas de juros e prestação de serviços	82.514	2.416.549	101.243	1.086	--	316.527	2.917.919
Despesas com captação	(69.462)	(2.112.547)	(130.993)	(4.923)	(740)	(3.144.660)	(5.463.325)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.

(7) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido de Capital de Dívida – Bônus Perpétuos com o Governo Federal (Nota 20.d).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2013			31.12.2012		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.509	104.071	219.580	116.867	101.994	218.861
Plano de Benefícios 1 – Previ	25.849	87.167	113.016	28.826	84.964	113.790
Plano Previ Futuro	72.584	660	73.244	70.609	544	71.153
Plano Informal	--	3.917	3.917	--	4.182	4.182
Outros Planos	17.076	12.327	29.403	17.432	12.304	29.736
Planos de Assistência Médica	116.806	95.065	211.871	118.534	94.253	212.787
Cassi	103.459	87.136	190.595	104.824	84.867	189.691
Outros Planos	13.347	7.929	21.276	13.710	9.386	23.096

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	R\$ mil		
	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.256.932	1.835.959	2.243.701
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	875.323	1.137.810	1.521.578
Plano Previ Futuro	202.126	361.039	299.276
Plano Informal	99.859	192.370	297.589
Outros Planos	79.624	144.740	125.258
Planos de Assistência Médica	542.642	970.181	927.960
Cassi	487.665	895.454	817.542
Outros Planos	54.977	74.727	110.418
Total	1.799.574	2.806.140	3.171.661

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 27.f.1) e do Fundo de Contribuição (Nota 27.f.2). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou quevenham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 1º semestre de 2014, estão estimadas em R\$ 715.347 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil		
	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Planos de Aposentadoria e Pensão	(118.802)	(35.459)	1.453.449
Plano de Benefícios 1 – Previ	224.266	598.311	1.355.234
Plano Previ Futuro	(202.126)	(361.039)	(299.276)
Plano Informal	(74.583)	(142.999)	463.240
Outros Planos	(66.359)	(129.732)	(65.749)
Planos de Assistência Médica	(714.024)	(1.323.661)	(1.302.529)
Cassi	(656.277)	(1.213.209)	(1.151.709)
Outros Planos	(57.747)	(110.452)	(150.820)
Total	(832.826)	(1.359.120)	150.920

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 27.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusc e Prevbep) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2013 e 31.12.2012.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2013	Exerc/2012
Saldo Inicial	(128.413.440)	(98.849.541)	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(6.949.678)	(5.622.610)
Custo de juros	(11.946.190)	(10.235.720)	(99.016)	(177.875)	(718.314)	(625.078)	(634.651)	(573.868)
Custo do serviço passado	--	--	(43.983)	--	--	--	--	--
Custo do serviço corrente	(565.900)	(514.081)	--	--	(136.080)	(95.589)	(41.725)	(38.113)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	9.268.627	7.502.104	192.084	297.318	536.639	487.418	426.885	403.496
Reduções / liquidações ⁽¹⁾	--	--	--	1.217.263	--	--	--	130.640
Remensurações de ganhos / (perdas) atuariais ⁽²⁾	18.134.054	(26.316.202)	37.821	(522.353)	1.702.032	(1.437.674)	1.227.193	(1.249.223)
Saldo Final	(113.522.849)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(113.522.849)	(128.413.440)	--	--	--	--	(5.033.968)	(4.921.429)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(938.008)	(2.028.249)

(1) No Plano Informal, refere-se substancialmente à migração do Grupo Especial para o Plano 1 da Previ. (Nota 27.f).

(2) A perda atuarial no exercício de 2012 decorre substancialmente da redução da taxa de desconto, que em 31.12.2011 era de 10,56% a.a. e em 31.12.2012 passou a ser 8,71% a.a.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	R\$ mil							
	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2013	Exerc/2012
Saldo Inicial	152.029.136	133.079.396	--	--	--	--	4.921.429	4.477.749
Receita de juros	13.708.711	13.460.271	--	--	--	--	475.875	474.934
Contribuições recebidas	1.137.977	1.521.818	192.084	297.318	536.639	487.418	149.825	157.399
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(9.268.627)	(7.502.104)	(192.084)	(297.318)	(536.639)	(487.418)	(426.885)	(403.496)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(13.186.457)	11.469.755	--	--	--	--	(86.276)	214.843
Saldo Final	144.420.740	152.029.136	--	--	--	--	5.033.968	4.921.429

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmals (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc), Grupo B', Plus I e II, e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	R\$ mil							
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
1) Valor justo dos ativos do plano	144.420.740	152.029.136	--	--	--	--	5.033.968	4.921.429
2) Valor presente das obrigações atuariais	(113.522.849)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	30.897.891	23.615.696	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(938.008)	(2.028.249)
4) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	15.448.946	11.807.848	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(702.015)	(1.287.286)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				R\$ mil
		até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	acima 5 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,68	9.678.547	9.605.425	28.618.107	191.464.172	239.366.251
Plano Informal (Previ)	5,01	164.025	143.622	334.273	668.894	1.310.814
Plano de Associados (Cassi)	13,35	498.041	487.191	1.472.512	18.854.481	21.312.225
Regulamento Geral (Economus)	10,34	351.050	357.237	1.105.682	8.564.779	10.378.748
Regulamento Complementar 1 (Economus)	14,07	1.241	1.337	4.668	82.122	89.368
Plus I e II (Economus)	11,54	41.162	41.625	126.894	1.228.664	1.438.345
Grupo B' (Economus)	9,03	11.635	11.597	34.317	201.739	259.288
Pré-74 (Economus)	8,16	2.665	2.661	7.854	37.759	50.939
Prevmais (Economus)	14,73	8.838	9.179	28.583	493.100	539.700
Multifuturo I (Fusesc)	12,34	4.712	4.780	14.733	162.902	187.127
Plano I (Fusesc)	11,16	26.331	27.257	88.386	851.645	993.619
Plano BEP (Prevbep)	10,94	2.122	2.270	7.311	67.465	79.168

(1) Duração média ponderada da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos			R\$ mil
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	
Custo do serviço corrente	(129.961)	(282.950)	(257.040)	--	--	--	(68.425)	(136.080)	(95.589)	(11.229)	(17.696)	(13.653)	
Custo dos juros	(3.261.908)	(5.973.094)	(5.117.860)	(53.718)	(99.016)	(177.875)	(392.094)	(718.314)	(625.078)	(51.444)	(106.479)	(91.889)	
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.616.135	6.854.355	6.730.134	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	--	--	--	--	--	(259.387)	--	--	(91.006)	--	--	(106.314)	
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(20.865)	(43.983)	--	--	--	(9.912)	--	--	--	
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(195.758)	(358.815)	(330.124)	(69.856)	(135.779)	(131.300)	
Outros ajustes/reversões	--	--	--	--	--	900.502	--	--	--	8.423	19.770	126.587	
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	224.266	598.311	1.355.234	(74.583)	(142.999)	463.240	(656.277)	(1.213.209)	(1.151.709)	(124.106)	(240.184)	(216.569)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d.6) Valores reconhecidos no patrimônio líquido pela adoção do pronunciamento CPC 33 (R1)

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ajustes de avaliação patrimonial	861.910	(4.441.209)	37.821	(109.101)	1.702.032	(2.577.272)	608.169	(695.413)
Efeitos fiscais	(368.811)	1.900.393	(15.129)	43.640	(680.813)	1.030.909	(245.227)	277.505
Ajustes de avaliação patrimonial líquidos de efeitos fiscais	493.099	(2.540.816)	22.692	(65.461)	1.021.219	(1.546.363)	362.942	(417.908)

d.7) Composição dos ativos dos planos, apresentados como porcentagem do total

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Renda fixa	30,7%	31,5%	81,5%	88,9%
Renda variável	59,7%	59,6%	9,1%	6,4%
Investimentos imobiliários	5,7%	5,2%	3,6%	2,1%
Empréstimos e financiamentos	3,3%	3,3%	2,0%	2,0%
Outros	0,6%	0,4%	3,8%	0,6%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	7,2%	8,1%	--	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	0,1%	0,1%	0,1%	--

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Taxa de inflação (a.a.)	6,66%	4,20%	6,67%	4,20%	6,67%	4,20%	6,66%	4,20%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,41%	4,33%	6,15%	4,33%	6,50%	4,33%	6,45%	4,33%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,50%	8,71%	--	--	--	--	13,55%	8,71%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,25%	0,14%	--	--	--	--	0,43%	0,52%
Tábua de sobrevivência ⁽²⁾	AT-2000	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-2000	AT-83
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) As premissas atuariais agrupadas são apresentadas através de médias ponderadas.
(2) Em 2012, os planos Prevmals, Multifuturo I e Plano de Benefícios I (Fusesc) utilizavam a AT-2000.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,41%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	R\$ mil					
	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Valor apurado - Previ	138.817.850	132.282.188	(114.220.748)	(105.150.551)	24.597.102	27.131.637
Incorporação dos valores do contrato 97	13.663.084	13.198.959	(13.663.084)	(13.198.959)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.056.555	1.013.754	(1.056.555)	(1.013.754)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(9.116.749)	5.534.235	--	--	(9.116.749)	5.534.235
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	15.417.538	(9.050.176)	15.417.538	(9.050.176)
Valor apurado – Banco	144.420.740	152.029.136	(113.522.849)	(128.413.440)	30.897.891	23.615.696

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

		R\$ mil						
		31.12.2013	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	113.522.849	111.568.410	115.303.230	113.658.440	113.388.642	111.411.909	115.720.493
	Superávit/(déficit) do plano	30.897.891	32.852.330	29.117.510	30.762.300	31.032.098	33.008.831	28.700.247
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	1.004.111	976.703	1.043.724	--	--	992.395	1.016.136
	Superávit/(déficit) do plano	(1.004.111)	(976.703)	(1.043.724)	--	--	(992.395)	(1.016.136)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	6.333.578	6.199.515	6.465.197	6.334.368	6.332.808	6.199.674	6.473.001
	Superávit/(déficit) do plano	(6.333.578)	(6.199.515)	(6.465.197)	(6.334.368)	(6.332.808)	(6.199.674)	(6.473.001)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	4.674.634	4.624.173	4.722.678	--	--	4.584.179	4.768.251
	Superávit/(déficit) do plano	(684.827)	(634.361)	(732.865)	--	--	(594.366)	(778.438)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	27.882	29.013	26.783	--	--	26.969	28.840
	Superávit/(déficit) do plano	(615)	(1.747)	484	--	--	298	(1.573)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	327.519	316.676	338.223	--	--	321.538	333.718
	Superávit/(déficit) do plano	(327.519)	(316.676)	(338.223)	--	--	(321.538)	(333.718)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	115.589	113.108	117.997	--	--	113.347	117.911
	Superávit/(déficit) do plano	(115.589)	(113.108)	(117.997)	--	--	(113.347)	(117.911)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	181.785	181.833	181.776	--	--	176.599	187.247
	Superávit/(déficit) do plano	63.026	62.978	63.035	--	--	68.211	57.563
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	74.543	73.835	75.223	--	--	72.718	76.453
	Superávit/(déficit) do plano	45.738	46.447	45.059	--	--	47.563	43.829
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	531.311	526.334	535.391	531.313	531.309	520.482	535.563
	Superávit/(déficit) do plano	38.873	43.850	34.793	38.871	38.875	49.702	34.621
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	38.713	38.152	39.255	38.919	38.498	37.892	39.568
	Superávit/(déficit) do plano	42.905	43.466	42.363	42.699	43.120	43.726	42.050

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Plano 1 (Previ)	15.448.946	11.807.848	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(1.004.111)	(1.091.017)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(6.333.578)	(7.717.855)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(353.961)	(763.359)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(218)	(3.537)
Plus I e II (Economus)	--	--	(327.519)	(391.916)
Grupo B' (Economus)	--	--	(115.589)	(134.705)
Prevmais (Economus)	31.513	--	--	(9.165)
Multifuturo I (Fusesc)	22.870	4.910	--	--
Plano I (Fusesc)	19.436	--	--	(8.253)
Plano BEP (Prevbep)	21.453	18.739	--	--
Total	15.544.218	11.831.497	(8.134.976)	(10.119.807)

f) Destinações do Superávit – Plano 1

	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	748.245	740.643	1.608.379
Atualização	35.152	78.060	183.275
Contribuições ao Plano 1 - contrato 97	(570.572)	(603.066)	(37.257)
Contribuição amortizante antecipada Grupo Especial ⁽¹⁾	(40.701)	(43.513)	(1.013.754)
Saldo Final	172.124	172.124	740.643
Fundo de Destinação			
Saldo Inicial	1.377.855	2.373.525	3.684.325
Atualização	41.574	148.012	331.001
Valores transferidos para o Plano 1	--	(223.687)	--
Transferência para o Fundo de Utilização	(891.369)	(1.769.790)	(1.641.801)
Valores revertidos para o Plano 1 (Nota 27.f.2)	(528.060)	(528.060)	--
Saldo Final	--	--	2.373.525
Fundo de Contribuição			
Saldo Inicial	536.574	726.637	1.096.433
Atualização	18.627	55.745	100.619
Contribuições ao Plano 1	(264.050)	(491.231)	(470.415)
Valores revertidos para o Plano 1 (Nota 27.f.2)	(291.151)	(291.151)	--
Saldo Final	--	--	726.637
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	6.569.981	5.357.912	3.249.250
Valores transferidos do Fundo de Destinação	891.369	1.769.790	1.641.801
Atualização	332.804	666.452	466.861
Saldo Final	7.794.154	7.794.154	5.357.912
Total dos fundos de destinação do superávit	7.966.278	7.966.278	9.198.717

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundos de Destinação e de Contribuição**Fundo de Destinação**

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Fundos de Destinação - Previ, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros Créditos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco é transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Reversão dos Fundos de Destinação e de Contribuição

Em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, exigindo a sua recomposição. Dessa forma, conforme previsto no artigo 18 da Resolução CGPC n.º 26/2008, a utilização da Reserva Especial do plano foi interrompida e os valores contabilizados nos Fundos de Destinação e de Contribuições dos participantes e do patrocinador foram revertidos à Reserva de Contingência.

f.3) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, poderá ser utilizado pelo Banco após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

28 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009. Porém, existem processos no conglomerado Banco do Brasil cuja perspectiva de êxito é provável, esses não envolvem valores significativos.

Notas Explicativas**Ações Trabalhistas**

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, ou imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Demandas Trabalhistas						
Saldo Inicial	2.846.818	2.496.821	2.340.058	3.320.243	2.945.490	2.514.536
Constituição	440.317	1.064.039	1.038.938	586.628	1.286.242	1.315.862
Reversão da provisão	(43.956)	(86.416)	(140.999)	(246.574)	(339.599)	(149.451)
Baixa por pagamento	(445.437)	(794.822)	(876.575)	(500.378)	(850.354)	(881.044)
Atualização monetária	161.735	279.855	135.399	183.752	301.892	136.529
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	--	--	--	82.076	82.076	9.058
Saldo Final	2.959.477	2.959.477	2.496.821	3.425.747	3.425.747	2.945.490
Demandas Fiscais						
Saldo Inicial	145.038	140.580	164.943	2.251.471	2.020.124	1.400.444
Constituição	43.312	59.870	125.048	186.458	407.518	714.335
Reversão da provisão	(7.714)	(18.608)	(138.192)	(30.628)	(49.726)	(151.281)
Baixa por pagamento	(1.801)	(5.424)	(18.814)	(504.018)	(510.801)	(18.814)
Atualização monetária	5.745	8.162	7.595	52.085	84.963	62.423
Valores adicionados/incorporados ⁽²⁾	--	--	--	61.017	64.307	13.017
Saldo Final	184.580	184.580	140.580	2.016.385	2.016.385	2.020.124
Demandas Cíveis						
Saldo Inicial	5.224.133	3.945.650	3.244.433	5.518.738	4.208.172	3.473.970
Constituição	1.186.662	3.883.738	1.968.684	1.265.290	4.014.597	2.050.643
Reversão da provisão	(1.748.233)	(2.949.995)	(546.636)	(1.775.264)	(2.989.420)	(585.653)
Baixa por pagamento	(313.081)	(592.140)	(939.098)	(358.666)	(650.820)	(954.546)
Atualização monetária	161.535	223.763	218.267	161.754	229.323	223.758
Saldo Final	4.511.016	4.511.016	3.945.650	4.811.852	4.811.852	4.208.172
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	7.655.073	7.655.073	6.583.051	10.253.984	10.253.984	9.173.786

(1) Em 2013, R\$ 11.046 mil são provenientes do IRB e R\$ 71.030 mil de incorporações do Banco Votorantim. Em 2012, o saldo é oriundo da empresa IBI-Promotora.

(2) No 2º Semestre/2013, R\$ 60.966 mil são provenientes do IRB e R\$ 51 mil de incorporações do Banco Votorantim. Em 2013, R\$ 60.966 mil são provenientes do IRB e R\$ 3.341 mil de incorporações do Banco Votorantim. Em 2012, o saldo é proveniente da empresa IBI-Promotora.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009.

SalDOS dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Trabalhistas	107.363	54.905	823.379	90.721
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	7.651.604	3.987.389	8.860.255	5.032.809
Demandas Cíveis	3.358.327	2.874.457	4.445.562	3.434.338
Total	11.117.294	6.916.751	14.129.196	8.557.868

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.221.343 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 206.037 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 61.025 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 765.133 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**c) Depósitos em Garantia de Recursos****Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Trabalhistas	3.219.484	2.656.350	3.324.680	2.716.708
Demandas Fiscais	5.552.964	4.887.934	7.570.252	6.514.284
Demandas Cíveis	7.478.046	4.384.318	7.601.508	4.681.155
Total	16.250.494	11.928.602	18.496.440	13.912.147

R\$ mil

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 12.602.564 mil (R\$ 13.881.845 mil em 31.12.2012) relativo às seguintes ações:

Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social

Em fevereiro de 1998, o Banco ingressou com Mandado de Segurança, em curso na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi desprovido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 6.030.891 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar", as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.187.643 mil, em 31.12.2013, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.709.336 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****Valores relacionados à referida ação**

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos Judiciais	14.606.013	13.986.906
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	6.789.002	6.169.895
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	12.602.564	12.428.627
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	6.030.891	5.856.954

Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Leis n.º 11.941/2009 e n.º 12.865/2013

Em novembro de 2013, o Banco do Brasil e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei n.º 12.865/2013, relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei n.º 9.718/1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras. O Banco do Brasil, também, utilizou da prerrogativa do artigo 17 da Lei n.º 12.865/2013, que reabriu, até 31 de dezembro 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei n.º 11.941/2009.

Os principais processos incluídos nesses programas referem-se aos questionamentos: (i) calcular e recolher o PIS/Pasep e Cofins, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar n.º 70/1991, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/1998; ii) CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido, deduzido da despesa de CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei n.º 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa e iii) IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre abonos pagos em dissídio coletivo alusivo ao período 1996/1997.

O total líquido resultante da adesão aos programas foi registrado no grupamento “Outras Receitas Operacionais” (Nota 22.e). O Banco do Brasil não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a Lei n.º 12.865/2013.

29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**a) Processo de Gestão de Riscos**

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Risco Global (CRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento destas políticas. Já as diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito, mercado e liquidez e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o *website* bb.com.br/ri.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2013

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**Instrumentos Financeiros – Valor Justo**

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

R\$ mil								
	31.12.2013		31.12.2012		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativos								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	231.131.786	231.075.033	219.323.434	219.239.963	(56.753)	(83.471)	(56.753)	(83.471)
Títulos e valores mobiliários	200.418.074	201.306.389	182.942.587	182.985.415	95.314	1.457.730	888.315	42.828
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	(793.001)	1.414.902	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	888.315	42.828	888.315	42.828
Instrumentos financeiros derivativos	1.520.656	1.520.656	1.414.580	1.414.580	--	--	--	--
Operações de crédito	560.203.141	558.842.258	469.712.686	468.589.925	(1.360.883)	(1.122.761)	(1.360.883)	(1.122.761)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	27.155.259	27.232.091	16.568.656	16.629.535	(76.832)	(60.879)	(76.832)	(60.879)
Depósitos a prazo	247.311.253	247.321.974	263.012.824	262.911.255	(10.721)	101.569	(10.721)	101.569
Obrigações por operações compromissadas	239.464.578	238.883.272	225.786.872	225.402.847	581.306	384.025	581.306	384.025
Obrigações por empréstimos e repasses	104.444.653	104.454.456	77.687.149	77.729.376	(9.803)	(42.227)	(9.803)	(42.227)
Instrumentos financeiros derivativos	3.694.410	3.694.410	3.439.482	3.439.482	--	--	--	--
Outras obrigações	264.725.731	263.724.477	232.547.754	231.669.179	1.001.254	878.575	1.001.254	878.575
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					162.882	1.512.561	955.883	97.659

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, deu-se com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo foram utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados equivalentes ao valor justo.

Notas Explicativas

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos foi estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo foi equivalente ao valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço**

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	187.153.114	108.646.325	77.926.704	580.085
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	84.520.132	56.882.741	27.637.391	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.520.656	--	1.520.656	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	101.112.326	51.763.584	48.768.657	580.085
Passivos	7.413.952	--	7.413.952	--
Captação com <i>hedge</i>	3.719.542	--	3.719.542	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.694.410	--	3.694.410	--

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	171.447.314	114.356.266	56.289.673	801.375
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	74.711.317	55.657.463	19.053.854	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.414.580	--	1.413.642	938
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	95.321.417	58.698.803	35.822.177	800.437
Passivos	8.454.366	--	8.454.314	52
Captação com <i>hedge</i>	5.014.884	--	5.014.884	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.439.482	--	3.439.430	52

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	R\$ mil				
	Exercício/2013				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	--	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	938	244	(952)	(230)	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	800.437	332.985	(530.668)	(22.669)	580.085
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	52	--	(6)	(46)	--

	R\$ mil				
	Exercício/2012				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	--	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	821	--	--	117	938
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	1.306.537	61.744	(529.579)	(38.265)	800.437
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	16.282	--	--	(16.230)	52

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, e visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos impactos de movimentos de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 2,36 e aumento da taxa Selic para 10,5% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2013.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2013, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2013, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

		R\$ mil			
		Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.648)	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	14	Redução	101
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(439)	Manutenção	--
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	--	Aumento	102
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	1.417	Redução	(1.830)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

R\$ mil					
Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(9.821)	Aumento	(25.630)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(10)	Aumento	(4)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.275)	Aumento	(643)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	--	Redução	(36)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(47.685)	Redução	(46.676)

R\$ mil					
Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(19.070)	Aumento	(50.692)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(20)	Aumento	(7)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.471)	Aumento	(1.263)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	--	Redução	(73)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(95.369)	Redução	(93.351)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do exercício. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (créditos diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

R\$ mil					
Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.804.295)	Manutenção	--
Cupom de TR		Aumento	1.389.424	Manutenção	--
Cupom de TBF	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(3.530)	Redução	(203)
Cupom de TJLP		Aumento	(955)	Aumento	251.946
Cupom de TMS e CDI		Redução	(69.107)	Redução	(415.910)
Cupom de IGP-M		Aumento	(62.716)	Manutenção	--
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(125)	Manutenção	--
Cupom de INPC		Aumento	(60.044)	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Aumento	(307.121)	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	528.880	Aumento	652.328
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	9.830	Redução	(13.634)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

R\$ mil					
Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(10.705.250)	Aumento	(6.451.975)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(7.581.031)	Redução	(5.238.026)
Cupom de TBF		Redução	(1.099)	Redução	(137)
Cupom de TJLP		Aumento	(11.881)	Redução	(252.037)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(53.034)	Redução	(32.793)
Cupom de IGP-M		Aumento	(187.327)	Aumento	(120.834)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(245)	Aumento	(53)
Cupom de INPC		Aumento	(165.878)	Aumento	(89.503)
Cupom de IPCA		Aumento	(906.550)	Aumento	(17.295)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(651.673)	Redução	(424.401)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(330.849)	Redução	(347.656)

R\$ mil					
Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(20.156.817)	Aumento	(12.346.186)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(15.642.186)	Redução	(10.732.274)
Cupom de TBF		Redução	(2.202)	Redução	(275)
Cupom de TJLP		Aumento	(24.484)	Redução	(509.781)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(106.112)	Redução	(65.597)
Cupom de IGP-M		Aumento	(357.047)	Aumento	(233.218)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(489)	Aumento	(106)
Cupom de INPC		Aumento	(325.466)	Aumento	(177.352)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.628.208)	Aumento	(25.394)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.333.978)	Redução	(860.419)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(661.698)	Redução	(695.312)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa prefixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;

- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2013, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**Participação no Banco Votorantim**

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 31.12.2013, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2013, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2013, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados da Carteira de Negociação das posições do Banco relativas à sua participação no Banco Votorantim:

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(521)	Redução	8.508
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(922)	Manutenção	--
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(1.746)	Redução	3.986
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	21	Aumento	1.177
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(25)	Manutenção	--

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.119)	Aumento	(13.281)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(3.066)	Aumento	(2.830)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(67.859)	Aumento	(116.098)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(237)	Redução	--
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(4.712)	Aumento	(12.731)

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(25.049)	Aumento	(35.578)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.934)	Aumento	(5.518)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(137.777)	Aumento	(245.147)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(488)	Redução	(9)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	--	Redução	(27.622)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, das posições do Banco relativas à sua participação no Banco Votorantim:

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(14.223)	Redução	134.287
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(2.764)	Manutenção	--
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(3.761)	Redução	(1.702)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	332	Aumento	--
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	132	Manutenção	--
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(169)	Manutenção	(4.178)

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(361.639)	Aumento	(199.726)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(7.833)	Aumento	(4.896)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(101.702)	Redução	(65.478)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(3.494)	Redução	(3.614)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(186)	Redução	(38)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.406)	Aumento	(5.579)

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2013		31.12.2012	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(696.413)	Aumento	(512.460)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(15.389)	Aumento	(9.550)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(185.898)	Redução	(133.102)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(6.979)	Redução	(7.316)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(372)	Redução	(77)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.788)	Aumento	(6.894)

f) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura a Unidade Contadoria e as Diretorias de Gestão de Riscos, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013**

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	
	Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro
PR – Patrimônio de Referência	118.234.351	109.285.842	107.925.146
Nível I	85.500.897	77.099.943	76.769.399
Capital Principal (CP)	67.055.163	65.534.952	65.253.989
Patrimônio líquido	70.537.211	66.350.927	66.069.965
Ajustes prudenciais ⁽¹⁾	(3.482.048)	--	--
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ⁽¹⁾	(3.433.968)	--	--
Ativos diferidos ⁽¹⁾	(48.080)	--	--
Reservas de reavaliação ⁽²⁾	--	(4.644)	(4.645)
Ativo permanente diferido ⁽²⁾	--	(110.795)	(110.795)
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	--	(700.536)	(700.536)
Capital Complementar ⁽¹⁾	18.445.734	--	--
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	8.489.750	--	--
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽³⁾	9.955.984	11.564.991	11.515.410
Nível II	32.733.454	36.024.829	36.074.411
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital ⁽⁵⁾	32.747.645	32.400.578	32.400.578
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	18.529.802	--	--
Recursos captados do FCO	18.529.802	16.602.973	16.602.973
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽⁶⁾	14.217.843	15.797.605	15.797.605
Recursos captados no exterior	5.400.925	6.001.028	6.001.028
Recursos captados com CDB	1.453.889	1.615.433	1.615.433
Recursos captados com Letras Financeiras	7.363.029	8.181.144	8.181.144
Dedução do Nível II ⁽¹⁾	(14.191)	--	--
Instrumentos de Captação emitidos por instituição financeira ⁽¹⁾	(14.191)	--	--
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	--	700.536	700.536
Instrumentos híbridos de capital e dívida ^{(2) (3)}	--	2.919.071	2.968.652
Reservas de reavaliação ⁽²⁾	--	4.644	4.645
Deduções do PR ⁽²⁾	--	(3.838.930)	(4.918.664)
Instrumentos financeiros excluídos do PR ⁽²⁾	--	(3.838.930)	(4.918.664)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽⁷⁾	813.623.083	722.140.677	727.589.825
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	761.431.384	688.456.770	691.604.972
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	15.239.976	1.885.244	1.885.244
Risco Operacional (RWA _{OPAD}) ⁽⁸⁾	36.951.723	31.798.663	34.099.609
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁹⁾	89.498.539	79.435.474	80.034.881
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	28.735.812	29.850.368	27.890.265
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	10,51%	10,68%	10,55%
Índice de Capital Principal (CP / RWA) ⁽¹⁾	8,24%	9,08%	8,97%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,53%	15,13%	14,83%

(1) Metodologia utilizada a partir de 01.10.2013, conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Metodologia utilizada até 30.09.2013, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007.

(3) Conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados pelo Bacen a compor o Nível I do PR estão limitados a 15% (quinze por cento) do total do Nível I, incluído o próprio valor do IHCD. Os IHCD que venham ultrapassar esse limite são adicionados ao Nível II do PR.

(4) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(5) Até 30.09.2013 os valores foram apurados conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e após 01.10.2013 os valores foram apurados conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(6) Para 31.12.2013, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(7) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores foram obtidos a partir do Patrimônio de Referência Exigido, segundo os critérios da Resolução CMN n.º 3.490/2007, o qual foi convertido em RWA.

(8) Conforme alteração promovida pela Circular Bacen n.º 3.640/2013, com redação dada pela Circular Bacen n.º 3.675/2013, que substituiu a Circular Bacen n.º 3.383/2008. A partir de 01.10.2013 o valor do capital para o risco operacional (RWA_{OPAD}) não contempla o adicional de capital para o consolidado econômico-financeiro (Aconf).

(9) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% do RWA, a partir de 01.01.2019. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores referem-se ao Patrimônio de Referência Exigido e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.490/2007.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**g) Índice de Imobilização**

O Índice de Imobilização em relação ao PR é de 23,47%, exigido para o Consolidado Financeiro, conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013 e foi apurado em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

Em 31.12.2012 o Índice de Imobilização atingiu 25,85% para o Consolidado Financeiro e 21,64% para o Consolidado Econômico-Financeiro, em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999. A diferença entre o Índice de Imobilização do Consolidado Financeiro e do Econômico-Financeiro decorre da inclusão de empresas controladas/coligadas não financeiras que dispõem de elevada liquidez e baixo nível de imobilização, com consequente redução do Índice de Imobilização do Consolidado Econômico-Financeiro.

30 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	5.777.049	15.810.371	12.309.870	5.729.142	15.757.937	12.205.120
Outros Lucros / (Prejuízos) Abrangentes						
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 24.h)	8.129.540	849.344	(8.152.731)	8.129.540	849.344	(8.152.731)
Próprios	8.518.614	2.859.243	(9.100.081)	8.518.614	2.859.243	(9.100.081)
De agências e subsidiárias no exterior	(241.105)	(1.196.037)	527.402	(241.105)	(1.196.037)	527.402
De coligadas e controladas	(147.969)	(813.862)	419.948	(147.969)	(813.862)	419.948
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 24.h)	(3.548.307)	(831.199)	3.143.341	(3.548.307)	(831.199)	3.143.341
Outros Lucros / (Prejuízos) Abrangentes líquidos de IR e CSLL	4.581.233	18.145	(5.009.390)	4.581.233	18.145	(5.009.390)
Lucro Abrangente	10.358.282	15.828.516	7.300.480	10.310.375	15.776.082	7.195.730
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	--	--	--	583.476	840.369	155.778

31 – OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 20.02.2013, aprovou a fixação, para o exercício de 2013, do índice de distribuição do resultado (payout) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, O Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas

A parceria poderá se concretizar mediante a constituição de sociedade de participações e de instituição financeira, cujo principal objetivo será incrementar o modelo hoje estabelecido entre as empresas, ampliando seu portfólio de produtos e serviços, para aproximá-lo dos modelos internacionais de bancos postais.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras		Saldo (R\$ mil)	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Patrimônio Administrado	565	548	493.746.010	444.022.933
Fundos de investimentos	557	538	475.026.980	430.833.490
Carteiras administradas	8	10	18.719.030	13.189.443

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	BB-Banco Múltiplo		BB Consolidado		R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012		
Ativo						
Grupo BB	50.192.476	42.469.895	42.311.768	37.168.271		
Terceiros	87.959.703	72.412.267	104.993.920	87.178.714		
Total do Ativo	138.152.179	114.882.162	147.305.688	124.346.985		
Passivo						
Grupo BB	21.921.733	26.662.409	17.073.866	22.991.955		
Terceiros	111.199.761	83.453.373	122.013.798	93.863.535		
Patrimônio Líquido	5.030.685	4.766.380	8.218.024	7.491.495		
Atribuível à controladora	5.030.685	4.766.380	7.540.569	6.917.391		
Participação dos não controladores	--	--	677.455	574.104		
Total do Passivo	138.152.179	114.882.162	147.305.688	124.346.985		
	2º sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012	2º sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Lucro	499.766	858.834	564.632	811.286	1.394.930	957.731
Atribuível à controladora	499.766	858.834	564.632	706.555	1.202.654	801.682
Participações dos não controladores	--	--	--	104.731	192.276	156.049

e) Recursos de Consórcios

	R\$ mil		
	31.12.2013	31.12.2012	
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	160.351	138.854	
Obrigações do grupo por contribuições	7.357.910	7.454.133	
Consorticiados – bens a contemplar	6.718.088	6.941.366	
(Em unidades)			
Quantidade de grupos administrados	513	465	
Quantidade de consorciados ativos	437.591	400.975	
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	36.788	22.205	
	2º semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Quantidade de bens entregues no período	37.198	71.048	70.419

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2013

Notas Explicativas**f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos**

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	2º Semestre/2013		Exercício/2013		Exercício/2012	
	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)
Com ônus para o Banco						
Governo Federal	--	--	--	91	1	731
Entidades sindicais	225	15.848	225	30.683	224	29.442
Outros órgãos/entidades	2	393	2	685	2	1.427
Entidades controladas e coligadas	2	576	2	1.076	3	1.206
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	285	--	285	--	275	--
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ e Economus)	591	--	591	--	586	--
Entidades dos funcionários	87	--	87	--	84	--
Entidades controladas e coligadas	394	--	394	--	330	--
Total	1.586	16.817	1.586	32.535	1.505	32.806

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes**Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil:**

	R\$	
	31.12.2013	31.12.2012
Menor Salário	2.043,36	1.892,00
Maior Salário	34.346,27	31.802,11
Salário Médio	5.794,56	5.334,04
Dirigentes		
Presidente	58.773,99	55.264,68
Vice-presidente	52.607,05	49.465,96
Diretor	44.585,55	41.923,41
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.083,02	4.411,87
Conselho de Administração	5.083,02	4.411,87
Comitê de Auditoria - Titular	40.127,00	37.731,07

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2013

	R\$ mil	
Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as immobilizações próprias relevantes	1.153.809	4.986
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	121
Demais	556	13
Total	1.155.250	5.120

(1) Refere-se a cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

Notas Explicativas**i) Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)**

Por meio da Lei n.º 12.833, de 20.06.2013, o governo federal estabeleceu que os recursos do FNAC destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos poderão ser geridos e administrados pelo Banco do Brasil, diretamente ou por suas subsidiárias, conforme definido em ato da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O Decreto n.º 8.024, de 04.06.2013, que regulamenta o funcionamento do FNAC, prevê que os recursos do fundo serão transferidos ao Banco do Brasil conforme programação de aplicação de recursos aprovada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e do que for estabelecido no contrato. Segundo o decreto, a remuneração a ser recebida pelo Banco, decorrente da prestação dos serviços, será fixada por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Na função de gestor dos recursos do FNAC, o Banco do Brasil realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens e contratar obras e serviços de engenharia e quaisquer outros serviços técnicos especializados.

j) Medida Provisória n.º 627

A Medida Provisória n.º 627 (MP 627/2013), de 11.11.2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Considerando que a MP 627/2013 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, o Banco aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva.

Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da MP 627/2013, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil.

Notas Explicativas

Banco do Brasil S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil de acordo com o item 173 da Deliberação CVM n.º 695/2012, os ganhos/perdas atuariais dos planos de benefícios a empregados não reconhecidos de acordo com opção da regulamentação contábil em vigor até 31 de dezembro de 2012, foram registrados de forma retrospectiva, conforme Deliberação CVM n.º 592/2009. Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados, com os efeitos e nas contas contábeis apresentados nas notas 3 (Informações para efeito de comparabilidade), 4.1 e 27.d.6, e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

Notas Explicativas**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente. O regimento interno do Comitê de Auditoria está disponível no site www.bb.com.br/ri.

O universo de atuação do Comitê compreende o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., BB Administradora de Consórcios S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controle interno efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, a qualidade e adequação dos sistemas de controle interno e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, com a participação de representantes da administração, auditorias interna e independente e com executivos das principais áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, tecnologia, crédito, finanças, além de trabalhos internos.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controle interno, aspectos contábeis, provisões, contingências, processos de gestão de riscos e de capital, gestão de recursos de terceiros, dependências externas, soluções tecnológicas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou os relatórios das administrações, demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seus relatórios.

Notas Explicativas**Conclusões**

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. os sistemas de controle interno são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a auditoria interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- d. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2013 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2014.

Egídio Otmar Ames

Coordenador

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

Notas Explicativas**Demonstrações Contábeis
Exercício 2013****MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que, em reunião desta data, aprovou o Relatório e o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, de conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria e do Relatório da Administração, todos referentes ao exercício de 2013.

Em 12 de fevereiro de 2014.

Adriana Queiroz de Carvalho

Aldemir Bendine

Bernardo Gouthier Macedo

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

Rafael Vieira de Matos

Sergio Eduardo Arbulu Mendonça

Notas Explicativas**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2014.

Aldo César Martins Braidó
Conselheiro

Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Conselheiro

Marcos de Andrade Reis Villela
Conselheiro

Marcos Machado Guimarães
Conselheiro

Paulo José dos Reis Souza
Presidente

Notas Explicativas**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 do Banco do Brasil S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2014.

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Negócios de Varejo

Benito da Gama Santos
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e
Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuições e
Operações

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Atacado, Negócios
Internacionais e Private Bank

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e
Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Notas Explicativas**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 12.02.2014, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2014.

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Negócios de Varejo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Atacado, Negócios Internacionais e Private Bank

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos

Benito da Gama Santos
Vice-presidente de Governo

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuições e Operações

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

Notas Explicativas**MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO****PRESIDENTE**

Aldemir Bendine

VICE-PRESIDENTES

Alexandre Corrêa Abreu
Benito da Gama Santos
Geraldo Afonso Dezena da Silva
Ivan de Souza Monteiro
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Paulo Rogério Caffarelli
Robson Rocha
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adilson do Nascimento Anísio
Admilson Monteiro Garcia
Adriano Meira Ricci
Antonio Mauricio Maurano
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Eduardo Leal Neri
Clenio Severio Teribe
Edmar José Casalatina
Gueitiro Matsuo Genso
Gustavo Henrique Santos de Sousa
Hayton Jurema da Rocha
Ives César Fülber
Janio Carlos Endo Macedo
José Carlos Reis da Silva
José Mauricio Pereira Coelho
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Márcio Hamilton Ferreira
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marcos Ricardo Lot
Nilson Martiniano Moreira
Raul Francisco Moreira
Sandro José Franco
Sandro Kohler Marcondes
Sergio Peres

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Aldemir Bendine
Bernardo Gouthier Macedo
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger
Rafael Vieira de Matos
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça

CONSELHO FISCAL

Paulo José dos Reis Souza
Aldo César Martins Braidó
Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Marcos de Andrade Reis Villela
Marcos Machado Guimarães

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames
Antonio Carlos Correia
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

ITR – Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais – Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Banco Consolidado – 2013

Senhores Acionistas,

Guidance 2013

O *Guidance* para 2013 é apresentado na tabela a seguir. A projeção é elaborada para o ano como um todo, de forma que o acompanhamento ao longo dos trimestres pode ser prejudicado por eventos específicos do período em questão. Os itens patrimoniais foram calculados a partir dos valores registrados em dez/13, ante dez/12. As linhas de resultado são calculadas pela comparação entre os montantes acumulados no ano 2013 em relação ao ano de 2012.

Em 2013, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o Exercício:

- Margem Financeira Bruta (MFB): desempenho impactado, principalmente, pelo crescimento da carteira de crédito em linhas de menor risco e pelo aumento do custo de captação em virtude da elevação da taxa média Selic (TMS);
- Captações Comerciais: resultado decorrente da estratégia de gestão do *mix* de captação;
- Crédito PF: menor demanda por parte dos clientes, principalmente nas linhas de empréstimo pessoal;
- Crédito Agronegócio: elevada demanda, notadamente nas linhas de Investimento e Agroindústria por recursos para safra 2013/2014.

Tabela 1. Guidance 2013

Indicadores	Guidance 2013 (%)	Observado 2013 (%)
RSPL Ajustado ¹	14 - 17	15,0
Margem Financeira Bruta	2 - 5	1,5
Captações Comerciais ²	12 - 16	17,7
Carteira de Crédito País Ampliada ³	17 - 21	19,9
Pessoa Física	14 - 18	10,6
Pessoa Jurídica	18 - 22	19,5
Agronegócios	24 - 28	34,1
PCLD ⁴	2,7 - 3,0	2,8
Rendas de Tarifas	10 - 14	10,6
Despesas Administrativas	5 - 8	7,2

1 - O cálculo do RSPL Ajustado projetado para 2013 utiliza estimativa de Patrimônio Líquido, conforme a legislação vigente em 31/12/2012.

2 - Captações Comerciais incluindo Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Carteira de crédito ampliada país inclui TVM privados e garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos doze meses / carteira de crédito classificada média do mesmo período.

Para o cálculo do RSPL Ajustado, não foram considerados no Patrimônio Líquido do BB os efeitos da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da deliberação CVM/695. Dessa forma, o RSPL Ajustado, constante do *Guidance* 2013, é calculado a partir do PL Ajustado indicado na tabela a seguir:

ITR – Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais – **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais** **Banco Consolidado – 2013**

Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado

R\$ milhões	dez/12	dez/13
Patrimônio Líquido Contábil	61.499	72.225
Planos de Benefícios	(4.571)	(2.671)
Participações Minoritárias nas Controladas	574	2.698
Patrimônio Líquido Ajustado	65.496	72.197
Patrimônio Líquido Ajustado - médio	-	68.846

As premissas utilizadas na elaboração do *Guidance* 2013, apresentadas no Sumário do Resultado 4T12, continuam válidas.

***Guidance* 2014**

O *Guidance* para 2014 é apresentado na tabela a seguir. Cabe notar que a projeção é elaborada para o ano, e o acompanhamento ao longo dos trimestres pode ser prejudicado por sazonalidades ou eventos específicos do período em questão.

Tabela 3. *Guidance* 2014

Indicadores	<i>Guidance</i> 2014 (%)
RSPL Ajustado ¹	12 - 15
Margem Financeira Bruta	3 - 7
Captações Comerciais ²	14 - 18
Carteira de Crédito País Ampliada ³	14 - 18
Pessoa Física	12 - 16
Pessoa Jurídica	14 - 18
Agronegócios	18 - 22
PCLD ⁴	2,7 - 3,1
Rendas de Tarifas	9 - 12
Despesas Administrativas	5 - 8

1 - O cálculo do RSPL Ajustado projetado para 2014 utiliza estimativa de Patrimônio Líquido, conforme a legislação vigente em 31/12/2012.

2 - Captações Comerciais incluindo Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Carteira de crédito ampliada país inclui TVM privados e garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos doze meses / carteira de crédito classificada média do mesmo período.

ITR – Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais – Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Banco Consolidado – 2013

Premissas do *Guidance*

As estimativas para 2014 foram elaboradas levando em consideração as seguintes premissas:

Premissas influenciadas pela administração:

1. Rentabilização da carteira de clientes como forma de potencializar receitas;
2. Manutenção do atual modelo de negócios, sem considerar novas aquisições e/ou parcerias estratégicas que possam a ser firmadas para exploração de segmentos específicos;
3. Alinhamento da estrutura de custos ao crescimento do volume de negócios;
4. Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado.

Premissas que escapam ao controle da administração:

1. Retomada do crescimento mundial;
2. Normalização das condições monetárias nos países desenvolvidos, especialmente nos EUA;
3. Ambiente político doméstico sem ruptura institucional;
4. Manutenção do Brasil no status de grau de investimento;
5. Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica: câmbio flutuante, metas para a inflação e disciplina fiscal;
6. Programa de concessões em infraestrutura contribui para elevação gradual da taxa de investimentos no País numa perspectiva de médio e longo prazo;
7. Aumento gradativo do potencial de crescimento da economia brasileira numa perspectiva de médio e longo prazo;
8. Manutenção da taxa média de desemprego em níveis historicamente baixos;
9. Continuidade do processo de inclusão social e distribuição de renda, mas em ritmo mais lento do que o observado no passado recente;
10. Continuidade do movimento de internacionalização das empresas brasileiras;
11. Estabilidade regulatória, inclusive no que concerne às alíquotas de tributos incidentes sobre as atividades do Banco e à legislação trabalhista e previdenciária.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**NOVO MERCADO**

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que reúne um grupo de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2013 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.670.678.890	58,3	--	--	1.670.678.890	58,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	298.792.014	10,4	--	--	298.792.014	10,4
Ações em Tesouraria	56.702.328	2,0	--	--	56.702.328	2,0
Outros	839.243.788	29,3	--	--	839.243.788	29,3
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2013]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.670.678.890	58,3	--	--	1.670.678.890	58,3
Vinculadas ao Controlador	5.522.648	0,2			5.522.648	0,2
BNDES Participações S.A. ⁽¹⁾	5.522.648	0,2			5.522.648	0,2
Administradores	99.915	--	--	--	99.915	--
Conselho de Administração	7	--	--	--	7	--
Diretoria	99.908	--	--	--	99.908	--
Previ	297.592.014	10,4	--	--	297.592.014	10,4
Conselho Fiscal	--	--	--	--	--	--
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	56.702.328	2,0	--	--	56.702.328	2,0
Outros	833.621.225	29,1	--	--	833.621.225	29,1
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação	833.621.216	29,1	--	--	833.621.216	29,1

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Inclui 12.680 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2012]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.693.127.780	59,1	--	--	1.693.127.780	59,1
Vinculadas ao Controlador	5.522.648	0,2			5.522.648	0,2
BNDES Participações S.A. ⁽¹⁾	5.522.648	0,2			5.522.648	0,2
Administradores	112.829	--	--	--	112.829	--
Conselho de Administração	8	--	--	--	8	--
Diretoria	112.821	--	--	--	112.821	--
Previ	297.523.314	10,4	--	--	297.523.314	10,4
Conselho Fiscal	--	--	--	--	--	--
Ações em Tesouraria	20.200.047	0,7	--	--	20.200.047	0,7
Outros	848.930.402	29,6	--	--	848.930.402	29,6
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação	848.930.393	29,6	--	--	848.930.393	29,6

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2(d), em decorrência das mudanças de políticas contábeis adotadas em 2013, os valores correspondentes consolidados, relativos aos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011), e os valores correspondentes relativos às demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Brasília, 25 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC SP-176273/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase**Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil de acordo com o item 173 da Deliberação CVM n.º 695/2012, os ganhos/perdas atuariais dos planos de benefícios a empregados não reconhecidos de acordo com opção da regulamentação contábil em vigor até 31 de dezembro de 2012, foram registrados de forma retrospectiva, conforme Deliberação CVM n.º 592/2009. Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados, com os efeitos e nas contas contábeis apresentados nas notas 3 (Informações para efeito de comparabilidade) , 4.I e 27.d.6, e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2014.

Aldo César Martins Braido
Conselheiro

Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Conselheiro

Marcos de Andrade Reis Villela
Conselheiro

Marcos Machado Guimarães
Conselheiro

Paulo José dos Reis Souza
Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 do Banco do Brasil S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2014.

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Negócios de Varejo

Benito da Gama Santos
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuições e Operações

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Atacado, Negócios Internacionais e Private Bank

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 12.02.2014, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2014.

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Negócios de Varejo

Benito da Gama Santos
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuições e Operações

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Atacado, Negócios Internacionais e Private Bank

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos